

<p>IDENTIDADE</p> <p>FILIAÇÃO-PAI <u>Márcio Nonorato de Melo Franco Alves</u></p> <p>MÃE <u>Branca Melo Franco Alves</u></p> <p>IDADE <u>14 Jul 1936</u> ESTADO CIVIL <u>casado</u></p> <p>PROFISSÃO <u>Advogado/Jornalista</u> POSTO OU GRAD.</p> <p>FUNÇÃO</p> <p>NACIONALIDADE <u>bras.</u> NATURAL DE <u>RIO DE JANEIRO</u></p> <p>LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA</p> <p>TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO</p> <p>ESTUDANTE ESCOLA</p> <p>..... NÍVEL <u>superior</u></p> <p>RESIDÊNCIA <u>Av. Vieira Souto, 336 - Aptº 402 - GB</u></p> <p>OUTROS DADOS <u>Deputado Federal p/MDB/GB</u></p> <p>.....</p>	<p>FOTO</p>	<p>NOME <u>MARCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES</u></p>
<p style="text-align: center;">HISTÓRICO</p>		
<p>- Através o D.O. nº 251, de 30 Dez 68, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.</p>		
		<p>CIC</p>

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº

NOME: ALVES - MARCIO EMMANOEL MOREIRA

OBS: Deputado Federal - MDB/GB

Brasileiro, casado, com a Sra. Maria Alves Branca Vianna; branco; nascido em 14.07.1936, natural da Guanabara; jornalista, residia à Rua -/ Paulo Cezar de Andrade nº 70-Aptº.802 e Avenida Vieira Souto nº 336, Aptº 402; filho de Marcio de Mello Franco Alves e de Branca de Mello Alves; formado em Direito; tabalhou no jornal // "Correio da Manhã" e colaborou em diversos outros jornais e revistas; foi correspondente de guerra em Suez. Em 13.09.57 foi baleado na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, mas mesmo ferido, conseguiu mandar o material ao seu jornal, ganhando com essa cobertura o "Prêmio Esso" de reportagem, de 1957. Foi o primeiro jornalista a escrever contra o Ato Institucional; fez campanha contra a tortura de presos políticos, contra o terrorismo cultural, contra a política de independência e a política exterior do ex-Presidente Castelo Branco e Roberto Campos. Foi assessor do Sr. Santiago Dantas no Ministério da Fazenda. No Maranhão foi preso - pelo Exército, no Largo São Francisco e pelo / DOPS/GB. Possui escritório a Rua Senador Dantas, nº 25.S/301-fone:32.81.81-GB. Residência em // Brasília sito à QL/1-6, casa-1 fone:42-54-03. Título Eleitoral-nº 45.040/GB; Carteira de Identidade do I.F.P.-nº 1.195.398/GB.

OFº.93/DR/GB-68 - Ref.P.500/F.102

Infção-s/nº/GB-DR/68 - Ref.P.500/F.102

09.09/64

Os estudantes esquerdistas continuam reunindo-se abertamente nas sedes de suas entidades de cúpula. Os assuntos ventilados nas reuniões -/ são os mesmos tratados antes da Revolução de - 31/04/64. Idealizaram um plano para desmoralizar o governo, que consiste no seguinte: convidar para paraninfo os elementos que se destacaram após-revolução, pelas críticas encetadas às autoridades constituídas como: Heitor Cony, Hermano Alves, Edmundo Muniz Bandeira e o marginado, entre outros. Entendem também, organizar palestras e conferências, com oradores dessa estirpe. Infção-42/65-GM/2 - D.001/J/F.04:

29/05/67

O jornal da FEUB desta data, publica entre outras, o que abaixo é transcrito: "O Deputado / Marcio Emmanuel Moreira Alves diz: "Torna-se necessário organizar um espécie de SNI a favor / do Brasil. O objetivo desta organização será / acompanhar passo a passo os trabalhos decorrentes dos acordos firmados entre a USAID e o governo brasileiro; de juntar, em uma central de informações, todas as pequenas migalhas de notícias sobre eles possam ser coletados. A Criação de um centro de informações como este pare

continua...

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº Fôlha-2

NOME: A L V E S - Márcio Emmanuel Moreira

OBS: Deputado Federal - MDB/GB

Continuação. - de informações como este parece-me ser responsabilidade específica do movimento estudantil. Infção-10/6ª ZA/67 - Ref.P.013/F.18

02.08/67 - Realizou-se entre os dias 2 e 10 de julho de 1967, no Centro Social de Morumbi/SP, entidade pertencente ao Colégio SANTO AMÉRICO, um seminário sobre TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS patrocinado pela FRENTE NACIONAL DO TRABALHO, da qual participaram estudantes, trabalhadores e religiosos brasileiros além de quatro líderes estrangeiros de movimentos de transformação social: O casal francês JEAN GOSS, o sociólogo italiano DANILO DOLCI e o pastor norte-americano JOSEPH MTEZ ROLLINS JR. O Seminário transcorreu em regime de tempo integral, palestras seguidas de debates dos quais participaram todos os seminaristas. Logo de início verificou-se estarem todos os participantes de acordo quanto ao fato de // ser inadiável uma revolução social visando por fim aos desajustes sociais provocados pelos regimes imperialistas no mundo em geral e em particular na América Latina. A dúvida foi apenas se esta revolução deveria ser efetuada por meios violentos ou não violentos. Todos os elementos estrangeiros dissertaram longamente sobre experiências que tiveram em seus países de origem em transformações sociais por métodos não violentos, tendo detalhado aqueles métodos: greves, marchas, passeatas, boicotes, desobediências coletivas às leis, etc... A grande maioria dos participantes mostrou-se no decorrer do conclave favorável ao método não violento. O advogado MARIO CARVALHO DE JESUS da F.N.T. foi o organizador do seminário no que tange ao atendimento dos participantes, programações, etc..., cabendo ao Deputado Federal MARCIO MOREIRA ALVES, a tarefa de orientação ideológica dos debates. Foi aquele parlamentar, o elemento mais ativo do evento tendo participado de todas as palestras e debates procurando sempre transportar para o âmbito nacional os temas debatidos e aproveitados todas as oportunidades para ora em tom jocoso, ora sério, tecer as mais severas críticas às autoridades constituídas. Colocou -a venda entre os participantes, exemplares de seu livro "TORTURA E TORTURADOS" que disse ter sido recentemente liberado. Ao final do conclave à guiza de conclusões. MARIO CARVALHO DE JESUS, o epigrafoado, disseram que é obrigação de todo cristão lutar por meios não violentos pela transformação social, que a encíclica "POPULORUM PROGRESSIO", viera em boa hora trazer subsídios para essa luta, principalmente no aspecto em que reconhece a necessidade da superação

Continua...

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA **Fôlha-3**
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº

NOME: **A L V E S - Márcio Emmanuel Moreira**

OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

	<p>-da superação do assistencialismo e da extinção definitiva da dicotomia capitalismo-comunismo e que todos os presentes deveriam difundir ao máximo os ideais que acabavam de ventilar e assim formarem grupos independentemente de crenças e ideologias, sempre que as motivações forem legítimas.</p>
11.08.67	<p>Info-578/DR/SP/67 - Ref.P.600/F-016 A "Noite de Autógrafos", programada pelo epigrafado para esta data, foi adiada para o dia 18.08.67, a partir das 18:30 hs. na livraria D. Bosco-SQ/105. O marginado lançará nesta ocasião, comercialmente o livro de sua autoria "TORTURAS E TORTURADOS".</p>
22.08.67	<p>Info-21/DOS-DOPS/DPF/67 - Ref.P.18/F.04 -Realizou-se nesta data a "Noite de "Autografos" com a presença do epigrafado, autor do livro "Torturas e Torturados". O fato deu-se na livraria D.Bosco-SQ/105-Loja-10. A única pessoa importante presente ao ato foi o parlamentar ... João Herculino, que retirou-se em seguida. A promoção revestiu-se de fracasso.</p>
04.09/68	<p>Info-s/Nº/DOPS/DPF/67 - Ref.P.20/F.77 -O epigrafado, na Câmara Federal proferiu discurso concitando as mães a boicotarem a Parada de Sete de Setembro, alegando que não deviam deixar seus filhos desfilar em ap lado de assassinos.</p>
25.09.67	<p>Infção-661/2ªSec/11"RM/68 - Ref.P.009/F.319 -Sob o patrocínio do Diretório Central dos Estudantes realizou-se na semana passada, o que os estudantes chamaram de "1ª Semana de Realidades" e que foi na realidade uma série dos mais violentas atividades e manifestações contra o governo Federal havido após 31/MARÇO, somente comparáveis às manifestações promovidas pela UNE quando atuava livremente. O programa desenvolvido, entre outros países, constou de Shows e programas artísticos nitidamente subversivos, acordo MEC-USAID-(assunto da conferência ao marginado). No convite impresso destaca-se o seguinte: Nossa Homenagem: "Ao heróico povo do Vietnã e demais que lutam por sua libertação", A todos os presos políticos do Brasil" nossos agradecimentos. Deputado Federal Hermano Alves Rubens Medina, o epigrafado, Senador Ludovico Teixeira, e outros, que com suas inestimáveis cooperações tomaram possível a realização desta semana.</p>
29.09.67	<p>Infção-208/2ªSec/11"RM/67 - Ref.O.009/F.77 -Nos dias 13 a 17/09/67, o DCE da Universidade Federal de Goiás promoveu a "Semana da Realidade Brasileira, tendo pronunciado conferências: o epigrafado, sobre imperialismo; Deputados RU</p>

CONTINUA...

P.P.-DSG. SAV. 0066-E. 66

CONFIDENCIA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA Fôlha-4
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº

NOME: **A L V E S - Márcio Moreira**OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

06.10.67

-sobre imperialismo; Deputados RUBENS MEDINA-(A6) (desnacionalização de empresas no Brasil) e Márcio Moreira Alves-(Acôrdos MEC-USAID). Na ocasião, foram distribuídos panfletos subversivos. Info-256/A/2-6ªZA/67 - Ref.P.1109/F.027

-O epigrafado realizou palestra no auditório -- Dois Cangangos-UnB, a convite da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília-FEUB, sobre o tema "Acôrdos MEC-USAID e a Universidade Brasileira". Começou a palestra enumerando os - 16-(dezesseis) itens do acordo MEC-USAID. Deu maior ênfase ao 12º e 16º. O 12º o marginado interpretou da seguinte forma: Que a USAID e o =7 MEC fariam o planejamento e reforma do ensino - em todo o Brasil". O 16º o epigrafado não convidava um item do acordo, mas um tratado, que interpretou da forma seguinte: "Os Líderes políticos e todos os cidadãos em destaque na sociedade brasileira, capazes de influir em determinadas classes, seriam agraciados com Cursos de /// Treinamento e aperfeiçoamento técnicos nos Estados Unidos e que isto nada mais era do que em trabalho de catequização do homem brasileiro". Após concitou os estudantes a não cruzarem os braços diante da realidade nacional. Elogiou o plano de ensino adotado pelo Sr. Davi Ribeiro, bem como o plano adotado por esse na UnB. Atacou a política norte-americana, comparando-a com a empregada pelo Império Romano. Ao terminar conclamou os estudantes a não se omitirem dos fatos e se unissem aos operários e camponeses para manifestarem seus protestos, as causas antinacionais. A um estudante que perguntou o que o epigrafado aconselhava para uma campanha pró liberdade do povo brasileiro e como o povo poderia se libertar do regime militar implantado na América Latina, o marginado respondeu "que os estudantes e as outras classes deveriam lutar com suas próprias armas; tomando como exemplo a luta de libertação dos negros norte-americanos" Info-s/nº/SSP/DF - Ref.P.009/F.86 Info-248/CNB/67 - Ref.P.009/F.88

26.10.67

-O epigrafado teve a sua campanha eleitoral financiada pelo PC, através suas OB na Zona Sul da Guanabara. Sua candidatura causou certa cisão / naquela área cominista, visto que os radicais fariam a campanha do voto nulo, enquanto antes fariam a campanha de seu candidato. Seu escritório eleitoral funcionava na rua Siqueira Campos, nº 143 - Copacabana-GB. Info-438/2ªSeq/11ªRM/67 - Ref.P.002/F.141

Continua...

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Fôlha-5

PRONTUÁRIO Nº

NOME: **A L V E S - Márcio Emmanuel Moreira**OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

08.11.67

-Chegou a Brasília-DF, um indivíduo que constava ser um dos auxiliares de Miguel Arrais. Passou a usar durante o dia o carro VW-azul placas... DF-2.0.63 de propriedade do marginado. Foram feitas diversas buscas por parte desta DOPS, SNI, e 2ª SEC/11ª RM, sem resultado positivo sobre identificação do elemento suspeito.

Info-84/DOPS/DPF/67 Ref.P.17/F.265.

PB-388/424/DOPS/DPF/67-" " .P.17/F.265.

Relt.s/nº/DOPS/DPF/67 Ref.P.17/F.265.

19.11.67

-Realizou-se no Club dos Estudantes Universitários-CEU, sediado em João Pessoa/PB, numa conferência patrocinada pelo Diretório Central dos Estudantes e pela União dos Estudantes do Estado da Paraíba, a que compareceram os parlamentares: Osmar de Aquino, e o epigrafado, que foram os oradores da referida conferência. Ambos atacaram violentamente o governo, focalizando o Acordo MEC-USAID e fazendo inúmeras acusações ao governo do ex-presidente Castelo Branco e ao atual Presidente da República-Mal. Costa e Silva, contra a acupação de terras brasileiras por norte-americanos. Usaram os termos mais violentos em relação ao governo do ex-presidente Castelo Branco e contra a Revolução de 31/MAR/64. Concitaram o povo a se mobilizarem em um "Movimento de Ação Popular". Estavam presentes a esta reunião cerca de quinhentas pessoas, principalmente toda a liderança comunista do Estado. A reunião teve carácter nitidamente comunista, e teve ampla divulgação através de alto-falantes.

Ofº.837/SDR/PB-67 - Ref.P.309/F.035

Rel.s/nº-SDR/PB/67 - Ref.P.309/F.035

Info-728/DOPS/DPF/67 - Ref.P.309/F.035

19.12.67

-Os círculos sindicais, estudantis, camponeses e parlamentares da oposição, ligados a orientação ideológicas do extinto PCB, estavam um esquema subterrâneo de agitações sociais em todos os Estados da Federação, com início em janeiro, visando preparar o espírito da massa popular para o desencadeamento de um forte movimento por ocasião do dia 1º de Mai 68 - nesta data deveriam ser realizadas passeatas-monstro e concentrações tudo como protesto contra o arrocho salarial do acordo MEC-USAID, a favor da anistia, revogação da lei de Segurança Nacional e da criação de novos partidos, entrega do poder aos civis, etc. O epigrafado e os parlamentares MARTINS RODRIGUES, MÁRIO COVAS JUNIOR, HERMANO ALVES, OSVALDO LIMA FILHO, e outros deveriam participar do movimento.

Rel.s/nº/DOP/DOPS/DPF/67 - Ref.P.020/F.120

Continua...

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Fôlha-6

FRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **ALVES - Márcio Emmanuel Moreira**

OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

19.02.68	<p>-Consta que o epigrafado, juntamente com os parlamentares HERMANO ALVES, e OSWALDO LIMA FILHO, estão se reunindo com o ex-governador MAURO BORGES e articulando um movimento que conta com a participação de cassados civis e militares. As reuniões se dão na fazenda do ex-governador MAURO BORGES. Inf-s/nº/DOPS/DPF/67 - Ref.P.020/F.114 Inf.001/DOPS/DPF/68 - Ref.P.020/F.114</p>
28.03.68	<p>O epigrafado e os deputados federais Mário Covas Junior, Martins Rodrigues, e Hermano Alves conduzem em seus veículos particulares, binóculos, máquinas fotográficas e de filmar. Alegam que tais equipamentos se destinam a conseguir flagrantes dos agentes do CENIMAR, SNI e DOPS que os seguem. Aduzem que estão fazendo "Campana" em torno desses agentes, assim como vigiando suas residências e embarques de Brasília, Guanabara, SUP². Info-013/SNI/BSB/68 - Ref.P.003/F.043</p>
03.04.68	<p>-Nos movimentos estudantis eclodidos na GB e que culminaram com a morte de Nelson Luiz de Lima Souto, no calabouço, o cadáver do estudante é transportado pelos estudantes para a Assembléia Legislativa/GB. Nesta ocasião falaram vários oradores. O marginado tomou parte ativa nos acontecimentos na citada Assembléia, fazendo um discurso onde exige a demissão de toda cúpula da repressão, a começar pelo General OSWALDO NIE/MAYER, também é exigida a demissão do Cel.OSVAL FERRARO DE CARVALHO -Cmt. da PM/GB. Info-148/DR/SP/68 - Ref.P.509/F.75</p>
07.04/68	<p>-Por ocasião do movimento estudantil verificado em todo o território nacional. Nesta data, o epigrafado e os parlamentares: Martins Rodrigues, Mário Covas, Hermano Alves, David Lerer, Aurélio Viana e outros, estiveram na Universidade de // Brasília a fim de ouvirem do Reitor o relato da situação estudantil. O grupo queria que o Reitor dissesse que o General Sena estava "dando as cartas na UnB". Info-179/DOPS/DPF/68 - Ref.P.1009/F.02</p>
21.04.68	<p>Participou do movimento estudantil em Brasília, iniciado em 28 de Março-68, juntamente com os parlamentares: Hermano Alves, Hélio Navarro, e outros, participando da passeata e incentivando os estudantes. Info-179/DOPS/DPF/68 - Ref.P.1009/F.02</p>
	<p>-O epigrafado realizou um palestra no restaurante do DCE a convite do Centro Acadêmico HUGO SIMAS-(CAHS), cujo presidente é Vitorino Lorotiuk. Usando um linguajar, dos mais violentos, incluindo até palavras de baixo calão, incitava os presentes à violência, à guerrilhas como única continua...</p>

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA **Fôlha-7**
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **A L V E S - Márcio Emmanuel Moreira**OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

22.04.68

- à guerrilhas como única solução para o Brasil. Participou dessa palestra outros deputados Estaduais do MDB/SC: Silval Martins; Alencar Furtado, e o professor Lamartine Correa de Oliveira. O marginado fez parte da mesa dos trabalhos.

- Realizou-se nesta data, no 1º andar Auditório do Plácio das Indústrias de Florianópolis/SC, uma conferência feita pelo marginado a convite do Centro Acadêmico XI de fevereiro, da Faculdade de Direito da Universidade de Santa Catarina. O assunto tratado foi "A Política Educacional no Brasil". Cerca de 300 pessoas, na maioria estudantes, compareceram. O marginado condenou abertamente o Acadêmico-DIGO-acordo MEC-USA ID, e a política governamental, principalmente no que tange a área estudantil. O marginado afirmou ter convicção de presença, no local, de agentes do SNI, porém disse não os temer por falar a verdade.

Ofº. 1713/DR/PR/SC/68 - Ref.P.700/F.023

Infção-52/DR/PR/SC/68 - Ref.P.700/F.023

Ofº. 43/SENS/SC/68 - Ref.P.700/F.023

25.05.68

- A oposição lançará dentro de 30 dias um manifesto nacional que está sendo redigido por uma equipe de alta cúpula e manipulada pelos deputados Federais EDGAR MATA MACHADO, MÁRCIO MOREIRA ALVES, HERMANO DE DEUS NOBRE ALVES, OSWALDO LIMA FILHO, RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES, JOSAFÁ MARINHO, e o epigrafado. Tem como finalidade, atrair operários, estudantes e os trabalhadores rurais, para uma luta organizada e esquematizada contra o sistema político vigente no País; tal manifesto, será lançado com mais de 10.000 assinaturas, de deputados federais, estaduais, dirigentes empresarias, estudantis e sindicais, do clero e das áreas rurais. Objetiva unir, tal movimento, o pensamento das esferas oposicionistas para virem a preencher o vazio surgido com o fechamento da "Frente Ampla", sendo o comando do movimento da Ação Popular. O manifesto está pronto e será apresentado à Comissão Nacional de Mobilização Popular, que é também chamado de "grupo ideológico do MDB" que tem como elementos // principais, além do epigrafado, os parlamentares acima citados. Esse mesmo grupo de parlamentares lançou campanha - (o movimento é de âmbito nacional mas comandado por Minas Gerais) de mobilização popular para tentar o diálogo com o chamado "Poder Jovem", operários, clero reformista, intelectuais. O manifesto não combaterá o governo mas o regime pois diz claramente "O MDB - vai preconizar a implantação no Brasil de um regime socialista (ponto básico). "Para implantar um novo regime socialista, o caminho é o disponível, ou seja,

Continua...

CONFIDENCIAL



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA **Fôlha-8**
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **A L V E S - Márcio Emmanuel Moreira**OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

- 08.08.68 - o caminho é o disponível, ou seja o que a política convencional oferece, sem tentar a violência - a solução do grupo ideológico é a fusão de todas as oposições do Brasil". Será proposta uma aliança tendo em vista a defesa desses princípios para, numa segunda etapa, lutar por todos os modos pela sua implantação no Brasil.
Info-03/DSI/MEC/68 - Ref.P.500/179
Enca-67/DR/GB/68 - Ref.P.500/179
Info-80/7ºDN/2ªSeg/68 - Ref.P.002/195
- 08.08.68 - No depoimento prestado por Ormelindo Dias Paixão na DPPS/GB, sobre o movimento estudantil ocorrido em todo o país, o mesmo declara-se a serviço do PC-AP. Entre outras coisas disse: que o epigrafado e Marighela não fazem parte da AP, mas sim do grupo de Luiz Travassos-Presidente da UNE.
- 29.08.68 - Termo de Declar-DOPS/GB/68 -Ref.P.509/118
Por ocasião da prisão do Presidente da FEUB, HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES, e quando a viatura policial, que conduzia o prês, se deslocava da UnB, foi cercada por um grupo de estudantes que motivou o choque entre estudantes e policiais. As autoridades policiais, quando executavam a triagem dos elementos detidos, foram dificultadas em seu trabalho pela ação de vários parlamentares, dentre os quais: David Lerer, Mário Covas, Martins Rodrigues, Celestino Filho, Hermano Alves, Mata Machado, Chagas Rodrigues, Aurélio Viana, Santilio Sobrinho, e outros.
Infção-417/SNI/BSB/68 - Ref.P.009/295
Rel.s/nº/DO/DPF/68 - Ref.P.1009/010
Rel.s/nº/DOP/DOPS/DPF/68 - Ref.P.009/293
- 10.09.68 - A tentativa de impedir ou perturbar a realização do desfile do DIA DA PÁTRIA, ficou caracterizada na área de Brasília, e teve cobertura da oposição na Câmara dos Deputados, através do epigrafado e do Dep. Hermano Alves, que inclusive conclamaram estudantes e o povo para boicotarem a Parada do Dia 7 de Setembro. A Campanha desenvolvida pelos dois parlamentares não teve êxito porque o povo prestigiou o desfile.
Infção-453/SNI/BSB/68 - Ref.P.009/306
- 12.09.68 - A classe bancária da Guanabara, está reunida em assembléia permanente, na sede da Associação dos Empregados no Comércio. Com a finalidade de repudiar a proposta patronal e convocar nova assembléia para a decretação de greve, caso não sejam atendidos em suas reivindicações. A reunião conta com a participação de outras entidades sindicais da GB, RJ, PR, ES, e SP. Os bancários do Espírito Santo estiveram representados pelo Bancário Frederico Brandão e os paulistas pelo marquinado, que também representou seu irmão Hermano Alves.

Continua...

**CONFIDENCIAL**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA **fôlha-9**
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **ALVES - Márcio Emmanuel Moreira**OBS: **Deputado Federal - MDB/GB**

-que representou seu irmão Hermano Alves. Nesta ocasião fizeram-se ouvir vários oradores e entre eles o marginado que foi o último orador, que em seu nome, e em nome dos parlamentares - Hermano Alves e do suplente de Senador Marcelo de Alencar, fez um pronunciamento bastante violento, do qual segue alguns trechos "Alerto os bancários para que se evite no Rio, com medidas positivas e acauteladoras. O massacre de Osasco durante o período de greve, façam a greve bem organizada, pois venceremos a opressão. Não pensem que o Ministro do Trabalho está --// brincando quando fala em violência, em repressão; esperem o pior, porém a vossa arma é mesmo a greve e a causa reivindicações é justa. Liquidem também com a nefasta Lei de greve. Fui informado confidencialmente que os Sindicatos dos Bancos-(banqueiros), também preparam a repressão para nós, portanto não se precipitem e façam a sua greve em bases sólidas e tão logo estejam com o dia e hora marcadas, estarei con vosco como aqui estou e estarei desde os primeiros minutos da deflagração da greve". A campanha salarial, tornaram-se um mistura de reivindicações e agitação e subversão, pois a ação do Sindicato dos Bancários/GB se faz decalcada nas soluções do 6º Congresso do PC-(item da perturbação da ordem pública e da infiltração na massa trabalhadora).

03.10.68

Boletim de Infº-~~s~~/nº40/DR/GB/68 -Ref.P.500/219
O epigrafado escreveu o livro "BEARÁ DO MEC-U/SAIDÉ. Consta que o dinheiro proveniente da renda está sendo destinado a FEUB para ajudar o ~~XX~~ Congresso da UNE. O marginado está constantemente na UnB ajudando e concitando os estudantes para o referido Congresso.

Rel.s/nº/DOP/DOPS/DPF/68 - Ref.P.20/F.216
Infº 379/DOP/DPF/68 - Ref.P.20/F.216

21.10.68

-É visto constantemente no Brasília Palace Hotel, juntamente com os parlamentares: Oswaldo Lima - Filho, Mário Covas Júnior, Hermano Alves, David Lerer, e Hélio Navarro. Nas palestras mantidas nota-se a simpatia, dos parlamentares mencionados, pelo comunismo.

Info-395/SI/DOPS/DPF/68 - Ref.P.20/219
Rel.nº 62/DOP/DOPS/DPF/68 - Ref.P.20/219

17.12.68

- Secretário de Propaganda da Comissão Nacional de Mobilização Popular do MDB.

CMP-003/68

Ref. P. DOP/DOPS/20

Cópia

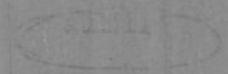
Confidencial

CONFIDENCIAL

O SR MARCIO MOREIRA ALVES (Coo)

residente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou ^{dirão} ~~deverão~~ reconhecer, que a situação das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que nos impõe violência e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam a seu respeito à violência. No entanto, ^{3/3/60} ~~isto não basta.~~

Confidencial



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE CIVIL

Brasília, 19 de novembro de 1958

Ilmo Sr.
CORONEL NESTOR PRAGA
MD. Diretor da Divisão de Ordem Política
e Social

Encaminho a Vossa Senhoria as razões
apresentadas, ontem, pelo Deputado Márcio Moraes
Alves, perante a Comissão de Constituição e
Justiça, anexas por cópia.

Atenciosamente,

Substituto para Assuntos Jurídicos
do Gabinete Civil da Presidência

CONFIDENCIAL



SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
PRINCÍPIO DO CONGRESSO DA REPÚBLICA

O que estaria os Me. Deputados julgados...
como contra um parlamentar, mas o processo contra a rep. de-
mocrática e a derradeira das prerrogativas essenciais do Con-
gresso. A inviolabilidade da tribuna não é, como a inviolabilidade
do Deputado, uma prerrogativa pessoal do representante do povo.
A inviolabilidade da tribuna é um atributo essencial da própria
Câmara dos Deputados. O ataque à liberdade de expressão no Ex-
ecutivo é em tudo semelhante ao ataque à liberdade de imprensa,
que se processa através do Deputado Hernando Alves -- trata-se
de ameaça geral às prerrogativas de todo o povo brasileiro.

O mandato popular confere ao deputado não só o
direito como o dever de expressar livremente suas opiniões,
se presume serem a de seus eleitores. Nunca é esse dever
absoluto que quando seu exercício se opõe às violências do
Estado, aos desmandos, crimes e crimes dos poderosos. A
ação de denúncia pode fecundar um Congresso, mas este
processo não pode ficar aberto. Exercê-lo é dever.

CONFIDENCIAL

povo. Traí-lo é oferecer a própria representação popular à execração de todos os homens de bem. O silêncio é a cumplicidade. O silêncio é o preço que nenhum parlamentar pode pagar por sua representação sem dela demitir-se.

Há quem pense que o silêncio, a cumplicidade, a tolerância com o abuso do poder, possa comprar a sobrevivência de um Parlamento. São os espíritos tímidos, os acomodados, os temerosos. Não poderão estes jamais serem representantes do povo. Em Munique, o Primeiro Ministro britânico, Neville Chamberlain, pensou que comprara a paz pelo sacrifício da Tcheco-Eslováquia. A humanidade pagou esse erro com trinta milhões de mortos, indizível sofrimento e terríveis destruições. Restou a lição de que os princípios fundamentais dos direitos humanos não podem ser negociados com os tiranos. É bem verdade que a política, quer partidária, quer internacional, não é uma arte moral. Mas, sem a defesa de certos padrões morais, que distinguem o ser criado à imagem de seu Criador, dos animais, não existe sequer a vida em sociedade. Mortos esses princípios, o que existe é a lei da selva, a imposição da vontade do mais forte, o assassinato do Estado de Direito.

Quando iniciava o Brasil sua vida independente, o

CONFIDENCIAL

clamar que na Assembléa Constituinte os Andradas erguiam em defesa das idéias nacionalistas dos brasileiros desgrudou de tal modo os chefes militares, que ainda não se haviam desligado de suas tradições de serviço à Metrópole colonialista, que a Assembléa foi fechada. Ao sair do Parlamento, o primeiro Antônio Carlos saudou respeitosamente "Sua Majestade, o Canhão", que, entretanto, não prevaleceu por muito tempo sobre a vontade do povo e de sua representação parlamentar.

Assim, na verdade, se constrói a história dos povos -- a majestade do canhão não silencia por muito tempo a vontade popular. E o privilégio dos representantes do povo darem voz a essa vontade. E ainda seu privilégio correrem, por esta voz, todos os riscos e em seu nome sacrificarem todos os interesses pessoais que conflitantes com ela possam ter.

O Alvo Claro

O alvo do ataque que se monta contra a liberdade de pensamento e a liberdade de imprensa foi escolhido a dedo. Somos, o Deputado Hermanno Alves e eu, representantes dos valores que se deseja destruir. Transformamo-nos em casos exemplares. Nessas causas transcenderam as nossas pessoas, as nossas condições, para adquirirem um caráter simbólico.

CONFIDENCIAL

Vimos para a Câmara depois de dura luta na imprensa. Tivemos a honra de pertencer a um grupo de jornalistas -- Antônio Callado, Otto Maria Carpeaux, Edmundo Meniz, Carlos Heitor Cony, Antônio Houaiss e alguns outros -- que se recusaram ao silêncio ante as primeiras violências e ilegalidades desencadeadas pelo golpe militar de abril de 1964. Apoiados na coragem por vezes temerária de Niomar Bittencourt, fiéis às raízes libertárias do maior jornal político do Brasil, fizemos do velho "Correio da Manhã" a esperança dos injustiçados, a trincheira do nacionalismo e o anúncio de um futuro que teremos ainda de construir. Falamos quando quase todos calavam. Usamos, até os últimos limites, a liberdade de imprensa que o governo permitia como preço da aparência democrática que desejava internacionalmente manter. Creio não expressar senão a realidade dizendo que o "Correio da Manhã" daqueles dias escreveu uma das mais gloriosas páginas da história do pensamento brasileiro. Estas páginas, ajudamos a traçar.

Livre, quando mais incerta era a liberdade em nossa terra; afirmativo, quando possuía apenas a inviolabilidade de minha consciência; denunciante, quando o arbítrio dos poderosos não permitia que soubesse se, ao sair das madrugadas de trabalho,

CONFIDENCIAL

dormiria em minha casa ou em uma cela de prisão, recusou-me a ser bilancista, leproso e prisioneiro no exercício de um mandato que conquistara pela liberdade, pela afirmação e pela denúncia.

Tive de vencer terríveis dificuldades para que eu chegasse. Os que desejam fazer com que a alma brasileira seja escrava de sua propetência impugnaram minha candidatura. Acusaram-se de pertencer ao Partido Comunista. Apresentaram provas: eram manifestos clamando por democracia e desenvolvimento, eram petições protestando contra a prisão, sem formalidades legais, de escritores e estudantes, eram artigos e os originais de um livro denunciando as torturas infligidas a presos políticos.

Os tribunais recusaram-se a considerar um inimigo da democracia quem por ela sempre lutou. Mas minha candidatura só foi definitivamente confirmada cinco dias antes das eleições. A decisão unânime que a manteve foi relatada, no Superior Tribunal Eleitoral, pelo então Ministro Décio Miranda, hoje Procurador Geral da República.

Em maio de 1967 publiquei o livro "Torturas e Torturados". Não reproduzi os depoimentos que nos cárceres de todo o Brasil recolhera de prisioneiros torturados. A maior parte

CONFIDENCIAL

6.

dêses documentos, pungentes em sua objetividade, clamorosos em sua veracidade, eu os publicara anteriormente. Nunca, em toda a minha vida profissional, sofri um processo de crime de imprensa. Nunca, em mais de dez anos de jornalismo, fui desmentido. O jornalismo é um serviço público. A informação correta é a forma de prestá-lo. A fidelidade ao público que aprendi a servir guicou-me sempre na obtenção da informação factual, que só pretava quando de sua correção tinha absoluta certeza.

A verdade dos crimes narrados em "Torturas e Torturados" não podia ser contestada. Restou aos torturadores e a seus aliados no seio do Governo tentarem subtraí-la ao público. O Ministro da Justiça ordenou a apreensão da edição, assim que do livro tomou conhecimento. Mais uma vez tive de bater às portas dos tribunais. Não foi a imunidade parlamentar que então me acobertou, mas a justiça de uma causa que na verdade se protegia. O Tribunal Federal de Recursos, em decisão unânime, considerou ilegal o ato do Ministro da Justiça e libertou o livro. É possível que as sucessivas e unânimes decisões dos tribunais contra pretensões do Ministério da Justiça e em defesa de meus direitos hajam influído para a presente e descabida representação do Sr. Gama e Silva.

CONFIDENCIAL

7.

Um Mandato para Transformar

Trouxe, portanto, a esta Casa um mandato de luta e de transformação. Sem jamais haver sido político, sem apoiar-me em núcleos eleitorais, foi a pregação de idéias que me elegeu. Tive a honra de ser votado em mais de 95% das urnas da Guanabara.

E que pregação foi essa, que encontrou ouvidos em lugares onde nunca pisei, entre homens e mulheres que nunca vi?

Em julho de 1964, ao publicar o livro "A Velha Classe", fiz um diagnóstico:

"O divórcio entre a classe que tradicionalmente detém o poder e a riqueza, e a classe média e operária, tornou-se de impressionante nitidez após o movimento de 1º de abril. Fixada, também, em posições estáticas, ficou outra divisão, desta vez dentro da própria classe dirigente: o conflito de gerações. (...) A sistemática perseguição movida contra os estudantes, tanto os comunistas como os da esquerda democrática e católica, é um exemplo da opressão exercida por uma geração, que chega ao poder combatida e sem outra esperança senão a de conservá-lo indefinidamente, sobre a juventude universitária, elite nova de um país ignorante, que procurava canhestamente influir no poder, já que nêlo via o instrumento único para a verdadeira revolução

CONFIDENCIAL

8.

do progresso brasileiro.

"A velha classe ainda não se deu conta da extensão do conflito que criou. Contenta-se em sobreviver no poder tarde alcançado. Volta seus olhos para antes de outubro de 1930 e, em um esforço de auto-hipnotismo, procura convencer-se e convencer-nos de que os anos não passaram. Busca a tranquilidade de um país agrícola, com uma complementação industrial leve das importações extensas, uma pequena classe satisfeita com as vantagens do comércio externo de matérias-primas e um imenso povo mudo e obediente.

"Só que o tempo passou. E a seiva que sentimos borbulhar em cada pedaço da terra e em cada homem, terá de florescer. (...) O poder usa a direita e cedo lhe passará às mãos. Mas, enquanto estivermos sob seu jugo, nossa obrigação é preservar a independência, se possível o protesto e, na medida das capacidades de cada um, a lucidez e a esperança. Como disse o Presidente Kennedy, antevendo as lutas que acabariam por matá-lo: "Só podemos ter fé no futuro se tivermos fé em nós mesmos."

A realidade deve ser vista.

"A América Latina vive ainda sob o signo trágico do subdesenvolvimento, que não apenas afasta nossos irmãos do gozo

CONFIDENCIAL

9.

dos bens materiais, mas de sua própria realização humana. Apesar dos esforços que se efetuam, conjugam-se a fome e as misé-rias, as enfermidades de tipo massivo e a mortalidade infantil, o analfabetismo e a marginalidade, há profundas desigualdades nas rendas e tensões entre as classes sociais, surtos de violência e escassa participação do povo na gestão do bem comum.

"Nossos povos aspiram por sua libertação e por seu crescimento em unidade, através da incorporação e participação de todos na mesma gestão do processo personalizante. Por este motivo, nenhum setor deve reservar para si mesmo, de forma exclusiva, a condição política, cultural, econômica e espiritual."

(Mensagem aos Povos Latino-Americanos - Medellín, 6/9/68).

A visão da realidade implica em uma ação sobre ela.

"O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influxo." (Populorum Progressio, nº 32).

Creio ter sempre sido, em minha ação nesta Casa, fiel às idéias que preguei e à realidade que reconheci. O prego desta

CONFIDENCIAL

10.

fidelidade me é hoje cobrado em um julgamento perante os meus pares. Formalmente sou acusado de haver proferido dois discursos que seriam ofensivos às Forças Armadas, o que, no julgamento dos acusadores, configuraria o abuso de direitos políticos previsto no Art. 151 da Constituição. Na verdade, o que se deseja julgar é toda uma breve porém intensa atuação parlamentar.

Julgam-se, além dos discursos que foram anexados ao processo, muitos outros. Minha primeira presença na tribuna desta Casa foi para condenar, quando ainda em vigor estava o poder arbitrário do Presidente da República, de cassar mandatos, o Decreto-lei de Segurança Nacional. Denunciei, em inúmeros pronunciamentos, a política educacional do governo e os acordos MEC-USAID. Em virtude de um estudo preliminar que fiz e de um discurso que proferi, foi criada uma comissão de inquérito para investigar a venda de terras a estrangeiros, comissão esta da qual resultaram medidas legislativas que, embora não afastem de todo o perigo da desnacionalização de largas faixas do território brasileiro, contrariam frontalmente os interesses de nações poderosas. Inúmeras vezes subi à tribuna para protestar contra violências que atingiram estudantes, contra prisões de jornalistas e intelectuais, contra restrições da liberdade de pensamento.

CONFIDENCIAL

11.

to, contra as condições de trabalho nos campos de algumas regiões brasileiras, contra o cerceamento da liberdade sindical e contra a política salarial herdada e mantida pelo atual governo.

Falei ainda sobre as perseguições de que são vítimas bispos, padres e leigos cristãos que procuram conscientizar o povo e transformar, no sentido da justiça, as estruturas sociais de nosso País. Enumerando as suas experiências, narrando os casos pessoais mais exemplares e analisando a participação da Igreja Católica e das igrejas protestantes no processo de transformação social do Brasil, escrevi um livro, este ano publicado -- "O Cristo do Povo".

A atuação que desenvolvo contrariou e contraria muitos interesses estabelecidos. As análises e as denúncias que faço contrariaram e contrariam os que querem impor a este País um governo divorciado do povo, contrário às aspirações nacionais e garantidor de privilégios que o tempo e a justiça não mais permitem sobreviverem. Não contrariou nem contraria a ordem democrática e a paz social. Pelo contrário, procura construir esta e estabelecer aquela.

Por que as Acusações?

O discurso apontado como principal peça do processo

CONFIDENCIAL

12.

desencadendo pelo Sr. Ministro da Justiça foi pronunciado no dia 3 de setembro, sendo publicado no dia seguinte. A representação do Ministro do Exército ao Presidente da República foi feita no dia 5 de setembro. Nessa representação, o Sr. General Lira Tavares diz que "é de considerar-se a ressonância com que (os referidos conceitos) ecoam no seio do Exército".

Desejou-se apresentar a iniciativa ministerial como fruto de uma pressão indignada de oficiais face ao discurso. O simples cotejo das datas demonstra que esta pressão, se acaso verdadeira, não poderia ter sido exercida por um número grande ou sequer considerável de oficiais. A morosidade dos meios de comunicação no Brasil, o tradicional atraso com que cartas e telegramas são entregues e, principalmente, a pequena circulação do Diário do Congresso, cujo número do dia 4 de setembro só circulou posteriormente àquela data, e ainda a divulgação extremamente reduzida que o pronunciamento teve na imprensa escrita, não sendo sequer mencionado pela imprensa falada, permitem deduzir que a famosa pressão das bases seria antes produzida na imaginação de um pequeno grupo de oficiais que ao Ministro teve acesso do que, na realidade, do corpo da oficialidade.

Embora imediata fôsse a representação do Sr. Ministro

CONFIDENCIAL

15.

do Exército, só nos dias 19 e 20 de setembro pronunciaram-se
 ela, solidários os Ministros da Aeronáutica e da Marinha, diri-
 do-se não ao seu colégio militar mas, estranhamente, ao Sr. Minis-
 tro da Justiça. Isto faz crer que seus pronunciamentos foram so-
 licitados pelo Sr. Gama e Silva com a finalidade de apresentar
 um front comum contra a inviolabilidade da tribuna parlamentar
 por parte dos chefes das três armas.

A utilidade que esta manifestação conjunta poderia ter
 seria a pressão sobre a Câmara dos Deputados. No caso específico,
 a representação de Ministro Lira Tavares não fala em suspensão
 de direitos políticos, em cassação de mandato, nem em atentado
 à ordem democrática. Pelo contrário, afirma que o discurso que
 proferi tivera o mérito de unir ainda mais os militares. Textu-
 almente, diz o seguinte:

"4. Apesar da gravidade evidente das ofensas diri-
 gidas pelo Deputado MARCIO MOREIRA ALVES e do sentimento de re-
 pulsão com que elas ainda mais uniram os militares, como integrantes
 de uma Instituição a que tanto já deve a democracia brasileira,
 o Exército continua empenhado em combater os centros de disci-
 plina e de coerência das suas atitudes, obediente ao Poder Ci-
 vil e confiante nas providências que Vossa Excelência julgar

CONFIDENCIAL

devam ser adotadas."

A disparidade entre as palavras do Ministro do Exército e o arrazoado do Ministro da Justiça salta aos olhos. Para o Ministro militar providências. Poderiam ser elas um discurso de liderança da Maioria rebatendo o que eu preferira, um pronunciamento do próprio Presidente da República, o emprêgo dos vastos meios de propaganda à disposição do Executivo para apresentar suas razões e argumentos. No entanto, a providência que se tomou foi a de um processo contra a inviolabilidade da tribuna parlamentar.

Militares e Militarismo

Os documentos apresentados pelos Ministros do Exército e da Marinha citam um trecho de meu discurso propositadamente deturpado. Dizem que acusei as "cúpulas militares". Na verdade, como se comprova da leitura das notas taquigráficas e da publicação do Diário do Congresso, falei em "cúpulas militaristas". Nem todos os militaristas são militares. A maioria dos militares não é militarista. A distinção entre a honrada carreira militar e a criminoso deturpação do militarismo foi feita de maneira clássica por Ruy Barbosa. Disse ele:

CONFIDENCIAL

"Entre o Exército e o militarismo vai um despenhadeira.
O militarismo é a canceração do Exército. Dedicado a êste, com a mesma firmeza que a tôdas as instituições do país, pozando-o como um elemento necessário da grandeza nacional, exatamente por isso estigmatizamos o falseamento da sua missão pelos interessados em desnaturá-lo. O militarismo pode trazer vantagens militares esquecidos do voto profissional. Mas, para o Exército, é o descrédito, a ruína, o ódio público. Para a Nação, que necessita do Exército, a mais inenarrável das calamidades é, se nos permitem essa frase bíblica, a abominação da desolação.

"O militarismo está para o Exército:

Como o clericalismo para a religião;

Como o industrialismo para a indústria;

Como o mercantilismo para o comércio;

Como o cesarismo para a monarquia;

Como o demagogismo para o governo popular;

Como o absolutismo para a ordem;

Como o egoísmo para o eu.

"Ora, a política, no Exército, leva fatalmente ao militarismo. Entre o Exército e a política se deve, portanto, levantar a mais alta muralha.

CONFIDENCIAL

16.

"Segue-se que se abdique sob as armas a qualidade primitiva de cidadão? Não: apenas se suspende. Daí um limite mais difícil de fixar, mormente em quadra de revolução. O Exército deve interessar-se pelos negócios do país, mas conservando-se alheio à direção d'ellos. Fugindo de antecipar, ou contrariar a opinião geral, mostrar-se-á respeitoso e confiante no sentimento público, tãda vez que se produza calma e legalmente. Considerar-se-á como o braço ativo da Pátria, defender-lhe-á a reputação e os interesses no exterior, protegerá no interior a vida e os bens de todos, incumbir-se-á sempre dos cometimentos, onde haja riscos que correr, ou lenitivo que aplicar. Expondo as suas necessidades, abster-se-á de aventurar-se a exigências, já porque o estado militar, preparatório da guerra, deve exercer-se na equibriedade, já porque os recursos do Tesouro são limitados. Simbolicamente, a um tempo, de ordem e fôrça, não esquecerá (e isto vale particularmente aos seus chefes) que a junção da ordem à fôrça é sobretudo imponente quando se apóia numa razão sã, estremo de asseios e excessos.

"Eis a antítese do militarismo e a definição do Exército. Somos por este contra aquêlle."

CONFIDENCIAL

17.

Atentado à Ordem Democrática

Ainda que se aceitasse, apenas para argumentar, que o abuso das imunidades parlamentares pudessem levar à perda dos direitos políticos, somente se admitiria o processo previsto no art. 151, se esse abuso tivesse por escopo "atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção".

Mas, em que trecho do meu discurso se encontra qualquer frase ou argumento que venha a retratar o objetivo de atentar contra a ordem democrática?

Alega-se, falsamente, que eu teria atacado todo o Exército Nacional, chamando-o de valhaconto de torturadores e dizendo que as cúpulas militares procuravam explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo, no desfile de 7 de Setembro, razão pela qual aconselhava a que se boicotasse esse desfile.

Em tudo isso poder-se-ia descobrir, quando muito, ataque ao Exército, instituição nacional que se destina à defesa do regime e da Nação; mas, nem por isso, malgrado o respeito que merecem as Forças Armadas, pode alguém vislumbrar, nas palavras que preferi, atentado contra a ordem democrática.

Critiquei elementos do Exército, que, em meu entender, abusam da instituição, fazendo-a de valhaconto de torturadores,

CONFIDENCIAL

15.

o que, longe de revelar atentado à ordem democrática, traduz, ao contrário, o desejo de proteger o direito à integridade física dos cidadãos, para impedir, no futuro, que se pratiquem torturas e sevícias. Esse direito é fundamental no regime democrático.

Nem se diga que, atacando-se o Exército, atentar-se-ia contra o regime democrático, em virtude de caber às Forças Armadas garantir os poderes constituídos, a Lei e a Ordem, tal como se encontra escrito no art. 92, § 1º da Constituição do Brasil.

Se alguém entender, ainda que erradamente, que as Forças Armadas, em lugar de estarem cumprindo sua missão constitucional, se acham, ao revés, desviadas de tão sacrossanta missão, o ataque que se fizer ao Exército, em virtude disso, longe está de atentar contra a Democracia: quem dirigir ou endereçar estes ataques contra as Forças Armadas, tem em vista, muito ao contrário, defender a democracia e os Direitos Individuais.

O art. 151 não pode ser interpretado sem que se fixe bem o seu sentido teleológico: somente quando os abusos tiverem como objetivo claro atentar contra a ordem democrática é que em defesa da democracia deve ter seus direitos políticos suspensos aquele que tais abusos cometeu.

CONFIDENCIAL

19.

Se houve abuso sem a intenção de atentar contra a Ordem Democrática, seria inadmissível suspender-se o exercício dos direitos políticos daquele que esses abusos cometeu.

O nexo finalístico entre a prática dos abusos e o atentado contra a Ordem Democrática vincula de tal modo aquelas a este, que, sem a intenção clara de atingir o sistema democrático, punição não se pode impor aos mencionados abusos, dentro do que prevê e estatui o art. 151.

Em toda regra preceptiva, cuja violação traga sanctio juris de caráter penal ou assemelhada à pena, domina o princípio da tipicidade: não há sanção sem fato típico.

No art. 151, da Constituição de 1967, os fatos típicos de que podem decorrer a providência sancionadora da suspensão dos direitos políticos são quatro:

- 1) Abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior, para atentar contra o regime democrático;
- 2) Abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8º, 23, 27 e 28 do artigo anterior, para praticar a corrupção;
- 3) Abusar dos direitos políticos, para atentar contra o regime democrático;
- 4) Abusar dos direitos políticos para praticar a corrupção.

Existe, nas quatro figuras típicas, de par com a ação

CONFIDENCIAL

20.

de abusar de direitos (individuais ou políticos), aquilo que se denomina de elemento subjetivo do ilícito ("para atentar contra a ordem democrática", ou para "praticar a corrupção"). Sem que a ação abusiva fique ligada a esse objetivo, pela conexão teleológica expressa através da preposição PARA, não cabe aplicar-se a regra sancionadora da suspensão dos direitos políticos.

A ação abusiva, só por si, não configura o ilícito constitucional, de que resulta a sanctio expressa no art. 151: imprescindível é que a causa finalis dessa conduta abusiva seja ou o "atentar contra a ordem democrática" ou o "praticar a corrupção".

Sem que se verifique esse laço finalístico entre o abuso e o atentado contra a ordem democrática (ou a prática da corrupção) inexistente fato sujeito ao preceito sancionador contido no art. 151 da Constituição do Brasil.

O abuso, ainda que perpetrado, não autoriza, só por si, a suspensão dos direitos políticos. In casu, só se eu, ao praticar a ação abusiva que a Lei Maior prevê, no praeceptum juris do art. 151, tivesse por fim atentar contra a ordem democrática, é que incidiria a sanctio juris contida no citado art. 151. E, como a minha intenção ou objetivo, longe de ser o de tripudiar sobre

CONFIDENCIAL

a democracia, foi, ao contrário, o de defender as instituições do Estado Democrático, infringido deve estar pelo aludido art. 151.

Nem se diga que, se atrevesse o Exército e progressos o boicote a uma das maiores festas cívicas da Nação, estaria implicitamente atentando contra a ordem democrática, uma vez que o Exército é guardião da ordem e da legalidade.

Antes de mais nada, a conexão finalística da norma constitucional projeta-se no plano subjetivo, pelo que seria necessário provar que o meu objetivo, nas palavras que proferi, foi o de aviltar a própria ordem democrática que a Constituição adota e as Forças Armadas devem manter e defender. Mas onde está essa prova, ainda que indireta ou circunstancial?

Qual a base dessa presunção gratuita e absurda?

Nas palavras que proferi é que não se encontra, uma vez que no meu discurso não há um só vocábulo, frase ou raciocínio que revele, de longe, qualquer menosprezo ao regime democrático ou aos Direitos do Homem, e, muito menos, ataque ou atentado a esse regime.

Nada sobre, portanto, para alimentar-se um sup

CONFIDENCIAL

22.

peito, a qual, para um democrata convicto e sincero, constitui até vexame e pecha difamatória, uma vez que nunca pactua com ideologias totalitárias.

Atacar as Forças Armadas, só por si, não traduziria atentado à ordem democrática. Pode-se atacar o Exército, por supor-se estar empenhada essa corporação em destruir a própria Democracia, pela força das armas, instaurando, em seu lugar, autêntica oligarquia castronense; e, nessa hipótese, a crítica ao militarismo, longe de atingir o sistema democrático, estaria procurando defendê-lo.

Pode-se atacar o Exército, por entender-se que os militares pretendem tutelar a vida política do País, através de formas indiretas, com o que todos os Fedéres da Nação acabariam dominados e subjugados ao império da força, desaparecendo assim a ordem jurídica; e, ainda nessa hipótese, a crítica teria como objetivo, principalmente, a preservação da ordem democrática.

Mas nem mesmo ataquem as Forças Armadas (ainda que através de reparos inspirados na defesa do Direito, da Liberdade e da Democracia), pois as palavras que pronunciari não se endereçariam às nossas corporações militares, mas tão-somente àqueles que, no Exército, em minoria, têm cometido atos e desatinos que atentam

CONFIDENCIAL

23.

contra os direitos e a liberdade do povo.

Ataquei, sim, o Governo, a Polícia e elementos do Exército, que, no meu entender, estavam violentando a liberdade e participando de repressões cruentas contra os que não concordam com as diretrizes políticas de nossos governantes.

O que reclamo, o que denuncio toda a Nação é contra a impunidade dos que praticam crimes, desoambam para o terrorismo, tripudiam sobre as leis e os direitos humanos. Quem, até hoje, foi punido por torturar presos políticos? Onde estão as punições dos responsáveis pela morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro? Onde as punições dos que ordenaram e executaram a invasão da Universidade de Brasília, prometidas pelo Marechal Costa e Silva sob o primeiro impacto de indignação que aquêles atos de vandalismo lhe causaram? Quantos membros do CCC foram presos? Em que Auditoria Militar está o processo contra os que, no Rio de Janeiro, torturaram os irmãos Ronaldo e Rogério Duarte? Em que artigo do Decreto-lei de Segurança Nacional foram enquadrados os terroristas fascistas presos em São Paulo? Por que motivo o inquérito contra eles não prosseguiu até a direção da quadrilha?

Na verdade, nenhuma dessas perguntas tem respostas por parte do Governo. Ou melhor, a resposta está na impunidade dos

CONFIDENCIAL

24.

criminosos e no processo de cassação de direitos políticos movido contra o Deputado Hermanno Alves e eu, que os denunciam.

Não se registram, em minhas palavras, críticas às Forças Armadas propriamente ditas e muito menos com o intuito de debilitar a ordem democrática.

A simples leitura dos discursos revela quão inexatas são as acusações que me são feitas.

Críticas a Militares

Não foi, como não é, minha intenção confundir militares que de seus deveres profissionais e de cidadãos se desviam com a totalidade das Forças Armadas. Para criticar militares, assim como civis que desservem ao seu país, não preciso de imunidades parlamentares. Não precisam também dessas imunidades os que analisam a estrutura do Exército Nacional, criticando-a. O manifesto dos capitães que atualmente cursam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, publicado nos jornais de 1º de novembro último, demonstra que a inconformidade com a presente situação militar não se limita aos políticos e à opinião pública civil. Aquêles oficiais analisaram com tal rigor a situação pessoal dos oficiais e administrativa do Exército que chegam a dizer:

"É grave o rumo no qual se orienta a situação do Exér-

CONFIDENCIAL

25.

cito na vida nacional. Todos os aspectos analisados até aqui se entrosam para delinear um sério e iminente perigo, cujas verdadeiras dimensões se percebem no meandro de sua complexidade. Concluímos que nada adianta, aos de visão mais curta, esconderem aos seus chefes, a pensar que estariam mantendo um clima de tranquilidade necessária, as anomalias e as insatisfações. Todos esses fatores provocam um desvirtuamento da missão do Exército, que ofende a seus quadros e propicia o alastramento da horda subversiva e dos aproveitadores da miséria.

"(...) O surgimento dos desvios acentuados da atividade militar nos quartéis, onde a burocracia e a administração engolfaram a preparação profissional, disfarça no expediente completo aquilo que se torna mais ostensivo nos corredores dos gabinetes e estabelecimentos. Não quer dizer que não se trabalhe, e sim, afirma-se que não se produz convenientemente. Não acreditamos que isto aconteça no Exército da paz. Enganarmo-nos que o pessoal produz a segurança do país é o evidente não reconhecimento de que a função militar está desvirtuada por erros quase crônicos. (...) O oficial da tropa se desvaloriza no esquecimento, cansado de ouvir falar em Corpo do Exército, Divisão e Teleguiados, e se ver às voltas com o MOSQUETÃO 1908.

CONFIDENCIAL

26.

"(...) Não se pode manter viva a chama idealista pelo jôro das palavras. É preciso sentir em seu trabalho a materialização do objetivo que nos trouxe à carreira das armas. Não é possível um homem se enganar durante trinta anos."

E que idéia têm estes oficiais do atual Governo? Eles mesmos respondem:

"A onda de descrédito no Governo se avoluma pela corrupção, caracterizada por episódios da nossa vida pública, fartamente noticiados, o que, pela falta de repressão enérgica e violenta, apesar dos meios legais existentes, parece se antagonizar com a moralização da autoridade, visível e definida no movimento revolucionário de março de 1964."

E quem reduziu o Exército Nacional à situação descrita pelos capitães e homologada pelo Sr. Ministro do Exército na entrevista que concedeu à imprensa, publicada a 8 de novembro? Uma cúpula, aí sim, militar, que, não tendo resolvido os problemas da sua própria corporação, não terá, evidentemente, capacidade para resolver os problemas mais amplos do País sem um perfeito entrosamento com as instituições e os técnicos civis. Os militaristas, alguns d'elles pertencentes à geração de velhos militares, muitos já atingidos pela reforma, procuram usar a

CONFIDENCIAL

totalidade das Forças Armadas para, usurpando o direito de em seu nome falar, continuarem a gozar as benesses do poder, os com ramalhados cargos nas empresas de economia mista, as vantagens de uma acumulação de salários que os seus colegas da ativa e dos quartéis não podem ter.

Os planos de implantação de uma ditadura militarista no Brasil, planos que estão em andamento e que usam diretamente, como forças auxiliares, grupos terroristas de direita e indiretamente incentivam o aparecimento de grupos terroristas de esquerda, não beneficiam nem as Forças Armadas, nem a população civil e muito menos o País. São traçados por aqueles que em uma democracia são eternos suplentes e só têm possibilidade de se efetivarem na vida pública através do assassinato da liberdade. São traçados por aqueles que desejam declarar guerra ao progresso, ao desenvolvimento e à Nação, a fim de se locupletarem com os dinheiros públicos e satisfazerem suas frustrações pessoais com o arbítrio desenfreado.

São estes planos e estes homens que denunciei, como para isto devam fazê-lo todos os que amam a nossa terra. Dentro destes planos e movidos por estes homens é que se envolve todo o Governo, para a tentativa de silenciar o Congresso Nacional pela cas-

CONFIDENCIAL

28.

sação da inviolabilidade da sua tribuna e pelo desaparecimento da imunidade que fora do Congresso protege os deputados, permitindo-lhes a expressão do seu pensamento no cumprimento dos seus mandatos.

Os Textos Constitucionais

Toda questão jurídica relativa à cassação pleiteada pelo Dr. Procurador Geral da República, na representação levada ao Supremo Tribunal Federal, gira em torno de dois preceitos constitucionais: os artigos 34 caput e 151, respectivamente, da Constituição do Brasil.

Confrontando os dois textos constitucionais e sopesando o conteúdo de cada um, numa análise do que em ambos vem disposto, fácil será demonstrar-se que a representação do Dr. Procurador Geral da República não apresenta lastro jurídico e despi-se de se aca de qualquer fundamento.

Tentando atingir a inviolabilidade parlamentar do art. 34 caput, da Constituição do Brasil, a mencionada representação procura alargar indevidamente a área de incidência do preceito do art. 151, o que não se coaduna com a natureza excepcional da severíssima norma que neste último vem consubstanciada. Por outro lado, embora visando a defesa das instituições democráticas, ao pedir a aplicação do art. 151, da Constituição, o Ministério

CONFIDENCIAL

29.

Público Federal alveja, contraditoriamente, sem base e sem alicerce legal, a própria substância do "regime representativo", uma vez que põe em risco a liberdade de opinião do mandatário do povo, no legítimo exercício da função que recebeu nos sufrágios eleitorais.

Além disso, esquecendo-se da conexão teleológica entre o abuso de direito a que alude o art. 151 e o combate ao regime democrático (tudo na forma prevista no próprio art. 151), a representação do Dr. Procurador Geral da República está fundada em fatos onde inexiste esse imprescindível liame, uma vez que nas palavras por mim proferidas não se encontra qualquer trecho, argumento ou frase em que se vislumbre, ainda que longinquamente, ataque, condenação ou crítica ao regime democrático.

O Art. 151, da Constituição de 1967

O art. 151, da Constituição da República, é norma de exceção, porquanto se reveste da natureza de preceito repressivo, para a defesa do regime democrático, em que se prevê a aplicação do mesmo contrário, em essência, ao que se preconiza na própria democracia.

Inspira-se o preceito constitucional em regra semelhante contida no art. 18 da Constituição da República Federal da

CONFIDENCIAL

30.

Alemanha, onde o temor do ressurgimento do nazismo, de par com a luta frontal contra o comunismo, levaram aquela Constituição a incluir, em seu texto, preceito dessa espécie, como "protection spéciale de la démocratie contre le retour du nazisme et du militarisme", e para "garantir le régime démocratique contre les ennemis de la Démocratie" (MIRKINE-GUETZEVITCH, "Les Constitutions Européennes", 1951, vol. I, págs. 139 e 141).

Funda-se a mencionada regra repressiva no argumento de que não se pode tolerar que "l'utilisation des techniques démocratiques soit dirigée contre la démocratie, ni que la liberté puisse servir à son propre anéantissement" (GEORGES BURDEAU, "Traité de Science Politique", 1957, vol. VII, pág. 57).

Mas, com tal norma de exceção, o regime democrático cria uma "regulamentação discriminatória", em que atinge princípios em que "traditionnellement, on faisait reposer l'ordre juridique démocratique", ao mesmo tempo em que a liberdade, deixando de ser garantida pela "impersonnalité de la loi, devient une valeur relative" (G. BURDEAU, op. e loc. cit.).

Nem na Constituição da República Federal Alemã o art. 18 é auto-aplicável, não devendo sê-lo igualmente na nossa, uma vez que em sua aplicação se envolvem problemas complexos, que

CONFIDENCIAL

31.

afetam os direitos e garantias individuais consagrados no art. 150. Auto-aplicáveis aos direitos individuais são os preceitos que os tutelam, nunca os que os restringem.

Por isso mesmo é que preceitos como o do art. 18, da Constituição alemã, e o do art. 151, da Constituição do Brasil, necessitam ser aplicados estritamente, sob pena de trair o Estado Democrático e seu ideal, pois, nesse regime político, "le but ne peut justifier tous les moyens, et c'est en cela qu'il doit se distinguer des Etats totalitaires" (Cf. PIERRE A. PAPADATOS, "Le Délit Politique", 1955, pág. 146). Ou, como diz W. FRIEDMANN: "Les démocraties ne peuvent appliquer les mêmes méthodes que les sociétés totalitaires" ("Théorie Générale du Droit", 1965, pág. 385).

As liberdades democráticas podem ser controladas para que a democracia não pereça e o jus libertatis não acabe suprimido; mas há o controle que serve de garantia à liberdade e o controle que oprime e anula a própria liberdade. Só o primeiro é legítimo, pois que o último não se compadece com o Estado Democrático (Cf. W. FRIEDMANN, op. e loc. cit.; L.T. HOBHOUSE, "Liberalismo", 1927, págs. 118/119).

Dai não se poder aplicar o art. 151, da Constituição do

CONFIDENCIAL

32.

Brasil, mais além do que permite a linguagem do texto. A esfera de incidência dessa regra de exceção está traçada e demarcada pelas palavras que nela estão contidas e expressas. Complementar o texto constitucional, através de integração que lhe alargue o âmbito normativo, está vedado pelos próprios princípios democráticos que o art. 151 quer manter incólumes e sempre vivos. Se a suspensão de direitos políticos acabar ao sabor de entendimentos arbitrários, ou sob o influxo de hermenêutica que lhe dilate o campo de aplicação, o regime democrático terminará comprometido e vulnerado, através de um mandamento destinado justamente a preservá-lo e defendê-lo.

No caso em foco, o art. 151 tem de ser pôsto em confronto com o art. 34 da Constituição, visto que a sua aplicação esbarra com imunidades concedidas aos representantes do povo para que estes exerçam o mandato legislativo sem tomos algum de forças externas ou de pressões de qualquer espécie.

No art. 34, da Constituição, está solenemente declarado que

"Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos".

Trata-se de um dos cânones fundamentais do princípio

CONFIDENCIAL

33.

da separação e independência de poderes, uma vez que se destina a garantir a inviolabilidade dos mandatários do povo, no exercício da função legislativa.

Se a Constituição do Brasil, segundo o que declara o seu art. 1º, estrutura uma República moldada sob o regime representativo, em que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido; se essa mesma Constituição, em seu art. 6º, proclama que o Legislativo é um dos poderes independentes da União; e, se a forma republicana representativa, bem como a independência e harmonia dos poderes, estão inscritas, através do art. 10, n.VII, da mesma Constituição, entre os princípios fundamentais do Regime Federativo, o art. 34, como corolário desses postulados, é também regra intangível e de sumo relêvo para assegurar o livre exercício da função legislativa e a livre manifestação da vontade popular, através dos mandatários que o povo escolheu.

O funcionamento do Legislativo, como poder independente da União, está vinculado estreitamente à observância das imunidades parlamentares, pois, do contrário, os representantes da Nação e do Povo estariam sob o constante temor de ameaças.

Esse é o motivo pelo qual o art. 151 não alcança as imunidades que o art. 34 concede a deputados e senadores, quando

no exercício de suas funções. Se assim não fosse, a independência do Congresso Nacional e a pureza democrática do sistema representativo ficariam mortalmente atingidos.

A Inviolabilidade Parlamentar

O art. 34 caput, da Constituição do Brasil, não trata de si um privilégio, é, sim, "medida de ordem pública instituída para colocar o Poder Legislativo extra-alcance das investidas do Poder Executivo". Se privilégio fosse, seria antes "um privilégio a favor do povo, um privilégio a favor da lei, um privilégio a favor da Constituição" (RUY BARBOSA, "Comentários à Constituição", 1933, vol. II, págs. 40 e 41).

Como lembra LIBBERDALE, "un député peut donc parler ou voter dans l'Assemblée, sachant qu'aucune action légale ne peut être prise contre lui en conséquence de ses paroles et de ses votes" ("Le Parlement Français", 1954, pág. 104).

Trata-se de inviolabilidade de caráter absoluto, "nel senso che vieta qualsiasi azione civile e penale contro il parlamentare" (CARLO CERETTI, "Diritto Costituzionale Italiano", 1966, pág. 433). E acrescenta, linhas adiante, o renomado constitucionalista peninsular:

CONFIDENCIAL

35.

"Il fatto che la insinducabilità accordata ai parlamentari possa dar luogo ad abusi...non venne riconosciuto come buon argomento per la limitazione di questa insinducabilità, assolutamente necessaria per il libero esercizio della funzione".

SAMPAIO DÓRIA, por sua vez, declara que essa inviolabilidade se identifica com

"a isenção da lei por abusos que cometam, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos" ("Comentários à Constituição de 1946", 1960, vol. II, pág. 216).

Desde que a Constituição consagra solenemente, como um de seus postulados fundamentais, o sistema representativo, impossível lhe seria deixar, sem amparo irrestrito a inviolabilidade parlamentar, pois que esta, segundo ESMEIN, é autêntico "axiome du gouvernement représentatif" ("ELEMENTS DE DROIT CONSTITUTIONNEL", 1928, col. II, pág. 419).

Se a inviolabilidade parlamentar destina-se a acobertar principalmente os ABUSOS cometidos pelos representantes do povo, como salienta SAMPAIO DÓRIA, para que, assim, a representação popular funcione a atuo democraticamente, ocudando a independência do Legislativo, seria absurdo, exdrúxulo e sem sentido

CONFIDENCIAL

que o abuso de direitos a que se refere o art. 151 da Lei Maior abrangesse a atuação dos congressistas no exercício do mandato legislativo. Se tal acontecesse, estaria anulada e riscada da Constituição a regra tutelar do art. 34 caput. Ou, então, inócua, vazia e sem real alcance seria a inviolabilidade que a Constituiçãõ vigente proclama e reconhece. Deputados e Senadores estariam forçados a medir milimetricamente as palavras, votos e opiniões emitidos no exercício do mandato, para evitarom a sanctio juris da suspensão dos direitos políticos; e com isso acabaria emascuada a liberdade do Poder Legislativo.

Uma contradictio in se ipsa tão flagrante não se pode admitir. Ou o art. 151 não alcança a inviolabilidade parlamentar e o regime democrático-representativo funciona sem pênas e entraves; ou o art. 151 risca e apaga o art. 34 caput, pois a tanto equivaleria a incidência daquele na órbita da vida funcional dos mandatários do povo.

Não há outra alternativa, pois o art. 151 e o art. 34 caput, da Constituição do Brasil, não se entrosam a ponto de permitir que este fique atingido por aquêlo: se o art. 151 alcançar a inviolabilidade parlamentar, o art. 34 perde todo o seu conteúdo e substância, eficácia e imperatividade, para transformar-se

CONFIDENCIAL

37.

em proceito estéril e inútil, tal como se não tivesse sido escrito.

Dos próprios dizeres e verba legis do art. 151 da Constituição de 1967, infere-se, sem resquício de dúvida, que ali não se enquadra a inviolabilidade parlamentar.

E que tanta importância tem, no funcionamento do regime democrático e do sistema representativo, a liberdade de ação dos deputados e senadores, que os autores do art. 151 não se atreveram a forjar essas prerrogativas de tamanho relevo no mecanismo das instituições constitucionais.

Em primeiro lugar, o próprio art. 151, em seu parágrafo único, deixou bem explícito que não dispensou, para a sua aplicação, a consulta à Câmara, para que se instaure o processo de suspensão de direitos políticos. A denominada imunidade processual dos Deputados e Senadores foi mantida e aceita, em termos bem claros, no art. 151, tanto que não se pode instaurar processo de suspensão de direitos políticos contra qualquer membro do Congresso Nacional, sem a licença da respectiva Câmara, tudo conforme se acha escrito no citado parágrafo único do art. 151, da Constituição do Brasil.

Se assim dispôs a norma constitucional, evidente está

CONFIDENCIAL

38.

que ficou de todo fora do propósito e intenção dos constituintes suprimir as imunidades parlamentares, mesmo através do disposto no referido art. 151. Essa norma de exceção, que visa impedir o exercício de direitos políticos a quem abuso de alguns dos direitos individuais de art. 150 e desses mesmos direitos políticos, parou e não caminhou para a frente, no sentido de ir alcançar as imunidades parlamentares.

Se a imunidade processual ficou tão claramente reafirmada, que teria sucedido com a inviolabilidade dos Deputados e Senadores no exercício de sua função?

Estará respeitada pelo art. 151 a referida inviolabilidade?

Uma vez que o art. 151 garantiu a imunidade processual, de modo explícito, só se poderia admitir que fôsse atingida a inviolabilidade do art. 34 caput, se o art. 151 a isto fizesse menção expressa; e, como não o fôz, a única conclusão a tirar-se é a de que a inviolabilidade parlamentar não se encontra sob a incidência do art. 151.

Para que de outra maneira se pudesse afirmar, imprescindível seria que o art. 151 declarasse que perderia os direitos políticos não só aquele que abusasse dos direitos individuais

CONFIDENCIAL

39.

do art. 150, ou dos direitos políticos, mas também o que abusasse da inviolabilidade parlamentar. Mas silenciou, de modo completo, e absoluto, o mencionado art. 151 a respeito da inviolabilidade parlamentar, ao aludir aos abusos que pudessem levar à suspensão dos direitos políticos, ao mesmo tempo em que, de modo expresso, se referia às imunidades processuais, quando, em seu parágrafo único, tornou exigível a licença da Câmara para a instauração do processo.

Aliás, é bom que se registre que a referência existente no parágrafo único do art. 151 não se encontra na Constituição alemã, o que não impediu, porém, que ali se entenda implícita a necessidade da autorização do Bundestag para início do processo (ERNEST FRIESENHAHN, "La Giurisdizione Costituzionale nella Repubblica Federale Tedesca", 1965, pág. 128).

C O N C L U S ã O

Não deve e não pode a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados declarar inexistente a inviolabilidade da tribuna parlamentar, instituída no Art. 34 caput da Constituição da República.

O art. 151, que deve ser interpretado estritamente, não faz referência aos abusos cometidos na função parlamentar;

CONFIDENCIAL

40.

e, como se trata de regra de exceção, de caráter penal, não se admite que venha a abranger hipóteses ali não previstas clara e expressamente.

Ao demais, se o art. 151 respeitou as imunidades parlamentares do art. 34, § 3º, e se omitiu quanto à inviolabilidade do art. 34 caput, a conclusão a tirar-se é uma só: tratando-se de norma destinada a tutelar o regime democrático, entenderam seus autores que seria um contrassenso que ela acabasse por vulnerar a independência do Legislativo, comprometendo, assim, a própria estrutura do sistema representativo, elemento nuclear e subtancial do regime democrático.

Pela própria natureza e objetivos políticos do que se contém no art. 34 caput, seria paradoxal e absurdo que, para a defesa da democracia, viesse golpear-se tão profundamente o sistema representativo e a harmonia e independência de poderes, coarctando a ação do Legislativo e dos mandatários da vontade popular.

Mas, quando assim não fôsse, palavra alguma proferi que tivesse por fim atentar contra a ordem democrática.

Cabe à Câmara dos Deputados, neste passo, defender as prerrogativas constitucionais de seus membros. Somente ela, no

CONFIDENCIAL

41.

nosso sistema constitucional, pode determinar até onde se estende a inviolabilidade parlamentar, pois

"questa esclusiva competenzaa delle Camere è stata sempre universalmente affermata dalla doutrina" (G. LOJACANO, "Le Prerogative dei Membri del Parlamento", 1954, pág. 100).

E somente à Câmara, através de suas normas regimentais, cabe punir seus membros que porventura abusem da inviolabilidade no exercício do mandato. Abdicar de tal função, para que outro órgão (ainda que se trate de nosso incomparável Supremo Tribunal Federal) aprecie a questão, seria ato contrário ao relevante papel que ao Congresso cabe no regime democrático.

Em defesa das prerrogativas intangíveis de seus membros, cumpra que a Câmara dos Deputados afaste, de uma vez por todas, a ameaça das sanções do art. 151, em relação aos que, amparados pelo art. 34 caput da Constituição, exercem seu mandato com exação e sem temor, procurando fazer de sua tribuna uma trincheira da Democracia.

Brasília, 18 de novembro de 1968.

Manoel
MÁRCIO MOREIRA ALVES
Deputado Federal.

FOTO

IDENTIDADE

FILIAÇÃO - PAI

MÃE

IDADE ESTADO CIVIL

PROFISSÃO POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE NATURAL DE

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

..... NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS

FICHA DE IPM Nº 1.0.101 HISTÓRICO PROTOCOLO GERAL 187

11 ABR 69 - Indiciado em IPM instaurado pelo Cmdo. do I Ex. para apurar atividades subversivas e contra-revolucionárias.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL



1. Nº 006	2. DATA: 23/12/68
3. NOME: MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES	
4. FILIAÇÃO: Márcio Honorato de Melo Franco Alves e Branca Melo Franco Alves	
5. DATA DE NASCIMENTO: 14 de Julho de 1936	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: Rio de Janeiro	
8. PROFISSÃO: Jornalista - Advogado	
9. ESTADO CIVIL: Casado	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA:	

Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)



12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Jornalista do CM.
- Dep. Fed. - MDB/GB.
- Assinou o chamado "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Participou de manifestação da UNE e UME, de condenação à invasão da República Dominicana.
- Assinou manifesto contra a intervenção dos EUA no Caribe.
- Assinou manifesto pela libertação de ÊNIO DA SILVEIRA.
- Fez parte do Conselho Consultivo da revista intitulada "Política Externa Independente".
- Foi membro da Comissão Coordenadora do manifesto intitulado "Carta Aberta ao Pres. da República".
- Foi indiciado em IPM instaurado na 10ª RM, em virtude de declarações ofensivas às autoridades, pela TV, em programa do TRE.
- Elogiou o Gov MIGUEL ARRAES e declarou querer a repetição de seu governo no BRASIL.
- Foi prêso, juntamente com outros intelectuais, promover agitação em frente ao Hotel Glória, durante a instalação da Conferência da OEA.
- Durante o ano de 1965, escreveu no "Correio da Manhã", única e exclusivamente criticando o Gov. Federal.
- Assinou manifesto reclamando liberdade para / JOEL RUFINO DOS SANTOS.
- Assinou a "Moção dos intelectuais ao Povo Brasileiro".
- Implicado no movimento estudantil.
- Colaborador do jornal comunista "Folha da Semana".
- Está intimamente ligado ao "MCD" (Movimento Contra a Ditadura.)
- Cedeu seu automóvel e estudantes para a distribuição de panfletos, durante passeata estudantil.
- Autor do livro "Torturas e Torturados", que é uma violenta manifestação contra os oficiais si

Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

- periores das FFAA.
- Requereu a presença do Min LIRA TAVARES na Câmara, a fim de pronunciar-se "a respeito de se vícios praticadas em presos políticos, em quartéis da 7ª RM".
 - No livro "Palavra de ARRAES", enaltece a figura do líder comunista pernambucano.
 - Atacou violentamente o Gov, quando da prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES.
 - Instigou estudantes paranaenses a agir contra o Acôrdio MEC-USAID.
 - Acusou militares de terem torturado presos acusados de participação nas guerrilhas de MG.
 - Fêz violento ataque ao Gov, afirmando que foram consumidas 1250 garrafas de Whisky na estada da comitiva presidencial em BH.
 - Proferiu conferência de teor subversivo para estudantes de JOÃO PESSOA/PB.
 - Publicou artigo intitulado "GEISEL E LIRA ESCONDEM TORTURADORES".
 - Atacou violentamente o Gov Fed, aludindo à prisão dos irmãos RONALDO e ROGÉRIO DUARTE.
 - Incitou estudantes do PR à violência e à guerrilha, como única solução para o BRASIL.
 - Participou ativamente nas manifestações estudantis ocorridas na W-3 (BRASÍLIA)
 - Faz parte do sistema contra revolucionário de orientação comunista.
 - Dificultou os trabalhos de triagem, efetuados pela Polícia de BSB, quando da prisão de estudantes.
 - Em setembro, atacou violentamente o Gov e as FFAA, concitando o povo a boicotar o desfile militar de 7 de Setembro.
 - Participou da Assembléia dos Bancários da GB, onde proferiu violento discurso contra a política salarial do Governo e concitando a classe à greve.
 - Participou de manifestações estudantis, em BSB e GB.
 - Discursou, na Câmara, atacando as autoridades constituídas e apoiando as agitações estudan-



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

tis.

- Face a pedido de licença para ser processado, os líderes do MDB aconselharam-no a que se mantivesse reservado.
- O MDB não concordou com o teor do seu discurso ofensivo às FFAA.
- Afirmou que não mudará um milímetro daquilo que disse em seu discurso de setembro.
- Viajou à BH, mantendo contatos com trabalhadores grevistas.
- Tem sido apoiado por D. HELDER CÂMARA.
- Secretário Geral do "MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR" do MDB.
- Fêz entrega à Rainha ELIZABETH de uma exposição de motivos sobre a iniciativa do Gov, para processá-lo.
- No dia 10, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara concedeu licença para processar o epigrafado, por 19 x 12 votos.
- No dia 12, o Plenário da Câmara dos Deputados negou licença para que o epigrafado fosse processado.

13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 965 - Abr - Assinou o chamado "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Mai - Participou de manifestação da UNE e UME, no Calabouço (GB), de condenação à invasão da Rep. Dominicana e contra o envio de Tropas brasileiras àquela República.
- Assinou o Manifesto intitulado "Intelectuais são Contra a Intervenção dos EUA no Caribe".
- Jun - Assinou manifesto pela libertação de ÊNIO DA SILVEIRA.
- Dirigindo-se a VIOLETA ARRAES, expressou as seguintes idéias: - a legenda de MIGUEL ARRAES é um caminho a ser trilhado no futuro; - o governo de ARRAES em PE, é o que gostaria de ver repetido no BRASIL.
- Jul - Fêz parte do Conselho Consultivo da revista intitulada "Política Externa Independente", lançamento feito pela Editora Civilização Brasi-



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

leira S/A.

- ago - Tomou parte em Conferência realizada na Fac de Di -
reito da UMG, promovida pelo CA Afonso Pena, fazen-
do violenta crítica ao regime.
- É membro da Comissão Coordenadora do manifesto dos
intelectuais e artistas brasileiros, intitulado "Car-
ta Aberta ao Presidente da República".
- set - Destacou-se, no período de pós-revolução, por suas
críticas e ataques ao Gov Fed.
- No programa "Momento Político", da TV Difusora Ca-
nal 4, de S. LUIZ/MA, cedida pelo TRE/MA ao PTB, fêz
declarações consideradas ofensivas às autoridades do
País, o que motivou sua detenção no 24º BC e poste-
riormente abertura de IPM, que concluiu afirmando ter
o epígrafado sido convocado, pelo PTB daquele Esta-
do, para vitalizar a campanha eleitoral de RENATO AR-
CHER, movimentando a classe estudantil.
 - Declarou que levará até a última instância o proces-
so que move contra a autoridade responsável por sua
prisão.
 - Foi um dos oradores do Comício Pró-Mar LOTT.
- out - Proferiu palestra na qual teceu críticas desprimor-
sas à Revolução e se referiu ao fechamento do CACO,
como "cerceamento da liberdade estudantil" e "feito
a metralhadoras".
- nov - Foi prêso com outros oito intelectuais, quando pro-
movia agitação em frente ao Hotel Glória, à chegada
do Pres da Rep para inaugurar a Conferência da OEA.
- Nota:- Durante todo o ano de 1965, escreveu no Cor-
reio da Manhã" excedendo-se em críticas ao Gov Fed.
- 1966 mar - Escreveu artigo no jornal "Tribuna Universitária",
órgão oficial do DCE/UMG.
- jul - Assinou manifesto reclamando a liberdade de JOEL RU-
FINO DOS SANTOS.
- out - Assinou a "Moção dos Intelectuais ao Povo Brasilei-
ro", lido em assembléia realizada em solidariedade à
classe estudantil e pela redemocratização do País.
- Foi um dos intelectuais presentes à Assembléia dos
Intelectuais pela Democracia". Temas tratados: "A-
baixo a Ditadura", "Viva a UNE", "Fora com o imperi-
alismo e o entreguismo", "Fim a guerra do Vietnam",
etc.



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont.)

- Promoveu reunião com estudantes do grupo de ANTONIO SERRA (AP).
- 1966
- out - Frequentemente visita o Frei ELIZEU, no Convento dos Dominicanos no LEME, para tratar de assuntos políticos da Revista "Paz e Terra".
 - Conseguiu a presença de todos os padres dominicanos do LEME, para a "Assembléia dos Intelectuais".
 - nov - Distribuiu material de propaganda com o título "MARCIO MOREIRA ALVES - o candidato que o governo não conseguiu impugnar".
 - Mantém ligações com Frei "CHICO" de SP, Frei ANDRÉ, de BH e NELSON PARENTE.
- Nota: Foi eleito Dep. Fed. pelo MDB/GB. O TRE rejeitou pedido de impugnação de sua candidatura.
- 1967
- jan - É um dos implicados no movimento estudantil de caráter nacional, eclodido em set de 1966.
 - fev - É colaborador do jornal comunista "Fôlha da Semana".
 - Forneceu quantia em dinheiro ao PCB para obter apoio à sua candidatura.
 - Na última passeata dos estudantes, cedeu seu auto para distribuição de panfletos.
 - Está intimamente ligado ao "MCD".
 - mar - Foi processado, pelo DOPS/GB, por violação das regras de propaganda política.
 - mai - Anunciou que a ala radical da oposição - da qual faz parte - proporá ao MDB, a criação de uma Comissão de Mobilização Nacional, que organizará conferências de deputados nos Estados, abordando os temas: "pão, liberdade e luta contra a ação imperialista dos EUA", no Brasil.
 - Atacou o acôrdo MEC-USAID.
 - jun - Esteve em BH para o lançamento do filme sobre OTO MARIA CARPEAUX.
 - Autor do livro "Torturas e Torturados", que ataca oficiais superiores das FF AA. Declarou que "o principal responsável pela apreensão do livro é o Gen ERNESTO GEISEL, que é citado em minha obra como o elemento que deu cobertura aos torturadores de PE".



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Anunciou que iria processar o Min Interino da Justiça, HELIO SCARABOTOLO por injúria, calúnia e perdas e danos, devido a apreensão do seu livro "Torturas e Torturados".
- jul - Atacou o chamado "arrôcho salarial".
 - Requereu, na Câmara, pronunciamento do Min do Exército, Gen LYRA TAVARES, "a respeito de sevícias praticadas em presos políticos, nos quartéis da 7ª RM".
- ago - No livro "Palavra de ARRAES", enalteceu a figura do líder comunista pernambucano.
 - Articulou a colocação do nome de JOEL SILVEIRA encabeçando a chapa que concorrerá às eleições no Sindicato dos Jornalistas Profissionais da GB.
 - Participou do "Seminário de Estudos sobre as Transformações Sociais na América Latina, à Luz da Populorum Progressio".
- set - Atacou violentamente o Gov, protestando contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES.
 - Elogiou o encontro CL e JG.
- out - Disseminou, entre os estudantes do PARANÁ e nos Diretórios Acadêmicos, discurso que proferiu, na Câmara, contra o Acôrdo MEC-USAID, instigando-os a reagir contra aquêle Acôrdo.
 - Fêz conferência para estudantes, em JUIZ DE FORA/MG, contra o Acôrdo MEC-USAID.
 - Acusou diversos militares por torturas aplicadas em elementos prêsos pelo IPM que investigou as guerrilhas de MG.
 - Atacou a estada do govêrno em MG, afirmando que / 1250 garrafas de Whisky foram consumidas pela comitiva presidencial.
- nov - Articulou a criação de uma "Procuradoria do MDB" para acompanhar processos políticos e IPMs.
 - Remeteu telegrama a diversos Sindicatos de Trabalhadores, solicitando subsídios para sua luta contra o "arrôcho salarial".
- dez - Proferiu conferência de teor subversivo e revolucionário para estudantes de JOÃO PESSOA/PB.
- 1968 jan - Publicou artigo intitulado "GEISEL E LYRA ESCONDEM TORTURADORES".



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- mar - Entrevistou, em ARGEL, na qualidade de repórter do CM, o ex-Gov MIGUEL ARRAES.
- abr - Fêz violentos ataques ao Gov, analisando os acontecimentos decorrentes da morte de EDSON LUIZ LIMA SOUTO, na GB.
- mai - Atacou violentamente o Gov. Fed., aludindo à prisão dos irmãos RONALDO e ROGÉRIO DUARTE.
- Pronunciou conferência para estudantes, em FLORIANÓPOLIS, SC, contra o Acôrdio MEC-USAID.
 - Pronunciou conferência no DCE/UFPR incitando os presentes à violência e à guerrilha, como única solução para o BRASIL.
 - Participou ativamente das manifestações estudantis corridas na W-3 (BRASÍLIA).
 - Criticou o "Relatório MEIRA MATTOS".
 - Autor do livro "Cristo do Povo".
 - Faz parte do sistema contra-revolucionário de orientação comunista.
 - Condenou a invasão da TCHECOSLOVÁQUIA.
 - Atacou violentamente o Gov. aludindo à invasão da Universidade de BRASÍLIA.
 - Representante da Ação Popular na Câmara dos Deputados.
- ago - Foi relacionado como um dos parlamentares que, durante a prisão do líder estudantil HONESTINO MONTEIRO, em BSB, no dia 29, dificultou os trabalhos de triagem, efetuados pela Polícia.
- set - Proferiu discurso, na Câmara dos Deputados, no dia 3, atacando violentamente o Gov. Fed. e as FF AA. Concitou o povo, de forma incisiva e impatriótica, a boicotar o desfile militar, comemorativo do dia 7 de Setembro, pedindo que "cada pai, cada mãe, se comprometesse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas".
- Participou da Assembléia dos Bancários da GB, na Associação dos Empregados no Comércio, onde proferiu discurso, atacando violentamente a política salarial do Gov. Fed., e concitando a classe à greve.



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Participou de manifestações estudantis, durante a realização do desfile do Dia da Pátria, em BSB e GO.
- out - No dia 23, discursou, atacando as autoridades constituídas e apoiando as agitações estudantis. Frisou que "é preciso que o clamor que das ruas nasce, que o sangue derramado pela juventude frutifique em uma movimentação que acabe com êsse terrorismo, que acabe com a ilegalidade, que acabe com a lei do tabuço, que acabe com essa lei tremenda e temível que é a da Segurança Nacional, feita para proteger o tabuço e os jagunços, para reimplantar neste País a Democracia". (A Mesa da Câmara censurou parte de seu discurso, antes de sua divulgação pela Imprensa).
- Seus violentos pronunciamentos agravaram a tensão, na Câmara, onde se tratava do problema dos estudantes.
- Em conversa com amigos, disse estar preocupado e apreensivo com seu caso. Disse estar sentindo o impacto das pressões militares, através das lideranças da ARENA. Afirmou que não mudará um milímetro daquilo que foi dito em seu discurso de setembro passado.
- No dia 3, viajou a BELO HORIZONTE/MG, mantendo contatos com trabalhadores grevistas.
- Disse que o episódio do Clube dos Marimbás/GB onde foi impedido o lançamento de seu livro "Cristo do Povo", "colabora para invalidar qualquer tentativa de aproximação do Gov com o povo, do qual o próprio Gov se reconhece isolado".
- Recebeu o apoio da chamada "AÇÃO, JUSTIÇA e PAZ", de D. HELDER CÂMARA, que neste sentido lançou manifesto, em JOÃO PESSOA/PB.
- Em entrevista à Imprensa, declarou que "esta não é uma crise apenas do MDB, mas sim do próprio regime".
- Voltou a proferir discurso de crítica a propósito dos incidentes na Fac de Medicina/RJ, mas o seu pronunciamento foi objeto de exame dos componentes da Mesa, a fim de censurá-lo, no exercício da faculdade regimental que lhes permite eliminar palavras ou expressões consideradas injuriosas ou contrárias à ética parlamentar.



Ficha Individual de MÁRCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Foi designado Secretário-Geral do "MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR" do MDB, movimento considerado como substituto da FRENTE AMPLA.
- nov - Em CONGONHAS, disse que "o manifesto dos Capitães é o documento militar de maior importância, que já saiu no BRASIL em qualquer época". Aduziu que o documento mostra que "a jovem oficialidade não é acomodada por esses velhos que deixaram o Exército / nesse Estado, mas que procura um caminho novo para sua própria organização".
- Entregou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a sua defesa, em relação ao pedido do Gov para processá-lo.
- Disse que em nenhum momento teve o propósito de ofender às FF AA e muito menos de atentar contra a ordem democrática. Afirmou que, no discurso que deu margem ao pedido de licença para ser processado, criticou "elementos do Exército", que, no seu entender, abusam da instituição, fazendo-a de "valhacuto de torturadores".
- Por intermédio da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, entregou à Rainha ELIZABETH II, da Inglaterra, quando esta visitou BSB, uma exposição de motivos sobre/ iniciativa do Gov Fed. para processá-lo.





O disco está estourando nas paradas de sucesso. Para o comandante da banda do exército americano, o fato é "absolutamente inaceitável". Mas Feliciano tem um forte argumento em sua defesa:

— A música estava praticamente esquecida. Agora, está em todas as casas, como deveria estar".

De lado de Feliciano está Aretha Franklin, também cantora do gênero soul, como ele. Outro aliado importantíssimo: Frank Sinatra, que acha o hino original simplesmente "horrível", e tem verdadeiro pavor da letra que, para ele, nada tem a ver com o que acontece e com o que é o país.

Feliciano explica a modificação que fez:

"Eu tirei o tom de ópera do hino, e nele recoloquei o sentimento". Para ele, as crianças nem conheciam o hino: "Portanto, eu o modifiquei para seguir a nova geração".

Agora, o tumulto vai começar aqui também. Porque o cantor Márcio Greick vai gravar uma versão moderninha do Hino à Bandeira. Vai pilantrar o hino", como ele próprio afirma. O argumento que ele usa é semelhante ao de Feliciano:

— Ninguém sabe cantar esse hino. Nem criança nem adulto. Eu mesmo, que só tenho 21 anos e sai do colégio há pouco tempo, nem me lembro mais da letra. Na escola a gente ainda consegue aprender porque é obrigado, mas não tem um toque popular. E todo mundo esquece".

Na boca do povo

Mas ele explica logo que "pilantrar" o hino não quer dizer que vai cantar uma versão com um ritmo igual à pilantragem de Simonal. Será um pout-pourri rítmico e o arranjo vai ficar por conta do maestro Rogério Duprat.

Para Márcio Greick, é modo de divulgar o hino. "Se der pé, a gente vai caminhando". Quer dizer, ele já está pensando que se a experiência aprovar, e virar sucesso, poderá fazer a mesma modificação em outros hinos, inclusive no Hino Nacional.

Márcio acha que "essa história de mudar hino" não deverá provocar reações contrárias das autoridades, simplesmente porque "estaremos ajudando a torná-lo mais popular".

Quanto ao público, considera que a reação é imprevisível, mas sendo um ritmo popular, deve agradar. "Pra falar a verdade, acho que público é mesmo de veneta". Mas está na maior animação com o sucesso da experiência de José Feliciano.



MARCIO EMMANUEL MOREIRA
ALVES

SOBRA

CONFIDENCIAL

3 ed/rev

INFORME Nº 114/4AG067/ARME 133

Anexo: Cópia Xerox de Informe nº 688 de CBNIMAR.

Esta Seção encaminha o expediente do anexo.

(A-1) Origem: Informe nº 0688 de CBNIMAR, de 15-5-67.

DISTRIBUIÇÃO:

TATOMAR

SUNARA

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 7º DISTRIITO NAVAL
ESTADO-MAIOR - 2ª SEÇÃO

INFORMAÇÃO 0116/6JUN68/ARME 159

Assuntos: Conferência do Dep MARCIO MOURIRA ALVES
Origem: III Ex (através da Info 174/68 do CIB/ADP)
Dia-Anterior: 11º RM, 6ªZAL, 7ºDM, SHI/ANSE, SHI/ANJ;
Disseminações: CONTINAR - SURANAR.

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte infor-

mação:

Realizou-se no dia 19 Abr de corrente uma conferência profe-
rida pelo Dep Fed MARCIO MOURIRA ALVES para os estudantes de Cu-
itiba. O local escolhido foi o anfiteatro situado entre a Casa
da Estadante Universidade e o Diretório Central dos Estudantes,
próximo à Reitoria da UFP.

Iniciou-se cerca das 20.45 horas, com um comparecimento de
cerca de 300 pessoas, em sua grande maioria, estudantes universi-
tários. O tema principal da Conferência seria o "Acórdão MRS-UNAIU"
mas seria também abordado o problema de países subdesenvolvidos
e outros.

A mesa estava composta dos seguintes elementos:

- VITORIO SOROTIUK (Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simoes,
comunista atuante e indiciado em dois IPR, no Paraná, por
atividades subversivas).
- JUARES TAVARES (Assistente da Cadeira de Direito Penal da
Faculdade de Direito da UFP e elemento de idéias esquerdis-
tas).
- LAVARTINS CORRÊA DE OLIVEIRA LIMA (Cafedrativo de Direito
Civil da Faculdade de Direito da UFP), também esquerdista.
- JURANDIR DE TAL (Presidente do DCE e agitador dos últimos
movimentos estudantis, naquela Capital).
- STEWIO SALES JACOB (Presidente da extinta União Paranaense
dos Estudantes e agitador no meio estudantil).
- MARCIO MOURIRA ALVES (Dep Fed e conferencista, digo, confe-
rencista, autor do Livro "Tortura e Torturados").
- SIRVAL HENRIKES MARTINS (Dep Est. secretário do MRS).
- ALONCAR FURTADO (Dep Est. do MRS).

Sobre a problemática do tema "Acórdão MRS-UNAIU" parece eu que
se nada foi proferido pelo conferencista; e que houve, em última
análise, foi, tanto por parte dos componentes da Mesa, como dos
elementos que fizeram as perguntas, ataques diretos ou indiretos
ao Governo e às Forças Armadas.

As perguntas de alguns estudantes eram, de vésus, tão acopy
notedores que causavam aos membros da Mesa um certo rebelião e
rápida consulta entre eles.

Respondendo a uma pergunta, disse MARCIO MOURIRA ALVES, após
traduzir (térmo que usou) a dita indagação em... "Você quer di-
zer se é só com guerra de guerrilha que podemos redemocratizar o
País?" Divagou sobre alguns pontos e continuou "... mas é pre-
ciso preparar o espírito, digo, o espírito da massa popular, es-
pecialmente a estudantil, para que isto seja possível, senão, aconte-
ce como aconteceu há pouco (referia-se à guerrilha de JEFFERSON
GARDIN), isto porque a guerrilha depende das condições etno-geo-
gráficas, combinadas com a disposição popular de apoiar..." Em
outro trecho, diz mais ainda MARCIO MOURIRA ALVES que "todas as

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

estudantes e operários devem se unir, lutar, correr riscos de tais lutas, para derrubar essa minoria de militares que estão no poder, pois a grande maioria, dos quais conhece muito, só pensa em trabalhar... mas não estão contentes com a situação e, infelizmente, não podem reagir, não podem reclamar pois se o fizerem, perdem o emprego e suas famílias ficarão na miséria..."

Em todo o seu pronunciamento o dito Dep Fed usou de uma diglótica jocosidade e ridicularizante, em suas assertivas, as quais quase sempre previdearam o risco da assistência, quando se referiu de se manifestava em relação aos militares em ao governo, chegou de a certa altura a afirmar: "... não é possível, são homens que chamam até um documento papal (POPULORUM PROGRESSIO) de subversiva...", e concluiu mostrando o despreparo do governo.

Explicou ainda que "democracia era a que existia em 1963... há necessidade de fazer voltar a conscientização democrática do povo, por meio de protestos, passeatas e diálogos como o que ali faziam..."

Juanes Tavares endossou as palavras do conferencista e apontou VIVORIO COROTIUK como um exemplo das perseguições, e cujo único crime é lutar pelos direitos de todos...

Ismartine Correa atacou o governo federal, se ridicularizou a abertura da BR-qualquer coisa (BR-277), recentemente inaugurada pelo Ex^o. Sr. Presidente da República e criticou o fato de um militar ter sido encarregado do problema estudantil, "fato que bem demonstra o modo de agir, o "status quo" deste governo, de tudo dominar ao seu modo, após o golpe de 64..."

Frente Ismartine, como Moreira Alves, por diversas vezes, falaram em redemocratizar o país em bases idênticas a 1963.

Os deputados estaduais Sival Martins e Alencar Fortado foram ~~manifestamente~~ duramente criticados, pela inércia do MDB em se constituir em oposição, no Paraná, após o que prometiam, em forma categórica, que dali para diante, não só se colocavam à disposição dos estudantes, como apoiariam toda e qualquer manifestação que se fizesse, em qualquer tempo e local.

A conferência de Dep Marcelo Moreira Alves foi patrocinada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas (centro de agitação subversiva atuante), pela extinta União Paranaense dos Estudantes e pelo UJ retórico Central dos Estudantes, órgão infiltrado por estudantes subversivos.

Consta que serão programadas outras conferências do mesmo tipo, e que serão convidadas os deputados KARIO COVAS e senador MARIO MARTINS como conferencistas".

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO 142/24OUT67/ARME 142

Assunto: Conferência de MARCIO MO REPA ALVES no DCE/GO.
 Origem: SNI/ARJ através informação 626/67 do GENIMAR
 Dis. Anterior: EMB, EMBAR, AICB, Ch SNI.
 Disseminação: TATIMAR - DUSADAB.

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"Realizou-se em 14 de setembro de 1967, a partir das 20 horas, a conferência do Dep MARCIO MOREIRA ALVES no auditório do DCE de GOIÁS, dentro do programa da Semana de Realidades sobre o tema "Acôrdo MEC-USAID".

O conferencista, em síntese, disse que:

- Os acôrds para reformulação do ensino no BRASIL envolvem estudos da realidade política e cultural do País e que a comissão paritéria criada pelos acôrds MEC-USAID, constituída de estrangeiros norte-americanos e brasileiros por eles selecionados, não podem atender os interesses nacionais;
- Os membros das comissões paritérias quase todos fizeram cursos nos EUA e possuem identidade de propósitos com os americanos. Os membros brasileiros têm ainda a vantagem de falar português sem sotaque;
- O Governo possui o SNI que provavelmente estaria presente à reunião mas, o que se necessitava, é de organizar um outro SNI para defender os interesses nacionais. Os estudantes devem se organizar e manter um serviço de informações nas escolas;
- O ensino brasileiro está todo errado e a prova disso é o Governo que tem;
- O Presidente COSTA E SILVA sofre de analfabetismo congênito;
- Neste momento histórico é indispensável a presença do estudante no processo político nacional; em outra situação poderia ser acertada a teoria de que o estudante deve estudar, o dentista arrancar os dentes e o militar fazer ginástica;
- há necessidade de se organizar para a revolução inevitável. Sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria de Pequeno", publicada no nº 14 da revista da Civilização Brasileira.
- toda ação violenta colidindo em diversos pontos, derruba uma estrutura política;
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimentamos outras formas violentas não cruentas;
- as formas violentas não orientas aconselháveis no momento, são: greve, passeata, boicote, não trabalhar etc..;
- as lideranças eliminadas pela ação policial, serão facilmente renovadas e para melhor, haja o exemplo do Presidente do DCE, CARLOS DE SAULLE EVANGELISTA. Não se pode ficar esperando o Menino de um milagre que libere a luta do peito aberto impenetrável às balas;
- já esteve preso; mas hoje para prendê-lo, terá que brigar com um tal de RAJESKA RAVOS;
- a Lei de Segurança Nacional não prevê medidas punitivas para estrangeiros, ela só enquadra brasileiros;
- é remota a possibilidade dos americanos cotarem comprando terras no BRASIL para compração ou anexação territorial em favor dos EUA, pois, o americano é prático e não iria comprar uma vaca quando adquirir o leite tão barato;
- o contrabando ou comércio de madeiras de lei, como mogno e jacarandá, é o principal objetivo dos americanos no Norte de GOIÁS; através dele, obtêm muitas porcentual de lucro do que com o petróleo do Kuwait;
- o Presidente CASTELO BRANCO bateu o recorde mundial de serviços em favor dos interesses americanos, superando até o Presidente JOHNSON;
- as verbas para as Escolas Armadas, Educação e Saúde são, respectivamente de 23%, 7% e 3%. Federais, pela informação, ser chamada de subversiva pelo SNI, mas se há subversão, é com os números de Sr. HÉLIO BELTRÃO, que faz o orçamento;

CONFIDENCIAL

- os estudantes deverão imediatamente, em favor dos camponeses, procurar efetivar a aplicação da lei regulamentada pelo Presidente CASTELO BRANCO, (Marechal Primeira) sobre os direitos do trabalhador rural, exigir salários mínimos, férias, etc;

- o Dep FRANCISCO GILIX disse que é fácil agitar, o que é difícil é organizar. Confessou-se um agitador e que esperava que os estudantes fizesse organizadores; e que há mais de 500 Formas de organização;

- referiu-se sempre ao Presidente CASTELO BRANCO como Marechal Primeira e, ao Presidente COPPE E SILVA como Marechal Segunda.

Das palavras usadas pelo Deputado MARIO MOREIRA ALVES, tem-se a impressão de que foi ele o autor intelectual da "SEMANA DE REALIDADES". Pregou a violência contra a ordem legal vigente. Com repetidas ironias procurou ridicularizar o SNI, as Forças Armadas, o Governo e a Revolução. Evidenciou, com suas teses, ser marxista.

A sessão foi presidida pelo Sr. CARLOS (CHARLES) EVANGELISTA, que, ao final, convidou os presentes a se organizarem e lutarem pela independência do Brasil. As perguntas da assistência foram tidas para ampliar as ideias do deputado, não tendo havido uma só contestação. O conferenciante foi muito aplaudido. O auditório de DUX estava completamente lotado. Aproximadamente 300 pessoas assistiram à conferência do deputado MARIO MOREIRA ALVES.

CONFIDENCIAL

CÓPIAMINISTÉRIO DA MARINHACOMANDO DO 7º DISTRI TO NAVAL**CONFIDENCIAL**ESTADO-MAIORINFORME 248/9OUT67/ARME 139

Assunto: UnB
 Origem: Informante
 Avaliação: A-2
 Disseminação: CENIMAR - TATOMAR - SUGAMAR - BRASIMAR - DANGOMAR - 11ªRM
 D2/DF - 6ªZA - GM2/DF - DPF/DF - DOPS/DF - SNI/ABSB.
 Anexos: Cópia thermofax de convite para conferência.

A UnB deu aumento de 25% a seu funcionalismo em janeiro, porém não vem efetuando o pagamento em virtude de falta de verba.

O descontentamento dos funcionários é geral, face à divulgação de notícia de que o Presidente cancelou o pagamento.

Corre também notícia de que o Reitor se demitiu. Este, entretanto, não se manifesta.

As paredes da UnB apresentam dizeres, principalmente LIBERDADE PARA TODOS, fazendo alusão à pessoa de HONESTINO para cuja defesa - por advogado levantam fundos por venda de bonus.

Neste clima, a FEUB convida o Dep MARCIO MOREIRA ALVES para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA".

A conferência foi realizada no auditório DOIS CANDANGOS, às 1030 horas de 06 OUT, aparentemente sem interferência da Reitoria.

O tom da palestra foi o mesmo - se não pior - aos de ARRANES E JULIÃO em 1963.

MARCIO dirigiu-se aos possíveis agentes do SNI presentes, dizendo que falaria a verdade, e esses homens, em sabendo a verdade, dariam apoio às idéias expostas e até poderiam vir a se tornar cidadãos honrados.

Incitou os estudantes a formarem um "SNI" para apurar tudo o que havia por trás e pela frente desses acordos MEC-USAID;

Foi muito aplaudido pela audiência que lotava literalmente o auditório.

As perguntas que foram dirigidas ao conferencista demonstravam apoio às idéias expostas, não havendo uma que demonstrasse reação à sua fala.

Perguntado de como se poderia livrar, do Poder Militar, o Continente, respon eu que a "fatalidade do poder militar era um fato reconhecido, que esta situação era transitória, não iria durar muito.

Perguntado de que armas se poderia lançar mão para combater esses acordos (MEC-USAID) disse que com greves, passeatas, manifestações coletivas; não aconselhava violência agora, pois a violência poderá ter a sua vez, de acordo com o desenrolar do histórico.

CONFIDENCIAL

Disse ainda que a tarefa dos estudantes não é apenas estudar como dizem muitos - mas tomar parte na vida política do país, conhecer as medidas que se iam tomando, e combater o que julgassem errado. Bom seria se tudo corresse bem e assim bastaria aos estudantes estudarem, aos médicos clinicarem, aos engenheiros construirem, e aos militares faxerem ginástica.

CONFIDENCIAL

HOJE1030 horas"Dois Candangos" MARCIO MOREIRA ALVES"ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA"

Z O jornalista o deputado MARCIO MOREIRA ALVES estará, HOJE, às 10,30 horas, no Auditório "DOIS CANDANGOS", a convite da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília-FEUB-, para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAIDE E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA"

=====

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

DATA 26/11/1968 Nº

3 cópias

EMIA -
Chefe Superior
GENIMAR
Chefe

ORIGEM: IPPF-DOPS-BRASILIA.

REFERÊNCIA: IX

DISTRIBUIÇÃO: GMM/BRASILIA - GMM/RIO - CEMA -

7º DM - GENIMAR.

INFORME ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	
VERACIDADE	

(3/avaliação da origem)

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(preenchido pelo receptor)

DISTRIBUIÇÃO ANTERIOR

PARA ADIÇOS - País de origem: País/área a que se refere:

1. - Residem no BRASÍLIA PALACE HOTEL três deputados, tendo as diárias de pensada pagas pelo Congresso Nacional, perfazendo um total de RCr\$1.040,00 (mil e quarenta cruzeiros novos) para cada pessoa.
2. - Residem lá os Deputados DAVID LERER e HELIO NAVARRO. São vistos, constantemente, naquele Hotel os deputados OSWALDO LIMA FILHO, MARCIO MOREIRA ALVES e HERMÃO ALVES. Em suas palestras nota-se a simpatia dos parlamentares pelo comunismo.
3. - Por ocasião do incêndio havido na cozinha do Palácio da Alvorada o Deputado DAVID LERER, que se encontrava fazendo lanche, disse que deveria ser uma bomba explodindo no Palácio e não fogo.
4. - O Deputado JOSE ADOLFO CHAVES AMARANTE, em sociedade com o Sr. A. DALBERTO DO VALE, locatário do Brasília Palace Hotel, compraram uma mansão no outro lado do lago, em frente do Palácio da Alvorada. Lá têm, também, duas lanchas de luxo. No mês passado promoveram um banquete na mansão, quando compareceram aproximadamente 50 deputados, dentre eles DAVID LERER, FURLAN e CARDOSO ALVES. PARIA LIMA, Prefeito de São Paulo lá esteve a convite do Deputado CHAVES AMARANTE. Ventilaram assuntos em torno de militares, tendo HERMÃO ALVES se expressado mais ou menos da seguinte forma: "você pensam que militares são gente? Eles não são nada, apenas ladrões ocupando cargos na administração pública".
5. - O Deputado AMARANTE e o Sr. VALE, após o banquete, estudavam a possibilidade de realizarem constantemente tais festas. No entanto precisavam de uma fórmula para cobrirem as despesas.
6. - O Deputado OSWALDO FURLAN é conhecido no Hotel por seus bacanais lá promovidos. Seguidamente trás de São Paulo 4 ou 5 mulheres de idade entre 15 a 20 anos. Com o tempo entregam-se a outras, principalmente aos militares americanos que lá estão hospedados, em pro-

3ª cópia

GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA

DATA 26 / 11 / 1968

Nº

EMA
 cargo superior
 GENIMAR
 cargo

ORIGEM IIREFERÊNCIA IXDISSEMINAÇÃO IIINFORME / ~~SECRETARIA DE DEFESA~~

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>X</u>
VERACIDADE	<u>X</u>

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR II

PARA ADIDOS - País de origem

País/ôrgão a que se refere

(CONTINUAÇÃO...)

cura de dólares. O Deputado ao descobrir briga com as mesmas e ar-
 ruma novo lote em São Paulo. OSWALDO FURLAN é um dos Diretores do
 Hotel.

7. - A Boite do Brasília Palace Hotel vem sendo frequentada por garotas de menor idade, que muitas vezes se prostituem nas mãos dos deputados, passando a fazer "trotar" no local depois.
8. - Também residiu no Hotel o irmão de FURLAN que a alguns meses deflorou uma menor. Atualmente faz a vida no Hotel e sábado (21/10/68) dormiu com DAVID LERER.
9. - O Deputado FURLAN quando está com suas amantes gasta diariamente perto de R\$300,00.
10. - O Deputado SANTILLI SOBRINHO, mensalmente, trás de São Paulo a sua família (10 pessoas) a qual fica hospedada no Brasília Palace Hotel, gastando uma média de 200 (duzentos cruzeiros novos) por dia só de alimentação.
11. - O Deputado CHAVES AMARANTE possui um carro Uirapuru, placa nº DF 1-56-07.
12. - O Deputado NEY FERREIRA tem uma amante que dias atrás esteve em Brasília e se hospedou no Brasília Palace Hotel por conta do Deputado. Aqui permaneceu por 15 dias. Estava numa Kombi 68 na qual estava inscritos os dizeres: Gganja YA-YA - Ray Ferreira - Bahia.

GRAU DE SIGILO

MDB

PARA DEPUTADO FEDERAL

MÁRCIO MOREIRA ALVES**CONTRA A DITADURA!**

Quem resistiu continuará na resistência. MÁRCIO MOREIRA ALVES lançou, no "Correio da Manhã", o primeiro grito contra os Atos Institucionais. Sua luta contra a destruição de todos os nossos direitos, contra as violências da Polícia Política, a entrega de nossas riquezas a estrangeiros, o fim das liberdades sindicais e das conquistas dos trabalhadores não parou um só dia. Quando não teve mais uma coluna de jornal, foi para a rua, protestar contra a Ditadura em frente ao Hotel Glória, na reunião da OEA. Agora é candidato à tribuna da Câmara dos Deputados Federais.

Ainda temos eleições diretas para o Congresso — a 15 de Novembro, resista também votando em MÁRCIO MOREIRA ALVES.

Voluntários podem apresentar-se à
RUA SENADOR DANTAS, 25, sala 301



CONFIDENCIAL

INFORMAÇÃO 124/1101767/ARME 139

Assunto: 1ª Semana de Realidades
 Origem: IO*BC através da informação 208/67 da 11ª RM
 Dis. Anterior: I RM, 12/17, 6*ZA, DEF, SNI/ABSB, SNI/CAB, RGF, BPEB.
 Disseminação: CENIMAR - TATOMAR - SUGAMAR

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"SEMANA DE REALIDADES -

- Sob o patrocínio do Diretório Central dos Estudantes realizou-se na semana passada, o que os estudantes chamaram de 1ª Semana de Realidades e que foi na realidade uma série das mais violentas atividades e manifestações contra o Governo Federal havidas após 31 de março, admente comparáveis às manifestações promovidas pela UNE quando atuava livremente.

Foi o seguinte o programa desenvolvido:

Dia 13 -

Desnacionalização de empresas no Brasil.

Conferencista - Dep RUBENS MEDINA.

Dia 14

Show e programas artísticos (nitidamente subversivos)

Dia 15

Acórdão MEC-USAID

Conferencista - Dep MÁRCIO MOREIRA ALVES.

Dia 16

IMPERIALISMO

Dep HERMANO ALVES.

Dia 17

Show e teatro. (UM DIA NA VIDA DE BRASILEIRO)

No convite impresso destaca-se o seguinte: NOSSA HOMENAGEM.

"AO HEROICO POVO DO VIETNÃ E DE MAIS QUE LUTAM POR SUA LIBERTAÇÃO".

"A TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DO BRASIL".

NOSSOS AGRADECIMENTOS:

- Dep HERMANO ALVES

- Dep RUBENS MEDINA

CONFIDENCIAL

- Dep MARCIO MOREIRA ALVES
- Sen PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA
- Prefeito IRIS REZENDE MACHADO
- Estudante Secundarista

(que com suas inestimáveis colaborações tornaram possível a realização desta semana).

TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

D. 342

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de São Luis, no Quartel do Vigésimo Quarto Batalhão de Caçadores, presente o Tenente-Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, encarregado deste inquérito, comigo, 2º Sargento João Batista Bastos Coqueiro, servindo de escrivão, compareceu Marcio Emanuel Moreira Alves, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes da Portaria e da Sindicância que lhe foram lidas. Em seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu chamar-se Marcio Emanuel Moreira Alves, com 29 anos de idade, filho de Marcio Melo Franco Alves e Branca de Melo Franco Alves, casado, natural do Estado da Guanabara, jornalista e residente à Avenida Vieira Souto nº 336, apto. 402, Guanabara. Perguntado como se dera o fato narrado na Portaria e na Sindicância que lhe foram lidas, respondeu que está disposto a responder todas as perguntas. Perguntado qual o indivíduo ou entidade que o convidara para proferir conferência na Academia de Comércio, sexta-feira, dia 17 do corrente, respondeu que em primeiro lugar a conferência realizou-se no salão nobre da Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão, que funciona no andar superior da Academia de Comércio; que quanto à realização do convite, foi ele feito aproveitando a minha, digo, a sua presença em São Luis, pela comissão executiva estadual do Partido Trabalhista Brasileiro que encarregou o Vice-Presidente dos entendimentos com o Diretor da Faculdade e o respectivo Diretorio Acadêmico; que realmente foi realizada na sexta-feira. Perguntado se fizera pronunciamentos políticos na referida conferência, respondeu que sendo o tema da palestra a participação da juventude no processo de desenvolvimento brasileiro, fez como acreditação não poderia deixar de ser, uma análise geral da política brasileira dentro do ponto de vista interno como externo, detendo-se particularmente em alguns aspectos da política econômica e financeira do atual governo. Perguntado se fizera referência à atual "lei Suplicy", respondeu que sendo esta lei do interesse direto da juventude universitária, abordou-a. Perguntado se não fizera mais do que uma simples abordagem do assunto, analisando inclusive o aspecto de legalidade da referida lei, respondeu que sim, pois que emitiu seu conceito sobre a propriedade desta lei, conceito este que é o seguinte: Considera a lei Suplicy um cerceamento descabido da liberdade de participação política do estudante brasileiro, contrário ao exemplo histórico dado pela classe estudantil desde sua participação na expulsão da primeira invasão francesa do Rio de Janeiro e que, no seu entender, esta lei por sua manifesta impropriedade deve ser repelida pelo Congresso e enquanto não o for deve ser objeto por parte dos estudantes de um processo de desobediência civil semelhante ao que foi empregado na Índia pelos adeptos de Ghandi, quanto às leis do Imperio Britânico que consideravam iníquas e o empregado nos Estados Unidos pelos adeptos do movimento de integração racial chefiado pelo pastor Martin Luther King contra as leis de separação racial; que na conferência, ao que se recorda, citou a justificação teológica para esse processo, que é encontrada na suma teológica de S. Tomaz de Aquino. Perguntado desde quando o seu interesse particular pelas questões estudantis, respondeu que considerando imprescindível para o aprimoramento não só da Democracia, como do próprio desenvolvimento econômico do país, o engajamento da juventude na atividade política, desde que começou a participar desta atividade com o maior afinco, ou seja, a partir do dia 9 de Abril de 1964, tem tido progressivo interesse na militância política dos estudantes, especialmente dos universitários. Perguntado se na entrevista "Fatos em Foco" da TV-canal 4, tecera comentários sobre autoridades da República ou instituições nacionais, respondeu que ao que se recorda, explicando os motivos que o levaram a escrever um livro sobre as torturas a presos políticos após a derrubada do governo João Goulart, disse que em primeiro lugar, impressionou-o o fato de ser do conhecimento de todos que a polícia geralmente usava de violência contra presos, porém que como esta violência era praticada contra ladrões e assassinos, todos nós dormíamos socegados apesar do conhecimento que tínhamos e que só quando passaram elas a ser cometidas contra presos políticos, quer pela polícia, quer por oficiais das Forças Armadas é que a consciência social chocou-se com elas e mais outro fato que o impressionara durante o extenso levantamento das torturas e violências sofridas por presos políticos foi o reduzido número de Oficiais que nelas estavam envolvidos, dando como exemplo que em Pernambuco, zona de influência

PROTOCOLO

SAS N.º 10353 18/10/65

do IV Exército, chegara ao seu conhecimento os nomes de no máximo seis Oficiais praticando semelhante covardia que no seu entender macula não apenas as centenas de outros companheiros de farda, como toda a sociedade brasileira de cujo meio saiu. Perguntado se confirma suas declarações anteriores, constantes da Sindicância anexa ao presente, em que vai por ele assinada ou se tem algo a retificar, respondeu que as confirma desejando esclarecer apenas que na resposta em que declara fazer da administração da política, dos partidos ou representantes partidários que apoiam o atual governo, o pior conceito possível, atribua este conceito às suas virtudes ou possíveis pessoais, digo, possíveis defeitos pessoais, mas não ao seu comportamento e decisões de caráter politicamente normativo. Perguntado se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência respondeu que não apenas se julga inocente como vítima de coação ilegal no seu direito de ir e vir e objeto de um inquérito baseado em delito de opinião, figura penal inexistente no Direito brasileiro ou no de qualquer outro país que se rija por princípios democráticos. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste Inquérito por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado, com as testemunhas e comigo, 2º Sargento servindo de escrivão, que o escrevi.

Henri H. ...
Encz

Emmanuel ...
Indiciado

...
Testemunha

Acias Rolim
Testemunha

João Batista Bastos ...
Escrivão

MINISTÉRIO DA GUERRA
 IV EXERCÍCIO
 109 REGIÃO MILITAR
 249 BATALHÃO DE CAÇADORES



TERMO DE PERGUNTAS

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, no vigésimo Quarto Batalhão de Caçadores, na Sla. digo, Sala de 2ª Seção compareceu o Sr. MARCIO ESTANUEL MOURA ALVES, brasileiro, casado, natural do Estado da Guanabara, jornalista profissional e bacharel em Direito, residente à Avenida Vieira Souto, 336, apartamento 402 - IPANEMA, Rio de Janeiro-GR, para, em presença dos 14 Tenentes WAGNER RIBEIRO DA SILVA, CEAVIC AUGUSTO MENDES FERNANDES e PAULO ALVES FERREIRA DA SILVA, ser interrogado quanto aos motivos de sua presença no Maranhão e quanto a termos de seu discurso, proferido na Televisão e Rádio Difusora, à noite do dia dezanove de setembro, em horário de publicidade gratuita, destinada ao Partido Trabalhista Brasileiro. Passou então o Capitão MURILDO NEVES/SAVARES DA SILVA, nomeado sindicalmente pelo Sr. Ten. Cel. Comandante da Companhia, às perguntas, que se seguem, com suas respostas respectivas:

1ª) Que motivos o trouxeram ao Maranhão? Respondeu que, embora considero do ilegal a ação e que não vejo o utilidade de prestar declarações neste sindicato, posto estarem em vigor as garantias individuais asseguradas aos brasileiros, pelo Artigo 241 da Constituição da República, infelizmente sob pretexto, que estão no Maranhão por dois motivos: um de caráter profissional, outro, de caráter pessoal; o primeiro delas é o de bom informar ao público do "Cerraio do Maranhão", empresa para a qual trabalho, sobre a ocorrência de petróleo na Bacia de Barreirinhas, que vem sendo pesquisada pela Petrobrás; o segundo foi o de, como membro do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, colaborar na campanha dos candidatos do Partido, ao qual pertence, à governança e vice-governança do Estado do Maranhão; considera esta campanha de importância nacional, posto que, caso eleito, digo, eleito, para os cargos que disputar, eu indicaria pelo meu partido recusar-se a compactuar com manobras, expedientes ou pressões, que possam perturbar o regime democrático do Brasil ou as regras fundamentais de garantias individuais ou coletivas, constantes na Constituição da República. 2ª) Por que foi convidado a fazer o pronunciamento na Televisão e Rádio Difusora, à noite do dezanove de setembro? Respondeu que foi pelo Partido Trabalhista Brasileiro, através do Presidente da Comissão Executiva Estadual. 3ª) Perguntado quando foi assinado seu pronunciamento e quantas pessoas testemunharam o convite? Respondeu que foi assinado no dia dezanove de setembro e não se recorda das pessoas que tinham testemunhado o convite, porém o fato de ter sido formulado é facilmente comprovável, posto que, de acordo com as instruções do T. E. L., para o uso do tempo de propaganda gratuita em Rádio e Televisão, nos campanhas eleitorais, deve ser o Partido Trabalhista Brasileiro e o órgão de credenciamento de minha pessoa, para ocupar o espaço que é destinado na estação de Rádio Difusora. 4ª) Perguntado se manteve contatos com o Partido, com sua direção local e com os candidatos ao governo e vice-governo do Estado, para se inteirar dos termos de condução da campanha neste Estado? Respondeu que manteve contato pessoal tanto com o Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, como com seus candidatos; como não poderia deixar de ser as instruções que regem a propaganda política no Maranhão são as baixadas pelo T. E. L., para todo o País, instruções essas de que tenho conhecimento e que têm força de Lei. 5ª) Por que, em seu pronunciamento, alegou que participa de uma batalha para a redemocratização do País, quando de exercício, justamente, o mais democrático dos direitos, que é o de votar para propagar virtudes de um candidato? Respondeu que considera importante a pergunta, tendo porém o máximo prazer em respondê-la, caso seja chamado à responsabilidade no foro apropriado, que é o da Justiça. 6ª) Perguntado se caracterizou há quanto tempo estão ameaçadas as liberdades em seu Estado nomeado, conforme afirmou em seu pronunciamento? Respondeu que não sou a esta pergunta a mesma resposta de anterior. 7ª) Tendo declarado que, antes de 15 de abril de 1964, a democracia caminhava para um futuro

Continuacão do PERÍODO DE PERGUNTAS ao Sr MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES



que todos desejáramos manter, poderia identificar qual era esse passo e quem estava ou está incluso no tal passo? Respondeu que e que pretendia dizer e talvez não tenha pronunciado com clareza ou expressão a idade no imprevisto é que considero que, antes de 1º de abril, a situação da brasileira caminhava para um impasse, que desejávamos solucionar sem de opinião de que este impasse era resultado de duas tendências tradicionais e continuadas mantidas, no meu entender, pelo Sr. João Goulart e a legalista, que, então, como hoje, não tinha razão nenhuma de mais, digo, maioria do povo brasileiro, de, tanto anteriormente, quanto no presente, todos os dever de lutar, para que o regime democrático, seu sistema, digo, escolha de governante pelo voto livre e direto, seja já assegurado em nosso país. 8º) Perguntado por que teria se decidido no Maranhão a resistência contra o continuísmo? Respondeu que no meu entender a mesma contradição de tendências, que ocorrera sob a Presidência de Sr João Goulart, ocorre sob a atual administração; os atuais governantes, através de parte-vozes, credenciados, vêm manifestando a intenção de reformar o regime constitucional, a fim de evitar a consulta direta às urnas, para a escolha do próximo Presidente da República, o que contraria, fundamentalmente, não apenas o texto da Constituição de 1.946 em vigor, como a programática do Partido, ao qual pertenço e as minhas convicções pessoais; conseqüentemente, tendo os membros do meu Partido os compromissos programáticos decorrentes de sua indicação, também eles comungam em idêntica convicção e, sendo escolhidos para o Governo do Maranhão, de preferência, a candidatos que não tenham os mesmos compromissos fariam com que este Estado, pela via de seu Executivo, protestasse contra a manobra ao qual se refere. 9º) Sua intenção foi então mesmo a de atribuir ao Exmo Sr Presidente da República participação em manobras continuistas? Respondeu que minha intenção foi a de atribuir ao Presidente Castello Branco, de quem no exercício de seu direito de opinião, divirjo politicamente, a notoriedade de autor, posto que, através do Chefe de seu Gabinete Civil, Deputado Inácio Filipe, do líder de sua bancada, na Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Alcino, do líder de sua bancada no Senado Federal, Senador Daniel Virgílio e de diversos outros representantes de seu governo, quer no Executivo quer no Legislativo, têm manifestado seu interesse pela reforma constitucional, que privaria o povo brasileiro de seu direito de escolher o Chefe do Executivo Federal, através de eleições diretas e livres, em uma entrevista coletiva, que concedeu à imprensa, no Palácio das Lezírias, em junho de 1.964, entrevista essa a qual assisti, declarou ele que "a Revolução" continuaria pelo próximo quinquênio sem especificar se era isto usaria ou não de processos constitucionais; é fato de direito que existe no Brasil uma administração, que se rege pela Constituição Federal e pelas leis da República; é notório digo, é notório que reina a tranquilidade em todo o território nacional, como também, que não existe estado de sítio, votado pelo Congresso, na forma da Lei, que haja suspenso as garantias constitucionais; conseqüentemente, o presente governo é uma administração como outra qualquer, que pelas mesmas leis se rege e não uma revolução, e que impede sua continuação, além das práticas fatais que a Constituição lhe assegurou, portanto, falar-se em continuar revoluções por mais um quinquênio é contrário ao regime democrático, que se deseja contribuir para que se fortaleça no Brasil. 10º) Contra que totalitarismo o candidato de oposição de seu partido se levanta? Respondeu que contra o totalitarismo baseado por aqueles que pretendem subverter as bases do regime democrático ou pelos que se acasalam com esta ameaça de subversão, que é o caso, no meu entender, do candidato da União Democrática Nacional ao governo do Maranhão. 11º) Caracteriza o candidato da UDN no Maranhão como dos que vão subverter a ordem democrática ou entre os cúmplices? Respondeu que, no meu entender, pelo comportamento público que tem tido na Câmara dos Deputados, ao longo dos últimos meses, considero o Deputado JOSÉ SARNEY como perfeitamente capaz de acasalar-se a uma reforma das instituições em vigor, que prive os brasileiros de seu direito de escolher, diretamente, o Presidente da República, reforma essa que considero subversiva do sistema institucional vigente no País; presto esta informação, sob minha convicção íntima, apesar de considerar desobediência a indagação. 12º) Caracterizando o Deputado Sarney como capaz de ser cúmplice, a quem atribui a manobra de reforma, como autor? Respondeu que evidentemente atribuo a possibilidade de esta reforma de semelhante reforma à inspiração do atual Chefe do Executivo Federal, Marechal MARCELO CASTELLO BRANCO. 13º) Atribui assim ao Brasil

considerando os termos da Constituição em vigor, que o Marechal Castello / Branco jurou obedecer e defender, ao tomar posse, perante o Congresso Na- / cional, da Presidência da República e esse concretiza ele a manobra desti- / nada a implantar no País eleições indiretas, para a Chefia do Executivo, / não vejo que outro adjetivo poder-se-ia aplicar ao seu comportamento se- / não o de subversivo. 14º) Acredita o senhor que o Presidente da Repúbli- / ca seja profissional da política, que tem pelos dinheiros públicos, pela / coisa pública, pelos destinos da Nação, um total desinteresse? Respondeu / que é notório que antes de assumir a Presidência da República o Marechal / Castello Branco não militava publicamente nos quadros partidários, quanto / às demais indagações faltam-lhe fatos concretos para assegurar sobre o que / se passa no foro íntimo do Chefe do Executivo. 15º) Por que então, em seu / pronunciamento, o senhor afirmou todas essas coisas, sem sacudir com as / análises de forças íntimas? Respondeu que profissional da política não é / apenas o Presidente da República, que, aliás, ao assumir a Presidência / a sô-lo, posto que exerce uma função política, mediante a qual se conste- / leceida pelo Congresso e paga pelo Tesouro Nacional; são também profissio- / nais da política todos os outros, que, no exercício de funções políticas, / não igualmente pagos, pelo dinheiro público; esta definição tem um caráter / técnico e não era a ela que se referia, quando falava "profissionais da / política" em um sentido, que considero pejorativo; ao passo que, ao qual / se referia, que apóiam o atual governo federal como apoiavam outros govê- / nos anteriores não iguais, que buscam na atividade política benefícios / próprios, pessoais, e não, o exercício da missão que lhes é confiada pela / consciência popular de buscar os caminhos melhores, para o desenvolvimento / de Brasil e o benefício de seu povo. 16º) Quando o senhor usou o termo "ce- / der", referindo-se a alguns deputados, no momento mais grave "da crise / brasileira", que intenção tinha em dar ao referido termo? Respondeu que / referia-se a aqueles deputados que não cederam ante as intimidações, ante / as artimanhas, ante as pressões, que sobre suas convicções políticas e suas / críticas foram exercidas pelo atual Governo da República, com o propósito / de fazer com que abandonassem estas convicções e passassem a apoiar convic- / ções opostas defendidas pelos membros do Governo Federal presente; assim / sendo que o exemplo de brevíssimo que deverá ficar registrado na história do / Brasil e demonstrar, no futuro, que houve neste País quem se manteve fi- / el às idéias que defendia, mesmo quando ameaçado por forças evidentemente / travessas; como o propósito desta pergunta couro e das referidas / ao Presidente da República seja apurar o conceito que faz de sua adminis- / tração, da política que adota e dos partidos ou dos representantes parti- / dários, esclareça desde já que faz de esta administração o deuto político, / desses partidos e desses representantes o pior conceito possível, posto / que entende não defenderem eles medidas destinadas à assegurar o desenvol- / vimento econômico do País, a melhoria do padrão de vida do povo ou a garan- / tia do regime constitucional. 17º) O senhor faz prova da falta de interesse / se pelos destinos da Nação, pela coisa pública ou pelos dinheiros públicos / de parte do Presidente da República ou de seus auxiliares? Respondeu que / é minha convicção íntima que o interesse nesse manifestado pelo Presidente / da República e seus auxiliares pelos quesitos acima exemplificados é de / modo a não solucionar qualquer dos grandes problemas que agilita o Brasil / sendo portanto negativo, posto que consubstanciado em medidas adminis- / trativas e políticas, que agravam esses problemas, segundo entende, em vez de / resolvê-los; não é outro o motivo pelo qual participa publicamente da opo- / sição ao atual governo da República. 18º) Sabe que imputar a uma pessoa / fato computado como crime, em campanha eleitoral, é proibido por lei? Res- / pondera que não só em campanha eleitoral, mas normalmente tal imputação é / crime de calúnia, previsto no Código Penal e que pode dar origem a proces- / so criminal, por iniciativa da pessoa caluniada; esta iniciativa é, aliás, / privativa, do caluniado e não pode ser suplementada por quem quer que seja / e não ser pelo próprio. 19º) O Senhor já esteve detido em quaisquer circuns- / tâncias, quer pela Polícia Civil, quer por autoridades do Exército? Respon- / deu que não. 20º) Sua posição de oposição ao atual governo tem sido revis- / tada por artigos escritos em seu jornal, devidamente assinados? Respondeu / que não. 21º) O Senhor já recebeu ameaças contra sua vida ou contra al- / guém na propriedade sua? Respondeu que as ameaças, esporadicamente, não são feitas / todas de caráter pessoal e não de caráter material, e são através de car- / tas ou telefonemas anônimos; não lhes deu, portanto, nenhuma importância, / de vez que não considero capaz de concretizá-las quem não tem a coragem de / identificá-las; a pouca importância que atribuo a tais ameaças pode ser / avaliada pelo fato de destruir em, sistematicamente, as cartas que neste / sentido me chegam às mãos e de não procurar para minha pessoa a proteção /





das autoridades públicas em querer uma permissão de porte de arma, 22ª) Im-
 posto em sua opinião, a autoridade, não pode e senão afirmar que foi im-
 plantado no País um sistema de individualidade, um sistema de medo? Respondeu
 que uma das demonstrações deste sistema é que aqui estão, contra a minha
 liberdade de ir e vir, preso sem sentença ou sequer ordem da autoridade
 competente, prestando sanas decisões; e meu exemplo de importância secundária, mas a cuja responsabilidade
 os seus autores, é apenas um das sentenças de que tenho conhecimento
 o território nacional, 23ª) O Senhor antes de receber verba, como
 alega, não teria sido convidado a vir a este Batalhão? Respondeu que
 acordado às seis e trinta da manhã, no quarto que ocupava
 desta cidade, por dois oficiais, armados, que me convidavam
 imediatamente ao Quartel do 24º Batalhão de Caçadores, para
 nas a esperança que eu tomasse meu café da manhã; um convite
 convite parecia a possibilidade de convidado de recusá-lo; foi
 de este a quinze, quando desci ao salão do Hotel, e encontrei-me com os re-
 feridos oficiais; recebi, então, voz de prisão, que, embora ilegal, posto
 que não fora baseada em ordem de, digo, escrita da autoridade competente
 ou em surpresa de flagrante delito de qualquer crime, obedeci, face à vi-
 dente superioridade de forças de meus aprisionadores e, ainda, a contusão
 que tenho manifestada, em diversos artigos, de que a violência, pessoal
 ou coletiva, apenas rebaixa a dignidade humana, 24ª) Quantos oficiais com
 pareceram ao Hotel, para dar assis uma idêntica de flagrante superioridade?
 Respondeu que dois oficiais armados e um soldado, que se encontraram à por-
 ta, dentro de uma viatura, 25ª) Por que não aceitou o convite formalizado
 os termos, para vir ao Batalhão? Respondeu que porque, estranhamente
 não é das meus hábitos visitar ninguém às seis e trinta da manhã e muito me-
 nos, quando a esta visita sou convidado com a interrupção de meu sono, por
 dois oficiais armados; em segundo lugar, porque não via, como não vejo, na
 algum interesse em visitar oficiais, que não conheço, em um Quartel onde
 nunca entrarei e, finalmente, porque outros compromissos me prendem nesta
 manhã a São Luís, até as nove e trinta, hora em que pretendia dirigir-me ao
 Aeroporto, a fim de embarcar no avião, que me levaria ao Rio de Janeiro, na
 qual reservarei um lugar, 26ª) Perguntado se foi molestado por qualquer in-
 vestigação, a respeito de sua presença nesta cidade, até a manhã de hoje?
 Respondeu que não, no que se refere a estas investigações, caso tenha exis-
 tido não necessitaram da minha presença, para informá-lo, 27ª) Viu e se-
 chor alguma relação entre o convite formalizado e a sua palestra na Televisão
 e Rádio Difusora? Respondeu que confessa que, à voz de prisão, que me
 foi dada, surpreendeu-o, grandemente, por dois motivos o primeiro, por
 ser manifesto a sua ilegalidade e o segundo, por haver sido transmitida
 por um Oficial do Exército Brasileiro, que, no meu entender, deveria ter
 noções documentares das Leis da sua Pátria e, portanto, não transmitir sem
 lhanete ordem, compactuando com a perpetuação de uma infração de Lei, ou
 seja com um abuso de poder, 28ª) Quando de sua vinda para esta Capital,
 trouxe ordem de seu partido ou credenciais de membro dele, para participar
 em campanha política? Respondeu que como membro do Diretório Nacional do
 Partido Trabalhista Brasileiro, tenho, pelo regulamento deste Partido, trans-
 trado na Justiça Eleitoral, o direito de participar das deliberações, das
 comissões executivas estaduais do PTB em todo o território nacional e de
 participar da propaganda política dos candidatos por estas comissões execu-
 tivas, pelos Diretórios Estaduais ou Municipais indicados para pleitearem
 cargos eleitorais, quer em eleições majoritárias, quer em eleições proporcio-
 nais; aliás, o direito de participação em campanhas políticas é inerente
 e inalienável a todos os cidadãos brasileiros, em pleno gozo de seus direi-
 tos políticos, não necessitando portanto de autorização de quem quer que
 seja e sendo limitado apenas pelos termos da Lei, referentes ao impedi-
 mento de propaganda de ódios raciais, contra crenças religiosas, de antipatia
 de entre civis e militares, etc, 29ª) Que quis e senão dizer com candida-
 tos consentidos? Respondeu que considera consentidos aqueles candidatos
 que não foram enquadrados em dispositivos casuísticos da recente Lei apro-
 vada pelo Congresso Nacional, popularmente conhecida como Lei das Inelegi-
 bilidades e que não tenham sofrido sanções quanto à normalidade de sua
 eventual posse, decorrentes da preferência popular, manifestada nas urnas,
 por pessoas detentoras de parcelas de poder, que melhor atenderiam para a
 tranquilidade pública, caso não abusassem dos cargos que detêm, eventual-
 mente, para procurar influir na seleção eleitoral, 30ª) Acredita então o
 Senhor que contra algum ou alguns dos candidatos ao Governo do Maranhão há
 ou houve sanção contra a posse, porque dis ou deve livrar o Maranhão de
 desgraça dos consentidos; qual o candidato ou os candidatos que se enqua-
 dram em tal situação? Respondeu que é notório digo, notório haver o Deputado

Continuação de TERMO DE PERGUNTAS ao Sr MARCIO EMANUEL NORBIRA ALVES

Deputado COSTA CAVALCANTE, Coronel do Exército Nacional, que exerce mandato conferido pelo eleitorado pernambucano e que se declara porta-voz no Congresso de uma chamada "linha-dura militar", haveria, digo, haver afirmado à imprensa ser a candidatura do Deputado RENATO ARCHER, nomeada pela convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção do Maranhão, uma afronta a esta mesma linha dura e a uma suposta revolução, que esta Deputado, apesar da evidência em contrário, que a tranquilidade pública oferece assegura existir no País; sendo, aparentemente, os membros desta linha militar representantes de uma minoria do Exército Nacional, não está esta que não parece lembrar-se do juramento de fidelidade à Constituição e às Leis, que fez ao abraçar a carreira militar, detentor de parcelas de poder, parece-me evidente a gravidade da afirmação do Deputado COSTA CAVALCANTE, neste que não corresponde a ela, como quer ser o pensamento da maior parte dos Oficiais das Forças Armadas.

31ª) Teria ouvido aqui alguns rumores de que o Deputado ARCHER tomaria posse? Respondeu que tinha informação profissional, não correspondendo à verdade, eis que é extremamente difícil para RENATO ARCHER vencer as eleições de três de outubro, portanto, a normalidade de sua posse, se que saiba, ainda não foi ou não está sendo matéria cogitação entre as forças políticas do Maranhão. 32ª) Por que o senhor caracterizou como tendo se "acovardado" os Deputados que resolveram apoiar o Governo Castello Branco? Respondeu que a pergunta parece-me mal formulada, de vez que no que me lembro, declarei terem se acovardado após a queda do Governo Castello Branco, aqueles deputados, que, no passado, defenderam esta posição do chamado Bloco Parlamentar Nacionalista; a razão deste meu acovardado é que, passaram eles, a partir do dia 1º de abril de 1964, a votar mensagens enviadas pelo Executivo ao Congresso, que contrariavam fundamentalmente as teses por eles mesmos defendidas antes; como não acredito que nenhum deles tenha recebido entre carças da foga novas leis ou novas inspirações ou novos argumentos, que os desviassem das posições políticas e ideológicas que tinham defendido, ao longo de suas vidas públicas, não posso atribuir esta repentina e total mudança de atitude ou de interesse privado de cada um deles ou à sua intimidação, face às pressões, que em diversos casos de votações importantes foram exercidas pelo Executivo sobre o Congresso; prefiro optar por esta segunda hipótese, por ser ela mais uma fragueta do que uma dezoana, como ocorreria, para a primeira hipótese. 33ª) Sabe o senhor que, baseado em hipóteses, não se pode imputar, como o senhor fez fato ofensivo à reputação de uma pessoa, chamando-a de covarde? Respondeu que não é lícito a ninguém eximir-se de responsabilidade, alegando desconhecimento do erro, digo, da lei, portanto, a pergunta torna-se ociosa e creio que os interessados pessoalmente, em sua resposta, vão pelos legais de traduzir-se perante os tribunais, para responsabilizar-se pelo que disse. 34ª) O senhor tem mais alguma coisa a declarar? Respondeu que deseja declarar que ao prestar este depoimento não sofreu qualquer coação ou outra que tinha detenção ilegal e arbitrária; aduzo que, pelo abuso de poder de qual seu vítima, pretendo responsabilizar criminalmente o responsável por ele, Tenente Coronel ALBERTO BRAGA e o seu instrumento na execução da arbitrariedade, Tenente, digo, Tenente Otávio Augusto Mendes Fernandes, de quem recubi ordem de prisão; pretendo ainda, chamar à responsabilidade civil, por perdas e danos, o responsável pela detenção, que me impedia de embarcar para o Rio de Janeiro, onde tinha compromissos profissionais. E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, eu, Capitão Murillo Neves Tavares da Silva, sindicante nomeado, lavrei e presente sêro, que assino, com o depoente e com as testemunhas anteriormente mencionadas.



MURILLO NEVES TAVARES DA SILVA
Capitão Sindicante

MARCIO EMANUEL NORBIRA ALVES
Depoente

WAGNER RIBEIRO DA SILVA
1º Ten Testemunha

OTAVIO AUGUSTO MENDES FERNANDES
1º Ten Testemunha

PAULO ALVES FERREIRA DA SILVA - 1964

do Senado da República. Há dez anos como profissional, eu acompanho todas as campanhas políticas que se travaram neste País. É esse meu testemunho, em primeiro lugar, é no sentido de que nunca na história do Brasil a partir de 45, a partir do movimento de redemocratização, a partir da Constituição que foi proclamada em 24 de setembro, ontem, de 1946, houve uma eleição tão importante como esta. Essa eleição é decisiva. Um país, o Maranhão, levou 100 anos a ser construído pelo seu povo, pelo esforço de gerações sucessivas. No momento de crise, como o que atravessamos hoje, a da eleição, para que a construção desabe. Como quero dizer que acompanho a muitos anos, a bancada maranhense, em sua atuação nacional. Esta bancada, antes do dia 1º de abril, tinha um comportamento. Depois teve outro. Antes do 1º de abril de 1964, existiu na bancada do Maranhão, vários deputados que lutavam pelo ideal nacionalista, que lutavam pela purificação da democracia brasileira, que todos nós vimos, caminhava para um impasse, / e que todos nós desejávamos manter, porque nós não acreditamos, os nacionalistas, que o Brasil deva ser obrigatoriamente um País pobre, ou subdesenvolvido, que o Maranhão não pode obrigatoriamente com as riquezas imensas que tem, com a sua terra extremamente generosa, para os frutos da agricultura e seu subsolo extremamente rico não pode e não deve continuar a ser um país subdesenvolvido. / Muito menos nós acreditamos que, quer o Brasil, quer o Maranhão / deva construir a sua riqueza e a sua grandeza, a reboque de outros países ou recebendo instrução de fora, de qualquer lugar. Tanto faz a instrução vir de um país, digamos democrático, como de um / país totalitário; são sempre instruções não brasileiras. E brasileira é que temos que construir nosso futuro. Mas, esta bancada maranhense defendia portanto, teses que eu considero, pessoalmente, ainda válidas. Depois, como em muitas outras bancadas, ocorreu infelizmente o que se viu foi, um processo de peneiramento: ficaram em defesa dessas teses, apenas aqueles que delas eram realmente convictos, que achavam que o mandato que recebiam do povo, correspondia a uma obrigação para com o povo, a uma obrigação de defender os interesses do povo. E sobraram na bancada maranhense apenas três deputados! lutando pelos mesmos ideais anteriormente professados. São eles: o Dep Cid Carvalho, Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro; o Dep Pedro Braga candidato a Vice-Governador e o Dep Renato Archer. Os demais, nacionalistas, ou que assim se diziam, por exemplo: o Dep Lister Caldas, do Partido Trabalhista Brasileiro, ou Dep Eurico Ribeiro, também do Partido Trabalhista Brasileiro, ou o Dep José Sarney, da chamada bossa nova da UDN, e alguns outros, trataram de esquecer aquilo de que eles

havia defendido ao longo de sua vida pública. Nas votações gravíssimas, que tivemos na Câmara, votaram contra o que diziam acreditar. Votaram por exemplo, a favor da compra a um preço, imposto a quem era considerado pelo vendedor inimigo, do ANEP. Votaram a favor da abolição da Lei de Remessa de Lucros, através de um dispositivo que lhe retirou a eficácia; votaram a favor de um acção de garantias de investimentos estrangeiros, que de capital estrangeiro investido no Brasil, não tem. Capital brasileiro, não tem. Enfim, esqueceram o que haviam pregado, tanto na Câmara, como nas praças públicas, e fizeram o que o povo já considera e já consagrou, como expressão "abigorreagem" transformaram-se em "bigorreios", transformaram-se em "marainheiros" e "grumetes" de uma nau que não era deles, ou que sem paracia não ser. Portanto, é para evitar a bigorreagem, é para lutar pelos ideais que nós achamos, como jovem que sou, como jornalista que sou, que devem ser os ideais do Brasil que estou aqui, nesta campanha, dando a minha contribuição e quero dizer a vocês, duas coisas apenas: A primeira é que a preocupação de todo o Brasil, com o Nordeste e com o Norte é imensa. Todos sabem que no Brasil, existem regiões mais ricas e menos ricas. O Sul é digamos uma região mais rica, embora em termos mundiais, seja também pobre. Nós achamos que a juventude do Sul, acha isto e eu lhes posso garantir que o Brasil não pode crescer com a desigualdade que tem. Uma banda rica e outra banda pobre. Isto não é possível. Então a nossa preocupação, a preocupação dos jornalistas, dos intelectuais, dos estudantes e até mesmo das camadas mais humildes, dos operários, dos artesões, dos comerciantes, é em contribuir naquilo que podem com o seu trabalho, com o dinheiro bem dado de impostos, para que o Norte e o Nordeste também se desenvolva. Nós não podemos querer no Brasil, que aconteça o que acontece no mundo: dividido: um Norte rico e um Sul pobre, no Brasil é o contrário. Portanto, nós olhamos para o Maranhão, um pouco como a terra de Canaã, onde se morre de fome. E morrer-se de fome na terra de Canaã, é pior que morrer de sede no deserto. E queremos que o Maranhão através da escolha livre direta pelo voto de seu povo, tenha um Governo, que o leve ao desenvolvimento, que o leve a boa aplicação de seus recursos e a boa exploração de suas riquezas. Neste ponto, nós olhamos com preocupação as eleições do Maranhão, onde existem candidatos sem programa e candidato com programa. E temos embora nós não possamos influir nesta decisão, porque o voto aqui é dos maranhenses e daqueles que aqui construíram na sua vida, a esperança de que os maranhenses escolham pelo desenvolvimento; escolham pelo crescimento; esco-



Lham pelo leite e pelo mel que lhes appareceu em sua terra de Ga
 maã. Mas mais ainda, tambem a juventude do Sul trava uma bata-
 lha. Eu deixei em minha terra, no Estado da Guanabara, uma cam-
 panha eleitoral, está sendo travada palmo a palmo, rua a rua, ca-
 sa a casa, contra um dos inimigos mais efficientes e por isso mes-
 mo mais tenebrosos que a democracia do Brasil já teve. Nós no Es-
 tado da Guanabara, estamos travando uma luta titânica, e mesmo
 assim, nesta luta da qual eu participe na qual eu me jogo com to-
 do que tenho, mesmo assim eu a deixei por três ou quatro dias, //
 para vir dizer que a luta não é só a Guanabara, e é a do Mara-
 nhão tambem; e aqui nós não temos uma ilha separada do Brasil, o
 que aqui se decide tem influencia no Brasil inteiro. Decide-se aq-
 ui tambem os destinos da liberdade. Decide-se aqui tambem os des-
 tinos da democracia. Decide-se tambem aqui, a resistencia contra o
 continuismo; resistencia contra as manobras daquelles que desconfie-
 am do povo, e por isso não querem que o povo escolham livremente
 os seus governantes como manda o Art 1º da Constituição da Repú-
 blica. Que diz: "todo poder emana do povo e em seu nome será ex-
 ercido". Esse artigo, que é a base da democracia brasileira, //
 juntamente com o Art III que declara as liberdades do cidadão bra-
 sileiro, que são inalienáveis, está em julgamento nestas eleições.
 Por isso, é que eu atravesssei um continente, porque o Brasil é //
 um continente; atravesssei o país inteiro para vir aqui dizer: há
 um candidato de opposição verdadeira, um candidato de opposição ao
 totalitarismo e que há tambem um candidato a favor do desenvolvi-
 mento do Maranhão. Esse candidato, nós esperamos, nós pedimos e
 nós queremos que o povo do Maranhão, não confunda a politica do //
 Maranhão, os pequenos problemas, digamos de cada cidadezinha do //
 interior, dividida entre opposição e situação ao Governo do Estado
 e tambem merecem muitos reparos e, a causa geral, para qual todos
 temos que trabalhar. Que a causa da liberdade no Brasil. Por is-
 to é que como jornalista e membro de uma juventude que acha que //
 não se pode mais deixar de participar da vida pública do Brasil, por
 fazer, a vida pública cairá na mão de profissionais como
 hoje, cairá nas mãos daquelles que pela causa públi-
 ca, pelos dinheiros públicos, pelo destino da Nação não têm o me-
 nor interesse. Por isto, é que, como participante desta juventu-
 de, quero um apelo aos maranhenses para que não decepcionem o
 Brasil. O Maranhão, tem uma honra hoje. Aqui existe uma
 batalha nítida, uma batalha que se trava na Guanabara ou como uma
 batalha que se trava em Minas. Existe uma batalha entre aquelles
 que se recusaram a ceder, que resistiram nos momentos mais gra-

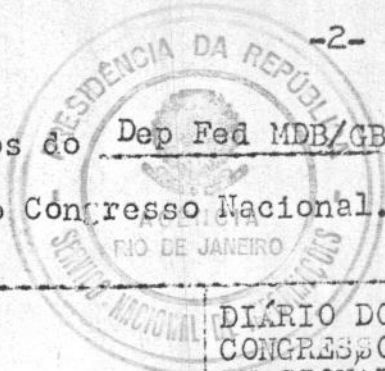


ves da crise brasileira; e aquelas que se acovardaram, aquelas que conciliaram, aquelas que aceitaram qualquer coisa, desde que tenham o nato do bôlo do poder. Não é possível! Não é possível! Não é possível! Não é possível!

No Brasil de hoje, um país que estora por todos os lados, um país que tem Bacabal, a cidade onde a gente sente a fumaça sair pelas ruas, como sangue corre nas nossas veias, quem quer entregar ou continuar a ser entregue, a quem quer entregar ou pa, a quem da política, quer apenas servir-se com o povo com a política. Essa opção, que é uma honra para o Maranhão, é uma opção rara; porque nos 8 demais Estados onde também se travam eleições, ela não existe; o que existe nêstes Estados, e Deus poupou ao Maranhão, terra da primeira revolução libertária brasileira esta vergonha de aqui repetir-se o mesmo esquema, é a aceitação; e São os candidatos consentir-lhe. E consentir-lhe por quem? Quem pode consentir é o povo; um candidato a prefeito nesta cidade, foi jogar uma frase, que eu considero lapidar. Ele disse inalegível é a quêle que não tem votos - é verdade. Inalegível no Brasil só de verissemos aqueles que não inspirassem confiança no povo e não necessassem o seu voto. E no entanto, o que ocorre é o que cada vez mais se alarga a área da inalegibilidade. Quanto todo o processo democrático, quanto toda a tradição da democracia em todos os países do mundo quer que as inalegibilidades sejam cada vez mais reduzidas, no Brasil, éia só é alargada. E agora estabelece ainda // mais um sistema de medo, um sistema de intimidação; gente falando como se tivesse, digamos, uma procuração de instituições permanentes da república e que a República deve depender como as suas fronteiras também devem preservar, falando em nome por exemplo, das Forças Armadas para vetar um candidato, ou outro ao sabor, digamos, de uma Udenização progressiva no Brasil. Por quem? Com que direito? Com que ordem? - Nenhuma. A resistência está portanto no povo. Está em nós. Em nosso voto. Na escolha que nós teramos de fazer a 3 de outubro. Amanhã eu volto a Guanabara. Volto a participar da campanha eleitoral, volto a tentar influir nos cidadãos do meu Estado para que eles também como nós, desde a primeira hora resistindo, resistam pela arma do povo que é o voto. E fazendo isto apelo também aos maranhenses de resistir pela arma do povo, vetando ao Renato Archer e ao Pedro Braga que também seberam resistir, e que eu encerro as minhas palavras e agradeço aos maranhenses terem me ouvido e terem me dado essa oportunidade, de trazer uma mensagem, a mensagem de esperança do povo brasileiro ao povo do Maranhão. Muito obrigado.

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED MDB/CB
MÁRCIO MOREIRA ALVES no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
23 SET 67	Atacou a política salarial do Gov dizendo que as "leis de arrocho" criam mais subversão que a OLAS ou os guerrilheiros. Disse que o / Min ANDRAZZA e o Sen CARVALHO PINTO estão contra elas.	Nº 121
30 OUT 67	Atacou a política salarial do Gov aludindo a Encíclica "Rerum Novarum" de 1891 e terminando por afirmar: "Os trabalhadores do Brasil, na / própria luta que tem de encetar para a sobrevivência da família, são obrigados a desobedecer essas leis, através de manifestações públicas e de movimentos de massa que demonstrem a população em geral e ao Gov em particular que não é pela fome e pela miséria das classes trabalhadoras que se conseguir a conter a inflação ..."	Nº 127 ✓ X
07 OUT 67	Comentando a entrevista do Pres CS com a ARENA, na qual o Pres usou a expressão "Chefe Supremo", comparou-a com o "Fuher" e que a expressão caracteriza bem o sistema sob o qual vivemos. Disse que, como Chefe Supremo, "Fuher" ou não, há leis e medidas que ferem de tal forma a dignidade humana, que tem de ser enfrentadas, sendo o caso das "Leis de arrocho salarial". Disse que a campanha contra a revogação dessas leis terá de ser levada pelos trabalhadores brasileiros de igual forma e por métodos semelhantes da campanha de libertação dos negros norte-americanos contra leis opressoras que os segregam. "E é para esta campanha, para este conflito como Chefe Supremo, até que mude as diretrizes / "fuhercas", que os trabalhadores estão sendo / convocados pelos seus sindicatos, com apoio da Justiça Trabalhista".	Nº 131 ✓
07 OUT 67	Aparteando o Dep Alípio Carvalho, que defendia os militares de ataques a eles desferidos, disse que os militares que estavam no Congresso vieram pelo caminho correto e que a divisão entre militares e civis só deixara de existir / quando o Pres Rep for conduzido pela vontade do povo.	Nº 131 X
11 OUT 67	Declarou que o Gov Fed está fazendo, a custa dos funcionários, o maior negócios imobiliários de que se tem notícia no Brasil. A Codebras, / disse, esta cobrando preços maiores do que são cobrados na Av Atlântica, no Rio. Trata-se de uma empresa governamental que realiza, a custa do funcionalismo, um "negocio da China", aos quais o Gov recusa níveis de salários compatíveis, explorando-o ao ponto de condená-lo a fome ou a ineficiência.	Nº 133

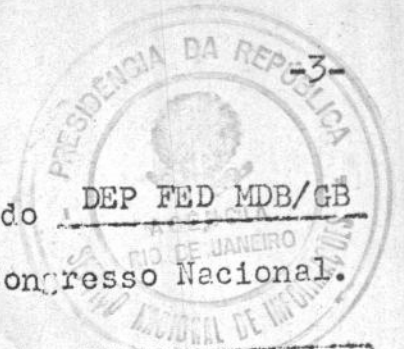


Resumo dos principais pronunciamentos do Dep Fed MDB/GB no Congresso Nacional.

MÁRCIO MOREIRA ALVES

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
11 OUT 67	Falando sobre a Com Ext da CD, constituída para apurar denúncias de sevícias e torturas de presos políticos em quartéis, disse que passou telegrama ao Gen Itiberê Gouveia do Amaral, comunicando que ira ao QG da IV RM, avistar-se / com os presos políticos ali recolhidos. Declarou que face as dificuldades que os parlamentares / tem sempre encontrado neste País, de penetrar nos quartéis para apurar denúncias de torturas, comunicou o fato a Mesa da CD, esperando que o mandato de parlamentar seja respeitado e que o acesso aos presos políticos seja facilitado.	Nº 59
05 OUT 67	Declarando que o Dep Hélio Navarro foi impedido, por ordem do Min da Justiça, de falar no recinto da Fac de Direito de Pinhal/SP, e que o Gen Itiberê Gouveia do Amaral, Cmt da 4ª RM, teria advertido o Dir da Fac de Direito de Juiz de Fora de que era inconveniente a presença do Dep Marcio Moreira Alves, em conferencia a ser realizada na Fac, requereu providencias da Mesa CD, junto ao Pres da Rep e Min da Justiça, concluindo dizendo que o Min e o Gen praticam crime de cerceamento do direito de opinião".	Sup DC Nº 129
18 OUT 67	Referindo-se à rejeição pela CD, de um pedido para a constituição de comissão externa para investigar a situação de encarceramento e as denúncias de sevícias e torturas de presos políticos, atacou as autoridades militares de Juiz de Fora, que teriam se ausentado - sabendo de sua ida, aquela cidade - desrespeitando o mandato de Dep que esta investido. Disse: "Sei mais que os / torturadores que existem nas FFAA e que, apesar de denunciados repetida e comprovadamente, são mantidos impunes, não contam com a solidariedade da esmagadora maioria dos seus colegas de farda"... estou informado de que, para seviciar esses quatro homens do IPM de Uberlândia, que estavam presos em BSB, foi importado um torturador, oficial que veio do RJ". ... verifiquei, quando apurei denúncias de torturas em PE, que em toda oficialidade do IV Ex, apenas onze eram torturadores".	Sup DC Nº 135
13 OUT 67	Solicitou da Mesa da CD o início de Proc de responsabilidade contra o Min Tarso Dutra, que se recusaria sistematicamente a prestar informações a Câmara dos Deputados, desde 28 Mar 67, sobre o acordo MEC-USAID.	SUP DC Nº 140-I
25 OUT 67	Fêz parte da Comissão do MDB que compareceu a Juiz de Fora, a fim de verificar condições de encarceramento de presos políticos. Para maiores detalhes, ver ficha do Sen Marcelo de Alencar - MDB/GB	

Resumo dos principais pronunciamentos do
MÁRCIO MOREIRA ALVES no Congresso Nacional.



DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
20 OUT 67	Solicitou questão de ordem para esclarecer o caso da denúncia que quer apresentar contra o Min TARSO DUTRA, como incurso em crime de responsabilidade.	SUP DC 140-I
26 OUT 67	Disse que o Pres CS, em BH, "não estará com as professoras, que há 14 meses não recebem; não estará com os sindicatos, cujas reivindicações são prementes; não estará com os estudantes, posto que o diálogo com os estudantes, posto que o diálogo com os estudantes, neste Gov, como no passado, é feito a cassetete no meio da rua. Estará, no entanto, com os representantes das classes produtoras, com as associações rurais, com as federações xx da indústria". "Gostaria ficasse consignado que este Gov ... tem como propósito tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres".	SUP DC No 144-I
27 OUT 67	Falando a respeito de acordo entre BRASIL e SUIÇA, criticou o Gov, declarando que "existem sobretudo, motivos para que a Câmara dos Deputados esteja atenta para o terrorismo cultural, para o terrorismo que troca professores como SALMERON por agentes do DOPS ou do SNI, em nossas universidades, o que fatalmente fará que o Brasil seja permanentemente um País de botocudos.	SUP DC No 145-I
27 OUT 67	Em longo pronunciamento, criticou a CODEBRAS, que com a sua política não permitira a consolidação de BRASÍLIA, pois os funcionários não poderão pagar os aluguéis fixados e nem poderão comprar os apartamentos em que irão residir.	SUP DC No 145-I <i>feito pelo próprio Marcio</i>
1º NOV 67	Criticou o Gen ERNESTO GEISEL por seu pronunciamento em resposta a acusações formuladas pelos Deps HERMANO ALVES E MÁRCIO M. ALVES, no caso das supostas torturas sofridas por presos políticos em RECIFE. Voltou a atacar as FFAA, apesar de sublinhar serem minoria os torturadores, de acobertarem os que praticam torturas / contra presos políticos.	No 148
16 NOV 67	Criticou as atitudes da Polícia no caso do Bispo Waldir Calheiros, de Volta Redonda, e de apreensão das blusas com a cara de Che Guevara, dizendo que estão confundindo certos movimentos da juventude com subversão, e "se essa confusão perdurar e o impedimento continuar, de serem as reivindicações operárias livremente apresentadas, aí sim, a polícia política estará produzindo / subversão e levando este país ao desenlace armado".	No 157

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED MDB/GB
MÁRCIO MOREIRA ALVES no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
10 FEV 68	<p>Relatou viagem de 5 dias que realizou por todo Sul da Zona da Mata de PE, Zona canavieira, para avaliar as condições do trabalhador, do campo, particularmente da Usina de Caxanga, que vem sendo administrada pelo IBRA. Frizou o medo que teria encontrado e que "o trabalhador vê as suas mínimas reivindicações e os seus direitos serem tratados, quando lançados de publicação, de "manifestações subversivas". Seus líderes são presos pela polícia ou indiciados no IV Ex, quando não são espancados e mortos pelos usineiros". Relatou casos de torturas por agentes do DOPS e do SNI. Acusou o IV Ex de estar dando cobertura a ilegalidades e arbitrariedades praticadas pelos usineiros, citando o Cmt.</p>	<p>DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL RIO DE JANEIRO Nº 18 X</p>
07 MAI 68	<p>Disse o seguinte: "mais uma vez sou obrigado a subir à tribuna desta Casa para tratar de crimes, de torturas, cometidos contra presos políticos; as torturas que sofreram os irmãos Ronaldo e Rogerio Duarte, na GB, a partir do dia 04 ABR 68.</p> <p>Se Pres Rep, como qualquer um de nós, direito a alimentar as suas ilusões e os seus sonhos a respeito de uma obra administrativa que pensa realizar. Não que deveria ser, como Marechal / que é, como chefe de um Governo que se quer legal, e direito de ignorar os crimes que em nome deste Governo e acobertados por ele são praticados neste País.</p>	<p>Nº 69-I Y</p>
31 JAN 68	<p>Falou sobre a mobilização militar no último fim de semana.</p>	<p>Nº 10-I X</p>
06 AGO 68	<p>Em seu discurso, entre outras coisas disse o seguinte: "O Governo é, hoje, simplesmente, um poder policial. O Governo do Marechal COSTA E SILVA declarou guerra contra o povo brasileiro. Os estudantes, os operários os intelectuais - o povo - não se cansam de gritar aos ventos que o único caminho aberto para o Brasil é a democracia. A transformação das Forças Armadas do Brasil em tropas de ocupação do território nacional é também um crime. A referência a corrupção desapareceu dos discursos oficiais, simplesmente porque a corrupção passou a ser encampada pelo Governo No dia em que os jornais publicaram a notícia do confi namento do Sr JQ publicaram também a venda da FNM".</p>	<p>Nº 130-I X</p>
13 AGO 68	<p>Em aparte ao discurso do DEP GETÚLIO MOURA, disse o seguinte: "em apoio ao seu discurso sobre anistia, e antecipando o meu aparte, gostaria de dar a V.Exa uma informação, concernente ao projeto de anistia que esta Camara ira apreciar, como V.Exa disse, o Gov tivesse</p>	

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB
MÁRCIO MOREIRA ALVES, no Congresso Nacional

DATA	RESUMO DO DISCURSO	DC
13.8.68	<p>inteligência, por ele proposto. No entanto, como bem ressaltou V.Ex., este Governo não é de realizações, como foi o do Sr Juscelino Kubtschek. Tem apenas para oferecer ao País mais força, - nunca o perdão".</p>	Nº 135-I
14.8.68	<p>Em seu discurso disse: "o STM decidiu procrastinar o julgamento do "Habeas Corpus" do estudante Wladimir Palmeira. O paciente continua preso, e o Tribunal recusa-se a solta-lo, como é do seu dever e de lei.</p> <p>No episódio sobressai, solitário, infelizmente, mas grande e horrando a sua farda e a Justiça brasileira, o Ministro-Relator Peri Bevilacqua, sempre favorável a julgar-se imediatamente um processo já instruído. Enquanto isso neste Congresso procrastina-se também a votação da anistia. Sabemos bem que as atribuições desta Casa não apenas legalmente / como de fato, estão extremamente reduzidas pelo / regime militar. Os que nos ameaçam, melhor, ameaçam os que na sua maioria se deixam ameaçar, os que / ameaçam o Congresso de represalias, escondem-se no anonimato".</p>	Nº 136-I
22.8.68	<p>Falando sobre a invasão da Tcheco-Eslováquia pela Rússia, disse: "a Tcheco-Eslováquia foi vítima pela segunda vez em trinta anos, da agressão imperialista de um dos seus poderosos vizinhos. A invasão que ora se consuma repete tragicamente a História.</p> <p>A agressão das tropas da União Soviética, auxiliada pelos exércitos de seus satélites, e uma afronta a consciência de todos os homens livres que lutam pela paz, pela justiça social e pela soberania de todos os povos do mundo sejam grandes ou pequenos, armados ou desarmados".</p>	Nº 142-I
03.9.68	<p>Falando sobre a invasão da UnB pela Polícia, disse: "as continuas violências praticadas contra estudantes e contra as universidades tornam inteiramente impossível qualquer debate sobre a reforma do ensino superior.</p> <p>As atrocidades cometidas quinta-feira, nesta cidade, a nova invasão da UnB, com a prisão de estudantes e professores, inclusive, com a detenção, durante algum tempo do filho do Gov do Ceara. A Nação reclama, para sua tranquilidade, a adoção de providências concretas e urgente.</p> <p>Todos conhecemos a espécie de rigoroso inquérito que este Governo abre sobre os criminosos que em suas fileiras se abrigam. No Brasil de hoje torturar um preso inerte parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar".</p>	Nº 150-I

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB
MARCIO MOREIRA ALVES. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
29.8.68	<p>Em seu discurso, disse: "o festival de arbitrariedades que a Nação impõe o Gov Fed parece ameaçar a liberdade política dos brasileiros com mais uma marcha funebre tocada pelo sinistro Min Gama e Silva. Os jornais de hoje noticiam a elaboração por este conhecido liberticida, de mais um diploma de cassação de direitos políticos. Segundo as informações, a pretexto de complementar o Art. 148 da Constituição, pretende o Gov Fed enviar a este Congresso um projeto que determine inelegíveis quaisquer pessoas indiciadas em IPM - indiciados apenas, e não com sentença passada em julgado - e ainda os funcionarios publicos demitidos do serviço publico.</p> <p>Esta medida que se propoe reduz a legibilidade dos brasileiros ao arbitrio do DOPS e do SNI, as informações, tem notoria atividade. Alias, as informações, de alcaguetes e a vingança de politicos derrotados, ou de extremista que, neste organismo de informações, tem notoria atividade".</p>	147-I
04.9.68	<p>Em seu discurso, em que sugeriu o boicote à Parada de 7 de Setembro, disse: "todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cupula militarista que perpetra violencias e mantem este Pais sob o regime de opressão. Creio haver chegado, apos os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este e tambem o momento do boicote.</p> <p>Vem aí o Sete de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explomar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colegios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessario que cada pai, cada mae se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile e um auxilio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto que cada um boicotasse este desfile"</p>	154-I
10.9.68	<p>Em seu discurso, disse: " O Movimento de Educação de Base recebeu ontem, em Paris, durante as comemorações do Dia da Alfabetização promovido pelo UNESCO, o prêmio Reza Pahlevi de 1968.</p> <p>A candidatura do MEB foi oficialmente apresentada pelo Gov do Brasil. A laurea vem mais uma vez reconhecer, no plano internacional os notaveis / esforços que esta organização, da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, desenvolve, particularmente no Norte e no Nordeste, no sentido de, conhecimentos de leitura e aritmetica elementar, como tambem de conscientiza-los a fim de que participem ativamente da sociedade em que vivem, através dos sindicatos rurais.</p> <p>Esta e mais uma contradição na política educacional deste Governo, que ao mesmo tempo em que apresenta uma organização como modelo a ser mundialmente reconhecida, determina sua extinção".</p>	155-I

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB
Márcio Emmanuel MOREIRA ALVES. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
10.9.68	<p>Falando sobre o ex-Pres João Goulart, disse: "o Pres João Goulart foi talvez o mandatário mais polêmico e contestado que esta Nação já teve. Na análise que faz hoje da realidade brasileira, quatro anos após o golpe militar que o depôs, creio que consubstancia o pensamento da maior parte daqueles que até mesmo o derrubaram, ou que auxiliaram a sua derrubada, porque não há a menor dúvida de que após quatro anos de militarismo, após quatro anos de entrega da soberania nacional, se esclareceu, enormemente, o sentido político do golpe militar".</p>	155-I
24.9.68	<p>Falando sobre os acontecimentos verificados em SANTARÉM/PA, em que foi vítima o Dep HAROLDO VELOSO, disse: "tenho aqui convivido com o Dep HAROLDO VELOSO e desejo trazer a V.Exa o meu testemunho, alias o testemunho que V.Exa invocou da Sasa. Durante trabalho que tivemos, íntimo e prolongado, na averiguação da venda de terras a estrangeiros, reformei muitos dos conceitos que a seu respeito tinha, e que, de um modo geral coincidem com a ideia de ferrabras, que todos nos guardamos dos movimentos de Aragarças e de Jacareacanga. Tem ele se comportado, aqui, com modestia e firmeza, sempre dentro da lei e mantendo o dialogo.</p> <p>Do episodio deveremos tirar, não apenas a solidariedade que todos nós prestamos pessoalmente ao colega ferido, mas a lição politica que os fatos nos revelam, e que é a de que a impunidade no exercício do crime por autoridade em Brasília, na GB, na BA e em muitos e muitos lugares deste País, / realmente criou, da parte do Poder Público, quer seja Federal quer, no caso presente, o Estadual, Representado pelo Maj Alacid Nunes, a ideia de / que o exercício da autoridade é confundido com o exercício do comando de jagunços, porque como comandante de jagunços, esta se portando o Major / Alacid Nunes".</p>	165-I
21.9.68	<p>Falando sobre a Reforma Universitária, disse: "embora reconheça que há no País uma completa / falta de clima para o debate da Reforma Universitária, embora reconheça que a proposta principal a Reforma Universitaria do Governo é a bota que arreventou a porta do laboratório da UnB, embora todos os crimes que contra a juventude e a instituição universitaria brasileira vem sendo praticados pelo militarismo continuem impunes, embora a tortura seja o método normal de dialogo produzido por aqueles que desejam colher informações a respeito de suspeitos de ideias mais ou menos subversivas e ela esteja, de tal forma incluída na rotina dos interrogatorios que atinge até / mesmo os terroristas de direita que o Gov com / tanto carinho trata que não os enquadra na LSN, como enquadra os estudantes que apenas distribuí panfletos".</p>	SUP DC 164-I

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/GB
Márcio Emmanuel MOREIRA ALVES. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
24.10.68	<p>Em seu discurso, disse: "todos nós, diante desses crimes manifestamente praticados por autoridades, reiteradamente condenados por todos os que sentem amor a esta terra, verificamos que é preciso dar o "Basta!", e preciso parar com tudo isso, é preciso que se tenha a coragem.</p> <p>A resistência que temos de travar é uma resistência acima de todos os partidos, porque é resistência pela Nação, é resistência que não vê as facções políticas, é resistência que não vê a hierarquia, mas vê apenas os brasileiros. E é preciso que o clamor que das ruas nasce, que o sangue derramado pela juventude frutifique em um movimento que acabe com esse terrorismo, que acabe com a ilegalidade, que acabe com a lei de trabuco, / que acabe com essa lei tremenda e terrível que é a da segurança nacional feita para proteger o trabuco e os jagunços e replante neste País a democracia. Enquanto não tivermos coragem para, unidos, travarmos esta resistência, estaremos apenas entregando o nosso pescoço e o pescoço dos nossos filhos a cutelo dos carrascos".</p>	187-I.

TERMO DE PERGUNTAS AO INDICIADO

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de São Luís, no Quartel do Vigário Quarto Batalhão de Caçadores, apresenta o Tenente-Coronel Hugo Hortênsio de Aguiar, encarregado desta inquirição, comigo, 2º Sargento João Batista Bastos Coqueiro, servindo de escrivão, compareceu Marcio Emmanuel Moreira Alves, a fim de ser interrogado sobre os fatos constantes da Portaria e da Sindicância que lhe foram lidas. Na seguida, passou aquela autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte: qual o seu nome, idade, filiação, estado civil, naturalidade, profissão e residência. Respondeu chamar-se Marcio Emmanuel Moreira Alves, idade de 23 anos, filho de Marcio Melo Franco Alves e Francisca de Almeida Alves, casado, natural do Estado de Guanabara, jornalista, residente na Avenida Vieira Couto nº 336, apto. 402, Guanabara. Perguntado como se deu o fato narrado na Portaria e na Sindicância que lhe foram lidas, respondeu que já está disposto a responder todas as perguntas. Perguntado qual a autoridade que o convidara para proferir conferência na noite de sexta-feira, dia 17 do corrente, respondeu que em primeiro lugar a conferência realizou-se no salão nobre da Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas, manhã, que funciona no andar superior da Academia de Comércio, e quanto à realização do convite, foi ele feito aproveitando a minha, digo, a sua presença em São Luís, pela comissão executiva estadual do Partido Trabalhista Brasileiro que encarregou o Vice-Presidente dos entendimentos com o Diretor da Faculdade e o respectivo Diretorio Acadêmico; que realmente foi realizada na sexta-feira. Perguntado se fizera pronunciamentos políticos na referida conferência, respondeu que sendo o tema da palestra a participação da juventude no processo de desenvolvimento brasileiro, fez como acredita não poderia deixar de ser, uma análise geral da política brasileira dentro do ponto de vista interno como externo, detendo-se particularmente em alguns aspectos da política econômica e financeira do atual governo. Perguntado se fizera referência à atual "lei Suplicy", respondeu que sendo esta lei de interesse direto da juventude universitária, abordou-a. Perguntado se não fizera mais do que uma simples abordagem do assunto, analisando inclusive o aspecto de legalidade da referida lei, respondeu que sim, pois que emitiu seu conceito sobre a propriedade desta lei, conceito este que é o seguinte: Considera a lei Suplicy um cerceamento desobediência da liberdade de participação política do estudante brasileiro, contrário ao exemplo histórico dado pela classe estudantil desde sua participação na expulsão da primeira invasão francesa do Rio de Janeiro e que, no seu entender, esta lei por sua manifesta impropriedade deve ser repelido pelo Congresso e enquanto não o for deve ser objeto por parte dos estudantes de um processo de desobediência civil semelhante ao que foi empregado na Índia pelos adeptos de Ghandi, quanto às leis do Império Britânico que consideravam iníquas e o empregado nos Estados Unidos pelos adeptos do movimento de integração racial chefiado pelo pastor Martin Luther King contra as leis de separação racial; que na conferência, ao que se recorda, citou a justificativa teológica para esse processo, que é encontrada na soma teológica de S. Tomaz de Aquino. Perguntado desde quando o seu interesse particular pelas questões estudantis, respondeu que considerando imprescindível para o aprimoramento não só da Democracia, como do próprio desenvolvimento econômico do país, o engajamento da juventude na atividade política, desde que começou a participar desta atividade com o maior afinco, ou seja, a partir do dia 9 de Abril de 1964, tem tido progressivo interesse na militância política dos estudantes, especialmente dos universitários. Perguntado se na entrevista "Fatos em Foco" da TV-canal 4, tecera comentários sobre autoridades da República ou instituições nacionais, respondeu que ao que se recorda, explicando os motivos que o levaram a escrever um livro sobre as torturas a presos políticos após a derrubada do governo João Goulart, disse que em primeiro lugar, impressionou-o o fato de ser de conhecimento de todos que a polícia geralmente usava de violência contra presos, porém que como esta violência era praticada contra ladrões e assassinos, todos nós dormíamos sossegados apesar do conhecimento que tínhamos e que só quando passaram elas a ser cometidas contra presos políticos, quer pela polícia, quer por oficiais das Forças Armadas é que a consciência social chocou-se com elas e mais outro fato que o impressionara durante o extenso levantamento das torturas e violências sofridas por presos políticos foi o reduzido número de oficiais que nelas estavam envolvidos, dando como exemplo que em Pernambuco, zona de influência

do IV Exército, chegara ao seu conhecimento os nomes de no máximo seis
 Oficiais praticando semelhante covardia que no seu entender macula não
 apenas as cantinas de outros companheiros de farda, como toda a sociedade
 brasileira de cujo meio saiu. Perguntado se confirma suas declarações an-
 teriores, constantes da Sindicância anexa ao presente IIM, que vai por ele
 assinada ou se tem algo a retificar, respondeu que as confirma desejando
 esclarecer ainda que na resposta em que declarou fazer da administração
 da política, dos partidos ou representantes partidários do atual governo,
 o pior conceito possível, atribua este conceito às suas virtudes ou
 possíveis pessoais, digo, possíveis defeitos pessoais, mas não ao
 seu comportamento e decisões de caráter politicamente normativo. Pergunta-
 do se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem a sua inocência res-
 pondou que não apenas se julga inocente como vítima da caça aos comu-
 nicacionistas, mas também seu direito de ir e vir e objeto de um inquérito baseado em opinião
 de outro país que se rejeia por princípios democráticos. Perguntado se
 se e não lhe foi perguntado, deu o Encarregado deste IIM, ao findo
 o presente interrogatório, mandando lavrar este termo que, depois de lido
 e achado conforme, assina com o indiciado, com os testemunhas e consigo, 2º
 Sargento servindo de escrivão, que o escreveu.



[Handwritten signature]
 Encarregado

Indiciado

Testemunha

Testemunha

Escrivão

RELATÓRIO

Examinando-se atentamente os documentos de presença verificou-se que:

A - Histórico das principais fatos:-

- O jornalista MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES, de Maranhão, preferiu na noite de 17 de setembro para a Faculdade de Ciências Econômicas de São Luís se utilizar do auditório da Academia de Letras de São Luís para a participação da estada de São Luís no processo político nacional.
- No dia 19 de setembro no programa "Momento político", da TV Difusora Canal 4 - cedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de P T B, o jornalista MÁRCIO fez as afirmações constantes das fls. 26 a 30.
- No dia 19 de setembro, poucos momentos depois daquele programa, participou de uma entrevista na mesma emissora, conhecida como "Fatos em Foco", de caráter comercial, onde fez considerações ofensivas às Forças Armadas, tendo sido o programa retirado de ar por duas vezes pela própria diretoria.
- Essa entrevista, ligada ao pronunciamento anterior, causou mal estar e revolta no pessoal militar e na população civil, em sua maioria integrada no movimento revolucionário de março de 1964, pelo que o Maranhão assistiu aos preparativos de uma eleição democrática no Estado, em confronto com os acontecimentos relatados pelo jornalista.
- No dia 20 de setembro, cerca de 0800 horas, o Comandante da Companhia de São Luís enviou um Oficial para entrar em contato com o jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES a fim de preveni-lo contra o tipo de pregação que o mesmo vinha utilizando na sua estada em São Luís, tendo o jornalista recebido agressivamente o emissário, sendo então detido para averiguação em sindicância que foi aberta imediatamente.
- Tanto o Comandante da 10a R M chegou a São Luís em fim / jornada de 20 de setembro, tomou imediatamente conhecimento dos fatos acima e, havendo suspeita de crime previsto no C P M, avocou a sindicância e a transformou em I P F, do que foi Encarregado.
- Imediatamente foram ouvidas as testemunhas e a indiciada, que foi liberada logo após ter prestado declarações, aproximadamente às 0300 horas de dia 21, não tendo sofrido castigo.

B - Conclusões parciais:

- O jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES foi convidado pela PTB Maranhense para fazer cobertura eleitoral de seu candidato ao Maranhão. Isso se depreende: 1º) da publicação de fls 12, // que é praticamente uma nota oficial de órgão da PTB; 2º) das declarações de MÁRCIO MOREIRA ALVES de fls. 16 (segunda testemunha); 3º) das manifestações em defesa dos temas defendidos pela PTB, frequentes durante a estada daquele jornalista em São Luís.
- A difusão de notícias sobre o petroleiro de Maranhão foi apenas um pretexto e, se tal fato foi citado pelo jornalista // uma única vez na entrevista "Fatos em Foco", se deve ao fato de que o entrevistado insistiu saber o motivo da estada do entrevistado em São Luís.



A presença do jornalista MÂRCIO MOREIRA ALVES, político distribuído ao PTB foi aleatória, convite para a participação de referida na "momento político" no dia 19, isto é, pouco antes da chegada, e vários dias após a chegada de

Uma está suficientemente caracterizado MÂRCIO ALVES, a pretexto de realizar ceber de petréleo maranhense, foi convecado pelo de para vitalizar a campanha de seu candidato RENATO ARCHER, movimentando a classe estudantil. O fato de reconhecer e indiciado, fls. 16, ter partido e convite de PTB maranhense, logo no dia imediato ao da sua chegada a São Luiz, e a técnica demonstrada nas suas exposições, quando frequentemente se revela um apolegista de engajamento da juventude na atividade política, não deixam dúvidas sobre as ligações estudantis de indiciado. Ele próprio confessa no depoimento de fls. 16 e seu interesse pela politização da classe estudantil, bem como a teor de sua conferência na Faculdade de Ciências Econômicas, fls. 16, indica um regular grau de preparação para o assunto, mostrando que o jornalista MÂRCIO ALVES absolutamente não foi apanhado de surpresa.

C - Conclusão:

Embora as atitudes e declarações do jornalista MÂRCIO MOREIRA ALVES não cheguem a caracterizar nitidamente os aspectos previstos como crime, no C P M, arts. 187, 188 e 189, a verdade é que indicam um perfeito entrosamento com o setor radical de esquerda do PTB, atuando de preferência e com especial desenvoltura nas hostes estudantis, revelando implicações mais profundas com a Ação Popular e a UNE. Pelas razões acima, sem de parecer seja o presente Inquérito arquivado nesta R M, e que, outrossim, sejam enviadas cópias dos depoimentos e de relatório ao Sr. Encarregado de I P M que investigue, em todo o território nacional, as atividades da UNE.

Fortaleza, 19 de outubro de 1965

INICO HORTÊNCIO DE AQUINO - Ten. Cel.
Encarregado de I P M.

CONFIDENCIAL

ANEXO Nº 48
Luziob. 4.10.67

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO Nº 1123 / SNI / ABT / 1967
(8816/315)

DATA : 29 de setembro.
ASSUNTO : Conferência de MÁRCIO MOURIRA ALVES no BOE.
REFERÊNCIA:
DIFUSÃO : CSNIDAR - 2ª/MS - 2ª/MSAR.
DIFUSÃO DESDE A ORIGEM: ABSB - Ch SNI.



1. Realizou-se em 29 de setembro de 1967, a partir das 20 horas, a conferência do Dep MÁRCIO MOURIRA ALVES no auditório do BOE de GOMAS, dentro do programa da Semana de Realidades, sobre o tema "Acordo MEC-USAID".
2. O conferencista, em síntese, disse que:
 - os acordos para reformulação do ensino no BRASIL envolvem estudos da realidade política e cultural do País e que a comissão paritária prevista pelos acordos MEC-USAID, constituída de estrangeiros norte-americanos e brasileiros por eles selecionados, não podem atender os interesses nacionais;
 - os membros das comissões paritárias quase todos fizeram curso nos EUA e possuem identidade de propósitos com os americanos. Os membros brasileiros têm ainda a vantagem de falar português sem sotaque;
 - O Governo possui o SNI que provavelmente estaria presente à reunião mas, o que se necessitava, é de organizar um outro SNI para defender os interesses nacionais. Os estudantes devem se organizar e manter um serviço de informações nas escolas;
 - o ensino brasileiro está todo errado e a prova disso é o Governo que temos;
 - o Presidente COSTA E SILVA sofre de analfabetismo congênito;
 - neste momento histórico é indispensável a presença do estudante no processo político nacional; em outra situação poderia ser acertada a teoria de que o estudante deve estudar, o dentista arrancar os dentes e o militar fazer ginástica;

continua ...

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(Cont. de Informação nº 315/SS16, de 29 Set 1967 Fl. 2)

- há necessidade de se organizar para a rebelião inevitável, sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria do Foquismo", publicada no nº 14 da Revista da Civilização Brasileira.
- toda ação violenta eclodindo em diversos pontos, destrói a estrutura política;
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimentamos outras formas violentas não cruentas;
- as formas violentas não cruentas aconselháveis no momento, são: greve, passeata, boicote, não trabalhar etc...;
- as lideranças eliminadas pela ação policial, serão facilmente renovadas e para melhor, haja o exemplo do Presidente do DCE, CARLOS DE GAULE EVANGELISTA. Não se pode ficar esperando o Messias ou um milagroso que lidere a luta de peito aberto impenetrável às balas;
- Já esteve prêsos; mas hoje, para prendê-lo, terão que brigar com um tal de BATISTA RAMOS;
- a Lei de Segurança Nacional não prevê medidas punitivas para estrangeiros, ela só enquadra brasileiros;
- a possibilidade dos americanos estarem comprando terras no BRASIL para ocupação ou anexação territorial em favor dos EUA, pois, o americano é prático e não iria comprar uma vaca quando adquire o leite tão barato;
- o contrabando ou comércio de madeiras de lei, como mogno e jacarandá, é o principal objetivo dos americanos no Norte de GOIÁS; através d'êles, obtêm maior percentual de lucro do que com o petróleo do Kuwait;
- o Presidente CASTELO BRANCO bateu o récorde mundial de serviços em favor dos interesses americanos, superando até o Presidente JOHNSON;
- as verbas para as Forças Armadas, Educação e Saúde são, respectivamente de 23%, 7% e 3%. Poderia, pela informação, ser chamado de subversivo pelo SNI, mas se há subversão, é com os números do Sr. HÉLIO BELTRÃO, que fez o orçamento;
- os estudantes deverão imediatamente, em favor dos camponeses, procurar efetivar a aplicação da lei regulamentada pelo Presidente CASTELO BRANCO, (Marechal primeiro) sobre os direitos do trabalhador rural, exigir salário mínimo, férias, etc;

CONFIDENCIAL

continua...

TERMO DE INTERVISTA DE TESTEMUNHAS



Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de São Luís, no quartel do Vigário Quarto Batalhão de Caçadores, onde se achava o Tenente-Coronel ... Aguiar, encarregado deste Inquérito, comigo, 2º Sargento Bastos Coqueiro, servindo de escrivão, compareceram ... pais nomeadas, que foram inquiridas sobre o assunto ... a signação de Inquérito e da Sindicância ...

1ª Testemunha: ... (nome), filho de ... Mendonça, com 29 anos de idade, ... Mendonça, primeiro Tenente da arma de Infantaria, vindo, deslocado ao 24º Batalhão de Caçadores, de ... de dizeria ... disse que no dia 19 de corrente ... de à noite no programa de televisão, quando o mesmo foi interrompido ... ra que fosse realizado o programa "Momento político" no horário ... to pelo T.V. que no referido programa foi apresentado Afonso Celso dos Santos Paetz, vice, foi apresentada por Afonso Celso dos Santos Paetz o jornalista Marcio Emmanuel Moreira Alves, para fazer um pronunciamento político no horário destinado ao T.V. que em virtude de problemas de ligação não acompanhou todo o programa, tendo entretanto ouvido e citado o jornalista fazer referências à liberdades persecuídas após a Revolução, bem como dizer que participa de uma batalha para a democratização do País; que acrescentou mais, que antes de 1º de Abril de 1964, a Democracia caminhava para uma situação que decepcionava muito, que aqui no Maranhão se decidia a resistência, contra o sentimentalismo não pôde acompanhar o referido pronunciamento em virtude dos problemas de ligação acima; que mais tarde, voltando a acompanhar o programa de televisão, no comercial intitulado "Fatos e fatos" do jornalista Pedro Leonel, patrocinado pela firma Francisco Aguiar, Comarcio e ... da ... o jornalista Marcio Emmanuel Moreira Alves ... - se, tendo obtido autoridade da República, se ter feita uma ... a respeito de um seu livro que teria escrito sobre presos políticos, ... que se pode apurar a ... com ... tratados, esclarecendo que os jovens já estão acostumados com as barbaridades praticadas pelas policias, e que ... se aceitavam aquilo, mas que torturas aplicadas por oficiais não ... ser ... que no recinto ... digo, que felizmente foram poucos os oficiais das Forças Armadas que praticaram torturas em presos políticos; no Recife apenas seis oficiais torturaram presos políticos, enquanto a nome das Forças Armadas e o deles; que tudo isso estava contado no seu livro; que perguntado a respeito de um outro livro, não pôde responder porque o T.V. saiu do ar; que no dia 20, em conversa com o Deputado Magnó Baccalar interrogou-o o depoente, a respeito do defeito apresentado na T.V. canal 4, respondendo-lhe que em face da maneira como estava se portando o referido jornalista, resolverá retirar a TV do ar, dando nota que houve a respeito de um provável defeito ocorrido no equipamento técnico. Perguntado se algum mais tem conhecimento do assunto referido nas declarações acima, respondeu que ao chegar ao Quartel ouviu o 1º Sargento Nello Cruz Carvalho Pereira, comentando a respeito, não afirmando o mesmo assistiu ao referido programa. E como nada mais disse e não foi perguntado, deu o Encarregado do Inquérito por findo e presente o depoimento.

- Segunda Testemunha: Pedro Leonel Tinto de Carvalho, com 27 anos, de idade, natural de Viana (Maranhão), filho de João de Carvalho e Ana Tinto de Carvalho, casado, funcionario público e advogado, residente à Rua do Norte nº 128, depois do compromisso de dizer a verdade, disse que no programa "Fatos em foco", pelo qual o depoente é responsável, o jornalista Marcio Emmanuel Moreira Alves, respondendo a perguntas do depoente, declarou naquele programa; que embora não sendo palavras textuais ser inquirido dentro da primeira pergunta, qual tanto visto e final dado da sua viagem ao Maranhão, se política ou jornalista, respondeu ambas as coisas; que quanto à parte jornalística, em vista de estar sendo promovido por um órgão da imprensa do Rio de Janeiro sob a direção da patrulha no Maranhão, viera, a mando do Correio da Manhã, verificar as dimensões reais do fato "in-loco" que quanto à parte política, em entrevista anterior, minutos antes, já tinha esclarecido; que a seguinte pergunta do depoente versando sobre publicações do entrevistado, que

As suas atividades literárias, respondeu o jornalista Marcelo que já tinha um livro preparado e outro em fase de elaboração, o primeiro com o título "Torturas e torturados" que é livro do Marcelo Alves, segundo o entrevistado, versava sobre o procedimento de oficiais das Forças Armadas em determinados pontos do país, sendo que em Recife, somente seis oficiais eram torturadores, maculando o nome do Exército; que nesse momento, quando o entrevistador ia fazer outras perguntas, foi alertado de que não devia falar no ar, quando então foi dada por encerrada a entrevista e os dois foram para casa. Perguntado o que tinha a declarar sobre o episódio foi lida, respondeu que não prestara muita atenção no momento, não reproduzir as declarações, mas caso observador político fosse pronunciado, jornalista em tela no programa de televisão teve um verbo variando de diversos matizes, que se podem dividir em: oportunista, populista, trabalhista, nacionalista. Perguntado que matiz tem a declarar, respondeu que a teor das declarações de jornalista em causa era comum as oportunidades outras, por exemplo no caso da conferência realizada na Sexta-feira anterior na Associação de Comércio, promovida por centros estudantis, em que os assuntos mais comuns tratados foram idênticos aos do seu pronunciamento político na televisão. É como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, com o encerramento do programa e o presente depoimento, e se como assim fizeram as referidas declarações, sendo o Tenente-Coronel Hugo Hortêncio de Almeida, lavrar o presente auto, que lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pelas testemunhas a comigo, João Batista Justo Cegueiro, servindo de Escrivão, que o escrevi.



Caro encarregado do IML.

Primeira Testemunha

Segunda Testemunha

ESCRIVÃO

TERMO DE INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA

Aos vinte e um dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, nesta cidade de São Luís, no quartel do Vigário Quarto Batalhão de Caçadores, onde se achava o Tenente Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, encarregado deste inquérito, comigo, 2º Sargento João Batista Bastes Coqueiro, servindo de escrivão, compareceu ao testemunha abaixo assinado, que foi inquirido sobre a Portaria de Exm. Sr. General Caspary de Almeida, Regimento Militar e a Sindicância anexa, as quais lhe foram lidas, declarando o seguinte: Terceira testemunha: Nelie Cruz Carvalho Pereira, com 39 anos de idade, natural de S. Luís de Maranhão, filho de Manuel Balthazar Pereira e Maria Cruz Carvalho Pereira, casada, Major da arma de Infantaria, servindo no 24º Batalhão de Caçadores, depois de conhecimento de que se trata de um programa de televisão e assunto sabe o seguinte: programa de televisão e apresentado todos os Domingos na TV, canal 4; que esse programa é apresentado às 19h30 em São Luís, cuja apresentação é feita pelo jornalista Manoel Fanteja, foi realizada uma entrevista, fazendo parte da mesma, um elemento da estrutura forte, que parece chamar-se Fanteja e um jornalista de Correio de Manhã de Estado da Guanabara, Marcelo Alves; que a apresentação do jornalista Marcelo Alves foi feita pelo Fanteja que declarou ser uma dívida que tinha com o povo de Maranhão, aquela apresentação; que apesar de não ter em vídeo distintamente o programa, em virtude de não se apresentar de fato e a imagem já ter saído de ar, percebeu algumas palavras preferidas pelo jornalista Alves, fazendo alusões e críticas às Forças Armadas, particularmente citando que mais duzia de Oficiais do 14º R.I., após a Revolução, torturaram presos políticos e que ele já tinha um livro de sua autoria, publicado sobre o assunto. E como nada mais disse e não lhe foi perguntado deu o encarregado de inquérito por lido e presente depoimento e de como assim fez a testemunha a referida declaração, mandou o Tenente Coronel Hugo Hortêncio de Aguiar, encarregado deste inquérito, lavrar e presente auto que lido e achado conforme, vai por ele rubricado e assinado pela testemunha e comigo, João Batista Bastes Coqueiro, 2º Sargento servindo de escrivão.

 Encarregado de Inquérito

 Terceira Testemunha

 Escrivão

INFORME Nº 397 / ZMAER

(27 JUN 67)

Plano

POSSE DO NOVO DIRETORIO ACADEMICO DA FACULDADE NACIONAL DE FISI
SOFIA.

- Tendo iniciado por volta das 1830 horas, do dia 5/6/67, falou abrin-
da a solenidade o novo Presidente eleito MARCOS ANTONIO COSTA DE ME-5040
DEIROS, dando uma tonalidade em todo o seu discurso, de ataque ao go-
verno brasileiro e ao imperialismo norte-americano. A sua alocução /
para os seus colegas, era de se formar em torno do Diretório, uma //
Unidade Autêntica, possibilitando com isso que se leve nessa luta //
para fora da Faculdade. Esse também que haja o que houver, ou seja,
as diversas formas de pressões sobre ele, pois não arredará em momen-
to algum de sua posição, pois entende que foi eleito pela maioria //
dos alunos para levar essas posições progressistas até as últimas //
consequências.
- Resumindo, estas foram as palavras mais contundentes usadas pelo no-
vo Presidente, pois usou a tribuna por mais de 30 minutos.
- A seguir fez uso da palavra, o acadêmico JACQUES ZAJDAZNAIER Presi-3278
dente do Diretório da Faculdade de Arquitetura, da UFRJ, dizendo que
ali se apresentava levando o pensamento de todos os alunos, solidari-
zando-se e felicitando o novo Diretório, afirmando em certa altura /
de seu discurso, que a Arquitetura também era uma trincheira, um pos-
to avançado dos alunos da FNF1, para os árduos problemas que terão /
de enfrentar diante da Ditadura ora implantada.
- Outro orador a falar, foi o Presidente do CACO-LIVRE, Vladimir Pal-7578
MEIRA que fez violentos ataques a toda estrutura do país, fazendo um
minucioso relato desde 1964 até então, chegando em certos momentos a
ser aplaudido pelos que o assistiam, de pé. Foi um dos mais perigo-
sos oradores, pois conseguiu aquilo que é importante num orador sub-
versivo, penetrar através suas palavras os efeitos necessários para
que todos fiquem embuídos das verdades de suas palavras, parece que /
os efeitos foram alcançados, pois é um bom orador, conhecedor profun-

S E C R E T O

(Continuação...)

CONFIDENCIAL

do da psicologia coletiva. Foi um dos oradores que mais se destacou. Seguindo-se, falou o Presidente da UMS, DANIEL LARRO REIS FILHO, que usando muitas fraseologias, conchou os estudantes a não ficarem // em castas fechadas, e sim, procurar a união com os trabalhadores em geral, principalmente com os camponeses, dizendo também, que a UME / na sua gestão, irá empreender bons trabalhos, para que seus objeti- vos sejam alcançados.

Estiveram presentes, OTTO MARIA CARPEAUX e o Deputado MARCIO MOREIRA ⁵⁹⁸⁶ ₅ AVELAS; Este em sua oração conchou os estudantes a formarem um SNI, porém não contra o BRASIL, como o que aí existe, mas sim, a favor do BRASIL. Em meio a sua oratória, relatou o que vem acontecendo, dian- te de seu último livro "TORTURAS E TORTURADOS" dizendo que foi incluí- sivo um ato de vandalismo praticado pelo governo, a apreensão de seu livro, que no entanto esperava ganhar na Justiça. Foi no momento, // quando usava da palavra, a entrega de um exemplar ao Diretório, que / na pessoa de seu Presidente, muito agradeceu a doação do livro. Ter- ceirando a solenidade, foi exibida a peça "MAIORIDADE DA BOMBA ATO- MICA".

-00000-

CONFIDENCIAL



ALVES:

MARCIO MOREIRA

O B S:

DATA	HISTÓRICO
5 09 Set 67	- Realiza juntamente com outros elementos, planos para a democratização do governo, a través conferências e palestras. Data: 9/9/67
19 Abr 67 B-3	- Consta que mantém ligações políticas com <u>ALMIRÃO AFONSO</u> , através "pombos-correio". Ref.: 939.1/641
27 JUN 67 B-3	- Discursos na reunião de posse do novo Presidente do Directorio Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia onde falou contra o governo federal e o imperialismo norte americano usando chavões esquerdistas. Ref.: 312.7/2499-2498
29 Ago 67 INFO	- Juntamente com o Deputado <u>HERNANI ALVES</u> , enviou os padres <u>WALDIR</u> e <u>EDUARDO</u> ao Núcleo Bandeirante, a fim de reunir os "candangos" para realizar uma passeata em Brasília. Ref.: 312.8/2812
20 Set 67 C-3	- A ala esquerdista extremada do MDB, que congrega janguista "frentistas" e comunistas, conta com seu apoio. - Promove reuniões em sua residência, com o fim de planificar movimentos de agitação nos meios estudantis, sindicais, e intelectuais; tomam parte nestas reuniões, além de parlamentares, ex-deputados cassados e líderes sindicais e estudantis. - Foram citados como participantes de tais reuniões <u>DOUFEL DE ANDRADE</u> e sua esposa, <u>COLAGROSSI</u> , <u>MARIO MARTINS</u> , <u>RENATO ARCHER</u> , <u>PEDRO FERNANDES</u> , e <u>AMAURY KRUEL</u> . O planejamento prevê: a) discursos e pronunciamentos na Câmara, Senado e Assembleias Legislativas, contra a Revolução e os Governos Federal e Estaduais que o apoiam; b) campanha psicológica, através os meios de divulgação, contra o Governo, explorando pontos sensíveis e de penetração popular; c) campanha pró anistia e eleições diretas em 1970; e d) intensificação dos Movimentos Estudantil, Camponês e Sindical. Ref.: 715.1/344
06 out 67 A-2	- Foi convidado pela FUB para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC/USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA", fazendo-o nessa data, no Auditorio Dois Candangos, as 10:30 horas. - Durante a Conferência, dirigiu-se aos possíveis agentes do SNI presentes, dizendo que falaria a verdade e ate eles poderiam vir a apoiar suas ideias e incitou os estudantes a formarem um "SNI" para amurar o que ha por trás desses Acordos. - Respondendo a uma pergunta sobre como o continente poderia se livrar do poder militar, respondeu que essa situação não iria durar muito.

- continua -

GM - 2

NOME: ALVES - Marcos Loreira

/OBS:

PROFISSÃO: Deputado pelo MDB/GR

RESIDÊNCIA: _____



DATA	HISTÓRICO
16 Mar 67	- Disse que a tarefa dos estudantes não é só estudar, mas sim a de tomar parte na vida política do país, para que tudo corresse bem, bastaria aos médicos, clínicarem; aos engenheiros, construírem e aos militares fazerem ginástica. Ref.: 715.1/363 a 361
08 Nov 67	C-3 - <u>Pertence à ala esquerdista extremada do MDB que congrega "janguistas, leninistas" e comunistas.</u> - <u>Em sua residência promove reuniões com o fim de planificar movimentos de agitação nos meios estudantil, sindical e intelectual.</u> Tomam parte nessas reuniões para falar ntares, políticos cassados e líderes sindicais e estudantis. Ref.: 312.9/3039.
05 Abr 68	- INFO - Nessa data, juntamente com outros parlamentares, reuniu-se na residência do Pe. GODINHO em Brasília, onde foram debatidos assuntos sobre o ATO do Governo, de suspensão da Frente Ampla, a criação de novo movimento com outra sigla, prosseguimento da plataforma da Frente Ampla, etc. REF.: P-943/246-245.
11 Abr 68	INFO - Em comentário com outros parlamentares disse que a Frente Ampla será transformada num dos novos AÇÃO POPULAR, MOVIMENTO DE AÇÃO DEMOCRÁTICA ou FRENTE DE AÇÃO POPULAR. REF.: P-943/249.
25 Mai 68	B-2 - Juntamente com outros Deputados de Oposição, lançará um Manifesto que conterá mais de 10.000 assinaturas, no qual são preconizadas ideias de implantação de um regime socialista e a fusão de todas as Oposições (clero, operário-estudante-camponês-intelectual). REF.: P-312.14/4284-4283.
27 Jul 68 B-2	- Elemento principal do chamado "Grupo Ideológico do MDB" que está trabalhando um manifesto nacional a ser lançado, cuja finalidade é atrair operários, estudantes e trabalhadores rurais, para lutarem contra o sistema político do Brasil. Objetiva também unir os oposicionistas para o vazio deixado pela "Frente Ampla". A técnica do manifesto, consiste em dizer que "o MDB vai preconizar a implantação no Brasil, de um regime socialista" sem tentar violência e fundir todas as oposições: estudantes, clero, trabalhadores, intelectuais, etc. Ref.: P-312.14/4445-4444
30 Mar 68	INFO - Nessa data compareceu a Assembleia do DCE/GO, realizada para tomada de medidas contra a morte do estudante Edson Luiz. REF.: P-714/108 a 96.

DISCURSO QUE MOTIVOU PEDIDO DE CASACAO

Quarta-feira 4

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I) (Suplemento)



O SR. SINVAL BOAVENTURA:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com profunda tristeza que recebemos ontem a notícia do falecimento do jovem Sérgio Pacheco, filho do Ministro Rondon Pacheco. Tive convivência com aquele moço, oficial de gabinete da Casa Civil, e pude observar as suas altas qualidades. Sérgio Pacheco estava fazendo o curso de Direito e dedicando-se à vida pública com o maior interesse. Fé neste País. Ainda tão jovem, estava inteiramente senhor dos problemas do Triângulo Mineiro, de Minas Gerais e do Brasil. Pelo seu dinamismo e pela sua inteligência e sobretudo, pela sua lealdade e franqueza no expor os pontos de vista, era um rapaz que prometia muito para os novos rumos do Brasil. Seu falecimento no acidente de automóvel nas proximidades de Uberlândia trouxe tristeza profunda a toda Minas Gerais especialmente ao Triângulo e ao Alto Paranaíba.

Sr. Presidente, quero-me associar ao pesar por essa perda irreparável, pois era um moço em cujo futuro político realmente todos nós acreditávamos.

Além da política, Sr. Presidente, e do curso de Direito, que estava concluindo, era interessado pela agropecuária. Todas as vezes em que nos encontrávamos, sempre naquele seu entusiasmo, naquela sua fé neste País e nas suas coisas, tinha uma notícia para me dar a respeito do meio rural.

Por isso, Sr. Presidente, aqui falo as expressões do meu sentimento representante de parcela do povo do Alto Paranaíba e do Triângulo e também como pai. Sei que o meu amigo Rondon Pacheco deve estar passando uma dor profunda, pois dos três filhos era o Sérgio o seu herdeiro varão.

Eu sempre brincava com Rondon Pacheco, dizendo que Sérgio era nada mais nada menos do que uma sua edição melhorada. Eu falo, Sr. Presidente, com a alma na mão, pois senti profundamente a perda daquele jovem, cujas qualidades e virtudes, caráter, idealismo e patriotismo pude admirar durante a nossa convivência em Brasília.

Minha solidariedade e pêsames à família, principalmente à família mineira. (O orador é abraçado)

O SR. ULYSSES GUIMARAES:

(Reclamação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, dirijo apelo à Mesa no sentido de que faça a correção que se impõe na publicação do Projeto n.º 1.083, de 1968, oriundo do Senado. A correção se impõe pelo seguinte: no texto enviado, no artigo 1.º, consta a palavra "desidratação"; deveria estar apenas a palavra "hidratação". Trata-se da disciplina do imposto único sobre os minerais. A prova disso, Sr. Presidente — para facilitar à Mesa a correção — está na página 463, do Diário do Congresso Nacional, de 5.ª feira 22 de fevereiro de 1968. Lá consta: "emenda n.º 1 — A — vocábulo "hidratação"; não em seguida, "desidratação".

Na página posterior, Sr. Presidente, diz: "Presidente os trabalhos o Senhor Catete Pinheiro: "Passa-se à votação da emenda, que tem parecer favorável". E é precisamente esta a emenda dada por aprovada. Há um lapso, não sei se da Câmara ou do Senado. O que se compeve é que houve aprovação e que a emenda é de graves consequências na estruturação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE:

(Henrique de La Rocque) — A Mesa após as devidas verificações, decidiu pela correção da solicitação do nobre Deputado Ulysses

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto isso não basta. É preciso se estabelecer, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colegas que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se comprometesse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Poranto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também — sempre falando de mulheres — às moças, aquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da guerra dos Emboradas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a Nação, recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome.

Creio Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta "democracia", este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este País volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos dos seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Cratéis, que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores. (Muito bem.)

O SR. PAULO ABREU:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, causa profunda estranheza o tratamento desigual que o Governo dá ao empresário privado, assegurando determinados direitos e vantagens aos seus empregados sem que essas medidas se estendam ao funcionalismo público.

O Ilustre Consultor Geral da República emitiu, há poucos dias, substancial parecer, concluindo pelo direito que assiste aos servidores da União, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, de perceberem o 13.º salário, nos termos da legislação vigente.

Com a autoridade que todos lhe reconhecem, S. Exa. vai mais longe, a ponto de considerar grave injustiça o fato de não se estender esse benefício aos demais funcionários regidos pela Lei n.º 1.711.

O corajoso parecer do Dr. Adroaldo Mesquita está a exigir uma decisão do Governo Federal, uma vez que somente o Presidente da República cabe a iniciativa de leis que impliquem em despesas, nos termos exatos da Constituição.

Encaminho, pois, ao Ilustre Presidente Costa e Silva o meu apelo para que S. Exa. se digno determinar que os Ministros da Fazenda e do

Planejamento, com a colaboração do Diretor-Geral do DASP, examinados os funcionários públicos, em decorrência de alterações de poder aquisitivo da moeda.

V — Dispensar a essas categorias funcionários o mesmo tratamento concedido, muito justamente, aos Procuradores da Fazenda Nacional, pelo artigo 12 da Lei n.º 541 de 25 de abril de 1968, desonogelando os seus vencimentos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

Estou certo de que S. Exa. compreenderá o sentido elevado desse meu apelo. Esta é a hora de se lidar com esse problema, de tal forma que, ao chegar o período do Natal, possam também receber eles uma gratificação que lhes propicie participar mais dignamente dessa festa da Cristandade, a exemplo do que já ocorre com os empregados das empresas privadas, recebendo também, com toda a justiça, o 13.º salário.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados no horário próprio, apresentarei projeto de lei que cria o Museu do Aleijadinho, em Ouro Preto no propósito de salvaguardar o patrimônio artístico nacional. (Muito bem.)

O SR. JOSE ONIAS:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, dentre os projetos de lei em tramitação nesta Casa, consta o de n.º 20, que deverá ser discutido em sessão extraordinária de hoje, às 21 horas, e que trata da alteração da Alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados e dá outras providências. Foi Presidente o eminente Senador Flávio Brito e Relator o Ilustre Deputado Doin Vieira.

Esse projeto, no seu artigo 9.º, faz voltar aos Exatores Federais e Tesoureiros o regime de remuneração que lhes foi usurpado pelo artigo 105 do Decreto-lei n.º 200.68. Consideramos, Sr. Presidente, uma medida acertada e que vem corrigir um ato antipático e injusto praticado contra uma classe de funcionários que é a principal responsável pela receita da União.

No sentido de defender seus direitos junto aos representantes dos respectivos Estados nesta Casa, encontramos nesta Capital emissários de todos os recantos do País, num esforço muito humano de legítima defesa do seu interesse de proporcionar um pão à mesa dos seus familiares.

Entendemos, Sr. Presidente, que não se deve tirar o estímulo àqueles que dão o seu labor, a sua inteligência, a sua capacidade de trabalho e a sua cooperação decidida para melhor arrecadação da receita da Nação. Esses Exatores e Tesoureiros são os sustentáculos do progresso da nossa Pátria. Como negar-lhes aquilo que sempre foi parte integrante dos seus vencimentos? Estaremos, dentro das nossas modestas possibilidades, dando integral apoio a essa pretensão justa e honesta que representa um direito desses abnegados servidores da Fazenda Pública.

Concito, pois, os Ilustres colegas de todos os Estados a que nos somemos no sentido de dar uma vitória total ao dispositivo constante do art. 9.º do Decreto-lei n.º 20, em tramitação nesta Casa.

O artigo 9.º do Substitutivo, da Comissão Mista, tem por finalidade:

- I — Eliminar a discriminação imposta aos Exatores Federais, Fiéis do Tesouro e Auxiliares de Exatária pelo inciso III do artigo 104, do Decreto-lei 200, de 25 de fevereiro de 1967.
- II — Descongela, pura e simplesmente, a retribuição financeira dessas categorias funcionais.
- III — Restabelecer, nos exatos termos da legislação anterior ao Decreto-lei n.º 200, de 1967, o regime de retribuição financeira dos funcionários de que se trata.
- IV — Assegurar aos Exatores Federais, Fiéis do Tesouro e Auxiliares de Exatária percepção do aumen-

O SR. FEU ROSA:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço licença para trazer ao conhecimento da Casa um justificado e oportuno apelo da Assembléia Legislativa do meu Estado, na pessoa de Ilustres membros, consistente do rádio n.º 54, consubstanciado nos seguintes termos:

NR 54, de 21-8-68 Pt Tendo vista requerimento Srs. Deputados Henrique Preti vs Mikeil Chequer vs Theodorico Ferraco vs Nilzo de Almeida Plazzi vs Hilario Toniato vs Alcides Santos vs Americo Bernardes Silveira vs Hugo Borges vs Mario Pizzol vs Josh Wenceslau de Souza vs Vicente Silveira vs Dilio Peredo vs Josh Mercon Vieira vs Antonia Jac, ques Soares vs Pedro Saleme vs Heilio Machado et Joseph Ignacio Ferreira vs aprovado pelo Plenário vs transmito solicitação Assembléia Legislativa para Vossência envio melhores esforços sentido Presidente República conceder anistia débitos para com Previdência Social Federação Desportiva Espírito Santo et clubes filiados a mesma por isso clubes não tem condições pagamento pt perdurando débitos levantadas et obrigatoriamente pagamento INPS base vinte et vinco por cento salário jogador não há dúvida será derrocado futebol Estado tp Solicitam igualmente Vossência junto INPS para que seja sustados processos fiscais contra Federação Desportiva et Clubes a ela filiados et junto ao Diretor INPS vs Ministério Trabalho vs para que atleta profissional seja considerado contribuinte autônomo vs ficando clubes responsáveis pelo recolhimento contribuições vs devendo portaria esclarecer que levantamento efetuados serão base pleiteada pt Certeza assunto merecerá melhor atenção Vossência apresento vs com antecedência agradecimentos pt SDS. — José Moraes, Presidente Assembléia Legislativa ES

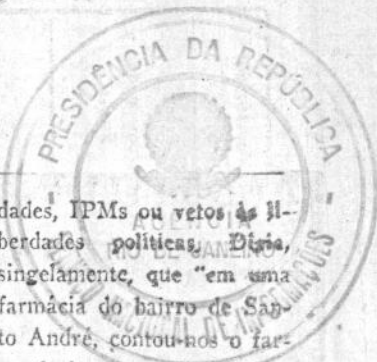
A notificação por si mesma se explica. Sr. Presidente, e merece pleno atendimento do Sr. Presidente da República.

Faço minha esta solicitação, esperando que o Governo da República vá em socorro dos desportistas do nosso Estado, que se encontram em situação difícil e aflitiva e que merecem o apoio, o incentivo e o estímulo das nossas autoridades, pelos seus grandes esforços e indimentáveis feitos nas lutas do Esporte nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. CLETO MARQUES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente na qualidade de modesto representante de uma das mais pobres unidades da Federação, é natural venha eu, vez por outra à tribuna fazer referência aos problemas que mais afligem o povo que tenho a honra de representar. Dentre esses problemas vale destacar as dificuldades no meu Estado, relativas ao ensino, sobretudo do grau médio, resultantes não apenas do número pequeno de estabelecimentos de ensino, mas principalmente da pobreza mesmo do novo, visto que as unidades não estão ao alcance daqueles que integram a classe média. Por outro lado, os estabelecimentos oficiais de ensino não foram construídos de forma a abrigar maior número de pretendentes ao ensino básico. São poucos aqueles que



O General Fome

Márcio Moreira Alves

Dom Agnelo Rossi, cardeal de São Paulo, lançou uma proclamação convocando sacerdotes e leigos a recolherem auxílios para as vítimas do desemprego e da crise econômica gerada pela política governamental. Disse que "diante da justificada inquietação despertada pela crescente dispensa de trabalhadores na indústria que de uns tempos a esta parte se vem verificando em várias regiões do País, entre as quais figura o parque industrial de São Paulo, repetimos como Nosso Senhor apiedado da imensa multidão que o rodeava: — *Misereor super turbam* — tenho compaixão deste povo". A Conferência Nacional dos Bispos, ao encerrar seus trabalhos no sábado, fez suas as palavras do cardeal, dizendo que também "sentem a aflição do povo e convidam todos os responsáveis a contribuir na medida de suas responsabilidades a minorá-la."

Enquanto a miséria se transforma na companheira diária dos operários da mais rica região do Brasil preocupa-se o governo em apresentar ao Congresso projetos policiaiscos e restrições das liberdades políticas dos brasileiros. Esta reação é compreensível, embora insuportável. A tomada do poder pelo grupo militar da Sorbonne representa o derradeiro estertor de uma classe dirigente falida que se recusa a ser substituída nos postos de mando; e néles não mais podendo conservar-se pelas regras normais do jogo político, procura garantir-se pela força bruta e por alianças externas.

O presente governo é a personificação da Velha Classe. Talvez muitos dos que o apóiam não tenham consciência de representar

o retrocesso social, talvez o próprio marechal Castelo Branco não saiba que chefia o último bando de mastodontes que pelo Brasil campeia, destruindo as searas do progresso antes de tombar irremediavelmente extinto. Mas a falta de consciência de muitos do grupo não muda sua situação na vida brasileira.

Uma classe é dirigente enquanto tem capacidade para solucionar os problemas gerais da sociedade mediante decisões de aplicação coletiva. Os dirigidos são os que só têm poder ou possibilidade de tomarem decisões de caráter particular. Assim, os que comandam o Estado são dirigentes e os demais, mesmo poderosos particularmente, mesmo senhores de grandes indústrias ou muitas léguas de chão, são dirigidos. No Brasil, a classe política dirigente não se renovou e tornou-se incapaz de solucionar os problemas coletivos que o progresso, a mudança de estrutura e a progressiva politização dos dirigidos, poderosos ou humildes, criaram. Isto tanto é verdade para os dirigentes atuais, retrógrados e reacionários, como para os do governo passado, contemporizadores, ineficientes e contraditórios. A pressão social que impõe a substituição de uma classe dirigente que não mais corresponde às necessidades nacionais provocou, no primeiro de abril, a derrubada de uns e fatalmente provocará a derrubada dos outros. A substituição no poder foi meramente formal. Foi até, possivelmente, aceleradora do processo de ascensão dos dirigidos, de vez que, ao con-

trário do grupo anterior, o atual não apresenta esperança alguma para o futuro. Não acena aos dirigidos nem com pão nem com liberdade.

A Igreja vinha representando, dentro das contradições da evolução social brasileira no período João Goulart, um papel de ponte entre governantes e governados em algumas das chamadas áreas críticas do Brasil. Dinamizada pelas mensagens sociais de João XXIII, aliada ao trabalho de outras organizações não confessionais, ajudava a abrir uma perspectiva de solução evolutiva para a crise brasileira. Atingida pelas perseguições políticas e pelas dissensões internas que se fizeram sentir mais fortemente a partir do golpe militar, retraiu-se. A Declaração dos Bispos do Brasil, de 3 de junho de 1964, foi uma composição, uma conta de chegar. A ela seguiu-se um quase silêncio, raramente rompido pelo arcebispo de Olinda.

O quase silêncio está quebrado, parece que definitivamente. Dom Agnelo Rossi apoiou o brado de alarma lançado por Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André que, em carta ao marechal Castelo Branco, dizia: "queremos emprestar nossa voz ao povo, hoje impedido de falar. Deliberadamente deixamos de pedir assinaturas aos líderes das classes operárias, produtoras, liberais e estudantis, pelo receio de que eles viessem a ser vítimas da perseguição de elementos ligados ao governo".

Dom Jorge Marcos não pedia leis de incompatibili-

dades, IPMs ou vetos às liberdades políticas. Dizia, singelamente, que "em uma farmácia do bairro de Santo André, contou-nos o farmacêutico que, de 70 pessoas que se apresentaram, de uma feita, com receitas de medicação urgente, apenas 10 puderam comprar os medicamentos receitados. As outras 60 voltaram para suas casas levando como medicina, para as dores e males de seus queridos dependentes, o perigoso antidoto do ódio e da revolta". Julga que "mau pai está sendo o Brasil, que perdeu o senso desta responsabilidade para com seus filhos".

Padre Crespo, diretor do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, falando sobre os duzentos mil desempregados da zona açucareira, diz que "a paciência está-se esgotando diante dos corpos magros e famintos dos filhinhos que morrem de fome. Comem tudo que encontram, até ratos, formigas e arua...". Também indaga: "até quando este povo suportará este campo de concentração, sem esperança sequer de sair dele?"

A advertência, está feita. Em abril do ano passado, quando se apresentava a candidatura Castelo Branco, tive uma intuição do que seria o seu governo. Escrevi que das obras de misericórdia esta revolução escolhera apenas uma — castigar os que estão em erro — e esquecia de vestir os nus, dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede. Infelizmente a intuição era acertada. Resta-nos indagar, como Dom Jorge? "aprendemos a amar o Brasil e seus filhos, mas até quando o general Fome estará esperando para comandar uma guerra civil?"

19 Abr 68



CONFIDENCIAL

Handwritten signature: R. Eugênio

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL
ESTADO-MAIOR - 2ª SEÇÃO

INFORMAÇÃO 0118/6JUN68/ARME 159

Assunto: Conferência do Dep MARCIO MOREIRA ALVES
Origem: III Ex (através da Info 374/68 do CIE/ADF)
Dis. Anterior: 11ª RM, 6ª ZAÉ, 7ª DN, SNI/ABSB, SNI/ARJ;
Disseminação: CENIMAR - SUGAMAR.

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"Realizou-se no dia 19 Abr do corrente uma conferência proferida pelo Dep Fed MARCIO MOREIRA ALVES para os estudantes de Curitiba. O local escolhido foi o anfiteatro situado entre a Casa da Estudante Universitária e o Diretório Central dos Estudantes, próximo à Reitoria da UFP.

Iniciou-se cerca das 20.45 horas, com um comparecimento de cerca de 300 pessoas, em sua grande maioria, estudantes universitários. O tema principal da Conferência seria o "Acôrd MEC-USAID" mas seria também abordado o problema de países subdesenvolvidos e outros.

A mesa estava composta dos seguintes elementos:

- VITORIO SOROTIUK (Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, comunista atuante e indiciado em dois IPM, no Paraná, por atividades subversivas).
- JUAREZ TAVARES (Assistente da Cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito da UFP e elemento de idéias esquerdistas).
- LAMARTINE CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA (Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFP), também esquerdistas).
- JURANDIR DE TAL (Presidente do DCE e agitador dos últimos movimentos estudantis, naquela Capital).
- STENIO SALES JACOB (Presidente da extinta União Paranaense dos Estudantes e agitador no meio estudantil).
- MARCIO MOREIRA ALVES (Dep Fed e conferencista, digo, conferencista, autor do Livro "Tortura e Torturados").
- SINVAL ~~XXXXXXXX~~ MARTINS (Dep Est. secretário do MDB).
- ALENCAR FURTADO (Dep Est, do MDB).

Sôbre a problemática do tema "Acôrd MEC-USAID" pouco ou quase nada foi proferido pelo conferencista; o que houve, em última análise, foi, tanto por parte dos componentes da Mesa, como dos elementos que fizeram as perguntas, ataques diretos ou indiretos ao Governo e às Forças Armadas.

As perguntas de alguns estudantes eram, às vêzes, tão comprometedoras que causavam aos membros da Mesa um certo reboliço e rápida consulta entre eles.

Respondendo a uma pergunta, disse MARCIO MOREIRA ALVES, após traduzir (têrmo que usou) a dita indagação em... "Você quer dizer se é só com guerra de guerrilha que podemos redemocratizar o País?" Divagou sôbre alguns pontos e continuou: "... mas é preciso preparar o espírito, digo, o espírito da massa popular, operária e estudantil, para que isto seja possível, senão, acontece como aconteceu há pouco (referia-se à guerrilha de JEFFERSON CARDIN), isto porque a guerrilha depende das condições etno-geográficas, combinadas com a disposição popular de apoiar..." Em outro trecho, diz mais ainda MARCIO MOREIRA ALVES que "todos os

O destinatário é responsável pela manutenção do Sigilo deste documento (Art. 62, Dec. 60417/67 - RSAS)

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

estudantes e operários devem se unir, lutar, correr riscos de tais lutas, para derrubar essa minoria de militares que estão no poder, pois a grande maioria, dos quais conhece muitos, só pensa em trabalhar... mas não estão contentes com a situação e, infelizmente, não podem reagir, não podem reclamar pois se o fizerem, perdem o emprego e suas famílias ficarão na miséria..."

Em todo o seu pronunciamento o dito Dep Fed usou de uma dialética jocosa e ridicularizante, em suas assertivas, as quais quase sempre provocaram o riso da assistência, quando o referendo se manifestava em relação aos militares ou ao governo, chegando a certa altura a afirmar: "... não é possível, são homens que chamam até um documento papal (POPULORUM PROGRESSIO) de subversiva...", e concluiu mostrando o despreparo do governo.

Explicou ainda que "democracia era a que existia em 1963... há necessidade de fazer voltar a conscientização democrática do povo, por meio de protestos, passeatas e diálogos como o que ali faziam..."

Juarez Tavares endossou as palavras do conferencista e apontou VITORIO SOROTIUK como um exemplo das perseguições, e cujo único crime é lutar pelos direitos de todos...

Lamartine Correa atacou o governo federal, e ridicularizou a abertura da BR-qualquer coisa (BR-277), recentemente inaugurada pelo Exm^a. Sr. Presidente da República e criticou o fato de um militar ter sido encarregado do problema estudantil, "fato que bem demonstra o modo de agir, o "status quo" deste governo, de tudo dominar ao seu modo, após o golpe de 64..."

Tanto Lamartine, como Moreira Alves, por diversas vezes, falaram em redemocratizar o país em bases idênticas a 1963.

Os deputados estaduais Sival Martins e Alencar Furtado foram duramente criticados, pela inércia do MDB em se constituir em oposição, no Paraná, após o que prometeram, em forma categórica, que dali para diante, não só se colocavam à disposição dos estudantes, como apoiariam toda e qualquer manifestação que se fizesse, em qualquer tempo e local.

A conferência do Dep Marcio Moreira Alves foi patrocinada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas (centro de agitação subversiva atuante), pela extinta União Paranaense dos Estudantes e pelo Diretório Central dos Estudantes, órgão infiltrado por estudantes subversivos.

Consta que serão programadas outras conferências do mesmo jaez, e que seriam convidados os deputados MARIO COVAS e senador MARIO MARTINS como conferencistas".

O destinatário é responsável pela manutenção do Sigilo deste documento (Art. 62, Dec. 60417/67 - RSAS)

CONFIDENCIAL

14 Set 67

[Handwritten signature]



MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO SÉTIMO DISTRITO NAVAL
ESTADO - MAIOR

INFORMAÇÃO 142/24OUT67/ARME 142 **CONFIDENCIAL**

Assunto: Conferência de MARCIO MOREIRA ALVES no DCE/GO.
Origem: SNI/ARJ através informação 626/67 do CENIMAR
Dis. Anterior: EME, EMAer, APSB, Ch SNI.
Disseminação: TATOMAR - ~~SUGAMAR~~

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"Realizou-se em 14 de setembro de 1967, a partir das 20 horas, a conferência do Dep MARCIO MOREIRA ALVES no auditório do DCE de GOIÁS, dentro do programa da Semana de Realidades sobre o tema "Acôrd MEC-USAID".

O conferencista, em síntese, disse que:

- Os acôrdos para reformulação do ensino no BRASIL envolvem estudos da realidade política e cultural do País e que a comissão paritária prevista pelos acôrdos MEC-USAID, constituída de estrangeiros norte-americanos e brasileiros por eles selecionados, não podem atender os interesses nacionais;
- Os membros das comissões paritárias quase todos fizeram cursos nos EUA e possuem identidade de propósitos com os americanos. Os membros brasileiros têm ainda a vantagem de falar português sem sotaque;
- O Governo possui o SNI que provavelmente estaria presente à reunião mas, o que se necessitava, é de organizar um outro SNI para defender os interesses nacionais. Os estudantes devem se organizar e manter um serviço de informações nas escolas;
- O ensino brasileiro está todo errado e a prova disso é o Governo que temos;
- O Presidente COSTA E SILVA sofre de analfabetismo congênito;
- Neste momento histórico é indispensável a presença do estudante no processo político nacional? em outra situação poderia ser acertada a teoria de que o estudante deve estudar, o dentista arrancar os dentes e o militar fazer ginástica;
- há necessidade de se organizar para a rebelião inevitável. Sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria de Foquismo", publicada no nº 14 da Revista da Civilização Brasileira.
- toda ação violenta eclodindo em diversos pontos, derruba uma estrutura política;
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimentamos outras formas violentas não cruentas;
- as formas violentas não cruentas aconselháveis no momento, são: greve, passeata, boicote, não trabalhar etc..;
- as lideranças eliminadas pela ação policial, serão facilmente renovadas e para melhor, haja o exemplo do Presidente do DCE, CARLOS DE GAULE EVANGELISTA. Não se pode ficar esperando o Messias ou um milagroso que lidere a luta de peito aberto impenetrável às balas;
- já esteve prêso; mas hoje para prendê-lo, terão que brigar com um tal de BATISTA RAMOS;
- a Lei de Segurança Nacional não prevê medidas punitivas para estrangeiros, ela só enquadra brasileiros;
- é remota a possibilidade dos americanos estarem comprando terras no BRASIL para ocupação ou anexação territorial em favor dos EUA, pois, o americano é prático e não iria comprar uma vaca quando adquirir o leite tão barato;
- o contrabando ou comércio de madeiras de lei, como mogno e jacarandá, é o principal objetivo dos americanos no Norte de GOIÁS; através dele, obtém maior percentual de lucro do que com o petróleo do Kuwait;
- o Presidente CASTELO BRANCO bateu o récorde mundial de serviços em favor dos interesses americanos, superando até o Presidente JOHNSON;
- as verbas para as Forças Armadas, Educação e Saúde são, respectivamente de 23%, 7% e 3%. Poderia, pela informação, ser chamada de subversivo pelo SNI, mas se há subversão, é com os números de Sr. HÉLIO BELTRÃO, que fez o orçamento;

CONFIDENCIAL

**CONFIDENCIAL!**

- os estudantes deverão imediatamente, em favor dos camponeses, procurar efetivar a aplicação da lei regulamentada pelo Presidente CASTELO BRANCO, (Marechal primeiro) sobre os direitos do trabalhador rural, exigir salário mínimo, férias, etc;

- o Dep FRANCISCO JULIANO disse que é fácil agitar, o que é difícil é organizar. Confessou-se um agitador e que esperava que os estudantes fôsse organizadores; e que há mais de 500 formas de organização;

- referiu-se sempre ao Presidente CASTELO BRANCO como Marechal Primeiro e, ao Presidente COSTA E SILVA como Marechal Segundo.

Das palavras usadas pelo Deputado MARCIO MOREIRA ALVES, tem-se a impressão de que foi ele o autor intelectual da "SEMANA DE REALIDADES" Pregou a violência contra a ordem legal vigente. Com repetidas ironias procurou ridicularizar o SNI, as Forças Armadas, o Governo e a Revolução. Evidenciou, com suas teses, ser marxista.

A sessão foi presidida pelo Sr. CARLOS (CHARLES) EVANGELISTA, que, ao final, concitou os presentes a se organizarem e lutarem pela independência do BRASIL. As perguntas da assistência foram todas para ampliar as teses do deputado, não tendo havido uma só contestação. O conferencista foi muito aplaudido. O auditório do DCE estava completamente lotado. Aproximadamente 300 pessoas assistiram à conferência do deputado MARCIO MOREIRA ALVES".

CONFIDENCIAL

Handwritten signature
FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

~~INTERNO~~/INFORMAÇÃO/~~P. BUSCA~~

ORIGEM: ~~XXX~~
REFERENCIA: ~~XXX~~
DISSEMINAÇÃO: GM - CEMA - CSN - CENIMAR

AVALIACÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICACÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

MÁRCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES

Jornalista, Advogado, Deputado Federal MDB/GB.

Nascimento: 14/7/1936.

Residências: RIO DE JANEIRO (1966)

Av. Vieira Souto nº 336/402.

BRASILIA (1968)

Quadra L-1-6 - Casa 1

Telefone 2-5403.

Escritório: RIO DE JANEIRO (1966)

Av. Marechal Floriano nº 143/1.002

- Foi o primeiro jornalista a escrever contra os Atos Institucionais de 1964. Foi assessor de SANTIAGO DANTAS no Ministério da Fazenda.

1964

- Seguem, em anexo, artigos escritos, pelo marginado, e publicados no jornal "CORREIO DA MANHÃ" dos dias 13/9, 20/11, 22/11, 24/12 do ano de 1964 e 14/1 e 9/3/1965.

1/5/1965

- Esteve em palestra com BORIS KOSTRYTSIN, Conselheiro Cultural da Embaixada da URSS no restaurante da "MAISON DE FRANCE".

10/5/1965

- Usou da palavra em uma manifestação sobre "AUTO-DETERMINAÇÃO DOS POVOS" realizada na sede da ex-UNE.

Fernando Pessoa
 FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
 CF - DIRETOR

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18/12 / 1968 Nº 0697

~~INFORME~~ INFORMAÇÃO / ~~REBUSCAI~~

ORIGEM: XXX
 REFERENCIA: XXX
 DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- ✓ 13/5/1965 - Compareceu ao restaurante do GALABOUÇO juntamente com outros intelectuais, a fim de insuflar os estudantes contra o envio de tropas a República Dominicana.
- ✓ 4/8/1965 - Segue, em anexo, artigo escrito pelo marginado e publicado no "CORREIO DA MANHÃ".
- ➔ 21/9/1965 - Foi prêso, em São Luiz de Maranhão, por ter proferido em um programa de TV críticas contundentes ao Presidente da República e as Forças Armadas.
- ➔ 18/11/1965 - Foi prêso, juntamente com outros intelectuais, na porta de Hotel Glória onde se realizava a Conferência da OEA. Estes intelectuais estavam perturbando a ordem pública, com protestos e ameaças ostensivas a viva voz e por cartazes, ao Governo e as Forças Armadas.
- 14/9/1966 - Segue, em anexo, material de propaganda eleitoral do marginado, apreendido pelo DOPS/GB, no interior de um automóvel de propriedade do Sr. CARLOS HEITOR CONY.
- 29/12/1966 - Foi diplomado como deputado federal pelo MDB/GB.
- 24/4/1967 - Juntamente com HERMANO ALVES mantém ligações políticas com ALMIR ALFONSO, através "pombo-correio" (A-1).
- 29/5/1967 - Escreveu artigo no jornal da F.E.U.B. criticando os acôr dos MEC-USAID.
- 31/5/1967 - Foi o autor do livro "TORTURA e TORTURADOS" onde tece severas críticas e ataques à MARINHA DE GUERRA. Este livro foi apreendido pelo DOPS.

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

Stamulley
 COMANDO PESSOAL DA FLECHA PAULISTA
 CF - DIRETOR

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

~~INFORME~~/INFORMAÇÃO/~~PIBUSA~~

ORIGEM: XXX
 REFERENCIA: XXX
 DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

31/8/1967 - A revista francesa "ESPRIT", editada em Paris por um grupo da esquerda intelectual, publicou em seu número de JUL/AGO/67 artigos sobre o Brasil escritos por JEAN MARIE DOMENACH, Diretor da revista em questão, e por MÁRCIO MOREIRA ALVES. Estes dois artigos são altamente subversivos contendo em seu texto vários ataques ao Governo Brasileiro, como também, aplausos e apologia aos movimentos subversivos que vêm se desenvolvendo no Brasil (A-1).

29/9/1967 - O marginado em 14/9/1967 proferiu uma conferência no Auditório do DCE de Goiás sobre o tema "Acôrdio MEC-USAID", entre outras declarações destacam-se as seguintes:

- há necessidade de se organizar para a rebelião inevitável. Sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria do Focismo", publicada no nº 14 da Revista da Civilização Brasileira.
- toda ação violenta colidindo em diversos pontos, derruba uma estrutura política.
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimenta nos outras formas violentas não cruentas.
- as formas violentas não cruentas aconselháveis no momento, são: greve, passeatas, boicote, não trabalhar etc...
- o Deputado FRANCISCO JULIANO disse que é fácil agitar, o

Fernando Pessôa da Rocha Paranhos
 FERNANDO PESSÔA DA ROCHA PARANHOS
 CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

~~INFORME~~/INFORMAÇÃO/~~EXCLUSIVO~~

ORIGEM: ~~XXX~~
 REFERENCIA: ~~XXX~~
 DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

que é difícil é organizar. Confessou-se um agitador e que esperava que os estudantes fôsse organizadores; e que há mais de 500 formas de organização;

-Pelas palavras usadas pelo Deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES, tem-se a impressão de que foi ele o autor intelectual da "SEMANA DE REALIDADES". Pregou a violência contra a ordem legal vigente. Com repetidas ironias procurou ridicularizar o SNI, as Forças Armadas, o Governo e a Revolução. Evidenciou, com suas teses, ser marxista.

26/9/1967 - Segue, em anexo, trecho de discurso pronunciado pelo mencionado na Câmara de Deputados.

29/9/1967 - Teve a sua campanha eleitoral financiada pelo PCB, através suas OB da zona sul da GB (B-2). Seu escritório eleitoral funcionava na rua Siqueira Campos nº 143 - Copacabana. (B-2).

8/1/1968 - Reune-se, juntamente, com HERMANO ALVES e OSWALDO LIMA - FILHO na fazenda do ex-governador MAURO BORGES, ao que tudo indica estão articulando um movimento que conta com a participação de cassado civis e militares (S-A)

21/3/1968 - Mantêve contato em Argel com MIGUEL ANRAIS (cópia de nota da "ULTIMA HORA", em anexo).

FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF - DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

INFORME/INFORMAÇÃO/PYBUSEK

ORIGEM: --- XXX ---
REFERENCIA: --- III ---
DISSEMINAÇÃO: --- (Continuação...) ---

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR --- XXX ---

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- 6/5/1968 - Segue, em anexo, trechos do discurso pronunciado pelo -
marginado na Câmara de Deputados.
- 28/6/1968 - Segue, em anexo, um resumo de discurso pronunciado pelo
marginado na Câmara de Deputados.
- 6/8/1968 - Apresentou à Câmara projeto que concede anistia aos con-
denados a pena inferior a 30 meses de reclusão, inclusi-
ve aos revéis, por delitos políticos e conexos, pratica-
dos após 31/3/1954.
- 3/9/1968 - Segue, em anexo, cópia do discurso pronunciado pelo mag-
ginado incitando o povo ao boicote ao desfile de 7 de -
setembro.
- ✓ 12/10/1968 - Foi acusado pelo Procurador Geral da República pela "prá-
tica de abuso do direito individual", tendo em vista os
discursos proferidos pelo mesmo da tribuna da Câmara.
Foi pedida a suspensão de seus direitos políticos por -
10 anos e a cassação do seu mandato parlamentar.
- 23/10/1968 - Segue, em anexo, cópia de discurso pronunciado pelo mag-
ginado da tribuna da Câmara. Este discurso foi censura-
do pela "Mesa da Câmara". A substituição das palavras -
mais ofensivas por palavras mais amenas é perfeitamente
notada. -X-

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA
MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO
(Art. 2 - Doc. n.º 60:417/67 - Regulamento
de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos);

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

(21.09.65)



MÁRCIO ALVES VAI PRÊSO EM S. LUÍS POR FALAR NA TV

SÃO LUÍS (Do correspondente) — O jornalista Márcio Moreira Alves, do CORREIO DA MANHÃ, foi prêso às 19 horas de domingo, por uma guarnição do Exército, comandada pelo tenente-coronel Alberto Liege Sousa Braga, após ter feito pronunciamento político na emissora de televisão local, em horário destinado ao PTB.

O deputado Cid Carvalho (PTB-Maranhão) fez denúncia imediata da violência ao presidente da República, aos ministros da Guerra e Justiça e aos presidentes da Câmara e Senado. O deputado Cid Carvalho encaminhou, também, representação ao Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exigindo o cumprimento da lei de restauração de garantias e direitos políticos.

ABI

O jornalista Celso Kelly, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, pronunciando-se na noite de ontem na Guanabara sobre a prisão de Márcio Moreira Alves, disse que "a notícia foi recebida com profunda consternação nos meios da imprensa, em virtude de representar uma restrição à manifestação pública do pensamento"

"O jornalista, acrescentou, quer nas colunas da imprensa, quer em qualquer outra tribuna em que se ponha em

contato com o público, está cumprindo a missão que lhe cabe, de informar e criticar. Diante do absurdo de sua prisão, acredito que a esta hora Márcio Moreira Alves já tenha sido restituído a liberdade."

D. 342.

O sistema Rio da Guarda

Márcio Moreira Alves

Onde está a placa às margens do Rio da Guarda apregoando "obra do governo Carlos Lacerda" no lugar onde tantos mendigos foram assassinados pela sua polícia? Não haverá, no festival eleitoral de inaugurações, uma cerimônia singela entregando à visitação pública a cela da DOPS chamada ratão, buraco imundo reservado para os inimigos políticos do governador? E os eléctrodos que nas sessões de torturas os asseclas do coronel Borges passam sobre o corpo dos interrogados, não serão parte de alguma exposição de indústrias financiadas pelo governo estadual?

Quando o monstruoso processo de acabar com a miséria afogando mendigos nos rios da Guanabara foi denunciado, o sr. Carlos Lacerda compareceu à televisão com sua máscara de indignação número um. Encarou as câmaras e perguntou se alguém acreditava que ele tivesse saído de Palácio à noite para ir jogar pobres na água. Quando as torturas de presos políticos foram comprovadas, também perguntou se o acusavam de, pessoalmente, espancar os presos. É claro que ninguém o imaginava fazendo, com suas mãos tratadas a essência de rosas, esses serviços porcões. Também ninguém jamais acusou Hitler de executar, com o dedo no gatilho de uma metralhadora, os milhões de judeus que exterminou, do mesmo modo como Stalin não matou, pessoalmente, as vítimas de seus grandes expurgos. Mas tanto Hitler como Stalin são culpados de genocídio, tal como responsável pela morte dos mendigos e pelas torturas a presos políticos é o sr. Carlos Lacerda. Todos três montaram aparelhos policiais altamente eficientes que tiveram, como produto, idênticos crimes contra a condição humana.

O sr. Flexa Ribeiro, candidato do sr. Lacerda ao governo, negou-se a responder objetivamente perguntas que, em recente programa de televisão, lhe foram feitas a respeito dos crimes da polícia do atual governador. Caso eleito,

teria possibilidades de corrigir a engrenagem assassina que agora se recusa a encarar? Teria, mesmo se o desejasse, força política para aplicar a lei, processar e castigar os torturadores, ou tomaria, como o governo Castelo Branco em relação aos torturadores do Exército e da Marinha, uma atitude de proteção e cumplicidade? Sua candidatura é apenas uma peça no sistema de violência do seu grande eleitor. Como em todo sistema político rígido, a peça tem pouco valor individual. O lógico é que se caracterize coletiva e não individualmente — e que mantenha o sistema.

Transcrevo hoje trechos de um depoimento de preso político, vítima da perseguição ao chamado *atentado do Trem da Esperança*. Não tive tempo de incluí-lo no documentário que, sob o título de *Torturas e Torturados* reuni e que deverá ser publicado dentro de algumas semanas. Seu autor, Edilberto Ferreira Rica, narra seus sofrimentos sem rodeios, nos termos simples e diretos adotados por quase todas as outras vítimas. A narração é um retrato do que acontece em um País onde a brutalidade suplanta o Direito e do que continuará a acontecer na Guanabara caso o eleitorado deste Estado não escorraçar do governo o sr. Carlos Lacerda, seus capangas e candidatos. A vitória de um candidato da oposição — qualquer que seja — é essencial à segurança física de cada um dos habitantes desta terra.

Conta Edilberto, funcionário público, em exercício na Diretoria de Pessoal da Marinha, preso na repartição a 9 de novembro de 1964, por agentes do CENIMAR: "Chegando ao CENIMAR fui imediatamente algemado numa cadeira e sem que nada me perguntassem começa-

ram logo a me espancar com cassetetes, no peito, nas costas e nos rins. Sofri ainda ameaças de fuzilamento no local bem como de me enviarem para o DOPS, para sofrer torturas. O espancamento durou quase meia hora. Meus espancadores foram o capitão-de-corveta Darcy e o capitão-tenente que julgo chamar-se Vazeza. A noite do mesmo dia deram-me outra surra e colocaram-me em um aparelho que diziam ser um detector de mentiras. No dia seguinte, logo cedo, levaram-me para novo interrogatório, mostraram-me um jornal que noticiava um atentado ao Trem da Esperança. Foi então que tentaram arrancar-me uma confissão, na qual eu declararia minha participação no atentado. Não o conseguindo, deram-me tapas no ouvido (telefone) e desejaram que eu admitisse conhecer pessoas acusadas de participação no tal atentado. Resisti a todas as tentativas de me envolverem no fato.

Três dias após minha prisão enviaram-me à famosa cela geladeira, no Presídio Naval, sendo que nesta ocasião já me encontrava em precárias condições físicas. Permaneci na refecida cela 24 horas, completamente nu, saindo de maca para o Hospital Central da Marinha. Na terceira vez que fui ao Hospital o médico de serviço recusou-se a receber-me e fui mandado para o Hospital do Corpo de Fuzileiros Navais, onde tirei várias radiografias, aplicaram-me soro na veia e uma sonda na uretra, pois estava com os rins semiparalisados, tendo vertido sangue.

Retornei depois ao Presídio Naval, onde o diretor mandou bater uma declaração a máquina, dela constando haver eu sofrido espancamentos no CENIMAR e não no Presídio Naval. Quando estava lendo a de-

claração surge um agente do CENIMAR que começou a ameaçar-me com palavras ásperas ao mesmo tempo em que, aproveitando-se da distração dos presentes, abaixou-se e apertou a minha mão contra o estrado da cama, a ponto de fazer soltar a agulha do aparelho de soro que estava tomando. Com isto desmaiei, o que evitou que assinasse a declaração. No outro dia, bem cedo, fui levado ao Hospital do Arsenal de Marinha; ali permanecendo por 23 dias e sendo atendido pelos médicos Elycio Perásio, Aguinaldo de Sousa e Francisco José de Araújo Costa. Saindo de lá fui para a Polícia do Exército onde, na presença dos capitães Braga, Praxedes e Portela, além da dos agentes da DOPS Solimar e Alex Toledo de Castro, fui interrogado pelo tenente Blois, que me desfechou violentos socos e pontapés pelo corpo. Durante o interrogatório, o capitão Praxedes, que o presidia, fazia com que eu bebesse água a todo instante, porquanto sabia que não urinava há vários dias e se ingerisse água esta provocaria insuportável repleção da bexiga.

Depois disto regressi ao Hospital do Arsenal de Marinha, onde permaneci até 11 de dezembro, quando fui transferido para o presídio da PE e, mais tarde, para a DOPS, para o Alto da Boa Vista, novamente para a DOPS e, finalmente, fui solto a 10 de janeiro de 1965.

Edilberto Ferreira Rica conta ainda outros detalhes do tratamento que recebeu nos diversos lugares onde esteve preso e do procedimento dos agentes da Marinha que revistaram sua casa. Qualquer desses detalhes seria considerado crime em um país em pleno exercício do regime democrático. No Brasil não é e, muito menos, no Estado da Guanabara. Para que volte a ser, temos de derrotar, nas urnas consentidas de 3 de outubro, o candidato do sr. Carlos Lacerda. Esta vitória popular será um primeiro passo no longo caminho da redemocratização.

ANEXO Nº 2

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 157 - SEÇÃO I - 16 Nov 67**O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:**

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a polícia política entrou na sua fase tragicômica, ontem. Trágica quando invadiu a casa do Bispo de Volta Redonda, D. Waldir Calheiros, a fim de lá procurar dinamiteiros, ou o que seja, ao confundir com subversão as manifestações e reivindicações dos Operários da Ação Católica. Cômica, quando invadiu a *boutique* Barbarella, no Rio de Janeiro, da chamada esquerda festiva, para apreender blusas com a cara de Che Guevara, a serem portadas por moças do Arpoador e Copacabana. Esse tragicômico, que não poderia passar sem o reparo da Câmara, mostra-nos que, ao mesmo tempo em que se confunde a moda de certos brotos de Ipanema com subversão, confunde-se, também, tragicamente, a reivindicação dos operários com o desafio à ordem constituída e, mais, com o desafio da Igreja ao Estado. Se essa confusão perdurar e o impedimento continuar de serem as reivindicações operárias livremente apresentadas, aí sim, a polícia política estará produzindo subversão e levando este País ao desenlace armado. (Muito bem.)

19 NOV 1968

ANEXO N.º 90

LANÇADO EM 21 11 1968

18. PRO. CSS. 214. S. P. 130

Defesa de Márcio: Só Câmara pode punir os parlamentares

O Deputado Márcio Moreira Alves entregou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a sua defesa, em que conclui por afirmar que somente a Câmara, "através de suas normas regimentais, cabe punir seus membros que porventura abuserem da inviolabilidade no exercício do mandato".

Entende o parlamentar opositorista que "abdicar de tal função, para que outro órgão (ainda que se trate de nosso incomparável Supremo Tribunal Federal) aprecie a questão, seria ato contrário ao relevante papel que ao Congresso cabe no regime democrático". A defesa do Sr. Márcio Moreira Alves está datilografada em espaço três, com 42 laudas.

Sustenta o Sr. Márcio Moreira Alves que nem mesmo atacou as Forças Armadas (ainda que através de reparos inspirados na defesa do direito, da liberdade e da democracia), pois, diz, "as palavras que pronunciei não se endereçaram às nossas corporações militares, mas, tão somente, àqueles que, no Exército, em minoria, têm cometido atos e desatinos que atentam contra os direitos e a liberdade do povo".

Prosseguindo, declara o Sr. Márcio Moreira Alves que não foi, como não é sua intenção, confundir militares com de seus deveres profissionais e de cidadãos se desviam com a totalidade das Forças Armadas. "Para criticar militares — prossegue — assim como civis que deservem o seu País, não preciso de imunidades parlamentares. Não precisam também dessas imunidades os que analisam a estrutura do Exército nacional, criticando-o. O manifesto dos capitães, que atualmente cursam a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, publicada nos jornais de 1 de novembro último, demonstra que a inconformidade com a presente situação militar não se limita aos políticos e à opinião pública civil".

Reassume

O Sr. Djalma Marinho deverá chegar hoje a Brasília, a fim de reassumir a Presidência da Comissão de Justiça, mas o Sr. Lauro Leitão — que é pela concessão da licença — continuará como relator do caso Márcio. Djalma Marinho duvida que a Câmara venha a apreciar o caso na atual sessão legislativa e não quer apressar o andamento da matéria, preferindo ver o debate se desenvolver quando a tensão for menor.

Na defesa apresentada pelo Sr. Márcio Moreira Alves destacam-se os seguintes pontos:

■ A inviolabilidade

O que estarão os deputados julgando não é o processo contra um parlamentar, mas o processo contra a ordem democrática e a derradeira das prerrogativas essenciais do Congresso. A inviolabilidade da tribuna não é, como a imunidade do deputado, uma prerrogativa pessoal do representante do povo. A inviolabilidade da tribuna é um atributo essencial da própria Câmara dos Deputados. O ataque à liberdade de expressão no Parlamento é em tudo semelhante ao ataque à liberdade de imprensa, que se produz através do Deputado Hermâno Alves

— trata-se de ameaça geral às prerrogativas de todo o povo brasileiro.

O mandato popular confere ao deputado não apenas o direito como o dever de expressar livremente suas opiniões, que se presume serem a de seus eleitores. Nunca é esse dever mais sagrado que quando seu exercício se opõe às violências, ao arbítrio, aos desmandos, abusos e crimes dos poderosos. O exercício da denúncia pode fechar um Congresso, mas sem ele um Congresso não pode ficar aberto. Exercê-lo é honrar a vontade do povo. Traí-lo é ofender a própria representação popular à execração de todos os homens de bem. O silêncio é a cumplicidade. O silêncio é o preço que nenhum parlamentar pode pagar por sua representação sem dela demitir-se. Há quem pense que o silêncio, a cumplicidade, a tolerância com o abuso do poder, possa comprar a sobrevivência de um Parlamento. Em Munique, o Primeiro-Ministro britânico Neville Chamberlain pensou que comprara a paz pelo sacrifício da Tcheco-Eslováquia. A humanidade pagou esse erro com trinta milhões de mortos, indizível sofrimento e terríveis destruições. Restou a lição de que os princípios fundamentais dos direitos humanos não podem ser negociados com os tiranos.

■ As pressões

O discurso — peça principal do processo desencadeado pelo Sr. Ministro da Justiça — foi pronunciado no dia 3 de setembro, sendo publicado no dia seguinte. A representação do Ministro do Exército ao Presidente da República foi feita no dia 5 de setembro. Nessa representação, o Sr. General Lira Tavares diz que "é de considera-se a ressonância com que (os referidos conceitos) ecoam no seio do Exército".

Desejou-se apresentar a iniciativa ministerial como fruto de uma pressão indignada de oficiais face ao discurso. O simples cotejo das datas demonstra que esta pressão, se acaso verdadeira, não poderia ter sido exercida por um número grande ou sequer considerável de oficiais. A morosidade dos meios de comunicação no Brasil, o tradicional atraso com que cartas e telegramas são entregues e, principalmente, a pequena circulação do Diário do Congresso, cujo número do dia 4 de setembro só circulou posteriormente àquela data, e ainda a divulgação extremamente reduzida que o pronunciamento teve na imprensa escrita, não sendo sequer mencionado pela imprensa falada, permitem deduzir que a famosa pressão das bases seria antes produzida na imaginação de um pequeno grupo de oficiais que ao Ministro teve acesso do que, na realidade, do corpo da oficialidade.

Embora imediata fosse a representação do Ministro do Exército, só nos dias 19 e 20 de setembro pronunciaram-se a ela solidários os Ministros da Aeronáutica e da Marinha, dirigindo-se não ao seu colega militar mas, estranhamente, ao Ministro da Justiça. Isto faz crer que seus pronunciamentos foram solicitados pelo Sr. Gama e Silva com a finalidade de apresentar um front comum contra a inviolabilidade da tribuna parlamentar por parte dos chefes das três Armas.

A utilidade que esta manifestação conjunta poderia ter seria a pressão sobre a Câmara dos Deputados. No caso específico, a representação do Ministro Lira Tavares não fala em suspensão de direitos políticos, em cassação de mandato, nem em atentado à ordem democrática, mas sim em providências normais.

■ As Forças Armadas

Atacar as Forças Armadas não por si, não traduziria atentado à ordem democrática. Pode-se atacar o Exército, por supor-se estar empenhada essa corporação em destruir a própria democracia, pela força das armas, instaurando, em seu lugar, autêntica oligarquia castrense; e, nessa hipótese, a crítica ao militarismo, longe de atingir o sistema democrático, estaria procurando defendê-lo.

Pode-se atacar o Exército, por entender-se que os militares pretendem tutelar a vida política do País, através de formas indiretas, com o que todos os Poderes da Nação acabariam dominados e subjugados ao império da força, desaparecendo assim a ordem jurídica; e, ainda nessa hipótese, a crítica teria como objetivo, primordialmente, a preservação da ordem democrática.

Mas nem mesmo ataquei as Forças Armadas (ainda que através de reparos inspirados na defesa do Direito, da Liberdade e da Democracia), pois as palavras que pronunciei não se endereçaram às nossas corporações militares, mas tão-somente àqueles que, no Exército, em minoria, têm cometido atos e desatinos que atentam contra os direitos e a liberdade do povo.

Ataquei, sim, o Governo, a Polícia e elementos do Exército, que, no meu entender, estavam violentando a liberdade e participando de repressões cruentas contra os que não concordam com as diretrizes políticas de nossos governantes.

■ Conclusão

Não deve e não pode a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados declarar inexistente a inviolabilidade da tribuna parlamentar, instituída no Art. 34 caput da Constituição da República.

O art. 151, que deve ser interpretado estritamente, não faz referência aos abusos cometidos na função parlamentar e, como se trata de regra de exceção, de caráter penal, não se admite que venha a abranger hipóteses ali não previstas clara e expressamente.

Ao demais, se o art. 151 respeitou as imunidades parlamentares do art. 34, § 3º, e se omitiu quanto à inviolabilidade do art. 34 caput, a conclusão a tirar-se é uma só: tratando-se de norma destinada a tutelar o regime democrático, entenderam seus autores que seria um contra-senso que ela acabasse por vulnerar a independência do Legislativo, comprometendo, assim, a própria estrutura do sistema representativo, elemento nuclear e substancial do regime democrático.

Pela própria natureza e objetivos políticos do que se contém no art. 34 caput, seria paradoxal e absurdo que, para a defesa da democracia, viesse golpear-se tão profundamente o sistema representativo e a harmonia e independência de poderes, coarctando a ação do Legislativo e dos mandatários da vontade popular.

Mas, quando assim não fosse, palavra alguma proferi que tivesse por fim atentar contra a ordem democrática.

Cabe à Câmara dos Deputados, neste passo, defender as prerrogativas constitucionais de seus membros. Somente ela, no nosso sistema constitucional, pode determinar até onde se estende a inviolabilidade parlamentar, pois

"questa esclusiva competenza del-
le Camere è stata sempre univer-
salmente affermata dalla dottri-
na" (G. Lojacano, "Le Prerogative
dei Membri del Parlamento", 1954,
pág. 100).

7 NOV 1968

ANEXO N.º 42

LANÇADO EM 11 / 11 / 1968



MILITARES E MILITARISTAS *UH 7*

A primeira manifestação do Sr. Márcio Moreira Alves, ao receber as cópias do processo do presidente da Câmara, foi com referência ao aditamento feito ao mesmo, pelo Procurador-Geral da República, Délio Miranda, quando a representação já se encontrava no Supremo Tribunal Federal aguardando o despacho inicial do relator, Ministro Allomar Baleeiro. Segundo o deputado carioca, figuram no aditamento frases a ele atribuídas e que não constam dos seus discursos, conforme as páginas do "Diário do Congresso" e as notas taquigrafadas dos seus pronunciamentos, também juntados aos autos. No aditamento, consta que o Sr. Márcio Moreira Alves disse que "as cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo brasileiro e pedirão aos colégios que desfilam junto aos algózes dos estudantes". Segundo o "Diário do Congresso" e as notas taquigráficas, o deputado carioca referiu-se a "cúpulas militaristas" e não "cúpulas militares".

Essa divergência, também existente entre os anais da Câmara e as representações dos Ministros do Exército e da Marinha ao Presidente Costa e Silva, segundo alguns elementos da própria Arena poderá ter muita significação para a defesa do deputado carioca. Acham esses parlamentares que existe uma diferença muito grande entre "militares" e "militaristas". Exemplificando, afirmam os defensores da tese que um civil, como o Ministro Gama e Silva, pode ser um militarista, enquanto que o próprio Ministro do Exército, General Lira Tavares, embora militar, pode ser um civilista convicto.

CONVOCAÇÃO E PRAZOS

Paralelamente à chegada do processo à Câmara, círculos arenistas voltavam a insistir na possibilidade do Congresso ser convocado, extraordinariamente, durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, para a votação do pedido de licença, embora as

razões oficiais da convocação possam ser outras, inclusive a mensagem de aumento do funcionalismo. A idéia da convocação é acolhida pelos que pretendem que a licença seja aprovada automaticamente, pelo decurso do prazo de 90 dias e mais 15 sessões ordinárias da Câmara. Segundo esses elementos, votada ou não a licença, em princípio de março ela estaria aprovada pelo decurso de prazo, e em condições de ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Essa informação, contudo, foi contestada pelo presidente da Câmara, segundo o qual o Governo não tomará a iniciativa de convocar o Congresso nem mesmo para o mês de dezembro, ressaltando, por outro lado, que isso poderia vir a ser feito pela Oposição, que se preocupou em manter o Parlamento funcionando diante das ameaças de crises.

Quanto ao problema do decurso de prazo, o líder da Oposição, Sr. Mário Covas, está com a tese do próprio presidente da Câmara, Deputado José Bonifácio. Nos processos com base no Artigo 151 não existe decurso. Segundo declarou o Sr. José Bonifácio, há dias, o próprio legislador procurou garantir o pronunciamento da Câmara nos casos como o presente, fazendo remissão ao parágrafo 3 do Artigo 34 da Constituição e não ao parágrafo 2, que trata de crimes comuns.

Conversando com os jornalistas, logo após a chegada do processo Moreira Alves à Câmara, o líder da Arena no Senado, Filinto Müller, afirmou que "a partir de hoje não irei mais à Câmara, para que minha presença não seja interpretada como um ato de pressão em favor da aprovação da licença".

O PAIZ

6 SET 1968



MÁRCIO REÚNE EM LIVRO OS ACÓRDOS "MEC-USAID"

O Deputado Márcio Moreira Alves lançou, ontem, um livro, onde são, pela primeira vez, reunidas todas as informações oficiais sobre os acordos MEC-

USAID, desde os textos e as verbas, até aos nomes e qualificações profissionais dos que trabalharam no seu planejamento.

Diz ele que, "apesar de não existir, em um País onde a política universitária nacional tem o seu retrato na fotografia de uma bota arrombando a porta de um laboratório de Brasília, clima para um debate sério da reforma educacional, procurou apresentar, com comentários rápidos, os fatos essenciais dos acordos, porque eles são sonegados ao público, pelo Governo, e seu conhecimento é essencial à previsão do futuro do Brasil". E lamenta não haver conseguido os resultados finais dos estudos dos professores norte-americanos, que só esparsamente aparecem em conclusões governamentais tais como a proposta de transformar em fundações as universidades federais.

DOCUMENTARISTA

Márcio Moreira Alves afirma, na introdução de Beabá dos MEC-USAID, que "a denúncia da tentativa de dominação do futuro das gerações brasileiras, pela imposição de um sistema de ensino baseado nos interesses norte-americanos, tem sido prejudicada pela falta de informações objetivas sobre o assunto". "Creio que o intelectual médio no Brasil de hoje — aduz — tem o dever de ser essencialmente um documentarista, porque os interesses estrangeiros que controlam e influenciam boa parte dos meios de comunicação — e o Governo que a esses interesses serve — sonegam ao povo informações fundamentais sobre o seu destino".

PAÍSES SOCIALISTAS

Uma das perguntas que Márcio responde em seu livro é "por que os estudantes protestam contra os acordos com os Estados Unidos não protestam contra acordos com os países socialistas?" Diz que os acordos com a Tcheco-Eslováquia, União Soviética e Hungria (que publica, são para a compra de máquinas e equipamentos. Máquinas e equipamentos não têm ideologia. Os acordos de planejamento com os

Estados Unidos não podem deixar de ter ideologia que não apenas condiciona, como determina o futuro do país. Resume: "Queremos comprar coisas, não queremos que comprem a nossa juventude".

CONTESTAÇÃO

Analisando a rebelião da juventude, Márcio Moreira Alves diz que "no Brasil, como em toda parte, o jovem não quer ser nem robô nem escravo. Onde o problema econômico das massas está resolvido, nos países socialistas, busca ele a liberdade de expressão. Onde a formal liberdade de expressão coexiste com o impasse econômico e a tirania se exerce pela massificação de uma sociedade que faz do homem apenas um multiplicador do consumo, contesta esse consumo, essa sociedade e essa liberdade. E' o que ocorre nos países capitalistas desenvolvidos. No mundo subdesenvolvido, a contestação é mais geral e contém elementos de ambos esses modelos da revolução jovem". Em sua opinião "os jovens lutam essencialmente por uma sociedade baseada na ausência de egoísmo e egolatria, pela participação no sistema educacional e político e contra o desperdício de tempo que uma estrutura obsoleta lhes impõe".

Conclui afirmando que, "no Brasil de hoje, ter juízo é, exatamente exagerar. Só pensando o impensável, imaginando o drástico, mudando tudo, é que se encontrarão as soluções para os imensos problemas nacionais. E depois de pensar o novo é preciso arriscar o pélo para torná-lo verdade". E propõe como lema das lutas dos jovens uma frase que foi escrita nos muros da Sorbonne durante as agitações de maio deste ano: "Seja realista — peça o impossível".

ÚLTIMA HORA

13 DEZ 1968

ANEXO N.º 135

LANÇADO EM 16/12/1968



Márcio: Não há vencidos nem vencedores

Logo após a decisão da Câmara, o Deputado Márcio Moreira Alves fez a seguinte declaração a UH:

"Quando a Lei e a Constituição têm uma vitória, não deixam, politicamente, vencidos ou vencedores. Ganhada na decisão que o plenário da Câmara soube tomar, acima de partidos, sobrepujando pressões, é a Justiça. Acatar a Justiça, defender a Lei e a ordem são as missões que engrandecem as Forças Armadas. Não haviam elas sido por mim injuriadas. São homenageadas hoje pela Câmara dos Deputados, na confiança que manifestou em suas tradições democráticas ao livremente deliberar sobre uma licença que, sem suicidar-se, não poderia conceder. Recebo com humildade o resultado, consciente que estou de que apenas o acaso me transformou em símbolo da liberdade de expressão na tribuna. Confio em que o resultado de hoje seja a semente da redemocratização plena do Brasil".

DEFESA

UH 13

Em seu discurso de defesa, que emocionou e repercutiu finalmente no plenário, o Deputado Márcio Moreira Alves repeliu a acusação de ter injuriado às Forças Armadas, observando que "nos processos de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega a intenção de injuriar, e o acusado aceita a explicação".

— Nego aqui e agora — estas foram as suas palavras textuais — que haja em qualquer tempo ou lugar, injuriado às Forças Armadas. As classes militares sempre mereceram e merecem o meu respeito. O militarismo, que pretende dominá-las e comprometer-lhes as tradições democráticas, transformando-as em sua maior vítima, esse militarismo — deformação criminosa que a civis e militares contamina — impõe-se ao nosso repúdio".

O representante carioca disse que o que a Câmara estava julgando não era um de seus membros, mas uma prerrogativa essencial do Poder Legislativo. Salientou que os autores citados na representação pelo Ministro da Justiça afirmam que "a inviolabilidade é irrenunciável, pois que ao deputado não pertence e sim a todo o Congresso".

O discurso do Sr. Márcio Moreira Alves foi ouvido atentamente pelo plenário, que, em diversas passagens, irrompeu em prolongados aplausos. Ao descer da tribuna, o orador foi abraçado por grande número de deputados tanto da Arena como do MDB, que pareciam disputar o privilégio de abraçá-lo. Seu discurso causou emoção a quantos se encontravam no plenário e nas galerias, ostensivamente conquistando dezenas de votos da Arena.

A Salomé da imprensa



MÁRCIO MOREIRA ALVES

Especial para BRASIL EM MARCHA

A LIBERDADE de opinião política em um jornal moderno torna-se cada vez mais precária. A pesada estrutura industrial, os compromissos comerciais e os encargos financeiros fazem com que o diretor financeiro substitua progressivamente o antigo redator-chefe na demarcação das posições a serem defendidas ou combatidas. A tradição liberal e independente dos intelectuais da redação ficou como tradição, deixou de ser realidade. Livres, ferrabrasés, agressivos segundo o velho modelo iniciado pelas folhas do I Império, poderiam ser os jornais de oito páginas, cheios de crimes e futebol, que têm lucro na venda avulsa, ou os de tal forma prósperos e estabelecidos em suas áreas de influência que podem dar-se ao luxo de ignorar os boicotes dos anunciantes conservadores, a política externa das grandes agências de propaganda americanas e, sobretudo, os requebros lascivos da Salomé da imprensa brasileira — o Banco do Brasil, quando age como ins-

do Moniz, Carlos Heitor Cony, Hermano Alves, Antônio Callado, Gilberto Paim, os repórteres e noticiaristas que não ganham cartaz na luta mas são sua espinha dorsal, esperavam que o número do dia seguinte fôsse o último. Nenhum de nós podia garantir, ao sair de casa, se dormiria em sua própria cama ou na DOPS.

O BOICOTE de publicidade não tardou. Ao mesmo tempo em que denunciávamos a tortura de presos políticos, o cerceamento das liberdades fundamentais dos brasileiros, a criação do delito de opinião, a interferência das armas nas Universidades, a exportação de cérebros, lutávamos contra a mudança da política externa, que coloca o Brasil a reboque dos Estados Unidos, e contra a política de "eliminação de ares-tas" econômicas, que ao mesmo tempo em que retirava ao operariado e ao capital nacional possibilidades de progresso, oferecia aos capitais estrangeiros regalias só comparáveis às dadas pela

outros jornais começassem a tomar ânimo e também marcassem a sua posição. Os que trabalharam juntos nesta fase tiveram a oportunidade de deixar uma marca na História do Brasil. No futuro, quando êste período de vergonha e força fôr estudado, ficará claro que um grupo de jornalistas impediu que as garantias democráticas fôssem esmagadas em silêncio. Coube-nos a honra de falar pelas multidões amordaçadas.

MAS a paciência da Salomé é grande. A rotina da liberdade consentida substituiu a ferocidade da liberdade violada. Pouco a pouco a verdade econômica impôs-se à resistência romântica. Primeiro saíram Callado e Carlos Heitor Cony. A trégua com o Governo Federal foi oficialmente proposta, como única maneira de salvar a empresa. Quem não se dispusesse a mudar teria de mudar-se.

A ÚLTIMA cabeça sacrificada a Salomé foi a minha. Fui prê-

BRASIL EM MARCHA
(Outubro 65)

deixou de ser realidade. Livres, ferrabrasés, agressivos segundo o velho modelo iniciado pelas folhas do I Império, poderiam ser os jornais de oito páginas, cheios de crimes e futebol, que têm lucro na venda avulsa, ou os de tal forma prósperos e estabelecidos em suas áreas de influência que podem dar-se ao luxo de ignorar os boicotes dos anunciantes conservadores, a política externa das grandes agências de propaganda americanas e, sobretudo, os requebros lascivos da Salomé da imprensa brasileira — o Banco do Brasil, quando age como instrumento dos desejos do Governo Federal.

O ÚLTIMO exemplo de altivez dado por um jornal de grande estrutura industrial face a Salomé foi o do "Correio da Manhã". Desde os primeiros atos de terrorismo praticados à sombra do movimento de 1.º de abril e, sobretudo, a partir da decretação do Ato Institucional, o "Correio" voltou aos tempos em que tinha metade da redação na cadeia — inclusive seus diretores — por lutar contra as violências dos Governos da República Velha. Estufou o peito, vestiu a armadura de cavaleiro andante e resolveu falar pelos que foram obrigados a calar ou não tiveram a coragem do protesto. Noites a fio Otto Maria Carpeaux, Edmun-

que denunciávamos a ortura de presos políticos, o cerceamento das liberdades fundamentais dos brasileiros, a criação do delito de opinião, a interferência das armas nas Universidades, a exportação de cérebros, lutávamos contra a mudança da política externa, que coloca o Brasil a reboque dos Estados Unidos, e contra a política de "eliminação de ares-tas" econômicas, que ao mesmo tempo em que retirava ao operariado e ao capital nacional possibilidades de progresso, oferecia aos capitais estrangeiros regalias só comparáveis às dadas pela China quando Shanghai era governada pelos cônsules das grandes potências. Estas duas últimas posições foram as molas da represália dos grandes anunciantes.

DURANTE algum tempo a luta foi aceita integralmente. Nio-mar Bittencourt chegou até a mandar fazer um estudo sobre a possibilidade de publicar um jornal de apenas quatro páginas, desde que conservasse a completa liberdade de protesto.

O TEMPO foi passando. A hora heróica passou e com ela o esforço que fizemos para salvar a liberdade de imprensa no Brasil. A reação do "Correio da Manhã" permitiu que restos de liberdade fôssem preservados, que

tidões amordaçadas.

MAS a paciência da Salomé é grande. A rotina da liberdade consentida substituiu a ferocidade da liberdade violada. Pouco a pouco a verdade econômica impôs-se à resistência romântica. Primeiro saíram Callado e Carlos Heitor Cony. A trégua com o Governo Federal foi oficialmente proposta, como única maneira de salvar a empresa. Quem não se dispusesse a mudar teria de mudar-se.

A ÚLTIMA cabeça sacrificada a Salomé foi a minha. Fui preso, no Maranhão, por crime de lesa-majestade — críticas ao Governo Federal e ao Presidente da República. Foi a gota d'água. Comunicaram-me que minha posição de intransigência impedia a consolidação econômica do jornal. Pedi demissão com a condição de publicarem um meu artigo de despedida. Após dezoito meses de luta não poderia sair sem explicações. De posse de minha carta de demissão, não publicaram o artigo. Ossos do ofício. Sacrifícios a Salomé. Enquanto ela estiver dançando para os Herodes financeiros de uma imprensa superpovoada, ê s s e s pequenos deslizes de peralvilhos serão obrigatórios. Sempre é melhor que aconteçam do que não existir imprensa alguma.

U8. PRO. CSS. 214. S, p. 135

REPÚBLICA - SUPLENTE
AGÊNCIA
FISCAL
MUNICÍPIO

TORTURAS e TORTURADOS

Marcio Moreira Alves



CIDADE NOVA

Excmo. Sr. Ministro Aldeias
Carneiro, é por ser este
livro um processo da desuma-
nidade que a todos nós
nos impõe uma frágil con-
dição humana que o ofereço
aos Ministros do Superior
Tribunal Militar e, com
especial emção, a V. Excia.,
que tantas vezes nos tem
dado lições de amor e
verdadeira dignidade dentro
do respeito às leis.

Do seu, respeitosa-
mente,
Francisco Alves

Rio, 29/5/17

ANEXO Nº 410

ANEXO N.º 37

LANÇADO EM 9 / 6 / 1967



Márcio: governo dá cobertura a torturadores

BRASÍLIA (Sucursal) — O deputado Márcio Moreira Alves afirmou, ontem, da Tribuna da Câmara, que o presidente Costa e Silva, determinando a apreensão do seu livro — "Torturas e Torturados", prossegue "na política do governo anterior de proteger os torturadores e tem a coragem, a desfaçatez, de acusar o autor de promover cizânia entre militares e civis".

Fazendo a defesa de seu livro, o deputado carioca disse que o Governo, através da apreensão da obra, "deu cobertura oficial aos torturadores, procurou coniuindir uma malta de bandidos com as Forças Armadas, procurou fazer com que o povo pense que o Exército Brasileiro, em sua totalidade, é cúmplice dos crimes que contra os presos políticos foram cometidos".

SEGURANÇA

Depois de assinalar as passagens do seu livro, nas quais cita os nomes de aproximadamente 10 oficiais do Exército que, na Guanabara, em Recife, São Paulo e Porto Alegre teriam torturado prisioneiros, ressaltou:

— O ministro da Justiça e todo o Governo que ele representa estão, eles sim, enquadrados no decreto-lei da segurança nacional, pois não é quem denuncia torturas que promove a luta de classes, mas os que dão cobertura aos torturadores.

(07.05.67)

ANEXO N.º 27

LANÇADO EM 12/5/67



Márcio proporá ao MDB que alerte o País para a ^{SB}ação imperialista dos EUA

O Deputado Márcio Moreira Alves (MDB-Guanabara) anunciou ontem que a ala radical da Oposição proporá à Comissão Diretora Nacional do Partido, na reunião de quarta-feira, a criação de uma Comissão de Mobilização Nacional para a organização de viagens de deputados do MDB a todo o País, em conferências e debates.

Os deputados entrosados com entidades estudantis e sindicais e associações de classe, defenderão três temas fundamentais em seus pronunciamentos: "pão, liberdade e luta contra a ação imperialista dos Estados Unidos no Brasil".

RESISTÊNCIAS

Reconhece o Sr. Márcio Moreira Alves que há resistência no Partido ao envio de caravanas de deputados, sobretudo da ala radical, por já ser reduzido o número de parlamentares opositoristas sem movimentação do plenário da Câmara e seus órgãos internos.

Acha, no entanto, que as caravanas poderão ser organizadas de modo "que fiquem constantemente de plantão dois ou três membros da ala radical, o que seria suficiente para

manter em movimento o plenário da Casa".

O Sr. Márcio Moreira Alves embarca para Porto Alegre, a fim de fazer uma conferência a convite de universitários. Segundo ele, os radicais ou imaturos consideram encerrado o primeiro round da luta que travaram com alguns elementos da cúpula do Partido, desde que todas as suas reivindicações foram aceitas. Pretendem, agora, propor uma campanha de mobilização que leve os opositoristas a empunhar sua bandeira nas ruas.

... exemplo: um Ato Con-
plementar do Ex-Presidente
prorrogou até 1968 os man-
dados das direções partidá-
rias. Como aceitar que aque-
le dispositivo ainda continue
valendo, se foi norma disceri-
cionária e se uma das ban-
deiras do MDB é a comple-
ta redemocratização nacio-
nal?

O que defende o grupo
jovem, neste particular,
acrescenta, nada possui de
radical ou extremado. Pelo
contrário, trata-se de uma
questão de coerência: se o
partido luta no Congresso
pela revogação de vários dis-
positivos revolucionários, se
luta contra a Lei de Segun-
rança Nacional, a Lei de
Imprensa e um sem-núme-
ro de decretos-leis arbitrá-
rios, como então aceitará
estar sendo regido justamen-
te por um destes atos? O
exemplo da seção baiana do
MDB deve estar presente
a todos os opositores, co-
mo norma de conduta, pois
lá renunciaram todos os
membros da comissão direto-
ra estadual, determinando

Pão e Liberdade

Pão e Liberdade deve ser a tônica da ação oposicionista,
diz o Deputado Márcio Alves, frisando que essa ação sen-
sibiliza presentemente vastos contingentes do MDB, que pro-
gressivamente se insurgem contra os entraves que obstam
o exercício de suas missões. O partido necessita atuar no
Congresso, por certo, mas sair do Congresso, também. Ir
para as ruas, popularizar-se, dialogar com o povo, refletir
seus sentimentos e seus anseios. Isto será feito de qualquer
forma. De início, esgotam-se todos os meios conciliatórios,
que não determinem a realidade flagrante de um movimen-
to de rebelião contra a direção oposicionista. Mas depois,
a ação virá de qualquer forma, se a situação continuar
inalterada.

Pão e Liberdade precisam pautar a ação do MDB,
continua, uma vez que a política salarial revolucionária
gerou uma situação insustentável, que não tardará muito
em explodir completamente. Os salários não bastam mais,
sequer para a vida em condições precárias. Pelo menos oiten-
ta por cento da população vive dias aflitivos e insustentá-
veis. Como poderia a oposição manter-se à margem da si-
tuação? Por outro lado, a redemocratização é bandeira es-
sencial do MDB, e devemos estar à frente de sua restaura-
ção, seja na luta pela revogação de dispositivos ditatoriais,
seja pela ampliação das liberdades públicas, desde a livre
sindicalização até a simples aplicação da legislação traba-
lista, que grande parte do País ainda ignora, especialmente
nos campos.

A Compreensão do Governo Costa e Silva

Ressalta o Sr. Márcio Al-
ves, ainda, que o grupo jo-
vem do MDB, se faz oposi-
ção ao Governo Costa e Sil-
va, não está, como se pró-
pala, "radicalmente contra
tudo o que o Governo Costa
e Silva vem empreendendo".
Compreendem os oposicio-
nistas, inclusive, que o atual
Presidente esteja pressionado
pelas forças que antes apo-
lavam inteiramente o Mare-
chal Castelo Branco. Sentem
que o Marechal Costa e Sil-
va procura tomar algumas
medidas realmente popula-
res, embora discordem às vé-
zes da forma como ele age.
Um exemplo: o congelamen-
to dos aluguéis, tomado por
decreto-lei, é medida efi-
caz popularmente, mas po-
deria ter sido apresentada
ao Congresso na forma de
projeto de lei, cuja aprova-

ção seria inevitável, em tem-
po rápido.

O Deputado Márcio Alves
se dedica, paralelamente ao
problema da dinamização do
MDB, à questão da integra-
ção da Guanabara e do Es-
tado do Rio. Defensor da
fusão dos dois Estados, re-
conhece que a curto prazo
não existe possibilidade de
sucesso para a tese. Mas
nem por isso ela deve ser
abandonada. Tem-se reuni-
do com parlamentares da
Guanabara e do Estado do
Rio, e deverá propor ainda
esta semana a formação de
uma Comissão de Integra-
ção das áreas Metropolita-
nas, que possa coordenar e
sugerir medidas comuns aos
dois Estados. A comissão
servirá para fornecer sub-
sídios aos dois governos.

**Amaral Neto: O Alicerçamento
da União Nacional**

Ao analisar a situação oposicionista, o Deputado Már-
cio Alves não dá grande importância ao movimento de
união nacional, nascido do Deputado Amaral Neto. Acha
que a união não terá condições de subsistir na atual con-
juntura.

Pensamento diverso, no entanto, manifestou o Sr. Ama-
ral Neto a O GLOBO, ontem. Declarou que o movimento
vai muito bem, pois inequivocamente marcado, agora, pela
ausência de quaisquer desejos fisiológicos. Esta ausência,
inclusive, vem servindo para reforçá-lo bastante, diante de
outros movimentos de caráter nitidamente fisiológico, que
prefera não referir. Não há necessidade de se precipi-
tar o lançamento formal da união nacional, pois os acon-
tecimentos devem-se desenvolver naturalmente. A atual
fase é do alicerçamento da união.

O Deputado Amaral Neto vê a oposição de forma di-
ferente que os chamados jovens ou radicais. Para ele, o
MDB se divide especialmente em três grupos: os que acei-
tam a união nacional, sem abdicar de suas prerrogativas
oposicionistas; os antigos possedistas, que gostariam de um
outro tipo de união, e os radicais, que não aceitam nada.





Márcio Alves: O MDB Deve Definir-se Como Partido e Dizer a Que Veio Realmente

Acentua o Deputado Márcio Alves que é injusta a denominação de radical que se tenta emprestar ao grupo de parlamentares jovens do MDB, decididos a empreender maior dinamização e atualização do partido à realidade nacional. Acha que o fundamental para o MDB, hoje, é que se defina como agremiação política, que diga a que veio e, especialmente, a que virá. Que se apresente ao povo, não conforme possa ter nascido ou atuado quando de sua criação, não em face do Governo revolucionário, mas diante de si mesmo. E diante do povo, especialmente.

A Direção Não Exprime e Não Consulta

as Bases

Diz o jovem parlamentar carioca que o MDB não pode continuar pautando seu comportamento e sua ação pelas resoluções e atos do Governo Castelo Branco. Num exemplo: um Ato Complementar do Ex-Presidente prorrogou até 1968 os mandatos das direções partidárias. Como aceitar que aquele dispositivo ainda continue valendo, se foi norma discriminatória e se uma das bandeiras do MDB é a completa redemocratização nacional?

O que defende o grupo jovem, neste particular, acrescenta, nada possui de radical ou extremado. Pelo contrário, trata-se de uma questão de coerência: se o partido luta no Congresso pela revogação de vários dispositivos revolucionários, se luta contra a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e um sem-número de decretos-leis arbitrários, como então aceitara estar sendo regido justamente por um destes atos? O exemplo da seção baiana do MDB deve estar presente a todos os oposicionistas, como norma de conduta, pois lá renunciaram todos os membros da comissão diretora estadual, determinando

automaticamente a eleição de outros dirigentes, escolhidos sem qualquer condicionamento a disposições revolucionárias ou excepcionais.

Para o Deputado Márcio Alves o MDB não funciona como partido político, o que seria essencial. Se sua direção não exprime suas bases, por outro lado — e pior ainda — nem sempre age em conformidade com estas bases. Por exemplo: o presidente do partido não poderia jamais agir isoladamente, sem estar refletindo a opinião das bancadas. Tal não aconteceu em vários casos, um deles o da Conferência de Punta Del Este. Convidado pelo Presidente da República para integrar a delegação brasileira, o Senador Osear Passos deveria ter consultado as bancadas, antes de aceitar o convite. Muito possivelmente as bancadas dariam pleno apoio à iniciativa, que em nada contrariaria a sistemática oposicionista, se ela existisse. Ao invés da consulta, no entanto, o presidente emedebista preferiu a participação, feita apenas a pouquíssimos parlamentares, um deles o líder Mário Covas. Agiu sem a menor consideração.

Pão e Liberdade

Pão e Liberdade deve ser a tônica da ação oposicionista, diz o Deputado Márcio Alves, frisando que essa ação sensibiliza presentemente vastos contingentes do MDB, que progressivamente se insurgem contra os entraves que obstam o exercício de suas missões. O partido necessita atuar no Congresso, por certo, mas sair do Congresso, também, ir para as ruas, popularizar-se, dialogar com o povo, refletir seus sentimentos e seus anseios. Isto será feito de qualquer forma. De início, esgotam-se todos os meios conciliatórios, que não determinem a realidade flagrante de um movimento de rebelião contra a direção oposicionista. Mas depois, a ação virá de qualquer forma, se a situação continuar inalterada.

Pão e Liberdade precisam pautar a ação do MDB, continua, uma vez que a política salarial revolucionária gerou uma situação insustentável, que não tardará muito em explodir completamente. Os salários não bastam mais, sequer para a vida em condições precárias. Pelo menos oitenta por cento da população vive dias aflitivos e insustentáveis. Como poderia a oposição manter-se à margem da situação? Por outro lado, a redemocratização é bandeira essencial do MDB, e devemos estar à frente de sua restauração, seja na luta pela revogação de dispositivos ditatoriais, seja pela ampliação das liberdades públicas, desde a livre sindicalização até a simples aplicação da legislação trabalhista, que grande parte do País ainda ignora, especialmente nos campos.

A Compreensão do Governo Costa e Silva

Ressalta o Sr. Márcio Alves, ainda que o grupo jovem do MDB, se faz oposição ao Governo Costa e Silva, não quer, como se propala, "radicalmente" contra tudo o que o Governo Costa e Silva vem empreendendo.

ção seria inevitável, em tempo rápido.

O Deputado Márcio Alves se dedica, paralelamente ao problema da dinamização do MDB, à questão da integração, de Guanabara e do Es-

ÚLTIMA HORA**ANEXO Nº 18**

- 7 NOV. 1966



U 4 711. 27 572

O Tribunal Regional Eleitoral manteve duas e rejeitou três das impugnações apresentadas pelo Procurador regional da Justiça Eleitoral contra cinco candidatos a deputado federal da chapa do MDB. Por unanimidade, foram rejeitadas as impugnações contra Hermano Alves e Mário Pedrosa e por quatro votos a um, a impugnação contra Márcio Moreira Alves. Pela contagem de três a dois, o TREC manteve as impugnações de José Freijó e Paulo Silveira.

Quanto aos candidatos a Deputado Estadual, Paulo Ribeiro teve sua impugnação rejeitada por cinco votos a zero, o mesmo ocorrendo com Sinval Sampaio, Antônio Holanda Cavalcanti e Fabiano Vilanova Machado. O quinto a ser julgado, Sargento Antônio Sena Pires, teve a impugnação mantida por três votos a dois, por subversão, embora comprovando sua condição de antigo militante da Igreja Batista Central. A impugnação de Fernando de Barros foi rejeitada por unanimidade.

C Ó P I A

ANEXO Nº

Meu caro pátricio

Não pretendemos convertê-lo à oposição. Caso esteja de acôrdo com a opressão das liberdades políticas, a criação de delito de opinião, o fim da liberdade sindical, da cátedra estudantil, jogue fora esta carta. Caso esteja de acôrdo com uma política econômica que favorece interesses estrangeiros, empobrece a classe média, lança na miseria e na fome os operários e trabalhadores do campo e paraliza o nosso desenvolvimento, não leia adiante.

Se, no entanto, como a maioria dos brasileiros, estiver contra isto tudo, permitimo-nos lembrar-lhe que as eleições parlamentares oferecem a ultima oportunidade do povo escolher pelo voto direto, representantes dispostos a correr o risco de oposição total a qualquer forma de ditadura.

37907- O M D B da Guanabara apresenta em sua chapa de candidatos, homens capazes de exercer seus mandatos como um testemunho de luta democrática e social. Dentre estes, estamos certos de que o jornalista MARCIO MOREIRA ALVES, não desiludirá os que lhe derem a confiança do seu voto para Deputado Federal. Enquanto teve uma coluna no "Correio da Manhã", ofereceu incessante resistêcia aos demandos do Govêrno. As campanhas que fez contra a tortura de presos políticos, contra os atentados à inteligência brasileira, contra a entrega de nossas riquezas e destruição dos nossos direitos, foram exemplo de capacidade profissional e sobretudo de bravura civica. Perdendo um lugar na imprensa continuou a resistir. A 11 de novembro gritou o seu protestos contra o Ato Institucional nº 2 na porta da reunião da OEA, no Hotel Gloria e foi preso. É importante que MARCIO MOREIRA ALVES, tal como os que na mesma resistêcia democrática com êle se irmanarem conquiste uma nova tribuna, a do Congresso Nacional.

Para isto contamos com o seu apoio na esperança de um Brasil melhor.

Assinado - CARLOS HEITOR CONY - ANTONIO CALADO - HELIO DE ALMEIDA -
OSWALDO ARANHA FILHO - OTO MARIA CARPEAUX

CORREIO DA MANHÃ
(22.09.65)

MÁRCIO ALVES ESTÁ EM LIBERDADE E VAI PROCESSAR CORONEL

Libertado às 3h de ontem, em São Luiz, chegou, à noite, ao Rio, o jornalista ~~Márcio Moreira Alves~~, afirmando que pretende levar à última instância os processos que move contra a autoridade responsável pela sua prisão, tenente-coronel Alberto Liêge Braga; "para provar que, enquanto existir algum Tribunal no País, um cidadão que tiver ao seu lado o direito poderá defender-se do arbítrio".

O jornalista fôra prêso às 7h de anteontem, após pronunciamento a favor das candidaturas oposicionistas do Maranhão, através de uma cadeia de rádio e televisão local. Sua libertação, segundo explicou, ocorreu sem maiores explicações, não sabendo, por isso, a quem atribuir a sua soltura.

GORILA

Historiando, rapidamente, os episódios que assinalaram sua detenção, o jornalista contou que ela ocorreu no hotel onde se hospedou, através de dois tenentes do 24.º Batalhão de Caçadores, que haviam recebido ordens no sentido de "o convidarem" a comparecer perante o tenente-coronel Alberto Braga. Adiante, explicou Márcio Moreira Alves: "Como recusasse o convite de dois homens armados que me tiraram da cama para conversar com um oficial a quem nunca vi em um quartel onde nunca entrara, recebi voz de prisão. Chegando ao quartel, chamei a atenção do tenente-coronel Braga para o ato de violência que cometia, ilegalmente, cerceando a liberdade de um cidadão. Tanto bastou para que o militar perdesse a serenidade e, aos berros, dando murros em uma mesa, declarasse que eu poderia chamá-lo de gorila à vontade, mas que não permitiria subversão no seu Estado."

CRITICAS

O jornalista esclareceu que, "apesar da exposição um tanto confusa do coronel", percebeu que considerava subversão "as críticas por ele feitas ao governo Castelo Branco no programa de televisão. Acrescentou que as perguntas que lhe foram feitas quando dos depoimentos, procuraram caracterizar delitos de opinião de sua parte. Quando referentes ao presidente Castelo Branco, as perguntas — segundo o jornalista — pareciam querer re-

viver o crime de lesa-majestade."

SOLIDARIEDADE

Os deputados Andrade Lima Filho (PTB-PE) e Afonso Arinos Filho (PDC-GB) manifestaram, ontem, da tribuna da Câmara Federal, protesto contra a prisão do jornalista Márcio Moreira Alves. O sr. Arinos Filho salientou, na oportunidade, que "não é a primeira vez que o jovem soldado do CORREIO DA MANHÃ sofre na própria carne sua dedicação aos ideais do jornalismo, pois ainda muito jovem foi metralhado na Assembléia de Alagoas e recentemente foi ameaçado de espancamento no Largo de São Francisco, na Guanabara".

No Rio, o deputado Frederico Trotta, líder do PTB na Assembléia Legislativa, condenou a prisão de Márcio Alves, afirmando que "isso foi uma violência flagrante contra o artigo 117 da Constituição que deu atribuições bem claras às Forças Armadas". Acentuou que "não se pode dar a um oficial das Forças Armadas a missão de transformar-se em polícia, pois a força do Exército deve ser empregada naqueles estritos termos da Constituição Federal".

O Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa e a Comissão de Defesa de Liberdade de Imprensa e do Livro aprovaram, ontem, por unanimidade, moção de apoio ao pronunciamento do presidente da ABI, Celso Kelly, condenando a prisão de Márcio Moreira Alves. Os dois órgãos autorizaram o desembargador Elmano Cruz, seu presidente, a tomar providências para assegurar a liberdade do jornalista.





Márcio Alves prêso em JB
São Luís após discurso 37

O Deputado Cid Carvalho, Presidente do PTB do Maranhão, endereçou ontem um telegrama ao JORNAL DO BRASIL, denunciando a prisão do jornalista Márcio Moreira Alves pelas autoridades militares de São Luís, depois de um pronunciamento pela televisão.

O Sr. Cid Carvalho comunicou que passou telegramas de protesto ao Presidente da República, aos Ministros da Justiça e da Guerra, aos Presidentes da Câmara e do Senado e encaminhou ainda uma representação ao TRE do Maranhão.

O TELEGRAMA

É o seguinte o telegrama ao JB:
"Comunico a esse jornal que por volta das 7 horas de hoje foi prêso na guarnição federal de São Luís, sob o comando do Tenente-Coronel Alberto Liêge de Sousa, o jornalista Márcio Moreira Alves, em virtude de haver feito um pronunciamen-

to político no horário destinado ao PTB na televisão local. Imediatamente denunciei a violência ao Presidente da República, Ministro da Guerra, Ministro da Justiça, Presidente da Câmara e Presidente do Senado. Foi encaminhada ainda uma representação ao TRE do Maranhão, exigindo o cumprimento da lei e a restauração das garantias aos pronunciamentos políticos. A Cidade está revoltada com o flagrante desrespeito às liberdades políticas. Saudações."

HABEAS

São Luís (Correspondente) — O PTB impetrou um mandado de habeas-corpus em favor do Sr. Márcio Moreira Alves perante o Tribunal Regional Eleitoral. O relator da matéria, Desembargador Eugênio Lima, já solicitou informações ao Exército, devendo o julgamento realizar-se amanhã, em sessão extraordinária.

ingo, 13 de Setembro de 1964

1.º Caderno

Costa e Silva

Márcio Moreira Alves

O general Costa e Silva tem todo o direito de considerar-me um subversivo, cripto-comunista ou comunista de verdade, da mesma forma como encaro com o maior ceticismo os resultados históricos do movimento militar que chefiou e mantém. Estamos em campos opostos. Ele prefere erguer o jugo sob o qual, junto com os oprimidos, passo. Mas, mesmo entre adversários, mesmo entre inimigos, há um terreno comum de entendimento — a salvaguarda da condição humana, o limite que nos separa das bestas. Em nome deste ténue ponto de identidade lhe faço hoje um apêlo, que não lhe dirigiria se estivesse em jogo minha liberdade e pessoa.

Tenho tentado, inutilmente, acordar a consciência do presidente Castelo Branco, e de vários membros de seu governo, para o problema das torturas a que são submetidos os presos, nos quatro cantos do Brasil. Nada consegui. São fariseus. Não ouvem, não falam, não vêem.

O general Costa e Silva detém o poder de fato: manda nas baionetas. E tem-se revelado um ferrabrás, sem papas na língua e com alguns indícios de sensibilidade humana. Creio estar nele a última instância, a derradeira possibilidade de livrarmos nossa terra desta mancha vil que é a tortura de indefesos. Os militares que, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Rio

Grande, Pernambuco e Bahia, sujam as mãos no sangue dos inermes, desonram não apenas suas corporações, desonram a todos os brasileiros.

As Forças Armadas, pela Constituição da República, são instituições nacionais permanentes. Seus membros passam, elas ficam. Mas têm o aspecto moral que seus componentes lhe dão. O Exército de Benjamim Constant recusou-se a ser capitão-do-mato à cata de negros fugidos, e nós nos lembramos dele. O Exército de Costa e Silva, pelo punhado de monstros que acoberta, está ameaçado de fixar-se como uma malta de torturadores que violenta a alma da Nação. As gerações futuras também dele se lembrarão, mas por motivos opostos.

Trago hoje uma ficha: Manuel Alves de Oliveira, nascido em Sergipe a 21 de outubro de 1934. Morava na Rua 19, quadra 9, casa 1, em Guadalupe. Sua inscrição teve o número 6.630 e a matrícula 6.525. Foi admitido a 9 de março de 1960 e servia no 1º GCan 90 Ae. Manuel Alves de Oliveira morreu a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército, em Triagem, em consequência das torturas a que foi submetido. Deixou uma viúva, Norma, de

24 anos de idade, e três filhos varões, o mais velho de oito anos, o menor de cinco.

Trago ao general Costa e Silva este cadáver. Falo em seu nome e, tenho certeza, no dos homens e mulheres que neste País conservam íntegra sua consciência. E' com esta responsabilidade de porta-voz, que me pesa sobre noites de vigília, que o procuro.

Pondere, general Costa e Silva, que lhe cabe a guarda da dignidade do Exército. Lembre-se, ainda, de que o senhor é um homem que já passou dos sessenta e, embora eu lhe deseje, como a todos os homens, uma longa vida, dia virá em que será chamado a prestar contas de seus atos a uma Justiça perante a qual são iguais o general vitorioso e o mais humilde dos anônimos que, sob sua responsabilidade, foram torturados e trucidados. Dizem-me que o senhor é cristão, como cristãs se julgam as senhoras da CAMDE, encontros agora em estranho silêncio, quando antes tanto vociferavam em nome de Deus. Pois a um cristão recorde que o sangue de Cristo redime igualmente o comunista e o capitalista, o subversivo e o revolucionário, tornando-os a todos sagrados,

no que têm de centelha divina. Esta essência divina do homem é atingida pelos processos de perversidade que contra os presos são usados.

E' imprescindível que se acabe com a tortura no Brasil. Isso, não podemos esperar da polícia do sr. Lacerda, que oficializou a Invernada de Olaria, nem da iniciativa do coronel Gustavo Borges, responsável pelos assassinatos do rio da Guarda, marcado para sempre com o estigma que separa os vis do resto dos homens. Não podemos esperá-lo do mudo marechal Castelo Branco, nem dos civis de seu ministério, que não têm poder real e se acumpliciam no medo. Talvez até mesmo o senhor já esteja por demais prisioneiro de seus preconceitos e insensibilidade para fazer alguma coisa, mas representa ainda a esperança final.

E' imprescindível que se nomeie já — logo, agora, hoje, — uma comissão isenta, na qual figure pelo menos um médico, que entre nos quartéis com plenos poderes para investigar a verdade. Que dessas investigações resulte um relatório sobre o qual se basearão as medidas administrativas necessárias para a um tempo acabar com as torturas e punir os torturadores. É esse basta e essa punição que a consciência nacional e a honra das Forças Armadas exigem.

DCN 9/4/968 - Pg 11267

" Ataques ao Gen Portella e às Forças Armadas."

SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o sangue parou de correr nas ruas, mas a paz não voltou ao Brasil. O sistema de repressão armada contra as aspirações do povo desarmado não apenas continua a existir, como ameaça a Nação com novos massacres. No entanto, cabe nesta trégua uma meditação sobre a violência e o futuro.

O Deputado Jonas Carmo, mentor intelectual de algumas áreas do Governo, começou esta reflexão ao preceder-me na tribuna, pedindo novos Atos Institucionais, novas cassações, mais legislação por decreto. Não creio que seja esta a atitude conveniente.

Em primeiro lugar, é preciso caracterizar as responsabilidades: quem ordenou os massacres foi o General Jânio Portella, através de circular aos Governadores dos Estados. Onde houve um governador com coragem e lucidez política para cumprir a Constituição, ou seja, em São Paulo, não permitiu que o sangue da juventude fosse poupado e quem executou os massacres foram as Polícias Militares e, na Guanabara, oficiais do Exército que a comandavam. A responsabilidade do Governador Negrão de Lima seria grande, caso se pudesse considerar responsável este pobre homem acuada pelo medo, entregue às indecisões, inepto para a crise.

Na verdade, passou ele o Governo ao General Cunha Garcia, Comandante do I Exército, que chefiou o esquema de ocupação do Estado pelas tropas. A responsabilidade global, entretanto, quer da execução, quer do planejamento, é da inconsciência da pequena minoria totalitária que, usando as armas do povo, apossou-se do Poder e deseja manter a Nação sob o tacão de suas botas. Foi esta minoria que transformou o Exército em capanga e guarda-costas do bando de facinorosos que arremeteu de sabre, cassete e pata de cavalo sobre o povo que se afogava na Candelária. Foi essa minoria que impopularizou de tal forma as Forças Armadas, que os oficiais têm hoje vergonha de sair a rua fardados, não se apresentando à frente de tropas de repressão. Foi essa minoria que, contra as instituições militares, cartoucou o ódio da juventude chacinada e deu seus pais solitários. Não há quem não saiba que Edson Luis Lima Souto poderia ser seu filho.

Sr. Presidente, é impossível que a maioria dos oficiais das Forças Armadas não compreenda que é preciso dar um basta aos massacres. É impossível não veja que a única maneira de reconstruirmos juntos o antigo prestígio das Forças Armadas é voltarem elas a ser o povo fardado, devolvendo a nossa gente o direito de eleger livremente seus governantes, pacificando a família através da justiça e ajudando o povo a desenvolver o Brasil, em vez de procurar silenciar estas aspirações a tiros de metralhadora no meio das ruas.

Este apelo que faço, como tantos que nestes últimos tempos se fazem ouvir, não é o apelo de fracos, nem de covardes, muito menos de subversivos. É o apelo de um povo que não quer mais derramar o sangue de irmãos, mas exige liberdade e desenvolvimento. É o apelo feito após o massacre da Candelária pelo Bispo e pelos padres que impediram muitas mortes e disseram ser a ordem o fruto da justiça e da paz, não o resultado das armas. É este memorável documento de lucidez de pastores verdadeiros, publicado pela Cúria Arquidiocesana do Rio de Janeiro, através de seu Vigário-Geral, Dom José de Castro Pinto, é que peço a Taquígrafia que reproduza nos Anais desta Casa. (Muito bem).

O JORNAL

21 AGO 1968



Reação do MDB *IN 21*

O deputado Márcio Alves (MDB-GB) revelou, ontem, após conhecido o resultado da votação do projeto de anistia aos estudantes e operários, que o seu partido publicará nos jornais de hoje a lista de todos aqueles que votaram contra o projeto e dos que se ausentaram do plenário por ocasião da votação. — "O objetivo — disse — é tornar claro perante o eleitorado a posição dos parlamentares, mostrando quem está a favor do povo e quem contra ele se coloca, obedecendo aos chamados e imposições".

TRIBUNA DA IMPRENSA

30 AGO 1968



DISCURSOS

1130

O deputado Márcio Moreira Alves disse que "o testemunho de todos os mestres e de todos os alunos foi o da truculência inominável que ceifou a vida de um jovem, hoje. É preciso se diga, aqui, que não temos um governo nós temos no poder um bando, uma "gang", um grupo que usa contra a Nação os seus sicários, pois que sicários apenas são esses homens que tiroteiam a juventude, como "gangsters" são os que mandam, os que armam suas mãos; é o general chefe de Polícia de Brasília, é o general Meira Matos, chefe da Polícia Militar. Não é crível, sobretudo, possa o general Costa e Silva acobertar esta Nação. Mas é preciso também que se diga que aqueles que não são cúmplices estão sendo obrigados, hoje, pelos criminosos, a responder na mesma moeda. Sabemos que continuarão impunes, sabemos que aqui terão cobertura, pois, infelizmente, falta a este poder, falta à maioria nesta Casa ombridade para defender a Nação".

CABINETO DA PRESIDÊNCIA

6 AGO 1968



Projeto da anistia a ^{CM} políticos ⁶

BRASÍLIA (Sucursal) —
O deputado Márcio Moreira Alve (MDB-GB) apresentou ontem à Câmara projeto que concede anistia aos condenados a pena inferior a 30 meses de reclusão, inclusive aos revéis, por delitos políticos e conexos, praticados após 31 de março de 1964.

O projeto tem o seguinte texto:

“Art. 1.º — É concedida anistia a todos os condenados, inclusive aos revéis, a menos de 30 meses de reclusão, cujos processos tenham transitado em julgado, em consequência de delitos políticos e conexos, após 31 de março de 1964, ficando em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais e disciplinares relativos aos mesmos. Parágrafo único — Os benefícios deste artigo são extensivos a civis e militares que foram condenados em prazo de leis penais militares ou como incurso na Lei de Segurança Nacional, por delito de causa ou natureza política. Art. 2.º — Os favores desta lei não anulam as punições decorrentes dos Atos Institucionais de ns. 1 e 2. Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Reação de Márcio

Em discurso que pronunciará terça-feira, na Câmara, o deputado Márcio Moreira Alves pretende denunciar o processo que contra ele começou a mover o Governo como uma "trama para desviar a atenção da opinião pública das atividades antidemocráticas que se desenvolvem no País", entre as quais cita os recentes acontecimentos envolvendo o Para-Sar.

Promete o sr. Márcio Moreira Alves, inclusive, trazer a público uma série de denúncias de corrupção na área governamental, pretendendo com isso "dar um recado às forças que agora o visam: deveriam mais se preocupar com o que se passa no Poder Executivo, voltando contra tais irregularidades a sua fúria".

Enquanto isso, os principais dirigentes e líderes do MDB já iniciaram articulações na área parlamentar situacionista, destinadas a impedir que a Cá-

mara conceda a indispensável licença para o enquadramento do sr. Márcio Moreira Alves.

O procedimento foi acertado na madrugada de ontem, logo que se confirmaram os rumores de cassação do sr. Márcio Moreira Alves, durante uma reunião informal do Gabinete Executivo do MDB. Encarregados dessas articulações estão os srs. Oscar Passos, Josafá Marinho, Mário Covas e Martins Rodrigues.

Os termos em que o problema está colocado pela Oposição foram circunstanciados pelo sr. Josafá Marinho, que disse ao "Jornal do Commercio" ter a Câmara o dever moral de negar a licença, não por razões subjetivas — no caso a cassação do sr. Márcio Moreira Alves — mas pelo precedente que a iniciativa governamental encerra.

Lembra o parlamentar balano que, em 1937, o fechamento do Congresso ocor-

reu depois de um processo iniciado com a licença solicitada pelo então Presidente Vargas para processar, entre outros, os srs. João Mangabeira e Edgar Renault. Esclarece o sr. Josafá Marinho que, agora, os deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves (que também estaria na mira do Governo) funcionam como uma espécie de bois de piranha.

— Depois — acrescentou — virá a boiada, na qual a própria ARENA será incluída.

O sr. Josafá Marinho está convicto de que, nesse episódio, a ARENA ficará solidário com a instituição parlamentar. Tem, inclusive, informações de que os próprios líderes parlamentares do Governo estão dispostos a não permitir que o Executivo feche questão em torno do problema, para que cada deputado tenha condições de votar de acordo com sua consciência.

JORNAL COMMERCIO

12 OUT 1968



ANEXO N.º 40
LIMPADO EM 15 / 10 / 1968

11 OUT 1968

ANEXO N.º 68

LANÇADO EM 14/10/1968



Ministros militares pedem a cassação de Márcio M. Alves

Brasília (Sucursal) — Foram os três Ministros militares que, em nome das Forças Armadas, representaram ao Presidente da República contra os discursos pronunciados pelo Deputado Márcio Moreira Alves, nos dias 2 e 3 de setembro último.

Os discursos foram considerados "atentatórios ao regime" e "altamente injuriosos às Forças Armadas", e por eles será pedida a suspensão dos direitos políticos do parlamentar carioca.

COM O PROCURADOR

O processo a respeito será encaminhado hoje, oficialmente, ao Procurador-Geral da República, a quem caberá propôr a ação junto ao Supremo Tribunal, após prévia autorização da Câmara dos Deputados, não se sabendo, ainda, quando esta Casa Legislativa receberá o pedido. Nada há, por enquanto, contra o Sr. Hermano Alves.

PRESIDENTE APÓIA

O Presidente da República, ao que se informa, ficou, também, profundamente indignado com o discurso do parlamentar carioca e apoiou plenamente a iniciativa de seus Ministros militares. A representação destes foi encaminhada ao Ministro da Justiça a 13 de setembro — sexta-feira — e aprovada pelo Presidente da República há cerca de dez dias.

No exame a que submeteu a representação dos titulares das Pastas militares, o Professor Gama e Silva, Ministro da Justiça, chegou à conclusão de que o Deputado Márcio Moreira Alves "abusou do seu direito de manifestação do pensamento", incidendo na sanção prevista no Artigo 151, da Constituição Federal, considerando que este dispositivo também se aplica aos parlamentares.

Em consequência, encaminhará hoje ao Procurador-Geral da República, que já tem conhecimento, a representação dos Ministros militares para que, com base no Artigo 151, a apresente ao Supremo Tribunal Federal, solicitando a suspensão dos direitos políticos do parlamentar por dez anos.

Ainda não se sabe se o Procurador-Geral da República irá primeiramente, dar entrada do processo no Supremo Tribunal Federal ou se solicitará autorização da Câmara dos Deputados antes de iniciar a ação judicial. O "caso" é inteiramente novo e este e outros aspectos ainda serão estudados.

ABUSO

Para o Ministro da Justiça, de acôrdo com parecer entregue ao Presidente da República, o que houve nos discursos do Sr. Márcio Moreira Alves foi um "abuso dos seus direitos." Há, no parecer, uma longa análise do texto constitucional, em face do princípio da inviolabilidade que torna os

parlamentares inatingíveis, pelas leis comuns, por opiniões, palavras e votos que emitam no exercício do mandato (Artigo 34) e o abuso dos direitos individuais para atentar contra a ordem democrática.

Diz o Artigo 34 da Constituição brasileira: "Os deputados e senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos."

Diz o Artigo 151: "Aquele que abusar dos direitos individuais previstos nos parágrafos 8, 23, 27 e 28 do Artigo anterior e dos direitos políticos para atentar contra a ordem democrática ou praticar a corrupção, incorrerá na suspensão destes últimos direitos pelo prazo de dois a dez anos, declarada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante representação do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da ação civil ou penal cabível, assegurada ao paciente a mais ampla defesa."

Parágrafo Único — Quando se tratar de titular de mandato eletivo federal, o processo dependerá de licença da respectiva Câmara, nos termos do Artigo 34, Parágrafo 3.º."

HERMANO

Não há ainda, de acôrdo com informações divulgadas ontem, nenhuma providência processual contra o Sr. Hermano Alves, também deputado pelo MDB da Guanabara, por ter apontado o General Jaime Portela e os Ministros Gama e Silva e Delfim Neto como integrantes de uma conspiração contra o Governo.

TRIBUNA DA IMPRENSA

31 JUL 1968

Ato é início da ditadura

O deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GE), disse ontem que o confinamento do sr. Jânio Quadros representa uma tentativa de estabelecimento de uma ditadura declarada por parte de um gru-

po que está usando o Governo "para enriquecer-se desonestamente".

Esse grupo, segundo o parlamentar carioca, precisa urgentemente acabar com os dois únicos instrumentos de denúncia que ainda estão à disposição do povo — a imprensa e o Congresso, "afim de fugir à punição da opinião

pública, de vez que já tem garantida a impunidade dentro do sistema pseudo-legal que manipula".

"A crise artificial criada em torno do pronunciamento do ex-presidente eclodiu no mesmo dia em que os jornais publicavam a venda da fábrica Nacional de Motores", frisou o parlamentar.



O JORNAL

24 ABR. 1968



Jornalistas fizeram passeata

Um grupo de jornalistas esteve reunido ontem, às 14 horas no "hall" da ABI, lançando veemente protesto contra a atitude do sr. Danton Jobim, seguindo depois em passeata pacífica até a entrada da Assembleia Legislativa do Estado, ostentando faixas e cartazes, protestando contra a falta de liberdade e garantias à classe.

A Assembleia foi realizada na entrada do prédio da ABI, seguida de um ato público no qual se pronunciaram vários jornalistas, inclusive o deputado Márcio Moreira Alves, declarando que "a diretoria dessa Associação, que se diz da classe, se transformou não só

em cúmplice da ditadura como em alcaguete da DOPS".

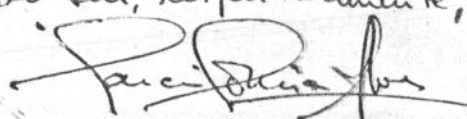
Falando após o parlamentar, um repórter pediu que fosse dado um voto de louvor aos trabalhadores mineiros que estão em greve contra o arrocho salarial, afirmando que eles "dão o exemplo que todos devem seguir, porque não é hora de nos acomodarmos". Concluindo, acentuou a importância do movimento em prol da regularização do trabalho jornalístico, e contra a violência policial, desejando que "essa luta não termine até que a democracia volte ao nosso País".



O SNI gastou algumas centenas de milhares de cruzeiros e um elogio ao seu agente que, em Paris, conseguiu fotografar página por página os originais de "Torturas e Torturados". Se tivesse tido um pouco de paciência poderia comprar nas livrarias, tal como qualquer um de nós, este relatório das violências praticadas contra os presos políticos por apenas NCr\$ 5,00. Em compensação, os ministros do Tribunal Eleitoral da Guanabara e os do Superior Tribunal Eleitoral não teriam tido a oportunidade de lê-lo em primeira mão e de decidirem, horrorizados, que ser contra a tortura de presos não é a mesma coisa que ser "agente de organização internacional subversiva", como pretendiam os procuradores do governo Castelo Branco ao impugnar a candidatura a deputado federal de Mâncio Moreira Alves.

"Torturas e Torturados" foi escrito ao longo de uma árdua campanha de imprensa. A maior parte dos documentos e testemunhos que o autor reuniu foram lançados em uma batalha que sensibilizou a consciência dos homens de bem do Brasil a tal ponto que o próprio marechal Castelo Branco, sob cujo go-

Excmo. Sr. Ministro Alcides Carneiro, é por ser este livro um processo da desumanidade que a todos nós nos impõe uma frágil condição humana que o ofereço aos Ministros do Superior Tribunal Militar e, com especial encômulo, a V. Excia., que tantas vezes nos tem dado lições de amor e verdadeira dignidade dentro do respeito às leis.

Do seu, respeitadamente,


Rio, 29/5/67

ANEXO N.º 43
LANÇADO EM 06/07/67



Deputados revogam um dos acórdos MEC-USAID

30/3

Brasília (Sucursal) — A Comissão de Educação da Câmara, pelo voto de sete deputados da Oposição e três do Governo, praticamente revogou um dos acórdos MEC-USAID, com a aprovação de emenda apresentada pelo Deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB), substituindo a Comissão do livro, Técnico e Didático (COLTED) à Fundação Nacional de Material de Ensino.

A COLTED fora criada devido aos acórdos firmados entre o Ministério da Educação e a United States Agency for International Development (USAID), tendo ampla autonomia, sendo agora reformulado, com sua vinculação à Fundação Nacional de Material de Ensino, órgão criado pelo Governo, cuja mensagem está sendo examinada pela Câmara.

A Fundação Nacional de Material de Ensino, do Ministério da Educação, tem a finalidade de produzir e distribuir material didático, de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização.

A favor da emenda do Sr. Márcio Alves votaram, além do autor da modificação, os Deputados oposicionistas Paulo Macarini, padre Nobre, João Borges, Feliciano Figueiredo, Altair Lima e Mata Machado, além dos representantes da ARENA, Monsenhor Vieira, Plínio Salgado e Mauri Fernandes. Votaram contra os Deputados Braga Ramos (Presidente da Comissão), Lauro Cruz (relator), Aderbal Jurema, Vanderlei Dantas, Albino Zeni e Eurípedes Cardoso de Menezes.

342

veracidade do que imaginar-se que o estudante morto, junto da Santa Casa de Misericórdia, tenha sido primeiro passeado pela Embaixada Americana para, depois, ir à Santa Casa.

Finalmente, quanto à camioneta do Ministério da Saúde, não tenho sobre o assunto qualquer informação. Tive notícia, entretanto, de que o massacre, o mutilamento dos estudantes foi o primeiro da série de acontecimentos que se desencadearam ao longo da tarde e da noite de ontem, no Rio de Janeiro.

Se acaso foi realmente incendiada essa camioneta, não sei. Talvez — e é realmente reprovável, uma vez que contra a violência não podemos usar a violência — essa camioneta tenha sido incendiada ou por agentes da DOPS, que fazem isso muito, ou pelos estudantes indignados — e na V. Exa. de reconhecer que com razão — numa manifestação emocional, que absolutamente não comparece com a forma racional, serena e disciplinada com que o grosso dos estudantes se portou junto de seu irmão destruído, na Assembléia da Guanabara.

O Sr. Mariano Beck — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Estava mantendo um diálogo com o Líder do Governo. Perguntaria a S. Exa. se desejaria apartear-me novamente ou se permitiria que o Deputado Mariano Beck proferisse seu aparte.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Se o nobre Deputado Mariano Beck me permite, tenho apenas mais uma pergunta para fazer, dizendo, entretanto, que V. Exa. quanto à última pergunta mais deu uma interpretação do que um testemunho.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Disse que não sabia.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Perfeito e completo com uma intervenção personalíssima. Mas a última pergunta que desejava fazer é a seguinte. V. Exa. se referiu à constituição de uma Comissão para apurar os fatos ocorridos na Guanabara. Não sei se eu estava desatendo ou se V. Exa. não chegou a declarar; daí a razão da minha pergunta: o General que era o Chefe-Executivo da Polícia da Guanabara foi demitido pelo Sr. Negrão de Lima, por ocasião da instauração desse inquérito?

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Não, Sr. Deputado. Foi afastado do seu cargo.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Muito obrigado.

O Sr. Mariano Beck — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, quero também dirigir a V. Exa. uma pergunta semelhante àquela que fez o nobre Deputado Leon Peres. E se os estudantes realmente estiveram portando uma bandeira vietcong, e se eu havia nisso? Qual o crime que estariam praticando? Que justificaria a reação, a chacina violenta da polícia contra esses estudantes? Não vimos há pouco tempo, nos Estados Unidos, uma massa enorme em frente à Casa Branca, protestando contra a crueldade desta guerra? Na verdade, nobre Deputado Márcio Moreira Alves, seja Vietcong comunista ou não, ele transformou-se hoje num símbolo da resistência contra a exploração e contra a interferência de potências estrangeiras na vida de outros países. (Muito bem.)

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Nobre Deputado Mariano Beck, essa é uma pergunta oportuna, mas que a mim não deve ser dirigida, e, sim, ao Governo. Realmente em Berlim Ocidental, considerado mostruário do mundo capitalista dentro do mundo socialista, milhares de estudantes, de trabalhadores, enfim de alemães ocidentais, de pessoas que têm resistido à sua vizinhança socialista, protestaram contra a guerra do Vietnã, portando bandeiras vietcongs. Em Estocolmo, manifestações contra

a Guerra do Vietnã e contra a política norte-americana são chefiadas pelo Vice-Primeiro Ministro. A bandeira vietcong tremula no monumento de Abraham Lincoln em Washington, quando das grandes marchas

contra a guerra do Vietnã, chefiadas por Martin Luther King, Prêmio Nobel da Paz, e por Sir Bertrand Russel, Prêmio Nobel de Física e da Paz.

O Sr. Mariano Beck — V. Exa. pode acrescentar que a campanha contra a guerra no Vietnã é chefiada no mundo pelo Papa Paulo VI.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço; mas aqui, no Brasil, não. O que pode ser feito na matriz não pode ser feito na colônia porque a Polícia colonialista não permite. E em polícia colonialista é que a Polícia Militar no Rio de Janeiro, transformou-se ontem, como se transformam grandes parcelas do Exército Nacional, nesse esquema militarista que para os interesses americanos foi feito neste País. Portanto, transiro esta pergunta, que não posso responder, ao responsável pelo metralhamento: o Governo Federal, que nomeou o Coronel Oswaldo Ferraro para chefiar a Polícia Militar da Guanabara; esse Coronel que, para enfrentar uma passeata de estudante, mandou as suas tropas embaladas com ordem de metralhar.

O Sr. Paulo Campos — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, ainda em torno da pergunta feita pelo Líder da ARENA, sobre se realmente o General Comandante dessa balalha sangrenta, inominável, a preparará, porque sabe que haverá manifestação contra a guerra do Vietnã, disse bem V. Exa.: nos próprios Estados Unidos, nação que lamentavelmente se está constituindo em país-adraço deste pobre País, o Brasil, 100 mil pessoas, recentemente, bloquearam o Pentágono, a casa que quebra e estrangula a paz do mundo hoje. Cem mil. E qual foi a violência que lá se praticou contra os manifestantes? E não foi apenas no Pentágono, nos Estados Unidos. Naquela mesma hora, no mesmo dia, com a mesma finalidade humaníssima de protestar contra essa guerra sem nome que se mantém no Vietnã, realizaram-se manifestações em todos os países desenvolvidos do mundo, e não se teve notícia de violências como essas. O que é grave, Sr. Deputado, é que esse fato, que cobre de dor a família e o coração do Brasil, hoje se vincula a um sistema que investe contra o nosso País. Aqui não estamos com palavras que possam ser interpretadas como demagogia; estamos narrando uma dura realidade que precisa crescer na consciência do povo, para que ele possa realmente defender este Brasil. Hoje o que há são os moços dentro de um presente que nada tem para eles, precisando de compreensão para terem condições de conquistar um futuro onde possam ter alguma coisa.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Mário Piva — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, a minha tristeza neste instante, é mais profunda ainda, porque, infelizmente — digo eu — pertencem também aos quadros universitários. Sou professor universitário, hoje afastado da cátedra para exercer o mandato, e confesso a V. Exa. que jamais acreditaria que a sanha policial tivesse tamanha desenvoltura. Aquêles que, hoje, tentam defender os responsáveis ou se omitem diante da gravidade do problema, ou não tiveram juventude, ou não têm filhos, como eu tenho, estudando na universidade. Só esses podem fazer isso, só esses podem revelar um nulo sentimento cristão, para defender criminosos, para defender assassinos. Mas, nobre Deputado...

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — E um sistema criminoso e assassino.

O Sr. Mário Piva — esse sistema criminoso e assassino que se instalou no País e as cenas sangrentas de ontem do Rio de Janeiro talvez sejam o zênith das comemorações revolucionárias — uma Revolução sem sangue que se comemora com o sangue de um jovem; uma Revolução que trata todos os princípios que condenou sem que ninguém tivesse tido direito de defesa. Essas cenas de ontem, no Rio de Janeiro, o assassinio desse rapaz, assassinato frio, cruel, desumano, impiedoso, revolucionário, redentor talvez ocorrido ontem, talvez seja o princípio do fim, nobre Deputado Márcio Moreira Alves. E dizem alguns que seguem o Governo que o SNI conhecia tudo isto. Então, o crime é maior ainda, porque perpetrado deliberadamente. O jovem não foi assassinado por acaso. A polícia se dirigiu ao Calabucó para assassinar aquele ou outro qualquer jovem. Mas aqueles que pretendem defender estes criminosos devem lembrar-se de que amanhã, entre jovens rebelados pode estar um próprio filho. E' disso que eles se esquecem. E' nisso que eles não pensam. Então, faça-se o que Ap'Relly recomendava: "que cresçam os jovens, que amadureçam, que se acovardem, e então não haverá mais o problema da juventude". E' isso que eles desejam, que eles querem, para a infelicidade deste País.

JR. MARCIO MOREIRA ALVES — Sr. Presidente, não acredito haja alguém que possa defender este sistema de assassinatos. Se alguém não vier, certamente não terá filhos, como disse bem o Deputado Mário Piva, e menos do que filhos ainda, não terá entranhas. Mas não basta punir, como bode expiatório, a mão que apertou o gatilho, a mão do Tenente Alcindo ou de quem quer que tenha disparado as armas. Não basta isso. Não basta apenas afastar esse reincidente da criminalidade, o General Osvaldo Niemeyer, do cargo que ocupa, na Secretaria de Segurança da Guanabara, por indicação de confiança exclusiva da Presidência da República. Não basta também mandar à inutilidade do seu pijama e dos seus chinelos o General reformado Dario Coelho, Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, nomeado por indicação direta do Marechal Costa e Silva, e que é um mero incapaz, um dois de pau, um homem cuja insensibilidade é tão grande, que ontem, uma hora depois do crime perpetrado, entrava no Palácio da Guanabara aos risos, cumprimentando ativamente os presentes, como se se dirigisse a um biquenite. Não basta também livrar meu Estado do tacão da bota do Coronel Ferrato, que já infelicitou Minas Gerais; esse homem que manda a enfrentar jovens desarmados uma tropa embalada com ordem de disparar.

Nós estamos, talvez, chegando ao princípio do fim. Nós estamos talvez chorando uma morte que pode não ter sido inútil.

Isso é que é preciso focalizar com muita clareza e nitidez.

Os Srs. Deputados da Maioria, que pensam que, pela subserviência, pelo aplaudem e mantêm este Governo, que consentimento, pelo "sim, Senhor" poderão salvar esta Casa e os seus mandatos, devem começar a sentir, subindo-lhes pelo rosto, o sangue deste morto, que lhes dará, talvez, o rubor da coragem de dizer como nós outros: basta. Este morto só não terá sido inútil, se ele for o princípio do basta. Basta de transformar as Forças Armadas brasileiras e a glória da Nação em velhacontó. Basta de acobertar nas fileiras do Exército, que garantiu a integridade desta Pátria e que, pela liberdade, pela democracia, deixou mil mortos nos campos da Itália, assassinos da democracia, carrascos do povo, objeto da repugnância do povo do qual saíram e que, uma vez fardados, representaram.

Basta de termos um Marechal substituído por outro Marechal, substituído por outro Marechal, quando não

por um Coronel, nos postos de comando desta Nação e do Governo, que esses só ao povo pertencem, pela sua escolha livre nas urnas; basta de afastarmos a juventude do processo nacional, que para a juventude tem de ser voltado e à juventude tem de beneficiar; basta de vermos em cada cidadão e em cada jovem um suspeito de traição, quando os suspeitos de traição são os velhos encastelados no poder.

Nos, hoje fazemos o réquiem de um jovem morto na Guanabara. Que seja este réquiem também o do regime ditatorial, que seja o réquiem da covardia, que seja o réquiem da traição, da hipocrisia, da vileza, de todo o mar de lama moral que pela Brasil se espalha e é mantido pelas pontas das batonetas, pelo creptar das metralhadoras, pelo torturar dos prisioneiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que talvez os eternos hipócritas que em todo lugar existem dirão, — e talvez também aqui — quando eu descer da tribuna, que fui imprudente, que fui exaltado, que fui, talvez, emocional. Eu lhes responderei que im, que é de imprudência, que é de exaltação e, sobretudo, de emoção que se faz hoje um mandato popular que tinha um nome: o voto pelo povo que o elegeu, quando existe, velado na Assembléa Legislativa de um Estado da Federação, o cadáver de um jovem, assassinado pela liberdade.

A Sr. Júlia Steinbruch — Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Quero recordar ao orador que dispõe apenas de 4 minutos.

A Sr. Júlia Steinbruch — E, apenas um curto aparte, Sr. Presidente.

O SR. MARCIO-MOREIRA ALVES — Tem o aparte a nobre Deputada Júlia Steinbruch.

A Sr. Júlia Steinbruch — Sobre Deputado Márcio Moreira Alves, queria congratular-me com V. Ex.º pelo brilho do desassombrado discurso que está proferindo. E' preciso que toda a Nação saiba que o MDB, embora fruto de uma ditadura espúria, não abriga desfilibrados.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Sei disso, nobre Deputada Júlia Steinbruch. Sei também que nas fileiras da Maioria devem contar-se pelos dedos da mão, ou de uma das mãos, talvez até de mão alvejada quem possa defender esses metralhamentos e esses assassinatos.

Mas vou concluir, dentro do tempo que me foi dado pelo Sr. Presidente e pelo Regimento. A lição que temos de tirar do assassinato na Guanabara é que foi ele, não um caso isolado, mas fruto de toda uma mecânica de uma política de repressão. Ontem morreu um jovem; outros poderiam ter morrido antes, em repressões semelhantes. Certamente, como anunciou o Deputado Hélio Navarro, uma vez que o propósito governamental é reprimir sempre e em toda parte, qualquer manifestação dos jovens deste país, outros morrerão, e rogo a Deus que o seu sangue não caia sobre a cabeça dos que pretendem hoje defender a repressão. O sistema é repressivo, mas o povo brasileiro não é um povo reprimido, pelo menos permanentemente.

Olho para as galerias e, pela primeira vez, vejo alguns jovens neste Congresso de atribuições amputadas. Sei que o futuro é nosso, sei que não há de durar muito tempo o opróbio da minha terra. Sei que não há de ser para sempre a dominação dos oprimidos por um pequeno grupo de opressores que se apossam do poder. Sei que não se poderá por muito tempo calar a voz da juventude, como não se calará por muito tempo a voz dos operários, dos intelectuais, dos trabalhadores do campo e, até mesmo, por muito tempo não se calará a voz da maioria dos políticos.

Temos, a partir deste morto, a partir deste crime hediondo, — que é o primeiro, talvez — de lançar os alicerces da democracia brasileira, de construir, no cimento melado de san-

gue, a independência deste País e a sua liberdade. E esta independência, e esta liberdade — eu o sei, — no a mais absoluta firmeza na minha convicção — será construída exatamente pelos jovens que hoje são chacinados na rua. Pois esses jovens, chacinados na rua que sejam, dirão sempre como nós, hoje: Basta de ditadura! Basta de morte! Basta de sangue! (Aplausos)

"CORREIO DA MANHÃ"

4 AGO. 1965

Feira, 4 de Agosto de 1965

1.º Caderno

Despesas Militares

Marcio Moreira Alves

O cronista Rubem Braga, fiel a suas tradições de ornitólogo e velho lobo do mar, fez uma viagem no *Almirante Saldanha*, antigo navio-escola hoje transformado em navio-oceanográfico. Ficou impressionado com a intensidade do trabalho de pesquisas, com a agitação da rapaziada nos laboratórios e com a minúcia dos levantamentos que estão sendo feitos. O navio afastou-se da costa em ziguezague, parando a cada duas horas para medições de profundidade, análise das águas e levantamento das quantidades de plâncton oceânico, as minúsculas algas e animais que são o pasto dos grandes cardumes. O trabalho, em parte custeado pela UNESCO, destina-se a fazer um levantamento inicial de nossa grande riqueza esquecida, o mar.

O entusiasmo de Rubem Braga por este ramo de atividades da Marinha de Guerra fez-me lembrar o entusiasmo igual que senti quando, pela primeira vez, vi os aviões do Correio Aéreo Nacional abrindo as picadas da civilização na rota do Xingu, servindo de único traço de ligação entre os desbravadores de Capitão Vasconcelos, Cachimbo e Jacaré-acanga e o resto do Brasil. A beira do Tocantins, no meio da mata, senti que ao menos parte dos recursos imensos que o País destina às Forças Armadas estava sendo reprodutivamente empregada, voltava-se para o esforço comum de desenvolvimento nacional. A revelação serviu também para que lastimasse ainda mais não terem esses recursos uma política de aplicação exclusivamente reprodutiva. Na verdade, os orçamentos militares, que consomem um terço das disponibilidades do Tesouro, deveriam ser dirigidos para os pontos críticos de estrangulamento econômico. Deveriam ser debatidos longamente, da mesma forma como o é o orçamento do Ministério da Educação ou o do Ministério da Viação. Pelo fato de ser aplicado por brasileiros fardados não há razão para

que da formulação política de suas linhas mestras sejam afastados os brasileiros paisanos. Creio que um dos principais motivos do crescente sentimento popular antimilitarista está, exatamente, no mistério com que os militares cercam seu trabalho e na timidez que os civis demonstram em pedir-lhes contas. No Congresso, quando se votam os créditos militares, os parlamentares aceitam como palavra evangélica as informações do Executivo e os pareceres dos relatores, geralmente militares no exercício de mandatos. Com isto recusam às Forças Armadas uma colaboração que, embora pudesse provocar alguns ciúmes iniciais, seria provavelmente preciosa.

O Brasil é um País pobre. Cada cruzeiro tem de ser gasto corretamente. Como de cada três cruzeiros do Tesouro um vai custear despesas militares, é importantíssimo que estas despesas se integrem em um plano orgânico de desenvolvimento, em vez de serem desperdiçadas.

A política militar no Brasil, como qualquer outra política, é, basicamente, um problema de formulação educacional. Conseqüentemente, partindo do princípio, seria salutar a abolição do sistema de preferência para filhos de oficiais no preenchimento de vagas nos colégios militares. Esta preferência não apenas cria um privilégio antidemocrático como tende a um recrutamento profissional mediocre. Da mesma forma como o filho de um médico pode não ser o de maior vocação para a Medicina, o filho de um militar pode não ter vocação para as Forças Armadas, nelas ingressando apenas por lhe serem oferecidas maiores facilidades.

A educação dos cadetes, por sua vez, caso fosse orientada para o suprimen-

to das necessidades nacionais, seria certamente mais eficiente e evitaria alguns vexames que, no poder, nossos oficiais andam dando ultimamente. A ênfase deveria ser colocada não nos problemas clássicos de guerras que jamais serão travadas, mas na tecnologia moderna, que prepararia melhor os oficiais para os cargos a que são e, em virtude da escassez de quadros, serão ainda por muito tempo chamados a exercer na administração e na vida civil. Os franceses, com muita propriedade, chamam a arma de Engenharia "*le génie militaire*". Devíamos tomar a expressão génio ao pé da letra e termos mais oficiais de Engenharia que de Infantaria. Os intendentess deveriam ter, obrigatoriamente, especialização em administração de empresas. Os artilheiros seria físicos, sabendo mexer em foguetes, combustíveis sólidos, indo até os estudos atômicos que, a princípio voltados para a guerra, fatalmente se diversificariam para as aplicações pacíficas. Ao menos se estariam preparando melhor para sua missão específica de proteção da soberania nacional, em vez de engolir teses de desnuclearização da América Latina como se fossem pedaços de inocente goiabada. A tese da não-fabricação de bombas nucleares só pode ser aceita nos termos em que a Índia a estuda — país teoricamente capaz de construir a bomba, preferiria recebê-la pronta de outras potências a ter de fazer o investimento supérfluo em sua construção. Mas conservaria o poder de controle e estaria capacitada a levar a morte aos que a trouxessem ao seu território. De outra forma, seria entregar-se de pés e mãos atados ao domínio de potências estrangeiras. Quanto aos infantes,

em vez de ficarem gozando a comodidade das grandes cidades, onde são inúteis ao desenvolvimento, as concentrações de tropas do gênero da Vila Militar, teriam de varar mundo. O exemplo de Rondon é venerado por todos mas seguido por poucos. As guarnições de fronteira e do sertão, que têm, realmente, um papel desbravador, são consideradas castigo.

As universidades brasileiras têm imensos problemas financeiros para manterem seus cursos básicos e tornarem seus institutos de pesquisa. Muitos poderiam ser subvencionados pelas Forças Armadas, que deles participariam organizadamente e não através de esforços esporádicos e individuais, como presentemente ocorre. O ITA, uma das melhores escolas de engenharia aeronáutica do mundo, tem mais alunos civis que militares. No entanto, todo oficial da Aeronáutica, para ser promovido além de um certo posto, deveria ter de por lá passar. E o papel que a Aeronáutica poderia representar no levantamento das riquezas naturais do Brasil? Em vez de termos a USAF fazendo a aerofotogrametria do filé *mignon* de nossas jazidas minerais, o serviço seria feito por brasileiros, os filmes seriam aqui revelados, interpretados e guardados, só indo parar nas mãos dos cartéis internacionais se o quiséssemos. A Marinha, igualmente, pensaria menos no Belo Antônio, monumento de inutilidade ancorado na Guanabara, e mais em fazer a colheita do mar. Um batiscavo vale todos os submarinos obsoletos que temos. O *Almirante Saldanha* deveria ser multiplicado cem vezes.

Tudo isto, evidentemente, são divagações inúteis enquanto a cúpula militar e civil continuar preocupada com golpes, vetos e leizinhos. Mas há de vir uma geração nova, preocupada apenas em fazer desta terra um País de verdade, cuja soberania será de fato e não, simplesmente, consentida.

DEPUTADO MÁRCIO MOREIRA
ALVES

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Márcio: "Geisel e Lira Escondem Torturadores"

O Sr. Márcio Moreira Alves (MDB-GB) respondeu, ontem, na Câmara, ao pronunciamento do general Ernesto Geisel, afirmando que o chefe da Casa Civil do marçal Castelo Branco, ao pretender negar a participação de militares em sevícias a presos políticos, confirmou-a, citando um documento que revela terem "decrecido" tais fatos.

O parlamentar opositor perguntou "até quando o ministro da Guerra e o ministro do STM procurarão acobertar torturadores, minoria infima dentro das Forças Armadas, mas criminosos que precisam ser punidos" e também "até quando haverá cúmplices para torturadores, até quando aqueles que os acobertam ficarão no STM".

NEGATIVA IMPUGNADA

O sr. Márcio Moreira Alves impugnou o desmentido do general Ernesto Geisel às torturas de presos em 1964, em Recife, dizendo: "menos em consideração ao general Ernesto Geisel, que, afinal, permitiu que os torturadores continuassem impunes, e do alto do seu cargo de chefe da Casa Militar da Presidência da República, fez com que as notícias de torturas parecessem haver sido desmentidas por sua missão, do que em consideração ao Tribunal Superior Militar, teço algumas considerações a respeito desse documento".

Afirmou, então: "É contraditório — pois por um lado afirma não ter havido torturas em presos políticos no Recife, mas

o fato é confirmado e evidentemente desmentido pelo próprio general Geisel, ao citar o depoimento da Comissão Civil de Inquérito que investigou o assunto nos quartéis, onde diz reconhecer que "o número de casos decresceu rapidamente logo nos primeiros dias e, praticamente, reduziu-se a quase nenhum, depois de 10 de maio, quando, inclusive, foram abertos pelo IV Exército inquéritos para puração de denúncia dos casos de maior gravidade".

TAMBÉM CONTRA LIRA

Prosseguiu o deputado Márcio Moreira Alves: "Essa comissão, que general Geisel cita em seu abono, mencionou o nome de quatro torturados. Outros depoimentos é o do atual ministro da Guerra, que disse ao "Jornal do Comércio", do Recife, que "pretendem explorar a credulidade pública, atribuindo a elementos das Forças Armadas arbitrariedades e abusos de autoridade, incompatíveis com a dignidade da função militar e o sentimento humano". Depois de três anos — prosseguiu o parlamentar — confirmam-se as torturas de Recife e, daqui a três anos, provavelmente, confirmar-se-ão as torturas de Brasília, Goiânia e Uberlândia, que denunciámos na Câmara, há uma semana". Ao concluir, indagou "até quando o ministro da Guerra e o ministro do STM, antigo chefe da Casa Militar da Presidência da República, a hierarquia do Exército, procurarão acobertar torturadores, minoria infima dentro das Forças Armadas, mas criminosos que precisam ser punidos?"

"CORREIO DA MANHÃ"

4 AGO. 1965

Feira, 4 de Agosto de 1965

1.º Caderno

Despesas Militares

Marcio Moreira Alves

O cronista Rubem Braga, fiel a suas tradições de ornitólogo e velho lobo do mar, fez uma viagem no *Almirante Saldanha*, antigo navio-escola hoje transformado em navio-oceanográfico. Ficou impressionado com a intensidade do trabalho de pesquisas, com a agitação da rapaziada nos laboratórios e com a minúcia dos levantamentos que estão sendo feitos. O navio afastou-se da costa em ziguezague, parando a cada duas horas para medições de profundidade, análise das águas e levantamento das quantidades de plâncton oceânico, as minúsculas algas e animais que são o pasto dos grandes cardumes. O trabalho, em parte custeado pela UNESCO, destina-se a fazer um levantamento inicial de nossa grande riqueza esquecida, o mar.

O entusiasmo de Rubem Braga por este ramo de atividades da Marinha de Guerra fez-me lembrar o entusiasmo igual que senti quando, pela primeira vez, vi os aviões do Correio Aéreo Nacional abrindo as picadas da civilização na rota do Xingu, servindo de único traço de ligação entre os desbravadores de Capitão Vasconcelos, Cachimbo e Jacaré-acanga e o resto do Brasil. A beira do Tocantins, no meio da mata, senti que ao menos parte dos recursos imensos que o País destina às Forças Armadas estava sendo reprodutivamente empregada, voltava-se para o esforço comum de desenvolvimento nacional. A revelação serviu também para que lastimasse ainda mais não terem esses recursos uma política de aplicação exclusivamente reprodutiva. Na verdade, os orçamentos militares, que consomem um terço das disponibilidades do Tesouro, deveriam ser dirigidos para os pontos críticos de estrangulamento econômico. Deveriam ser debatidos longamente, da mesma forma como o é o orçamento do Ministério da Educação ou o do Ministério da Viação. Pelo fato de ser aplicado por brasileiros fardados não há razão para

que da formulação política de suas linhas mestras sejam afastados os brasileiros paisanos. Creio que um dos principais motivos do crescente sentimento popular antimilitarista está, exatamente, no mistério com que os militares cercam seu trabalho e na timidez que os civis demonstram em pedir-lhes contas. No Congresso, quando se votam os créditos militares, os parlamentares aceitam como palavra evangélica as informações do Executivo e os pareceres dos relatores, geralmente militares no exercício de mandatos. Com isto recusam às Forças Armadas uma colaboração que, embora pudesse provocar alguns crimes iniciais, seria provavelmente preciosa.

O Brasil é um País pobre. Cada cruzeiro tem de ser gasto corretamente. Como de cada três cruzeiros do Tesouro um vai custear despesas militares, é importantíssimo que estas despesas se integrem em um plano orgânico de desenvolvimento, em vez de serem desperdiçadas.

A política militar no Brasil, como qualquer outra política, é, basicamente, um problema de formulação educacional. Conseqüentemente, partindo do princípio, seria salutar a abolição do sistema de preferência para filhos de oficiais no preenchimento de vagas nos colégios militares. Esta preferência não apenas cria um privilégio antidemocrático como tende a um recrutamento profissional mediocre. Da mesma forma como o filho de um médico pode não ser o de maior vocação para a Medicina, o filho de um militar pode não ter vocação para as Forças Armadas, nélas ingressando apenas por lhe serem oferecidas maiores facilidades.

A educação dos cadetes, por sua vez, caso fosse orientada para o suprimen-

to das necessidades nacionais, seria certamente mais eficiente e evitaria alguns vexames que, no poder, nossos oficiais andam dando ultimamente. A ênfase deveria ser colocada não nos problemas clássicos de guerras que jamais serão travadas, mas na tecnologia moderna, que prepararia melhor os oficiais para os cargos a que são e, em virtude da escassez de quadros, serão ainda por muito tempo chamados a exercer na administração e na vida civil. Os franceses, com muita propriedade, chamam a arma de Engenharia "*le génie militaire*". Devíamos tomar a expressão gênio ao pé da letra e termos mais oficiais de Engenharia que de Infantaria. Os intendentes deveriam ter, obrigatoriamente, especialização em administração de empresas. Os artilheiros seria físicos, sabendo mexer em foguetes, combustíveis sólidos, indo até os estudos atômicos que, a princípio voltados para a guerra, fatalmente se diversificariam para as aplicações pacíficas. Ao menos se estariam preparando melhor para sua missão específica de proteção da soberania nacional, em vez de engolir teses de desnuclearização da América Latina como se fossem pedaços de inocente goiabada. A tese da não-fabricação de bombas nucleares só pode ser aceita nos termos em que a Índia a estuda — país teoricamente capaz de construir a bomba, preferiria recebê-la pronta de outras potências a ter de fazer o investimento supérfluo em sua construção. Mas conservaria o poder de controle e estaria capacitada a levar a morte aos que a trouxessem ao seu território. De outra forma, seria entregar-se de pés e mãos atados ao domínio de potências estrangeiras. Quanto aos infantes,

em vez de ficarem gozando a comodidade das grandes cidades, onde são inúteis ao desenvolvimento, as concentrações de tropas do gênero da Vila Militar, teriam de varar mundo. O exemplo de Rondon é venerado por todos mas seguido por poucos. As guarnições de fronteira e do sertão, que têm, realmente, um papel desbravador, são consideradas castigo.

As universidades brasileiras têm inensos problemas financeiros para manterem seus cursos básicos e tornarem seus institutos de pesquisa. Muitos poderiam ser subvencionados pelas Forças Armadas, que deles participariam organizadamente e não através de esforços esporádicos e individuais, como presentemente ocorre. O ITA, uma das melhores escolas de engenharia aeronáutica do mundo, tem mais alunos civis que militares. No entanto, todo oficial da Aeronáutica, para ser promovido além de um certo posto, deveria ter de por lá passar. E o papel que a Aeronáutica poderia representar no levantamento das riquezas naturais do Brasil? Em vez de termos a USAF fazendo a aerofotogrametria do filé *mignon* de nossas jazidas minerais, o serviço seria feito por brasileiros, os filmes seriam aqui revelados, interpretados e guardados, só indo parar nas mãos dos cartéis internacionais se o quiséssemos. A Marinha, igualmente, pensaria menos no *Belo Antônio*, monumento de inutilidade ancorado na Guanabara, e mais em fazer a colheita do mar. Um batiscavo vale todos os submarinos obsoletos que temos. O *Almirante Saldanha* deveria ser multiplicado cem vezes.

Tudo isto, evidentemente, são divagações inúteis enquanto a cúpula militar e civil continuar preocupada com golpes, vetos e lezírias. Mas há de vir uma geração nova, preocupada apenas em fazer desta terra um País de verdade, cuja soberania será de fato e não, simplesmente, consentida.

"CORREIO DA MANHÃ"
22 NOV. 1964

O Exército

Márcio Moreira Alves

O Exército nacional sempre foi o porto seguro para as populações aterrorizadas pelas lutas da política regional. A chegada da tropa federal aos sertões e cidades conflagradas era saudada com alegria e alívio. O uniforme verde oliva representava a garantia da ordem pública, a imparcialidade e o respeito às leis. Em época de eleições raro era o município brasileiro que não oficiava, com a devida antecedência, pedindo que sua tranquilidade fosse assegurada pelos soldados do poder central. O policiamento que faziam servia menos para impedir as desavenças dos partidos em conflito, pois que eles tratavam, com a simples notícia da vinda de tropas, de guardarem uma paz cautelosa, que para reunir em festa o povo paisano e o povo fardado. O soldado do Exército era sempre acolhido como um irmão, ao contrário do da Polícia, olhado com medo e chamado de meganha ou macaco.

O grande e talvez irremediável mal que os oficiais totalitários da chamada "linha dura" estão causando ao Brasil está na destruição desta identidade do povo com o seu Exército. Em Pernambuco, em Minas, na Guanabara, no Rio Grande e agora mais agudamente em Goiás, os irmãos soldados estão transformando-se nos repre-

sentantes de uma tropa inimiga de ocupação. Tenho amigos oficiais, que durante toda a vida sentiram orgulho da farda que vestiam, que hoje evitam o mais possível andar fardados. Contam-me, com a revolta de quem sofre uma injustiça, pois individualmente são os mesmos de antes, que vêem na cara de seus companheiros, de viagem em transportes coletivos ou de medo ou uma hostilidade quase transformada em ódio.

As tropas do Exército mandadas para Anápolis foram recebidas fria quando não hostilmente. Nas ruas — algumas vezes, eram acompanhadas por vaias, e nos lugares públicos sua proximidade era evitada. Em Goiânia repete-se o mesmo clima. Dirão os totalitários — é apenas um Estado, pequeno e governado por um subversivo. Esta argumentação só serviria para atirar areia aos olhos de quem quer ser convencido de uma baleia. Goiás tem população escassa, é verdade, e dizem que Mauro Borges é subversivo. Dizem, mas não provam. E o povo goiano está, em sua esmagadora maioria, convencido de que

o homem que sufragou nas urnas é vítima de uma tocaia abjeta, erguida sobre mentiras e calúnias.

O grave, no entanto, é que o sentimento popular de repulsa ao Exército tem deitado raízes em todo o território nacional. Muitos dos encarregados de IPMs agiram com brutalidade, desmandaram-se em arbítrio e violências, outros pavoneavam-se pelas cidades onde servem como se a vida de todos dependesse apenas de seus caprichos, metem-se em tudo, invadindo acintosamente áreas de deliberação que não são suas. É bem verdade que algumas das intervenções que o Exército tem feito em setores fora de sua alçada beneficiaram o povo, como, por exemplo, quando impediu que alguns usineiros nordestinos deixassem de pagar o salário-mínimo a seus trabalhadores. Esses acertos, infelizmente, são raros, porque, o mais das vezes, as intervenções têm caráter inquisitorial, policial e repressivo, seu objetivo não é reprimir abusos e sim cometê-los.

Contou-me o deputado Pedro Aleixo que corria antigamente que o jurista Pontes de Miranda guarda-

va um alemão escondido no porão de sua casa. Sempre que tinha de opinar sobre uma questão complicada, levantava um alcapão e mandava o alemão traduzir algum grosso tratado, de onde obtinha uma solução brilhante. O Chico Campos, diz, é o alemão do Costa e Silva. Sempre que o general conversa com ele, a oposição fica em polvorosa, inventando hipóteses como esta da reedição do Ato Institucional.

Podem ser que o ato n.º 2 não esteja em gestação, como assegura o líder do governo. Mas o fato é que a inconformidade de muitos oficiais superiores e suas constantes consultas ao liberticida-mor do país não tranquilizam ninguém e são mais um fator de mobilização das antipatias do povo contra o seu Exército. Isto é péssimo para o Brasil. Do mesmo modo como uma tropa de ocupação não pode manter-se indefinidamente no território ocupado, principalmente se nele recruta seus homens, um povo não pode viver em conflito com suas forças armadas. E é este conflito que os totalitários estão incentivando. É este conflito que temos de evitar pelo único caminho possível — a reintegração dos militares no espírito legalista e pacífico que era o seu e é o da imensa maioria dos brasileiros.

"CORREIO DA MANHÃ"

24 DEZ. 1964

O monstro Arraes

Márcio Moreira Alves

Sabemos que o sr. Miguel Arraes é um monstro. Vendeu a Pátria. Rezou missas negras. Quebrou a paz nos campos, onde instaurou o demoníaco salário-mínimo. Devorou crianças. Comprou uniformes de guerrilheiros. Atentou contra a estrutura da sociedade justa, há séculos estabelecida no Nordeste. Todas as manhãs, antes de descer para o trabalho, bebia um copo de sangue de senhor de engenho. E, para culminar, era comunista!

Sabemos coisas horríveis sobre este cidadão com a mais absoluta certeza: elas foram reveladas, oficial e oficialmente, por oficiais do Glorioso IV Exército. E, mesmo se não estivesse em vigor a regra que diz que oficial não mente, as denúncias são confirmadas por inclitos civis: presidentes de associações comerciais, membros de cooperativas, usineiros, políticos de antigo prestígio, fornecedores do Departamento de Obres Contra as Secas, funcionários de entidades de benemerência como a USAID e outras pessoas de absoluta veracidade.

E, portanto, de estranhar que, com tantos crimes, com tantas provas, com tantos depoimentos colhidos a partir de abril pelos doces meios versuários dos coronéis Villos Viana, Ibiapina e Bandeira, não tenham levado ainda o sr. Miguel Arraes à barra dos tribunais. A Nação inteira espera com ansiedade

que as provas de seus inúmeros crimes saiam da área de conhecimento restrito e impreciso e sejam apresentadas a todos. Depois de examiná-las, a Justiça lhe dará certamente condenação exemplar, lastimando apenas que a severidade das leis não seja ainda maior. E os incrédulos, os que ainda ousam duvidar da malignidade do antigo governador de Pernambuco, ficarão para sempre derrotados, morderão o pé da vergonha e jamais encontrarão coragem para contestar outra vez as afirmações dos gloriosos oficiais do IV Exército e dos inclitos civis que os apoiavam.

O julgamento do sr. Miguel Arraes será a grande vitória da Revolução Salvadora. Esta vitória está sendo adiada pela ação de horripilantes anti-revolucionários. Esta gente é vil e terrível. Infiltra-se por toda parte. Seu trabalho antipatriótico manifesta-se a cada instante. Em cada esquina, em cada repartição, em cada local de trabalho há anti-revolucionários. Muitas vezes, quando se pensa estar vendo desfilar pelas ruas uma multidão, o que temos diante dos olhos é uma passeata de anti-revolucionários que fingem ir às

compras. No caso Arraes parece-me que a canalha está ativa. É alerta o governo do honrado marechal Castelo Branco para alguns fatos que me inspiraram essa desconfiança. Caso ele também os considere graves, certamente agirá, para o bem do Brasil e de seu povo, como de hábito.

Comecei a desconfiar que procuravam impedir que a justiça se fizesse sobre o ex-governador de Pernambuco quando deixaram de publicar os depoimentos que prestou perante vários IPMs. Nestas peças seguramente se encontraria a confissão de ações nefandas. Pois as subtraíram do conhecimento popular na esperança de que o povo o julgasse inocente. Aliás, de tal forma procuram influir no espírito do povo que até fizeram sobre a vida de Arraes um ABC, que obrigam cantadores a cantar nas feiras do sertão.

Depois, foram discriminando. Deixaram passar três vezes o prazo de caducidade da prisão preventiva contra ele decretada sem que a transformassem em prisão permanente, com sentença fixa, passada em julgado. O propósito desta manobra é denegrir a reputação da democracia brasileira no exterior.

Acharam os anti-revolucionários que, não julgando nem acusando formalmente o sr. Miguel Arraes, espíritos legalistas e desinformados no resto de nosso mundo ocidental e cristão acreditariam estar ele sofrendo uma prepotência, de vez que seus direitos constitucionais e os garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos estariam sendo violados.

O pior é que os vilões estão tendo certo êxito em sua bem urdida trama. Há já incautos, em diversos países democratas, que acreditam estar sendo o sr. Arraes vítima de violência, principalmente depois que todos os demais governadores presos e depostos foram soltos mercê de *habeas-corpus* e que seus auxiliares de governo, inclusive secretários, estão em liberdade.

Faço, portanto, um apelo ao benemérito governo revolucionário — julgue logo o monstro Miguel Arraes. Publique as provas de sua felonía. Arraste-o aos tribunais. Entregue-o à Justiça, para que receba o castigo para ele reservado pela Revolução Salvadora. Caso não faça isto — e já — temo que os anti-revolucionários prevalecerão e o sr. Miguel Arraes acabe, como outros subversivos, escondendo-se nas dobras da Lei e recebendo o *habeas-corpus* que se concede às pessoas privadas injustamente de seu direito de ir e vir.

Existem no Recife vinte e dois mortos sem sepultura. São os mais antigos presos políticos do País. Em sua maioria perderam a liberdade nos primeiros dias do movimento de abril. Não foram julgados. A Auditoria Militar, segundo informações de advogados, tem ordens do Comando da 7a. Região Militar para não revogar as prisões preventivas que contra eles expediu, já lá se vão nove meses. E mesmo essas ordens de prisão foram expedidas ilegalmente, pois contrariam o artigo 149 do Código de Justiça Militar, que exige para a decretação da prisão preventiva a anexação de depoimentos de duas testemunhas ou a confissão do indiciado. Tomaram como base "legal" apenas as suspeitas do sinistramente famoso coronel Ibiapina.

Há uma estranha coincidência ligando essa gente: a maioria denunciou ao general Ernesto Geisel, quando da inspeção que empreendeu ao Nordeste com a finalidade de acobertar os torturadores do IV Exército e apaziguar a opinião pública, torturas que sofreram ou presenciaram. Boa parte repetiu as denúncias para a comissão civil nomeada para investigar o assunto. Outros contaram-me o que sofreram, quando com eles me avistei no velho prédio da Detenção de Recife. É o

Mortos sem sepultura

Marcio Moreira Alves

caso, por exemplo, do engenheiro Ivo Valença, que levou choques elétricos, passou horas em um paude-arara e, pendurado pelos pés, foi diversas vezes mergulhado em um tonel de água suja, até quase arrebentar o fôlego. Ubiraci Barbosa, advogado, é outro dos presos perpétuos. Foi um dos fregueses da câmara frigorífica do quartel da intendência, de onde saía tão enregelado que não sentia os cigarros que seus algozes apagavam em suas mãos. Só notava as queimaduras no dia seguinte.

São os seguintes os presos de Recife: Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, verdadeira batata quente nas mãos dos revolucionários, que, não tendo elementos para condená-lo legalmente, também não ousaram soltá-lo. Arraes está virando santo milagreiro no sertão, onde sua vida anda contada nas feiras pelos cantadores de ABC. Prêso e silencioso em sua cela do quartel dos Bombeiros, deixa o tempo, as dificuldades da lavoura canavieira implantada onde tem escassas condições de aproveitamento econômico, e a prepotência dos senhores de terra trabalhar a favor de sua legenda. Francisco Julião,

contra quem existia uma ordem de prisão preventiva civil já revogada, está no mesmo quartel.

Dentre os prisioneiros da Casa de Detenção, edifício que é uma mancha em nossas pretensões de civilização, tal seu estado de sujeira e precariedade, estão Gregório Bezerra, o líder comunista que foi espancado pelo coronel Vilhoq Vianna diante das câmaras da TV-Jornal do Comércio, Gúberto Azevedo e Cícero Targino, deputados que tiveram seus mandatos cassados, Jarbas de Holanda, ex-vereador e estudante de Direito, Clodomir Morais, o advogado que foi torturado na Invernada de Olaria quando prêso contrabandando armas, sua companheira, Célia Lima, o comerciante José Leite Filho, Ivo Valença, Ubiraci Barbosa, José Campelo Filho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Natal, que, prêso em Recife, contou-me haver sido transportado para o Rio Grande do Norte, onde foi espancado, Apollon Frazeres, engenheiro eletrônico que montava uma rede de telecomunicações em Pernambuco e teve o azar de contar entre seus alunos com um major do serviço secreto a quem des-

tratava, e a professora Maria Celeste, professora primária e das Ligas Camponesas de Vitória do Santo Antão.

No quartel da Polícia Militar, no Derby, estão quatro camponeses, indiciados no IPM do Campo: Osias Ferreira, Adauto da Silva, Valdemiro Cândido e José Luís dos Santos.

Finalmente, existem os trapos de gente largados no Manicômio Judiciário da Tamarineira, três homens que ficaram completamente loucos em virtude das torturas sofridas: Edival Freitas, Rivadávia Oliveira e o camponês Antônio Lopes de Albuquerque, que tem medo de luz e passa os dias repetindo que quer voltar para junto de sua mulher e filhos, em Vitória do Santo Antão. Quando vê um homem fardado, põe-se a berrear e procura esconder-se pelos cantos.

Até quando os que se dizem democratas e apóiam este governo que protege torturadores ficarão cegos, surdos e mudos? Em que artigo ou parágrafo de lei poderá o professor Milton Campos enquadrar esses presos sem julgamento, a fim de tranquilizar sua consciência jurídica?

E quando surgirá a onda de respeito humano que fará com que os brasileiros marchem com Deus e pela Liberdade desses mortos sem sepultura?

S

"CORREIO DA MÃNHA"

- 9 MAR. 1965

Os católicos

Márcio Moreira Alves

Há vinte ou trinta anos que a Igreja Católica parecia ter caído, no Brasil, em uma espécie de marasmo social. A mensagem do Cristo já pouco atingia a juventude, principalmente os rapazes. O catolicismo dava a impressão de ter perdido sua índole de permanente renovação espiritual, sua capacidade de influir na estrutura da sociedade brasileira segundo os evangélicos princípios de justiça e igualdade. Com isto, diminuía sua capacidade de proselitismo sobre os espíritos menos contemplativos. É certo que jamais houve descontinuidade nas obras pias da Igreja, mas tomavam elas um aspecto meramente assistencial, paliativo. Não obedeciam a programas globais, de influência estrutural e os homens e mulheres que a elas piedosamente se dedicavam pareciam, muitas vezes, estarem antes saldando uma dívida individual de consciência que participando de um movimento organizado de reforma.

A volta da Igreja Católica à militância social foi, sem dúvida, o mais importante acontecimento político dos últimos anos no Brasil. Perto do que representa como influência perene, o golpe de 1.º de abril, o governo de Jango, a renúncia de Jânio e todos os demais episódios que perturbaram a vida nacional nas últimas décadas encolheu na escala de grandezas. As encíclicas sociais de João XXIII e a de Paulo VI abriram um horizonte completamente desconhecido para os jovens católicos brasileiros. Não mais separaram eles a atividade espiritual da ação social, separação que findava anteriormente em prejuízo da primeira. Sentiram um fervor novo, um novo espírito de missão. Guiados pelas resoluções dinâmicas da Conferência dos Bispos do Brasil, trabalhando sob as ordens diretas de padres

como eles jovens e como eles entusiastas, partiram para uma luta múltipla e o efeito de sua ação começou a fazer-se sentir em todos os fronts do conflito nacional — desde o movimento estudantil, onde uma força organizada passou a enfrentar a influência comunista, aos movimentos de educação de base e à organização dos sindicatos rurais onde, mais uma vez, competiam com o PC.

Os representantes do imobilismo social que se aliam aos militares responsáveis pelo 1.º de abril e terminaram empolgando o poder perceberam exatamente o perigo que a ação social da Igreja representava para suas posições de privilégio. Daí terem influído, desde o primeiro dia, no sentido de que as perseguições se concentrassem nos católicos.

Por toda parte vimos os rapazes e moças da Ação Católica sendo caçados e encarcerados como subversivos. Em Pernambuco três padres tiveram de partir para a Europa como alternativa a um longo estágio na cadeia. Os sindicatos rurais que criaram só agora começam a renascer timidamente. O Palácio do Arcebispo de Olinda e Recife esteve cercado e ameaçado de invasão. O convento dos Dominicanos de Belo Horizonte foi invadido e sua biblioteca revirada. O padre Silos, de Ribeirão Preto, esteve preso muitas semanas. O Movimento de Educação de Base, patrocinado pela Conferência dos Bispos, foi acusado de comunitarismo e a cartilha que preparara apreendida pela polícia do sr. Carlos Lacerda, antes da "revolução", em um prenúncio do que estaria por vir.

Em Goiás, o padre Rui, secretário da Educação, que realizara uma obra talvez sem igual no País, teve seus direitos políticos cassados e está hoje em Paris. Os noivos Cosme Alves e Isa Guerra estão até hoje presos no CENIMAR. Eram dos mais ativos líderes da JUC. O arcebispo de Brasília, Dom Newton de Almeida Batista, foi acusado de subversão em um IPM. O arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Rezende Costa, teve de usar de extrema energia para impedir que seu palácio fosse invadido por uma malta de energúmenos policiais. As freiras que em Uberaba mantêm uma Faculdade de Filosofia, também só a muito custo conseguiram repelir interferências militares. Nesta cidade de São Sebastião, ficou célebre o encontro entre o pároco de Brás de Pina, padre Artola, e o governador Lacerda, que queria mudar a muque a população favelada. E até hoje o pároco de Olaria, padre Montoja, está preso, acusado de ser comunista! A acusação seria ridícula, não tivesse implicações sinistras. O padre Lage, primeiro suplente da bancada federal do PTB de Minas Gerais, está preso há onze meses, doente e maltratado. Seu caso é um escândalo para a consciência humanitária do País.

Estes exemplos, tomados ao acaso da memória, demonstram não apenas a extensão das perseguições como sua organicidade. Violências tão sistemáticas não surgem ao acaso — obedecem a um plano maduramente elaborado. E este plano torna-se mais evidente quando vemos o esforço das áreas governistas em prestigiar a parcela, infelizmen-

te ainda existente, mais retrógrada do clero. Houve ainda tentativas de jogar organizações católicas umas contra as outras.

Qual a causa dessa ação política e policial contra a Igreja? Só tenho uma explicação — os homens que empolgaram o poder na tentativa de fazer o Brasil voltar aos "bons" tempos da liderança de uma elite econômica colonial souberam diagnosticar o perigo. Sabiam que pouco, teriam a temer dos comunistas, divididos entre si, ineficientes e com poucas possibilidades de proselitismo. Sabiam ainda que, se fosse real a ameaça comunista, teriam, para combatê-la, o auxílio externo e, no mínimo, o apoio passivo da maioria dos brasileiros. Mas contra os católicos não poderiam contar com este apoio e passividade. Tinham de resolver o problema por conta própria. E tinham de resolvê-lo rápido, em virtude do prestígio da Igreja perante grandes massas populacionais, inclusive as mais humildes e especialmente as do Nordeste. E este prestígio estava-se voltando contra seus privilégios e a estrutura social arcaica do qual decorriam.

A tentativa de anular a ação social da Igreja no Brasil continua em curso. É um perigo contra o qual todos os católicos — e sobretudo a hierarquia eclesial — devem estar atentos. Não creio que o sucesso esteja garantido. É uma verdade histórica que as ditaduras latino-americanas começam a decompor-se do momento em que entram em conflito com a Igreja. Mas a decomposição pode ser lenta — tal como a do poder nazista, que ainda teve forças para fazer o massacre do gueto de Varsóvia — e em seu processamento causar males profundos ao rejuvenescido espírito de militância católica que com tanta esperança víamos surgir.

"CORREIO DA TARDE"
20 NOV. 1964

O processo

Márcio Moreira Alves

O deputado-coronel Costa Cavalcanti, que tem a discutível honra de representar na Câmara a "linha dura", de preferência ao povo de Pernambuco, distribuiu as acusações oficiais ao governador Mauro Borges. Garante que a fantástica enxurrada de fatos desconexos que divulgou foram tirados do IPM sobre a subversão no Estado de Goiás, inquérito que motivou o assalto ora armado contra a legalidade.

Custa crer que consequências tão graves para o Brasil possam ter origem em um documento tão irresponsável. Custa crer que homens que juraram obedecer à lei possam encampar tamanho bestialógico. Mas o mais inacreditável é que os doutos bacharéis da UDN — mesmo na fase de entêrrio de terceira classe que o partido vem tendo desde que resolveu jogar na vala comum os ideais que no passado dizia defender — considerem seriamente este enredo de folhetim como um documento de valor jurídico e até o defendam. Se, como políticos, essa defesa não os constrange, deveriam ao menos refreá-los os estudos de Direito que fizeram e transmitiram a gerações de estudantes, hoje perplexos com o perjúrio de seus antigos mestres.

O processo contra o governador Mauro Borges revive uma das maiores infâmias da história do Di-

reito — a lei dos suspeitos, sob a qual, durante o terror da revolução, qualquer cidadão francês poderia ser mandado para a guilhotina desde que não conseguisse provar sua inocência quando acusado por outro, mesmo que contra ele nenhuma prova fosse apresentada. O IPM dirigido por um ex-membro do Clube da Lanterna, coronel Cunha Melo, não apresenta fatos ou documentos para lastrear suas conclusões. Baseia-se quase inteiramente em testemunhos. E, mesmo que depoimentos pessoais e gratuitos pudessem fazer prova, temos as declarações de uma freira, madre Maria Redentora, assegurando que a confissão de João Batista Zacariotti foi arrancada sob torturas. Este Zacariotti é a testemunha-chave do coronel-torturador, juntamente com Pawel Gutko. Gutko, como já publicamos, trabalhou há dois anos em São Paulo, de onde saiu para curar-se da psicose que corroía seu cérebro. Isto está provado por depoimentos espontâneos, feitos em cartório, de seu antigos colegas e das donas do apartamento onde morava.

Entre as "provas" de subversão arroladas contra Mauro Borges há uma que considero particularmente

ridícula — a de que o Instituto de Cultura encenara uma peça teatral de autor marxista. O presidente Castelo Branco, caso haja frequentado teatro sério, nos intervalos das comédias *chifrins de importação* que aprecia, não poderá deixar de ter visto peças de Bertold Brecht e Sartre, dois dos maiores teatrólogos do século, que são, com o perdão da palavra, comunistas. Comunistas no duro.

Tenho o hábito de, tendo de adotar publicamente uma opinião, procurar colocar-me na posição de quem a contradita e de tentar raciocinar como um adversário o faria. O pior encargo do jornalista é ter todos os dias de julgar, para milhares de leitores, os homens e seus atos. Pois bem, apesar de minuciosamente cioso desta responsabilidade, não consigo compreender como gente de boa fé possa aceitar as conclusões do IPM de Goiás como válidas. Portanto, sou obrigado a concluir que o marechal Castelo Branco e alguns de seus ministros são cúmplices conscientes de uma engrenagem de calúnias destinada a assassinar o que no Brasil resta de legalidade.

Apontam o caso de Dianópolis como grave. Mauro Borges mandou sua polícia acabar com as inva-

sões de terras naquele município e prendeu Tarzan de Castro — que fora seu oficial de gabinete e agora é apontado como seu agente. Em uma época em que invasões de terra eram oficialmente toleradas, prender os invasores não me parece demonstração de propósitos subversivos. Acusam ainda colaboradores do governador de comunistas porque foram atingidos pelo Ato Institucional, manobrado pelos grupos militares que hoje acusam Mauro Borges. Onde as provas de sua comunização? Será comunista o padre Rui Rodrigues, protegido e filho espiritual de Dom Alano, bispo de Porto Nacional, que em protesto contra a injustiça perpetrada devolveu ao presidente da República a Ordem do Cruzeiro do Sul que dele mesmo recebera? E as notícias da Agência "Tass"? Foram divulgadas em Goiás 13 notas que aquela agência distribuiu, contra mais de mil distribuídas pelo Serviço de Informações dos Estados Unidos.

O processo contra Mauro Borges é o processo da calúnia e da mentira. A linha totalitária quer dar o golpe. O espírito legalista das Forças Armadas indica que não terá poder para concretizar este crime, mas, se o tiver, que dê logo o seu golpe, mas que poupe a vergonha e a inteligência do País da palhaçada com que nos afrouta hoje.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(31/5/1968)

Diz que o Poder Militar não representa o Congresso nem o Brasil.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a advertência que, desta tribuna, acaba de fazer o Deputado Hermanno Alves, só não é ouvida pelos que, na insensibilidade se cercam de uma surdez proposital.

Nos últimos dias, verificamos a completa insensibilidade política da maioria, daqueles que se dizem representantes do povo brasileiro. O Brasil é um país que consome história e ainda não chegou a fazê-la. Porém, este consumo se transformará na fabricação da sua própria história, e isso muito brevemente. As estruturas institucionais brasileiras, com o seu Governo de velhos voltados para si mesmos, para seus preconceitos, para seus privilégios e para sua submissão ao domínio estrangeiro, estão inteiramente inadequadas aos anseios de um povo jovem e aos desejos de um país que conhece seu futuro (Muito bem).

Nós, nesta Casa, abdicamos do poder que temos, e que do povo recebemos, de representar as aspirações da Nação. A instituição como tal, o Congresso, está falida. A liderança da Maioria não representa a vontade de uma maioria populacional; representa, sim, o cumprimento cego de ordens militares oriundas do Gabinete Militar da Presidência da República e, por isso, por ser meramente um instrumento de repressão, por ser meramente um auxiliar da opressão, é que desrespeita a instituição, é que a enxovalha, levando de rebão os que a sua liderança ainda seguem.

No entanto, é preciso que, desta tribuna, se diga que o Brasil, como poder jovem que toma consciência, que reflete a História e que fará a História, denuncia essas instituições, denuncia esse sistema de opressão velho e submisso. E já que, pelos métodos institucionais desta Casa, não pode combatê-los, porque a Casa abdica de seu dever de votar e de estar presente, aqueles que o Brasil jovem aqui representam — uma jovem bancada que não tem partido, que tanto é do MDB como da ARENA — adotarão, de agora por diante, métodos não

convencionais de luta parlamentar, uma vez que a responsabilidade que temos para com o futuro é muito maior do que a que temos para com as regras presentes, impostas pela vontade do General Jaime Portela, através do seu instrumento Ernani Satyro.

Em consequência, nós, um grupo de jovens Deputados desta Casa, de ambos os partidos, passaremos — enquanto não forem dadas a este País as condições de recuperar não apenas o seu desenvolvimento, não apenas a justiça social, mas, sobretudo, sua independência — a obstruir os trabalhos desta Casa e a denunciar à Nação que liderança instrumental de poder militar não a representa, não representa o Congresso e não pode representar o Brasil. (Muito bem.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(30/8/68)

Diz que no Brasil, em vez de punidos, são sempre os criminosos promovidos. Cita e ataca as Fôrças Armadas que ainda os mantêm em seus quadros.

E hoje tive motivos para me entristecer. Vi o Líder da Maioria na Câmara dos Deputados fugir da sua responsabilidade de assomar à tribuna, e transferi-la para um Deputado em primeiro mandato, Vice-Líder. Vi este Vice-Líder apresentar à Nagão, espreitada pelos crimes cometidos nesta cidade, a justificativa da Polícia, como sendo do Governo. E na voz da Maioria só pude perceber os surrados, os estarrapados, os enlameados chavões, de que o Governo procuraria apurar as responsabilidades.

Digo, Sr. Presidente, "enlameados chavões" porque há mais de quatro anos repetem-se eles. Em vez de punidos, são sempre os criminosos promovidos. Assim foi com todos os torturadores que comprovadamente foram denunciados e que ainda maculam os quadros das Fôrças Armadas. Assim foi com os chacinadores do estudante Edson Luis no meu Estado. Assim é hoje com aqueles que invadiram uma Universidade, seguindo um plano pre-estabelecido, obedecendo a operações de guerra, comandados por um General, para espancar, tirotear jovens brasileiros, destruir laboratórios e infestar salas de aula com os gases putrefatos de seu espírito nojento, reproduzido na química dos gases lacrimogêneos.

Quero dizer, Sr. Presidente, neste momento, da vergonha que todos nós, vivemos parlamentares e brasileiros em geral. Resta apenas à juventude responder a violência com a violência em sua autodefesa conforme, inclusive, me garante o Código de Processo Penal. E resta a nós, que ainda temos um mandato embora constantemente desrespeitado no meio da rua pelos cassetetes dos beleguins deste regime militar, promover ou tentar promover a responsabilidade dos criminosos. Sabemos bem que o criminoso principal é o regime, sabemos bem que quem chefia está acima das leis e dos processos e é o Marechal Costa e Silva. Porém, nos limites das nossas possibilidades judiciais, podemos aplicar a lei de 1965, que define o crime de responsabilidade, assinada pelo Marechal Humberto Castello Branco, e promover, como promoveremos a partir de amanhã, o processo criminal do Chefe de Polícia de Brasília, do seu Chefe de Operações e daqueles que da chacina vergonhosa desta manhã participaram. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, fui criado nas tradições do Parlamento. No princípio da minha vida fui repórter parlamentar. Sou membro da oligarquia brasileira dominante há mais de cem anos: Neto, bisneto, tetraneto, quinquaneto de parlamentares. Tenho portanto, além das razões do meu convencimento democrático, formação familiar para prezar esta Casa.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(18/5/67)

Carga violenta contra o
Decreto-Lei de Seguran-
ça Nacional.

O SR. MARCIO MORAES ALVES:

(Encaminhamento de votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, estamos apreciando não apenas um pedido desses mais ou menos normais na vida parlamentar, de licença para processar, Deputado, como uma tentativa de processo político. Pelo parecer da Comissão de Justiça fica claro que nesta Casa o que temos de rejeitar é todo um sistema de justiça castrense, que impõe ao Brasil, não a lei, mas o arbítrio daqueles que detêm o poder.

Esse IPM no qual foi indiciado um colega nosso é igual a dezenas de outros em que vários colegas nossos também foram indiciados. Recorde-me o caso do Deputado Edgar Mata Machado, que, juntamente com quase todos os Professores da Universidade de Minas Gerais, tem um processo em curso de julgamento na 4ª Auditoria de Guerra de Minas Gerais. Essas Auditorias, esses coroneletes de IPM, que, ao arreio de todas as leis e da tradição jurídica do Brasil, pretendem impor a força do quartel e da baioneta a esta Nação, estão hoje acobertados, não apenas pela Lei nº 1.802, na qual se baseou o Chefe do IPM para incriminar nosso companheiro José Mandelli, mas na Lei de Segurança Nacional, que não permitiria sequer a defesa, que no caso foi apresentada pelo Deputado José Mandelli, que comprovou sobejamente a sua inocência.

Portanto, além de rejeitarmos, como de resto recomenda o parecer da Comissão de Justiça, a licença para processar o Deputado pelo Rio Grande do Sul, é nossa obrigação, pela sobrevivência desta Casa, rejeitar todo o decreto-lei de Segurança Nacional, imposto pela goela da Nação adentro pelo Marechal Castello Branco, no apagar das luzes de seu nefasto Governo. *(Muito bem)*.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(26/10/67)

Violentas críticas ao Govêrno
Federal quando da instalação
do Govêrno em Belo Horizonte.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como todos sabem, e a bancada mineira principalmente, o Marechal Costa e Silva encontra-se em Belo Horizonte. Seu programa caracteriza bastante a espécie de Govêrno que tem. Não estará com as professoras, que há 14 meses não recebem; não estará com os sindicatos, cujas reivindicações são prementes; não estará com os estudantes, pósto que o diálogo com os estudantes neste Govêrno, como no passado, é feito a cassetete no meio da rua.

Estará, no entanto, com os representantes das classes produtoras, com as associações rurais, com as federações da indústria e delas receberá um petítório em 54 itens, apresentando as reivindicações destas classes ao Govêrno. Um dêes é simplesmente o seguinte: "Dedução das importâncias relativas a acórdos trabalhistas do Impôsto de Renda".

Gostaria ficasse consignado que êste Govêrno, que é realmente o Govêrno das classes produtoras, sobretudo no referente à política salarial, que tem

como propósito tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres; êste Govêrno que, por intermédio do Ministro do Trabalho ontem declarou que manterá a qualquer custo essa política salarial de fome, está recebendo das classes produtoras o pedido de descontar do Impôsto de Renda que à Nação é devido, os acórdos salariais que acaso façam em beneficio dos trabalhadores.

Era esta a comunicação que queria fazer à Casa Sr. Presidente. (Muito bem)

Diário do Congresso Nacional
(1/4/1967 - Pg 924)

3º Aniversário da Revolu
ção

- Diz que se trocou o
Marechal I pelo Marechal
II

- l - Sizudo e hipócrita
por outro rizonho e fa-
lante.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente... (Palmas prolongadas) — Agradeço a meus colegas de bancada esta manifestação de apreço a um Deputado novo, que pela primeira vez ocupa a tribuna no Expediente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o rei está nu. Só não vê quem não quer ou quem tapa de propósito os olhos, para poder dormir com a consciência tranqüila. Nós estamos sob uma ditadura militar. Estamos mesmo hoje, comemorando o terceiro ano de sua implantação. O fato de terem trocado o Marechal I pelo Marechal II, um sizudo e hipócrita por um rizonho e falante, em nada muda a realidade. Nós, no Congresso Nacional, somos o biombo, o enganoso fundo falso de uma falsa democracia, que só de aparências vive. Somos, aliás, o último biombo, porque a imprensa, o penúltimo, já foi amordaçada pelo decreto de insegurança nacional.

Sr. Presidente, chego a esta Casa vindo da penúltima trincheira: venho da imprensa. No momento em que um grupo de jornalistas plantou a bandeira da resistência aos desmandos do Governo do Marechal I, denunciou a entrega da economia nacional, protestou contra a transformação do Brasil em um satélite, no momento em que denunciámos a tortura de presos políticos e usámos a liberdade de imprensa que nos era concedida, sabíamos estar dando ao Governo do Marechal I um alibi internacional.

Em um país de oitenta milhões de habitantes onde quarenta milhões são analfabetos, em um país onde o rádio e a televisão são censurados estritamente, a liberdade concedida a três ou quatro jornais, cuja tiragem conjunta não vai a trezentos mil exemplares, era um preço muito barato que o Governo do Marechal I pagava pelo cheque que mostrava internacionalmente, de uma falsa democracia. (Muito bem.)

Apesar disso, concordamos em dar esse alibi. Homens como Alceu Amoroso Lima, Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, o nobre Deputado Hermanno Alves, o Senador Mário Martins, Otto Maria Carpeaux, Moacir Werneck de Castro, Otávio Malta e tantos outros sabiam perfeitamente o que estavam fazendo e o risco que corriam, de coonestar internacionalmente uma ditadura de fato. Mas acreditamos que a conscientização que demos a este País, o esforço e o sacrifício que fizemos para dar vez ao desespero, a fome, à miséria, ao sofrimento e à dignidade do povo

brasileiro, então enxovalhada, valeu a pena.

E' portanto, com pleno assentimento que, mais uma vez, colabore em um alibi internacional a um governo de ditadura militar. Esse alibi está aqui, com o Congresso aberto até quando não sei. Mas ele existe e, por isso, temos de aproveitá-lo para, usando desta tribuna do Parlamento, como usamos da tribuna ora amordaçada da imprensa, levantarmos ainda uma falsa resistência contra a prepotência, o arbítrio e o militarismo, o entreguismo, que imperam neste País. (Muito bem.)

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as tenazes da ditadura se fecham. A resistência que em 1964 pudemos oferecer aos desmandos do Marechal I, seria impossível sob o reinado do Marechal II. O Decreto de Segurança Nacional, ou melhor o decreto que estabelece a guerra civil no Brasil a tornaria impossível. Não há biombo, não há desculpa, não há cortina, não há véu que hoje, encubra o totalitarismo. De nada servirão as declarações de paternalismo democrático que membros do Governo possam fazer; de nada servirá sequer a habilidade do Sr. Ministro das Relações Exteriores, político habil, ninguém o nega, em trazer, de retorno a sua comitiva de Ponta Delgada, o Presidente do partido de Oposição, como se aqui estivéssemos em uma democracia combatida onde a Oposição tem não apenas o direito mas o dever de fiscalizar as ações internacionais do Governo.

O mundo inteiro, todos os brasileiros sabem há muito tempo, e há muito tempo não têm dúvidas, do regime que impera no Brasil.

Sr. Presidente, há exatamente três anos, hoje, um golpe militar foi desfechado em nome da democracia, da propriedade privada e dos interesses estabelecidos. O que os executores desses golpe fizeram com a democracia todos sabem e sabem também aqueles que ajudaram a desfê-lo, como, por exemplo os Generais Olympio Mourão Filho e Pery Bevilacqua, que, da tribuna do Superior Tribunal Militar, denunciaram, ainda há poucos dias, a tentativa, já executada, de implantar no Brasil o militarismo totalitário. Denunciaram e foram acompanhados em suas palavras pelo Almirante Saldanha da Gama um dos mais irredutíveis adversários que o Sr. João Goulart já teve pela frente em toda a sua vida salpicada de inimigos. Estes três homens, estes três militares repetem aquilo que dizemos aqui, que tem sido dito pela imprensa e em toda parte, antes que a polícia chegue, pelos estudantes, pelos jovens e pelos operários: a ditadura militar está consolidada e implantada. Mas, se o desprezo pelo democracia foi esse, reconhecido pelos Generais Olympio Mourão Filho e Pery Bevilacqua, no amor ao privilégio, no amor à propriedade privada, no amor ao capitalismo liberal denunciado por Paulo VI em sua Encíclica — que, já tive oportunidade de dizer nesta tribuna, provavelmente terá o mesmo destino do grande documento abridor de horizontes novos do seu antecessor, a *Mater et Magistra*: será apreendida nas livrarias e nas bibliotecas por coroneletes encarregados de IPMs — na proteção de interesses, na proteção de privilégios, eles demonstraram desvelo extraordinário.

O Sr. Hermanno Alves — Fervente V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Não só com muito prazer, mas com grande honra.

O Sr. Hermanno Alves — Muito obrigado. V. Ex^a falou na Encíclica de Sua Santidade o Papa Paulo VI. Gostaria de levar a V. Ex^a a notícia

que a France Press distribuiu aos jornais hoje: o "Wall Street Journal", eficiente porta-voz dos grupos financeiros norte-americanos, afirmou, hoje, em editorial, que a Encíclica do Papa Paulo VI, *Populorum Progressio*, não passa de um marxismo requentado.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª o aparte, que ilustra o meu discurso, e, sobretudo, a informação que dá à Casa em primeira mão, pois essa opinião do "Wall Street Journal" será fatalmente repetida pelos encarregados de cuidar feições no Brasil, pelos encarregados de proteger interesses feudais, pelos encarregados de estagnar a civilização e a sociedade brasileiras.

O Sr. *Hermano Alves* — Em que situação ficará o Presidente Costa e Silva perante os encarregados desses inquiridos policiais-militares por ter aplaudido essa Encíclica?

O Sr. *Mariano Beck* — Quero também, nobre colega, registrar outro comentário a respeito da Encíclica, que completa a notícia trazida pelo Deputado *Hermano Alves*. O Cardeal *Henriques*, do Chile, grande figura da Igreja — a imprensa hoje noticia — acaba de declarar, aplaudindo a Encíclica, que, quando se trata de combater a fome e o colonialismo, católicos e marxistas devem dar-se as mãos.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exª esse aparte que ilustra o meu discurso e informa ainda mais a Casa sobre a verdadeira posição social da Igreja Católica no mundo de hoje.

Mas, dizia eu, no desvelo da proteção de privilégios, esse Governo chegou ao ponto de acabar, praticamente, com o imposto sobre herança. Chegou ao ponto de tornar hereditária a transmissão de privilégios, estabelecendo, no Brasil, uma situação social apenas comparável com a da Arábia Saudita ou a do Principado do Kuwait, regido por reis e príncipes.

Porém, a hereditariedade de privilégios é apenas um dos crimes menores do Governo do Marechal I. O grande, o perpétuo crime que praticou contra a integridade nacional e a paz entre os brasileiros foi o Decreto número 314, da insegurança nacional.

O Deputado *Hermano Alves*, primeiro companheiro de bancada que veio a esta tribuna na campanha que o M.D.B. desenvolve para mostrar os crimes que à sombra deste decreto podem ser praticados contra a democracia, lembrou que o decreto é baseado em uma filosofia de alienação nacional; é baseado na falsa tese da divisão do mundo entre dois blocos antagônicos, forçosamente liderados por duas superpotências, às quais, obrigatoriamente, os países de potencialidade menor, como o Brasil, teriam de ligar-se na forma de satélites.

Esta filosofia clara é expressa no decreto de insegurança nacional; é a filosofia da alienação da soberania brasileira.

O Deputado *Mata Machado*, que ocupou esta tribuna há alguns dias, fazendo um veemente apelo de volta ao futuro, de prospecção do Brasil, de volta à formulação de um Brasil soberano, livre, e, sobretudo, de um Brasil socialmente justo, demonstrou que outra das bases filosóficas do decreto de insegurança nacional é a desunião nacional, é a submissão do País à tutela forçada de uma pseudo-elite militarista que acirra os ódios entre as classes e promove a divisão, o abismo entre as gerações.

O Deputado *David Lerer*, que também ocupou esta tribuna, demonstrou como este decreto subverte, não apenas a ordem jurídica brasileira, mas até mesmo a ordem jurídica do Império romano, que estabelecia, em caso de dúvida, a favor do réu: *in dubio pro reo*.

No seu Art. 48, o decreto da insegurança nacional, pela primeira vez na História do mundo civilizado, na história da ordenação jurídica das sociedades, estabelece uma pena antes do julgamento. E essa pena é perpétua, porque diz que o homem acusado de subversão, de crime contra a segurança nacional é privado de seu trabalho e privado até o momento em que uma sentença o absolva. Portanto, se alguém é denunciado, dentro deste decreto de insegurança nacional, por um crime qualquer, que lhe dá de três a seis meses de cadeia, nunca mais poderá trabalhar — não tem bem, Srs. Deputados, — porque não haverá sentença que o absolva. É terminante a proibição do Artigo 48 do decreto de insegurança nacional. Esse homem estará condenado a morrer de fome. E, não apenas ele. Quebrando outro preceito jurídico imemorial, a pena ultrapassa a pessoa do réu, pois também condenados a morrer de fome estarão os seus filhos, estará sua mulher, finalmente a sua família.

Srs. Deputados, analisando atentamente esse decreto, dele pode tirar, apenas, duas conclusões: ele estabelece que todo brasileiro é um subversivo, ou pelo menos um suspeito de subversão. Todos, sem exceção: do MDB e da ARENA. E ele protege os ladrões e assassinos, só. Além de procurar intimidar e amordaçar o Brasil, ele apenas faz isso: proteger ladrões e assassinos. Pelo Art. 25 do decreto de insegurança nacional, é cominada para o crime de roubo a pena de 2 a 6 anos de reclusão. Muito bem; pelo Art. 157 do Código Penal em vigor, a mesma pena é punida com 4 a 10 anos. Portanto, todos os ladrões preferirão ser processados e julgados não na Justiça Civil, mas na Justiça Militar; não pelo Código Penal, mas pelo decreto de insegurança nacional, porque ele os protege. Da mesma forma os assassinos que praticam massacre, esse crime por definição bárbaro. Por definição, não, por concepção, porque definido juridicamente ele não é. Massacre é imaginário, é literário, não é crime jurídico. Nada no decreto é jurídico. No crime de massacre também a pena é de 2 a 6 anos, quando, pelo Código Penal, poderia ser de dezenas e dezenas de anos. Mas, Sr. Presidente como procurei demonstrar em um aparte nesta Casa, o decreto de insegurança nacional baseia-se numa filosofia espúria, fabricada nos desvãos da Escola Superior de Guerra contra a democracia no Brasil. O seu artigo 2º, que indefinidamente segurança nacional, é quase literalmente a repetição de um parágrafo do livro do General *Golberri do Couto e Silva*, publicado em 1955, chamado "Planejamento Estratégico Nacional". Mas, nesse mesmo livro, nessa bíblia do pensamento do grupo militar sorbonense, este conceito tem de ser indefinido. A página 48 deste livro, o General *Golberri do Couto e Silva* afirma:

"É claro que há distinção que acima de antagonismos se presta a inúmeras críticas pelo indefinido da caracterização que propõe."

É sob uma caracterização por definição indefinida que se pretende amordaçar este país. Mas, para tranquilizar, adiante, o General *Golberri do Couto e Silva* assegura:

"De qualquer forma, entre subversão armada e as perturbações da ordem que requeiram apenas mera repressão de caráter policial, a diferenciação não apresenta, em geral, maiores dificuldades."

É sobre essa coisa vaga, amorfa, essa espécie de gelatina mental que querem colar à nossa boca, que esse decreto de insegurança nacional foi redigido. E ele é tão mal redigido, tão impreciso, que ninguém poderá

MÁRCIO

O deputado (MDB-GB) Márcio Moreira Alves disse, também, em discurso, que "ficou provado, quarta-feira, que os líderes da caminhada do Brasil para o futuro não têm o nome de nenhum dos chefes do MDB, e muito menos, da velharia governista". E destacou: Eles se chamam Wladimir Palmeira, Hélio Pelegrino, padre João Batista, Irene Papi. São estudantes, intelectuais, padres, operários, mães. Têm a coragem de contestar um mundo construído sobre injustiças. Têm a coragem de enfrentar a opressão dos privilégios que, no Brasil, escora-se em um regime militarista. Mostraram que quem tiver um mandato popular e quiser respeitá-lo tem de exercê-lo no meio da rua".

"Resta uma pergunta que poderá ser trágica — prosseguiu o deputado Márcio Alves: será que a lição das ruas entrou na cabeça dos chefes militares? Será que não viram que a única maneira que temos de evitar uma guerra civil e abrir mão da mitologia da subversão que criaram? E estabelecermos as eleições diretas, fazermos uma Constituição nova, democrática, reformarmos de alto a baixo a sociedade e esquecer o passado através da anistia? Se não entenderem isso, estaremos marchando para dias de muita agitação e sangue" — concluiu o sr. Márcio Alves, em nova advertência.

DCN 30/3/968 - Pg 949

- Acontecimentos da Guanabara
- Ataques à Militares

Procurarei fazer um relato factual, tanto quanto é possível ser factual na descrição de um drama e na narração de um conflito.

Todos sabem que, às 13.20 horas de ontem, quando estudantes reunidos no seu restaurante, no lado do restaurante do Calabouço, que há alguns dias, se encontrava fechado, iniciaram uma passeata de protesto contra este fechamento, foram metralhados pela Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Desse metralhamento resultou a morte de um jovem paraense, de 13 anos, Edson Luiz Lima Souto, que, no Rio, se encontrava para fazer o Artigo 99, e que, em virtude de sua pobreza, praticamente morava no restaurante, onde fazia pequenos serviços de faxina. Foi baleado, na região glútea, o escriturário Olavo de Souza Nascimento; no pé, o fotógrafo José Vital. Telmo Mata Henriques, funcionário da firma 3-M, que se encontrava no escritório desta firma, no primeiro andar de um edifício, foi baleado na boca e se encontra hospitalizado em estado grave. O estudante Benedito Frazão Dutra foi atendido no Hospital do Pronto Socorro, com ferimentos cortantes na testa, possivelmente resultantes de uma queda de raspão.

Verificando a morte de Edson Luiz Lima de Souto, seus colegas que a princípio o haviam levado à Santa Casa de Misericórdia, carregaram-no pelas ruas da cidade, desde a Rua Santa Luzia, atravessando a Avenida Graça Aranha, a Rua México, a Avenida Rio Branco e a Cinelândia, o corpo desse mártir da liberdade. Eu assistia a essa procissão macabra. Um grupo de cerca de 200 rapazes e moças carregavam o corpo sobre as cabeças. Traziam ainda a metade de uma faixa, que fora rasgada e que dizia qualquer coisa sobre o restaurante do Calabouço. Percorreram a Cinelândia toda e trouxeram o cadáver para a Assembléia Legislativa, o que não deixa de ser significativo. A Assembléia Legislativa da Guanabara é conhecida no Brasil inteiro sob o triste apelido de "Gaiola de Ouro". Mas, apesar disso, é a única casa da representação popular que naquele Estado existe, a única onde representados se sentiam os membros daquele cortejo fúnebre. Entraram na Assembléia, depuseram o cadáver sobre a mesa do porteiro e, quando se esperava naturalmente que a emoção do memento fizesse com que aqueles jovens partissem para outras manifestações, no compreensível protesto de seu pesar, revelaram a sua maturidade e a sua firmeza de luta ao organizarem, de forma absolutamente disciplinada, o velório do companheiro. Um dos seus líderes subiu a uma bancada e disse: "Não podemos fazer o que o Governo e a Polícia querem que façamos. Não podemos sair de novo à rua, agora, protestando, porque lá fora está a mesma Polícia assassina que, no Calabouço, nos metralhou, para nós fuzilar outra vez. Temos de velar o nosso companheiro aqui".

Realmente, assim fizeram. Organizaram uma fileira de jovens, de braços dados, no saguão da Assembléia, deixando entre as duas alas um espaço livre que, imediatamente, começou a ser utilizado pelo povo para visitação ao cadáver.

Estes são os fatos. Começam as versões.

O cadáver foi depositado na mesa da Assembléia e, alguns minutos após, chegou ao Gabinete do Presidente — lá e lá — José Bonifácio de Andrada e Silva, o General Osvaldo Niemeyer, Superintendente Executivo da Polícia da Guanabara, comandante da repressão de ontem. Foi ele, também, o comandante da invasão da Faculdade de Medicina do meu Estado, de que, como os Srs. Deputados devem estar lembrados, resultaram 113 feridos por espancamento, dentre os quais moças, propositada-

O SP. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho fazer o testemunho visual dos acontecimentos da noite de ontem, no meu Estado.

mente espancadas em suas partes sexuais pelo bando de capangas em que se transformou essa Polícia Militar, comandada por oficiais do Exército.

O General Osvaldo Niemier começou a dar, para um grupo de Deputados, dentre os quais eu, a versão dos fatos. Declarou que havia sabido, já há alguns dias, no intermédio da 1ª Seção do Exército, que se preparavam, no Brasil inteiro, manifestações estudantis contra a Guerra do Vietnam. Estas manifestações ocorreriam por volta do dia 31 de março. Declarou que havia sido surpreendido pelas manifestações do Calabouço, no dia 23, e para lá fora acompanhando o choque da Polícia Militar. Disse que, ao encontrarem-se manifestantes e Polícia Militar, achou-se esta em inferioridade não apenas numérica, como de potência de fogo. E por isso atirou.

Tentel esclarecer o que é a potência de fogo. Perguntei: "General, quer o senhor dizer que os estudantes estavam armados, tal como a polícia?" Disse ele: "Não". Perguntei: "Quer o senhor dizer os estudantes atiraram primeiro?" Disse ele: "Não sei". Perguntei: "Ouviu o senhor tiros partindo dos estudantes, e onde estava?" Disse o General: "Haviam-se entrando, procurando abrigo nas arcadas de um edifício da vizinhança". Prossegui dizendo: "Ouviu o senhor, por parte dos estudantes, tiros?" Disse ele: "Não ouvi estampidos, mas posso garantir ao Sr. Deputado que 99% das chances é que os tiros hajam primeiro partido dos estudantes, porque a polícia militar tem ordem de só disparar para revidar uma agressão a bala". E mais: "Eu vi clarões partindo de onde estavam esses rapazes". Indaguei ainda, para me certificar: "Há policiais feridos a bala?" Respondeu que não. Perguntei: "Esses clarões — na suposição de que o senhor os tenha realmente visto — não poderiam ser flashes de fotografos?". A esta altura, um pequeno IPM democrático que eu havia estabelecido foi interrompido pelo General, que se apressou em sair da Assembleia, depois de dizer que a Polícia Militar das cercanias do prédio se havia retirado.

A versão da reportagem, das testemunhas oculares, dos estudantes. Realmente, a passeata começara. Tinha por motivo o fechamento do restaurante dos estudantes, há já alguns dias, como consequência de um prolongado vazio de ação por parte do Governo Federal e por parte do Governo do Estado; fechamento que foi a consequência de negociações prolongadas entre estudantes e autoridades, determinado finalmente quando um Brigadeiro do SNI, que procurara o Secretário de Obras do Estado da Guanabara, Engenheiro Paula Soares, meteu no bolso, sem dar resposta, o orçamento de 80 milhões de cruzeiros, feito pelo Secretário de Obras, para as reformas necessárias do restaurante do Calabouço. E meteu no bolso, sem dar resposta, porque o Governo do Estado, que se prontificava a arcar com estas despesas, exigia do Governo Federal apenas uma declaração de que sendo o restaurante dos estudantes — ontem, como hoje — responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e Cultura e, portanto da União, arcaria esta com a manutenção dele.

Portanto, segundo as testemunhas oculares insuspeitas dos jornalistas, a passeata começou; foi atacada por um choque da Polícia Militar e, em seguida, metralhada.

O corpo de Edson Lima Souto continua sendo velado na Assembleia da Guanabara. Chegou mesmo a ser autopsiado na Assembleia da Guanabara, pois a tal ponto foi a desconfiança dos jovens, quanto a este regime e a este Governo, que se re-

cusaram a entregar aos médicos do Instituto Médico Legal, porque são médicos da Polícia, o corpo do companheiro morto, para autópsia, e ela teve de ser feita na sala da enfermaria usando-se o preceito legal da aula da Assembleia da Guanabara, autópsia do cadáver de Getúlio Vargas, feita no Palácio do Catete.

O povo cerca a Assembleia. Os estudantes, hoje, estão tendo a liberdade de manifestação que ontem custou uma vida; falam ao povo; têm nas ruas da Guanabara.

A notícia que tinha é de que o policiamento daqui a uma hora, quando o enterro sair, deverá ser feito pelo Exército. Que fazer? As medidas iniciais já foram tomadas. Este morto será enterrado por conta do Estado pelo qual morreu. O Governador Negrão de Lima mandou abrir o tradicional inquérito, desta vez, pedindo um representante da Ordem dos Advogados para acompanhá-lo. Anunciou, também o afastamento da Secretaria de Segurança, General Osvaldo Niemeyer, que teve a petulância e acoragem de, diante de um morto e perante representantes do povo, dizer que a tropa atirara porque estava em potência de fogo inferior e contra ela eram jogadas pedras. O Tenente Alcindo Costa, Comandante do Destacamento que metralhou os estudantes — e segundo testemunhas — autor dos disparos que vitimaram Edson de Lima Souto, está preso e o inquérito foi instaurado. Chega? Não. O jornalista Paulo Franco, hoje, ao fim do seu artigo no "Correio da Manhã", coloca com grande clareza a realidade. Diz ele:

"O episódio dos estudantes assassinados pela Polícia Militar da Guanabara será certamente explorado pelo mundo oficial, em termos de responsabilidades pessoais dos chamados excessos condenáveis. Não é nada disso que ocorre. Decorre essencialmente a morte do sistema de 1.º de abril que colocou o povo na condição de criminoso reprimindo-lhe as manifestações de inconformismo com atuação policial."

Esta é a verdade. Nos todos fomos criados em uma tradição de respeito e admiração pelas Forças Armadas de nosso País. Quando olhávamos para um Coronel, para um General, fosse mesmo para um Sargento, a idéia que tínhamos era de um cidadão cuja vocação era servir a sua pátria na guerra como na paz, e os grandes nomes que lembrávamos não eram apenas de guerreiros que — fronteiras de nossa pátria defendiam, eram também daqueles que pelo desenvolvimento e pela conquista do Brasil haviam dedicado suas vidas. Lembrávamos de Rondon, do Capitão Vasconcelos de Faria Barbosa e da campanha de petróleo do Coronel Francisco e das primeiras tentativas de exploração do xisto betuminoso. Isto acabou. O que este regime militar fez no Brasil foi transformar cada farda em objeto da exacerção do povo. Por quê? Não porque o grosso das Forças Armadas seja composto de criminosos, de traidores, de assassinos, de torturadores; não, mas porque esse Governo lucrando seu poder única e exclusivamente nas armas, afastando o povo das decisões que lhe concerne cercando a democracia jogando a liberdade, esmagando a juventude entregando nossa soberania, fez também este crime maior contra uma instituição permanente da República: transformou-a em valhacouto de bandidos. Os nomes que hoje ocorrem, quando vemos um oficial fardado na rua, são nomes infames, são r mes como o do terrível Hélio Ibiapina, como o do mandante do assassinato do Sargento

Manoel Raimundo Soares, Coronel Mena Barreto, como o do seu superior na época em que aqui era oficial de relações públicas do Ministério do Exército, Coronel Washington Bernardes; são nomes como o do Coronel Danilo Cunha Melo, que em Goiânia, aqui pertinho, teve um louco para opear o General Major Mauro Borges; são nomes como Darcy Vilela que Vianna que atirou pelas ruas de Recife um septuagenário, comunista sim, mas homem, criatura humana, Gregório Bezerra, com uma corda amarrada no pescoço e a cabeça partida a golpes de baioneta. São nomes como o do Capitão Hugo, que a 1.ª de abril de 1964 não teve coragem de fazer com que a tropa que comandava metralhasse os estudantes nas ruas de Recife, ele mesmo atirou com dois tiros na boca dois jovens secundaristas. São nomes como o desse Capitão Zamin que implantou o terror na Baixada Fluminense e chegou a perseguição de torturar as testemunhas que, pela acusação, iria apresentar a um IPM. São nomes como o deste agora General Carlos Meira Matos, promovido, passando adiante de 45 de seus colegas mais antigos, num acinte a Nação, pelo fato de haver fechado este Congresso com suas tropas. São nomes estes que também deixam agora denunciados, o do major da Aeronáutica, Luiz Vinhaes, réu de crime de homicídio contra os índios, portanto contra irresponsáveis penais. Réu de haver ajudado acobertado ou ordenado — não se sabe ainda, porque o processo não veio a lume — de qualquer forma patriótico da inoculação de varíola em duas tribos de índios, cujas terras eram cobradas por capitalistas. E' isto que este Governo está fazendo. E' isto que terá de ser apagado.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado, quero apenas acrescentar à relação de nomes que v. Exa. cita o do Major Hugo também Hugo, que torturou, humilhou, intimidou e arrastou amarrado, pisando-lhe na cara ao Coronel Jefferson Cardim de Azevedo Osório que se sublevoou em armas contra o presente Governo, na frente de uma tropa do Exército, dando um exemplo dos mais refulgentes que conheço na história militar do Brasil, que, embora denunciado, não só por mim como pelo advogado do Coronel Jefferson, nunca sofreu qualquer punição. Quero acrescentar também o fato de que o Capitão José Ribamar Zamin acabou sendo premiado pelo atual Governo que o enviou para Maryland, nos Estados Unidos onde, às custas da União e ganhando em dólares, faz um curso de especialização em repressão policial militar, fundo o que será promovido de acordo com o que já se espera dentro do Exército.

E, finalmente, quero lembrar, para infelicidade de todos nós da Guanabara, o nome do Coronel Osvaldo Ferraro que neste instante, está na Polícia de lá e que, em São João del Rei, após a chamada Revolução, torturou prisioneiros e que é, no meu entender digno substituto de seu antecessor Coronel Darcy Lázaro de tão triste memória na Universidade de Brasília.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço ao nobre Deputado Hermano Alves.

Realmente a lista que del é absolutamente incompleta. Os criminosos, por este Governo acobertados e promovidos dentro das Forças Armadas, são, na verdade, muito mais numerosos. Quis, apenas, fazer uma lista exemplificativa para demonstrar que enxovalha a honra do Exército um Governo que no Exército diz apoiar-se.

O Sr. Hélio Navarro — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, permito-me interromper o discurso de

V. Exa., a fim de comunicar-lhe — à Mesa desta Casa e a todos os nobres colegas — que os estudantes da Universidade de Brasília, em manifestação legítima que lhes é assegurada pela própria Constituição, pretendem, hoje, às 18 horas, fazer pela Avenida W-3 uma passeata de protesto contra os incidentes verificados no Rio de Janeiro. E quero declarar que, segundo me informou a Comissão encarregada de obter autorização junto à Secretaria de Segurança Pública para essa manifestação, a licença não foi concedida, tendo o Chefe de Polícia informado aos membros da comitiva que essa passeata, assim como todas as demais de estudantes, que eventualmente venham a realizar-se no Brasil, serão reprimidas pela polícia. O objetivo de meu comunicado é também avisar à Casa que eu e outros Deputados do Movimento Democrático Brasileiro estaremos à frente desses estudantes, hoje, às 18 horas. (Palmas)

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Martins Rodrigues — Permita-me, nobre Deputado, V. Exa. aludida ainda há pouco, aos nomes de vários oficiais das Forças Armadas responsáveis por torturas e violências, por crimes, enfim, contra a dignidade da pessoa humana. Essa relação que V. Exa. acaba de apresentar é mesmo incompleta. Queria lembrar a V. Exa. que, por sua própria iniciativa, uma comissão de Deputados esteve em Juiz de Fora para verificar a situação de presos políticos que haviam sofrido vexames e torturas em guarnições federais subordinadas à 11ª Região Militar. V. Exa. trouxe a denúncia à tribuna da Câmara, com os nomes dos possíveis responsáveis por esses atentados à pessoa humana. O MDB, por sua presidência, atendendo ainda a uma solicitação de V. Exa., decorrente daquela sua iniciativa, fez uma representação ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, pedindo a S. Exa., como autoridade superior dos militares envolvidos nas acusações, fossem feitas as investigações necessárias para apurar as responsabilidades. Até hoje, nobre Deputado, o Senhor Ministro da Guerra não se dignou dar resposta à representação formulada por uma entidade de direito público, como é partido a que pertencemos, o Movimento Democrático Brasileiro. E assim a impunidade vai cobrindo os mais graves crimes contra a dignidade humana, contra a pessoa humana, a título de perseguir corruptos e subversivos. E, destaque, a impunidade vai gerando outros crimes que acabarão Deus sabe onde, levando talvez no dia em que isto tudo chegar ao paroxismo, a uma explosão verdadeiramente irreprimível.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço o aparte de V. Exa., e complemento apenas com o seguinte: não me espanta que o Ministro da Guerra não haja sequer se dignado a responder a carta do Movimento Democrático Brasileiro. Ela era, realmente, respondível apenas com um inquérito que apurasse os fatos nela denunciadas. Como inquéritos contra torturadores não são abertos por este Governo, uma vez que a tortura, parece, esta institucionalizada como um instrumento da segurança deste Governo — e nunca da Nação — realmente o Ministro Lyra Távares não poderia responder à missiva, nem sequer quando era assinada não apenas por um Senador, mas pelo General Oscar Passos.

Tem o aparte o nobre Líder do Governo.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Deputado Márcio Alves, talvez o meu aparte venha um pouco tardio dentro da oração de V. Exa., mas eu não quis interrompê-lo, interessado como estava — e creio que toda a Casa — em conhecer, nos seus de-

talhes, os lamentáveis acontecimentos da Guanabara. Volto, portanto, ao início da oração de V. Exa., quando estava na parte por assim dizer expositiva dos acontecimentos para fazer algumas indagações a V. Exa., que acabou de afirmar à Casa, que foi testemunha presencial daquelas lamentáveis ocorrências.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Do final das ocorrências.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Pergunto, então, para o meu e para o esclarecimento da Casa, V. Exa. disse que a passeata havia se iniciado para reclamar contra as condições do Restaurante do Calabouço. Pergunto: a par daquele cartaz rasgado, a que V. Exa. se referiu, protestando contra essa situação no Calabouço, portavam ou não uma bandeira do Vietcong, ao lado de uma Bandeira brasileira. Pergunto a V. Exa. se tem conhecimento desse fato; se tem conhecimento de que os estudantes, ao passarem pela Embaixada Americana, apedrejaram aquele edifício público. Indago ainda a V. Exa. se tem conhecimento, se é verídico ou não que na passeata derrubaram e incendiaram uma camioneta de propriedade do Ministério da Saúde. Eram alguns esclarecimentos que desejava de V. Exa.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Responderei ao nobre Líder do Governo, congratulando-me realmente com a preocupação que S. Exa. demonstra em nome do Governo que representa, não apenas pelas propriedades da Embaixada Americana como possivelmente pela posição política que aquele País assume no Vietnam. Responderei, ponto por ponto.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Peço a V. Exa., Deputado Márcio Alves, que não se precipite. V. Exa. merece o respeito da Casa e do Governo. Nós estamos aqui acreditando, de boa fé, no relato que V. Exa. faz.

O Sr. Mário Covas — É claro.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Fiz, apenas, perguntas para esclarecer-me. Não dou a V. Exa. o direito de interpretar as razões das perguntas. Quem sabe, no debate que vamos travar, mais tarde, o poderá o colega verificar, se tiver comigo a boa fé que estou tendo com V. Exa. a razão das perguntas? Pois, apenas, que ponha se tem conhecimento desses fatos, se são verdadeiros ou não.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Acolhendo a solicitação de V. Exa., serei tanto preciso quanto posso. Sobre o episódio da bandeira vietcong, o nobre Deputado Padre Bezerra de Melo já deu o seu testemunho visual. Ao que se conhece, nenhuma bandeira vietcong havia ao lado da bandeira brasileira. Havia a bandeira do Restaurante do Calabouço, que foi exposta na Assembleia Legislativa, composta de uma parte branca e outra vermelha, tendo no centro, como símbolo uma foice e um martelo, cruzados.

O Sr. Hermanno Alves — Não a foice e o martelo!

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Não a foice e o martelo como lembra o nobre Deputado Hermanno Alves. Não sei se alguém desta Casa já viu uma bandeira vietcong. Confesso que não vi; mas vi a bandeira do Restaurante do Calabouço. Quanto à Embaixada Americana, consta que, realmente, contra ela foram lançadas algumas pedras. Compreensível. Essa manifestação de desagrado ocorreu após a morte do estudante Luis Lima Souto, quando, com o corpo do companheiro assassinado, os estudantes saíram da Santa Casa de Misericórdia, entraram pela rua Santa Luzia, desceram em frente da Maison de France, penetraram na Avenida Presidente Wilson e chegaram à Avenida Rio Branco.

V. Exa. bem conhece o Rio de Janeiro e haverá de verificar que, pelo enunciado do trajeto, o que afirmo pelo menos tem mais chance de

sam dar para que o País saia desse processo obscuro e realmente revoltante que atravessa neste momento. É verdade que diversos parlamentares da ARENA não aceitaram a mera condição do silêncio e da lamúria. Mas preciso muito mais.

É preciso que o clamor de todos os setores — e V. Ex^a iaia nos setores intelectuais, de jornalistas, de professores — é preciso que o clamor, nesta Casa, ultrapasse, de muito, os limites de uma ração.

A ARENA, como um conjunto, pelos seus Parlamentares, esta desafiada: ela que se sensibilizou tanto pela posição brutal da União Soviética, ao invadir a Tchéco-Eslováquia, tem de se sensibilizar mais e muito mais, quando aqui, internamente e tão perto de nós, um processo muito mais brutal é usado, ao que naquele longínquo rincão da Europa. Era o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Ex^a, nobre Deputado Cid Carvalho.

Quero dizer que, realmente, vi, com grande alegria e esperança, inúmeros Parlamentares da ARENA se manifestarem contra o vanguardismo, o crime oficializado na Universidade de Brasília. Neste plenário mesmo vejo dois nobres Deputados com os quais tive a honra de assinar, juntamente com outros membros da Comissão de Educação e Cultura, desta Casa, um documento de protesto. Agora, é certo, como ressaltou V. Ex^a, que aqueles que não se pronunciaram até hoje têm a estrita obrigação, não apenas para com os mandatos que cumprem, mas para com os filhos e os netos que têm, de também lançarem seu protesto. A Nação inteira já disse "basta" a esses crimes oficiais. Nesta Casa só tinham coragem de defendê-los os líderes e vice-líderes da bancada governista. Hoje nem eles têm essa coragem. Preferem fugir ao plenário, preferem deixar vazia a cadeira da liderança.

Mas, embora sem ter na Casa a presença do líder do Governo, creio indispensável apresentar a essa liderança algumas perguntas claras, concretas e objetivas: — 1^a) Foram ou não as autoridades do Departamento de Polícia Federal que tomaram a iniciativa de invadir o campus da Universidade de Brasília? 2^a) Tiveram ou não essas autoridades a cobertura de unidades da Polícia Militar e do Exército? 3^a) — Foram ou não as tropas de assalto comandadas pelos Generais Cupertino Bretas Durão e Dionísio do Nascimento? 4^a) — Está ou não o Departamento de Polícia Federal subordinado ao Ministério da Justiça? 5^a) — Pode o Ministro da Justiça recusar-se, impunemente, a assumir a responsabilidade por ato praticado pelos seus inferiores hierárquicos? Em caso afirmativo, pretende o Governo punir, e, se o pretende, quando, os responsáveis diretos e os mantentes do massacre? 6^a) — Quem são os responsáveis pelas notas oficiais publicadas a 30 de agosto em nome do Departamento de Polícia Federal, na imprensa falada e escrita, e que contêm, além de inumeráveis mentiras sobre fatos, insultos ao Reitor da Universidade de Brasília e a parlamentares? 7^a) — Sente-se o Governo solidário com o teor dessas notas? Se não estiver com elas solidário, quais as medidas e quando pretende tomá-las para punir os responsáveis por essa tentativa de ludibriar a opinião pública e por injúria a autoridade do Exército e a membros do Congresso Nacional? 8^a) — Pretende o Governo, no caso de instaurar o tradicional "rigoroso inquérito", adotar a norma geral de Direito Administrativo que manda afastar de seus cargos as autoridades sob suspeita, enquanto o inquérito não for concluído?

E, finalmente, a última pergunta, a que todos fazem nesta Casa, nas ruas, por toda parte: quando será estancada a hemorragia da Nação? Quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebatando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do Governo? Quando teremos, como pais, ao ver os nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão carregados em uma padiola, esbordados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a polícia um bando de facinoras? Quando não será o Exército um valhaçouto de torturadores? Quando se dará o Governo Federal, a um mínimo de cumprimento de dever, como é para o bem da República e para tranquilidade do povo?

O Sr. Mariano Beck — A presença de V. Ex^a nesta tribuna, tratando dos crimes cometidos na Universidade de Brasília, ensina-nos a oportunidade de transcrever nos Anais desta Câmara um manifesto ontem divulgado pelo "Correio Braziliense", de mães e esposas de Brasília, que se constitui, sem dúvida alguma, num dos mais dramáticos documentos que se possa ler em torno desses dolorosos acontecimentos. Para que conste, nobre Deputado, dos Anais da Câmara, peço licença a V. Ex^a para lê-lo neste instante.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Com o maior prazer.

O Sr. Mariano Beck —

"As Mães e Esposas de Brasília sentem chegada a hora de tornar público a sua aflição e o seu repúdio pelas cenas de selvajaria e inominável violência que mais uma vez ensanguentaram a Universidade de Brasília. Além das costumeiras prisões, foi gravemente atingido a tiros o estudante Waldemar Alves da Silva, terceiranista do Curso de Engenharia Mecânica.

O que nós Mães e Esposas sempre desejamos é somente ver nossos filhos e maridos estudando e trabalhando em paz e segurança, dentro de um Brasil capaz de atender aos reclamos de uma juventude idealista e inteligente. No entanto o que vemos neste grave instante nacional é justamente o oposto, isto é, todas as formas de brutalidade e violência utilizadas contra jovens desarmados em massacres que contrariam nossas mais caras tradições.

Exigimos, para a pacificação dos espíritos, a abolição definitiva de qualquer forma de agressão contra nossos filhos e esposas a eliminação do estado de insegurança que também nos atinge — denunciado ao País em Manifesto pelos próprios Professores da UnB aos quais somos muito gratos — e a realização de um inquérito minucioso para a apuração das responsabilidades. Nossa luta é pela construção de um Brasil melhor mais humano e mais justo.

Brasília 31 de agosto de 1968.
Ana Laura Machado, Lila Gomes Covas, Cléa Carvalho, Maria do Carmo Velloso Alves, Neusa Alves Brunini, Hyde Campolina de Magalhães, Talita Paixão, Iracy Marinho, Yeda Mata Machado, Vivi Sanches de Mendonça, Maria Elizabeth Manso Cabra, Nely Martins, Zilda Martins Rodrigues, Cláudia de Oliveira, Hilda Portela Ribeiro, Bertha Henkin, Altair Mollo, Neusa Franca Himirense Papi de Guimarães, Sophia Pilla, Yvonne Jean, Maria do Carmo Chagas Rodrigues,

Magda Brun, Maria do C. Dias Carneiro, Ana Maria Boni, Maria Fonteles, Maria Moema Alves, Sylvia Ortof Pereira Lima, Aida Rabelo Cunha, Alice Gomes De Nardo, Maria de Lourdes de Carvalho, Nair do Carmo, Dalba Nepomuceno Maria, Amália Portella, Ruth Maria Lucena, Junia Rezende Passos Fiorenco, Cessy P. N. Iemos, Nina Zamboni, Márcia de Sousa Almeida, Myriam Bastos Andrade, Maria Helena Calmon dos Reis, Maria Coeli A. Vasconcelos, Geny Prado, Antoniera Garofalo, Tereza Silva, Zúlia Miranda, Eline Mochel Mattos, Góldá Oliveira, Alice Santos Gomes, Hilda Lopes, Ana Coelmo, Opelina Coelho, Laura Cardoso Souto, Leda Mendes, Maria Lúcia Albuquerque, Leda Viana de Viana, Alexandrina da Silva Meireles, Luomar Braga, Zimar Lima Cavalcanti, Maria Stella Meireles de Almeida, Maria Viana, Maria da Conceição Cavalcanti, Theodora Von Ulrich, Joana Cesar Nobrega, Maria Helena da Fonseca, Carmelita Maria de Jesus, Yolanda Maciel, Dinah Oliveira, Maria Luiza Guimarães, Maria Lúcia de Oliveira Castro, Ciomar Job, Margarithe Oliveira, Diva Paulicce Gomes, Maria Luiza Roque Gramacho, Maria Luiza Barreto da Rocha, Maria de Souza Santos, Maria Antonia Fabrini, Yolanda Henilj, Maria Moreira, Yvone de Albuquerque, Olívia Mendonça de Souza, Blanche dos Santos Costallat, Maria da Conceição Rodrigues, Aduatina Pereira de Oliveira, Alice Azambuja Brito Velho, Barbara Jardim Nunes, Clelia Maria Nardelli, Olga Bezerra, Nice Bresolin, Maria da Glória Martins Costa Beck, Iraci Mota Pereira, Lourdes de Castro Bahia Freire, Maria F. de Carvalho, Nancy Costa Brito Garcia, Maria Luiza Fagundes, Iolanda Bezerra Neto, Ieda Sonira Macarini, Dirce Ferreira de Figueiredo, Cléa Carpi da Rocha, Ofélia Ortiz, Judith B. Machado, Luiza Carmen Portinho, Maria Curado Calado, Lucy Milet, Rosa Maria Benedetti Albanex, Z. Almeida Reis, Tanira Dorneiles Brea, Suely Pereira Cunha, Suzy Botelho, Rosalina Corrêa Montanha, Yolanda Sousa Ribeiro, Maria Conceição Sabino Diniz, Lígia Caldas Pereira, Yolanda Silveira Monteiro, Ruth Botelho Viana, Suzana Miranda Pereira, Regina Andrade Fontes, Terezinha Aguiar de Oliveira, Sílvia Barroso Martins, Rosalina Amaral, Maria Rochael Garcia, Lina Tamega Peixoto Del-Peloso, Maria Werneck de Castro, Maria Lúcia Carneiro Machado, Norma Timoco Duarte, Prudência P. Estivallet Soares, Maria Andrade Carneiro, Nícia Castello Branco Caldas Pereira, Marluza Araujo, Maria Yvone Lobo, Lídia Buarque Pullen, Maria Luiza Centeno Brown, Nadir Mendes Garcia, Carolina Souza Fontes, Edna de Medeiros, Francisca Panza Colubov, Maria Luiza Macieira de Souza, Marcia de Almeida Drummond, Sinhazinha Castello Branco, Maria Lyna Andrade Borges, Elza Motta Nardelli, Célia de Lara Maia, Maria Delith Balaban, Egle Lacerda, Cêrlinda Cardoso Del Fiaco, Branca Tamm Rabelo, Maria Amélia Xavier de Almeida e Silva, Maria Leite Aviani, Eva Setti, Iolanda Assumpção Brown, Isabel Parente, Maria L. Almeida, Maria Luiza Xavier de Almeida, Iracema Ramos Verani, Geni N. Romiriaz, Ivaniza Coimbra Guedes, Inete Gomes Callza, Elizabeth Williams, Maenólia P. Pereira, Maria Mercedes do Nascimento, Emma Bianco Barroso,

Braga Pessoa de Melo, Albair Ruth Fernandes Bergner, Eunice Gonçalves, Astrid Cabral Félix de Sousa, Ely Brasil de Araújo, Isaura Botelho Guimarães, Rosa das Graças R. M. Sousa, Maria Clementina Pereira Cunha, Maria Jesus Caldas Rabelo Pereira, Diva Pereira Gomes e Lourdes Cunha."

Como disse V. Ex^a, para honra nossa, entre as assinaturas deste manifesto consta um número enorme das esposas, de colegas nossos, de homens da Liderança da ARENA, que certamente condenam, como nós todos, a selvajaria cometida quinta-feira passada.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES
— Agradeço a V. Ex^a, nobre Deputado, o aparte.

Sr. Presidente, é bem verdade que a Liderança do Governo, nesta Casa, tornou-se clandestina. Parece que o nobre Líder do Governo e seus Vice-Líderes, ou perderam seus mandatos, ou perderam as suas falas. Mas, apesar disso, apesar deste deserto que, na primeira bancada do Plenário, pode ser constatado, todas as perguntas que faço são objetivas e concretas. Não podem elas ter resposta com opiniões ou com a desinformação que temos o costume, infelizmente para nós e para a dignidade do Congresso Nacional, de ver por parte da Liderança governista. Conforme as respostas que a elas forem dadas por atos, por fatos, poderemos avaliar as verdadeiras intenções do Executivo. Poderemos saber se este Governo deseja realmente ser um instrumento de respeito às leis e até aos direitos humanos mais mezinhos, ou deseja, pelo contrário, declarar-se definitivamente um bando armado, que, pela força da opressão, mantém o poder e que no poder deseja ficar apenas para de suas vantagens usufruir.

Conforme as respostas, conforme a definição que destes episódios tivermos deste Executivo, poderá o povo brasileiro, poderemos todos nós que clamamos por paz, mas, sobretudo, por justiça, tomar a medida do nosso futuro e saber o que neste futuro nos espera: se a lei cumprida por quem deve cumpri-la ou se a lei imposta por nós mesmos. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

DCN 31/1/1968 - Pg 454

- Críticas às Forças Armadas
- Analisa a seu modo a prontidão do dia 25 de Janeiro de 1968.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação) Sr. Presidente, os líderes do Governo e seus porta-vozes habituais insistem em declarar que a mobilização militar de quatro exércitos, que intranquilizou o povo durante o último fim de semana, foi meramente um exercício de rotina.

Essa tentativa de tapar o sol com a peneira não chega sequer a ser uma desculpa esfarrapada. O que houve realmente foi o seguinte: na última quinta-feira, à noite, por ordem do Ministro da Guerra, os Comandos da Vila Militar do Rio de Janeiro reuniram a oficialidade para declarar que existia uma conspiração em marcha, chefiada pelo Sr. Carlos Lacerda, com apoio talvez das Polícias Militares de Minas e de São Paulo. Em consequência, a partir daquele momento, os oficiais estavam todos ligados à 2ª Secção, tendo por obrigação reportar o estado de espírito dos sargentos, alguma mobilização do povo e de tropas que, acaso, vissem nas ruas, as conversas que escutassem e, sobretudo, as conversas que com eles viessem a ter elementos encarregados de aliciá-los para uma conspiração. Esta desculpa, também esfarrapada, do Comando do I Exército, revela, simplesmente, que houve sexta, sábado e domingo um ensaio-geral de golpe militar. Por que este ensaio-geral? Porque uma minoria militarista, dentro das Forças Armadas, minoria que se manifesta, ora em uma churrascaria, no Rio de Janeiro, onde 128 oficiais se reúnem ora pela palavra de alguns generais, apresentando reivindicações militaristas ao Comando reunido; ora nas conspirações palacianas, dentro do Governo, baseou-se em uma pesquisa de opinião pública na qual foi verificado o descrédito em que caíram as Forças Armadas, por ela comandadas nos últimos três anos. E partiu para a conclusão de que este descrédito é resultado, não do que seria lógico, ou seja, da usurpação dos poderes constitucionais por uma minoria militarista, que fracassou política, econômica e socialmente, mas da aliança que esta minoria teve de fazer com o poder civil, durante o seu governo, já de quase quatro anos. Por conseguinte, pretende, simplesmente o enfeixamento do poder em mãos militares, o alargamento do fôssco entre civis e militares, entre militares e o povo. E pretende também, anunciadamente, manter em mãos militares a Presidência da República.

Sr. Presidente, o jornalista Edmundo Mêniz analisa hoje estas três opções que existem no sistema militarista brasileiro: deixar como está para ver como fica, o que quer dizer a estagnação, a inapetência administrativa do Marechal Costa e Silva, em Petrópolis, como um aposentado em veraneio, a preocupar-se com hortênsias, com passeios a pé e com festas de milionários; segundo, um novo Ato Institucional, que, cedo ou tarde provocaria uma guerra civil e baniria definitivamente do poder essa minoria militarista; e, terceiro, a abertura geral da redemocratização, com

eleições gerais, com amnistia, com convocação de uma Constituinte, com liberdade, com reformas e com desenvolvimento.

Essa, a meu ver, a única opção para o Brasil, para um país de 80 milhões de habitantes, onde os oficiais das Forças Armadas, somados, não chegam a 15 mil, a maior parte dos quais não está de acordo com a ditadura militar. Essa a única opção que evitará a guerra civil, o derramamento de sangue a transformação dessa falsa indiferença popular em rebelião. É preciso que se advirta, que se previna, que se diga que a indiferença popular, que assistiu ao ensaio-geral de sexta, sábado e domingo, não representa indiferença para o desfile de escolas de samba que pretendem fazer com os tanques do Brasil. É bom que os militaristas não tentem cutucar com vara curta o desespero de um povo que, embora desarmado, não pretende viver para sempre no terror, na miséria e na dominação de grupelhos nacionais e estrangeiros. (Muito bem.)

DCN 3/8/967

Pg 4095

Limitação dos Atos Institucionais até 15 de Março de 1967.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação. Lê). — Sr. Presidente, há treze dias o Ministro da Justiça rasgou a constituição imposta ao País sob a ameaça das armas e da ausência de liberdades políticas. Há treze dias, com uma simples assinatura em uma portaria, o Governo deixou de ser a representação jurídica da sociedade para transformar-se no instrumento de grupos ilegais. Há treze dias que o marechal Costa e Silva, determinando a aplicação de um Ato Institucional cujo último artigo limitava sua vigência ao dia 15 de março de 1967, preferiu trocar a suprema magistratura da República pela chefia de um bando armado. Ao quebrar a lei e a estrutura jurídica construída discricionariamente a partir de 1964, abdicou o marechal Costa e Silva da legitimidade que seu mandato poderia ter. A ordem legal, preferiu a lei das selvas. Com isto, demonstrou ao Brasil e ao mundo sua falta de autoridade e, ao revés, o poder de facções escuras, secretas e amargas, que se escondem nos desvãos dos quartéis e deixam vir à luz do dia apenas sua vontade de praticar crimes tais como o sequestro ou assassinato de um jornalista e o empastelamento de um jornal.

O confinamento do Sr. Hélio Fernandes na ilha de Fernando Noronha representa tudo isto, além de atentar contra os direitos da criatura humana, proclamados pelas Nações Unidas, e as liberdades individuais e políticas, consagradas nas leis do Brasil. É verdade que, para justificá-lo, o Ministro da Justiça alegou ter sido aquela a maneira encontrada pelo governo para proteger a integridade física do jornalista. Esta alegação estranha nada mais é senão a confissão de ilegalidade na qual o Governo se colocou. Onde já se viu prender a vítima

futura e deixar livres os que contra ela praticaram o crime de ameaça, previsto no Código Penal Brasileiro? Será a lei penal inaplicável pelo fato de pertencerem os criminosos às Forças Armadas ou a uma facção militar apelidada "linha dura", espécie de transposição para a vida política da Nação do grupo de arruaceiros do antigo clube dos cafagestes? E que Forças Armadas são estas, cujos regulamentos disciplinares não impedem os crimes de seus membros ou cujos chefes são incapazes de aplicá-los? Com que autoridade estes chefes, que se omitem hoje face ao crime, poderão amanhã exigir de seus subordinados a obediência à disciplina, à hierarquia, à lei e à tranquilidade pública?

Sr. Presidente, ceifando a presença de grupos terroristas que se aproveitavam da indignação gerada pelo luto conspurcado, o marechal Costa e Silva praticou uma violência. O exemplo que deu outras violências gerará, pelas bombas, pelo assalto, pela destruição das instituições sociais de nossa terra. O caminho da ilegalidade escolhido pelo governo fatalmente produzirá outros crimes e ilegalidades, ameaçando toda a Nação a menos que seja corrigido logo, já, pela aplicação da lei a todos, cafagestes ou não, armados ou desarmados. (Muito bem)

"CORREIO DA MÃNHA"

- 9 MAR. 1965

Os católicos

Márcio Moreira Alves

Há vinte ou trinta anos que a Igreja Católica parecia ter caído, no Brasil, em uma espécie de marasmo social. A mensagem do Cristo já pouco atingia a juventude, principalmente os rapazes. O catolicismo dava a impressão de ter perdido sua índole de permanente renovação espiritual, sua capacidade de influir na estrutura da sociedade brasileira segundo os evangélicos princípios de justiça e igualdade. Com isto, diminuía sua capacidade de proselitismo sobre os espíritos menos contemplativos. É certo que jamais houve descontinuidade nas obras pias da Igreja, mas tomavam elas um aspecto meramente assistencial, paliativo. Não obedeciam a programas globais, de influência estrutural e os homens e mulheres que a elas piedosamente se dedicavam pareciam, muitas vezes, estarem antes saldando uma dívida individual de consciência que participando de um movimento organizado de reforma.

A volta da Igreja Católica à militância social foi, sem dúvida, o mais importante acontecimento político dos últimos anos no Brasil. Perto do que representa como influência perene, o golpe de 1.º de abril, o governo Jango, a renúncia de Jânio e todos os demais episódios que perturbaram a vida nacional nas últimas décadas encolheu na escala de grandezas. As encíclicas sociais de João XXIII e a de Paulo VI abriram um horizonte completamente desconhecido para os jovens católicos brasileiros. Não mais separaram eles a atividade espiritual da ação social, separação que findava anteriormente em prejuízo da primeira. Sentiram um fervor novo, um novo espírito de missão. Guiados pelas resoluções dinâmicas da Conferência dos Bispos do Brasil, trabalhando sob as ordens diretas de padres

como eles jovens e como eles entusiastas, partiram para uma luta múltipla e o efeito de sua ação começou a fazer-se sentir em todos os fronts do conflito nacional — desde o movimento estudantil, onde uma força organizada passou a enfrentar a influência comunista, aos movimentos de educação de base e à organização dos sindicatos rurais onde, mais uma vez, competiam com o PC.

Os representantes do imobilismo social que se aliam aos militares responsáveis pelo 1.º de abril e terminaram empolgando o poder perceberam exatamente o perigo que a ação social da Igreja representava para suas posições de privilégio. Dai terem influído, desde o primeiro dia, no sentido de que as perseguições se concentrassem nos católicos.

Por toda parte vimos os rapazes e moças da Ação Católica sendo caçados e encarcerados como subversivos. Em Pernambuco três padres tiveram de partir para a Europa como alternativa a um longo estágio na cadeia. Os sindicatos rurais que criaram só agora começam a renascer timidamente. O Palácio do Arcebispo de Olinda e Recife esteve cercado e ameaçado de invasão. O convento dos Dominicanos de Belo Horizonte foi invadido e sua biblioteca revirada. O padre Silos, de Ribeirão Preto, esteve preso muitas semanas. O Movimento de Educação de Base, patrocinado pela Conferência dos Bispos, foi acusado de comunizante e a cartilha que preparara apreendida pela polícia do sr. Carlos Lacerda, antes da "revolução", em um prenúncio do que estaria por vir.

Em Goiás, o padre Rui, secretário da Educação, que realizara uma obra talvez sem igual no País, teve seus direitos políticos cassados e está hoje em Paris. Os noivos Cosme Alves e Isa Guerra estão até hoje presos no CENIMAR. Eram dos mais ativos líderes da JUC. O arcebispo de Brasília, Dom Newton de Almeida Batista, foi acusado de subversão em um IPM. O arcebispo de Belo Horizonte, Dom João Rezende Costa, teve de usar de extrema energia para impedir que seu palácio fosse invadido por uma malta de energúmenos policiais. As freiras que em Uberaba mantêm uma Faculdade de Filosofia, também só a muito custo conseguiram repelir interferências militares. Nesta cidade de São Sebastião, ficou célebre o entrevivo entre o pároco de Brás de Pina, padre Artola, e o governador Lacerda, que queria mudar a muque a população favelada. E até hoje o pároco de Olaria, padre Montoja, está preso, acusado de ser comunista! A acusação seria ridícula, não tivesse implicações sinistras. O padre Lage, primeiro suplente da bancada federal do PTB de Minas Gerais, está preso há onze meses, doente e maltratado. Seu caso é um escândalo para a consciência humana do País.

Estes exemplos, tomados ao acaso da memória, demonstram não apenas a extensão das perseguições como sua organicidade. Violências tão sistemáticas não surgem ao acaso — obedecem a um plano maduramente elaborado. E este plano, torna-se mais evidente quando vemos o esforço das áreas governistas em prestigiar a parcela, infelizmen-

te ainda existente, mais retrógrada do clero. Houve ainda tentativas de jogar organizações católicas umas contra as outras.

Qual a causa dessa ação política e policial contra a Igreja? Só tenho uma explicação — os homens que empolgaram o poder na tentativa de fazer o Brasil voltar aos "bons" tempos da liderança de uma elite econômica colonial souberam diagnosticar o perigo. Sabiam que pouco teriam a temer dos comunistas, divididos entre si, ineficientes e com poucas possibilidades de proselitismo. Sabiam ainda que, se fosse real a ameaça comunista, teriam, para combatê-la, o auxílio externo e, no mínimo, o apoio passivo da maioria dos brasileiros. Mas contra os católicos não poderiam contar com este apoio e passividade. Tinham de resolver o problema por conta própria. E tinham de resolvê-lo rápido, em virtude do prestígio da Igreja perante grandes massas populacionais, inclusive as mais humildes e especialmente as do Nordeste. E este prestígio estava-se voltando contra seus privilégios e a estrutura social arcaica do qual decorriam.

A tentativa de anular a ação social da Igreja no Brasil continua em curso. É um perigo contra o qual todos os católicos — e sobretudo a hierarquia eclesiástica — devem estar atentos. Não creio que o sucesso esteja garantido. É uma verdade histórica que as ditaduras latino-americanas começam a decompor-se do momento em que entram em conflito com a Igreja. Mas a decomposição pode ser lenta — tal como a do poder nazista, que ainda teve forças para fazer o massacre do gueto de Varsóvia — e em seu processamento causar males profundos ao rejuvenescido espírito de militância católica que com tanta esperança víamos surgir.

"CORREIO DA MANHÃ"
4 AGO. 1965

Feira, 4 de Agosto de 1965

1.º Caderno

Despesas Militares

Marcio Moreira Alves

O cronista Rubem Braga, fiel a suas tradições de ornitólogo e velho lobo do mar, fez uma viagem no *Almirante Saldanha*, antigo navio-escola hoje transformado em navio-oceanográfico. Ficou impressionado com a intensidade do trabalho de pesquisas, com a agitação da rapaziada nos laboratórios e com a minúcia dos levantamentos que estão sendo feitos. O navio afasta-se da costa em ziguezague, parando a cada duas horas para medições de profundidade, análise das águas e levantamento das quantidades de plâncton oceânico, as minúsculas algas e animais que são o pasto dos grandes cardumes. O trabalho, em parte custeado pela UNESCO, destina-se a fazer um levantamento inicial de nossa grande riqueza esquecida, o mar.

O entusiasmo de Rubem Braga por este ramo de atividades da Marinha de Guerra fez-me lembrar o entusiasmo igual que senti quando, pela primeira vez, vi os aviões do Correio Aéreo Nacional abrindo as picadas da civilização na rota do Xingu, servindo de único traço de ligação entre os desbravadores de Capitão Vasconcelos, Cachimbo e Jacaré-acanga e o resto do Brasil. A beira do Tocantins, no meio da mata, senti que ao menos parte dos recursos imensos que o País destina às Forças Armadas estava sendo reprodutivamente empregada, voltava-se para o esforço comum de desenvolvimento nacional. A revelação serviu também para que lastimasse ainda mais não terem esses recursos uma política de aplicação exclusivamente reprodutiva. Na verdade, os orçamentos militares, que consomem um terço das disponibilidades do Tesouro, deveriam ser dirigidos para os pontos críticos de estrangulamento econômico. Deveriam ser debatidos longamente, da mesma forma como o é o orçamento do Ministério da Educação ou o do Ministério da Viação. Pelo fato de ser aplicado por brasileiros fardados não há razão para

que da formulação política de suas linhas mestras sejam afastados os brasileiros paisanos. Creio que um dos principais motivos do crescente sentimento popular antimilitarista está, exatamente, no mistério com que os militares cercam seu trabalho e na timidez que os civis demonstram em pedir-lhes contas. No Congresso, quando se votam os créditos militares, os parlamentares aceitam como palavra evangélica as informações do Executivo e os pareceres dos relatores, geralmente militares no exercício de mandatos. Com isto recusam às Forças Armadas uma colaboração que, embora pudesse provocar alguns crimes iniciais, seria provavelmente preciosa.

O Brasil é um País pobre. Cada cruzeiro tem de ser gasto corretamente. Como de cada três cruzeiros do Tesouro um vai custear despesas militares, é importantíssimo que estas despesas se integrem em um plano orgânico de desenvolvimento, em vez de serem desperdiçadas.

A política militar no Brasil, como qualquer outra política, é, basicamente, um problema de formulação educacional. Conseqüentemente, partindo do princípio, seria salutar a abolição do sistema de preferência para filhos de oficiais no preenchimento de vagas nos colégios militares. Esta preferência não apenas cria um privilégio antidemocrático como tende a um recrutamento profissional mediocre. Da mesma forma como o filho de um médico pode não ser o de maior vocação para a Medicina, o filho de um militar pode não ter vocação para as Forças Armadas, nelas ingressando apenas por lhe serem oferecidas maiores facilidades.

A educação dos cadetes, por sua vez, caso fosse orientada para o suprimen-

to das necessidades nacionais, seria certamente mais eficiente e evitaria alguns vexames que, no poder, nossos oficiais andam dando ultimamente. A ênfase deveria ser colocada não nos problemas clássicos de guerras que jamais serão travadas, mas na tecnologia moderna, que prepararia melhor os oficiais para os cargos a que são e, em virtude da escassez de quadros, serão ainda por muito tempo chamados a exercer na administração e na vida civil. Os franceses, com muita propriedade, chamam a arma de Engenharia "*le génie militaire*". Devíamos tomar a expressão génio ao pé da letra e termos mais oficiais de Engenharia que de Infantaria. Os intendentes deveriam ter, obrigatoriamente, especialização em administração de empresas. Os artilheiros seria físicos, sabendo mexer em foguetes, combustíveis sólidos, indo até os estudos atômicos que, a princípio voltados para a guerra, fatalmente se diversificariam para as aplicações pacíficas. Ao menos se estariam preparando melhor para sua missão específica de proteção da soberania nacional, em vez de engolir teses de desnuclearização da América Latina como se fossem pedaços de inocente goiabada. A tese da não-fabricação de bombas nucleares só pode ser aceita nos termos em que a Índia a estuda — país teoricamente capaz de construir a bomba, preferiria recebê-la pronta de outras potências a ter de fazer o investimento supérfluo em sua construção. Mas conservaria o poder de controle e estaria capacitada a levar a morte aos que a trouxessem ao seu território. De outra forma, seria entregar-se de pés e mãos atados ao domínio de potências estrangeiras. Quanto aos infantes,

em vez de ficarem gozando a comodidade das grandes cidades, onde são inúteis ao desenvolvimento, as concentrações de tropas do gênero da Vila Militar, teriam de varar mundo. O exemplo de Rondon é venerado por todos mas seguido por poucos. As guarnições de fronteira e do sertão, que têm, realmente, um papel desbravador, são consideradas castigo.

As universidades brasileiras têm inensos problemas financeiros para manterem seus cursos básicos e tornarem seus institutos de pesquisa. Muitos poderiam ser subvencionados pelas Forças Armadas, que deles participariam organizadamente e não através de esforços esporádicos e individuais, como presentemente ocorre. O ITA, uma das melhores escolas de engenharia aeronáutica do mundo, tem mais alunos civis que militares. No entanto, todo oficial da Aeronáutica, para ser promovido além de um certo posto, deveria ter de por lá passar. E o papel que a Aeronáutica poderia representar no levantamento das riquezas naturais do Brasil? Em vez de termos a USAF fazendo a aerofotogrametria do filé *mignon* de nossas jazidas minerais, o serviço seria feito por brasileiros, os filmes seriam aqui revelados, interpretados e guardados, só indo parar nas mãos dos cartéis internacionais se o quiséssemos. A Marinha, igualmente, pensaria menos no *Belo Antônio*, monumento de inutilidade ancorado na Guanabara, e mais em fazer a colheita do mar. Um batiscavo vale todos os submarinos obsoletos que temos. O *Almirante Saldanha* deveria ser multiplicado cem vezes.

Tudo isto, evidentemente, são divagações inúteis enquanto a cúpula militar e civil continuar preocupada com golpes, vetos e leizinhos. Mas há de vir uma geração nova, preocupada apenas em fazer desta terra um País de verdade, cuja soberania será de fato e não, simplesmente, consentida.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(4/10/1968)

Tece pesadas críticas às
Fôrças Armadas, alega que
o Brasil está se transfor-
mando em um estado de ja-
gunços. Que no seio das
FFAA, existe um bando de
proveitadores e até cri-
minosos".

O SR. MARCIO MOREIRA
ALVES:

(Comunicação. — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faltando, ontem, aos que compõem o que já chamou de "o meu partido", ou seja, aquelas instituições que o povo brasileiro aprendera a considerar como apolíticas e defensoras das leis e das fronteiras, o Marechal Costa e Silva disse que "tudo o que fui o que sou devo ao Exército". Em seguida, homologou, pela referência, acusações de subversão que a toda a mocidade atingem, acusações de terrorismo intelectual e acusações de damage a aos que denunciam a miséria, a fome e a doença, que são a triste herança da maioria do povo brasileiro. Finalizou, considerando já intoleráveis as provocações irresponsáveis que são dirigidas contra as Fôrças Armadas, que ele considera uma parcela das classes produtoras, e não, como as consideravam Caxias, Rondon e Horta Barbosa, operários da construção e do desenvolvimento da paz no Brasil.

É lastimável que um Presidente da República considere dever ao Exército e não à Nação o cargo que ocupa. É lastimável, mas verdadeiro. Sem dúvida, se ao povo brasileiro tivesse sido dada a oportunidade de escolher, em eleições livres e diretas, o seu Presidente, não seria ele, hoje, o Marechal Costa e Silva, ou qualquer outro dos que do povo retiraram este dever sagrado.

Mas a observação é ainda mais trágica, quando vemos o que estes homens fizeram, ao longo de quatro anos, pelo patrimônio nacional que era o respeito e o amor dos brasileiros às Fôrças Armadas, que eles agora chamam o seu partido. Em primeiro lugar, em vez de restaurarem, como era devido, destruíram a disciplina. Vemos, inúmeras e frequentes vezes, generais, coronéis, e até capitães, tenentes e mesmo sargentos da Força Pública, desrespeitarem as ordens, as autoridades, a Constituição, as leis e, inclusive, o direito natural. Como ficam impunes os crimes que praticam, a disciplina é rompida e entramos em um processo acelerado de transformar o Brasil em um estado de jagunços. Em segundo lugar, destruíram ainda estes homens a confiança que todos tínhamos em nossos soldados, como preservadores da soberania nacional.

Foi um Governo militar, o do Marechal Castelo Branco, que transferiu as fronteiras de Brasil, do seu sentido geográfico e histórico, para um sentido de fronteiras ideológicas internacionais, que deveriam ser traçadas segundo os interesses da nação líder do Continente em que vivemos, ou seja, dos Estados Unidos.

Hoje, nas Fôrças Armadas, homens como Fery Bevilacqua são, parece, exceções gloriosas de um passado que se tornou remoto. Na verdade, as acusações que fazemos, todos, dessas deturpações e deformações das funções históricas das Fôrças Armadas brasileiras, revelam um amor e um respeito muito maior a essas instituições do que os demonstrados por alguns militares que, aproveitando-se da sua condição de militares, falaram em nome de todos os seus colegas que operosamente permanecem nos quartéis, para, em nome desses operosos, conquistar e usufruir o poder, conquistar e usufruir às vezes com requintes de luxo e de prazer os cargos públicos desta Nação.

Na verdade, essa pequena minoria de aproveitadores é que destrói o conceito histórico das Fôrças Armadas perante o povo, é que cava um fosso entre civis e militares para seu próprio benefício, em detrimento de toda a Nação.

Acredito serem necessárias essas denúncias. E — muito mais importante — ser necessário que o grosso da oficialidade das Fôrças Armadas verifique o que está fazendo em seu nome esse bando de aproveitadores, dentre os quais existem alguns criminosos. Pois só retomaremos o desenvolvimento e conquistaremos a paz necessária a esse desenvolvimento, quando deixarem de usar como escudo as Fôrças Armadas, para lançá-las contra o povo, e acreditando no povo, as Fôrças Armadas lhe restabelecerem o direito de autogovernar-se. (Muito bem.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

4.09.1968

Prega o boicote à Parada de 7 de Setembro. Pede que cessem todos os contatos entre civis e militares.

OBS: Publicado já tendo sido retiradas algumas expressões ofensivas.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto, isso não basta. É preciso se estabelecer, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Poranto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também — sempre falando de mulheres — às mães, àquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da guerra dos Embocadas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam a Nação, recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome.

Creio Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta "democracia", este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este País volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos dos seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Cratéis, que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores. (Muito bem.)

" Diz que o Ministro do Exército promove os torturadores. Que o País está marchando para o caos. "

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, um defeito no microfone me impediu hoje para a direita.

Antes de começar o meu discurso, desejava ler a nota que jornalistas credenciados junto à Câmara dos Deputados lançaram sobre os acontecimentos da Universidade de Brasília:

"Os jornalistas credenciados junto à Câmara dos Deputados, por intermédio de seu comitê de imprensa, condenam, com toda a veemência, a invasão policial-militar da Universidade de Brasília.

Ao se solidarizarem com os universitários brasileiros, a sua justa repulsa aos atos de brutalidade e de agressão à pessoa humana, expressam, sobretudo, a confiança de que os autores do inominável atentado sejam exemplarmente punidos: mandantes e mandatários.

Brasília, 2 de setembro de 1968.

— *Almyr Gajardoni*, Presidente".

Sr. Presidente, longamente preparei para hoje uma análise dos projetos e dos estudos da reforma da Universidade brasileira, feitos pelo Governo brasileiro. Havia preparado o trabalho no pressuposto de que o Governo Federal e a Liderança da Maioria estavam interessados em efetivamente debater e realizar a reforma universitária. As contínuas violências praticadas contra estudantes e contra as universidades tornam inteiramente impossível qualquer debate sobre a reforma do ensino superior. A fotografia que ontem publicou o Jornal do Brasil — a bota de um miliciano arrombando um laboratório da Universidade de Brasília — é o exato retrato da política universitária deste Governo. As atrocidades cometidas quinta-feira, nesta cidade, a nova invasão da Universidade na noite de ontem, com a prisão de estudantes e professores, inclusive com a detenção, durante algum tempo do filho do Governador

do Ceará, que a Brasília chegara no avião do Ministro das Minas e Energia apenas na véspera, demonstram que este Governo tem como política para o programa do ensino superior exterminar os universitários e destruir a Universidade. Ouço V. Ex., Deputado Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Deputado, o simples fato de não haver a Presidência da República afastado o Diretor do Departamento de Polícia Federal e o Comandante da Polícia Militar de Brasília, sem falar no Ministro da Justiça, o simples fato de essas autoridades continuarem no exercício dos cargos está a demonstrar que o Sr. Presidente da República não quer apurar coisa alguma. Ao contrário, S. Ex.^a, ao que tudo indica, é solidário com o crime monstruoso perpetrado quinta-feira. É preciso assinalar que enquanto V. Ex.^a profere esse discurso enquanto outros Srs. Deputados falam no Grande Expediente e na Ordem do Dia, vemos a cadeira da liderança do Governo inteiramente vazia. Não há líder, nem Vice-Líder, ninguém, e este País caminha sabe Deus para onde.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES

— Nobre Deputado Chagas Rodrigues, saudamos, como um aparecimento raro e talvez alvissareiro, a presença no Plenário do nobre Líder Ernâni Sátiro. Na sexta-feira passada, a Liderança do Governo, em face do clamor de todas as classes, das mães, das esposas, da Associação Comercial, dos mestres, para não dizer já da Ordem dos Advogados, dos estudantes e dos políticos, que, contra a brutalidade cometida na Universidade, se levantava, deixou naquela cadeira um Vice-Líder completamente desinformado, em desrespeito, não à Oposição, mas à Maioria do seu próprio Partido, que, pelos microfones e pelos manifestos externou com coragem e altivez o seu protesto contra aqueles atos de vandalismo. Creio que o fato de o Sr. Líder da ARENA ter estado no Congresso durante duas horas de sessão e aqui haver aparecido apenas à porta do Plenário e dele rapidamente se retirado, sem sequer dar ao seu companheiro, no exercício da liderança de plenário, as informações das conversas que tivera no Palácio do Planalto, demonstra tão-somente o desprezo do Executivo para com esta Casa e para com a sua própria Liderança nesta Casa, que, indo ao Palácio do Planalto para informar-se, sequer conseguiu avistar-se com o Presidente da República, limitando seus contatos ao Chefe da Casa Militar, Jaime Portela.

Mas a Nação reclama, para sua tranquilidade, a adoção de providências concretas e urgente. Ninguém mais está disposto a acatir as meras declarações oficiais de que, sobre o massacre de Brasília, será aberto rigoroso inquérito — e abro aqui um parêntesis para saudar a nova ausência do Líder Ernâni Sátiro do plenário...

Todos conhecemos a espécie de rigoroso inquérito que este Governo abre sobre os criminosos que em suas fileiras se abrigam. O IPM, aberto em Pernambuco pelo General Antônio Carlos Muricy, sobre torturas de presos políticos, concluiu que havia torturados, mas não apurou os torturadores.

Seus nomes, e bem verdade, são conhecidos no Brasil inteiro. São conhecidos, também, no Ministério do Exército, que promove os torturadores, uma vez que no Brasil de hoje torturar um preso inerte parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar.

Mas, no inquérito do IPM, os que quebraram as costelas e as vértebras de Waldyr Ximenes não foram apanhados, nem aqueles que torturaram e

seviciaram centenas de outros prisioneiros..

No Rio de Janeiro, como disse o Deputado Hermanno Aives, apurou-se que Edson Luis de Lima Souto fôra fuzilado pela Polícia Militar, apuraram-se os nomes dos fuzilantes, mas não se tomou nenhuma providência para puni-los.

Quando ficou demonstrada a tortura dos irmãos Ronaldo e Rogério Duarte, apressou-se o então general comandante da Vila Militar a negá-la. Posteriormente, um inquérito foi realizado por ordem do Ministro do Exército, quando já os nomes de alguns dos torturadores e os números das viaturas utilizadas eram conhecidos da Polícia. Que resultou do "rigoroso inquérito", se é que houve? Simplesmente o envio ao Senado Federal de uma mensagem nomeando para Embaixador nas Guianas o General José Horácio da Cunha Garcia, que tão afoitamente se preocupava em tachar de mentirosos os que apontavam as torturas e negar a sua própria existência. Se punição houve — e parece que o Coronel Goulart Câmara realmente foi punido com uma prisão domiciliar de trinta dias — foi ela guardada no sigilo dos documentos secretos do Exército Nacional.

Portanto, o que nesses quatro anos nós aprendemos a esperar dos "rigorosos inquéritos" é que eles garantam apenas a rigorosa impunidade dos criminosos que servem ao Governo. (Muito bem.) E mais: aprendemos também a saber que fazer passeatas, fazer greves, participar de congressos da UME ou da UNE é ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, mas jogar bombas, assaltar bancos, matar soldados é ser encaminhado à justiça civil. Este foi o tratamento que, por serem extremistas de direita, os terroristas aprisionados em São Paulo tiveram por parte deste mesmo Governo.

O Sr. Cid Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Um momento só, nobre Deputado Cid Carvalho.

Mas o desvelo do Governo para com os terroristas que com seus ideais comungam é de tal ordem, que chegou a ordenar que os terroristas presos em São Paulo saíssem do DOPS e das prisões com um capuz na cabeça, para que não fossem fotografados e para que a imprensa não apontasse ao povo as suas fisionomias.

Ouço V. Ex.^a, nobre Deputado Cid Carvalho, com muito gosto.

O Sr. Cid Carvalho — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, V. Ex.^a pôde presenciar, por ocasião da invasão da Tcheco-Eslováquia, a irrupção de revolta contra aquela atitude despótica, por parte de diversos membros da ARENA. Naquele momento, todos nós, que compomos a bancada da Oposição, viemos à tribuna para denunciar aquela atitude, e denunciávamos porque, coerentemente, nos achamos, no plano interno, engajados também numa luta contra o despotismo e pela restauração democrática neste País. V. Ex.^a deve ter ouvido, em cochichos, diversas lamúrias de companheiros da ARENA sobre o quadro atual da vida brasileira. Ainda há pouco subia comigo no elevador um parlamen. da ARENA, que, apavorado, me dizia: "O País está marchando para o caos. Há um plano premeditado de marcha para a ditadura". Mas o que até, nobre Deputado, temos o direito de exigir é que os companheiros, aqui, dessa Bancada ausente, sintam que têm o dever de lutar pela própria sobrevivência e que a lamúria não há de ser a contribuição que eles pos-

N8-PRO.C55.214.S,p.185

de toda essa ato de vandalismo

A responsabilidade administrativa direta ^{de toda essa ato de vandalismo} é dos governadores dos Estados, que entregaram o comando das polícias a um grupo ^{de} ~~de~~ ^{que conta} com a cobertura de certos setores do Governo Federal. Enximiram-se os governadores dos deveres que têm para com as populações ^{que} administram; fecham os olhos para o ^{banditismo} que impera na polícia política; pedem demissão não apenas da sua condição de governantes, como da sua condição de homens ^{dignos} ~~que deveriam ter dignidade e vergonha~~. Até quando, perguntamos, o governador da Guanabara, Sr. Francisco Negrão de Lima, poderá ficar derramando lágrimas de ^{traqueza} crocodilo sobre o cadáver de jovens que são fuzilados ^{em virtude da sua} ~~em virtude da sua~~ ^{missões} pusilanimidade?

E quem são os homens a quem está entregue a segurança, melhor diria, a insegurança das cariocas?

Luiz Igrejas, Coronel aposentado, ex-dirigente da LIDER, organização terrorista ^{de} direita, que foi dissolvida pelo Marechal Castelo Branco, e que é ~~antecessora~~ a precursora do atual CCC. É ele o Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança, General Luiz França de Lima, nomeado por indicação do Marechal Costa e Silva.

O Chefe do Serviço Externo da Superintendência de Polícia Executiva, que ontem comandou o massacre no Hospital das Clínicas da Guanabara ^é detetive João Boneschi. Quem é? A 27 de maio de 1964, ~~às~~ das 14 às 17 horas, este homem torturou com espancamentos, em companhia do agente do CENIMAR, Solimar Adilson Aragão. Em agosto de 1964, juntamente com ~~solimar~~ Solimar e o alcagüete Sérgio Alex Toledo, torturou o engenheiro Arnaldo Mourthé. A 22 de julho de 1964, juntamente com o capitão de corveta ~~ESPER~~ Darcy, Sérgio Alex Toledo e Solimar, torturou o ex-diretor da Associação de Marinheiros do Brasil, Avelino Capitani. A 22

comparsas, o ex-marinheiro Antônio Geraldo da Costa. Em agosto de 1964, no CENIMAR, com os mesmos comparsas, torturou o bancário e estudante de Direito Guido Afonso Duque de Norie. Na noite de 22 a 23 de julho de 1964, torturou o ex-marinheiro Severino Vieira de Souza.

Este homem, com este passado, que havia sido pôsto de lado durante alguns anos na Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, volta agora, juntamente com o ex-dirigente da LIDER, à evidência. E qual é esta evidência? A invasão de hospital, o tiroteamento da população nas ruas, e tudo isto sob a cumplicidade do silêncio ^{regulador} do Governador do Estado da Guanabara.

Sr. Presidente, todos nós temos reiteradamente clamado contra os crimes que se praticam no País, acobertados pelas autoridades encarregadas da segurança pública. Todos nós reconhecemos hoje que não existe mais lei no Brasil. A lei que aqui impera é a do tabuco, é a do jagunço.

Sinto que declinamos para o plano do terrorismo, para o fechamento das instituições, para a suspensão das garantias. Todos nós, no ar, vemos a ditadura terrorista se aproximar. Sentimos que vivemos o momento em que é prestes a implantação do nazismo em nossa terra.

O SR ARRUDA GIMARA - Não apoiado.

Todos nós, diante desses crimes manifestadamente praticados por autôridades, reiteradamente condenadas por todos os que sentem amor a esta terra, verificamos que é preciso dar o "Basta!", é preciso parar com tudo isso, é preciso que se tenha a coragem de fazer como ontem fez um oficial da Aeronáutica, o Major Jundaí dos Santos, que, tendo sido parado à frente do hospital invadido pela polícia ~~(de proteção)~~ ^(de proteção) tendo sido por ela revistado, declarou que, se tivesse um revólver, estaria ao lado dos estudantes, combatendo contra aqueles bandidos. Por isso, esse bravo oficial está recolhido ao DOPS do Estado da Guanabara.

A resistência que temos de travar é uma resistência animada de todos os partidos, porque é resistência pela Nação, é resistência que não vê as facções políticas, é resistência que não vê a hierarquia, mas vê apenas os brasileiros. É preciso que o clamor que das ruas nasce, que o sangue derramado pela juventude frutifique em um movimento que acabe com esse terrorismo, que acabe com a ilegalidade, que acabe com a lei do trabuco, que acabe com essa lei tremenda e terrível que é a da segurança nacional, feita para proteger o trabuco e os jagunços e que reimpõe neste País a democracia. Enquanto não tivermos coragem para, unidos, travar esta resistência, estaremos apenas entregando o nosso pescoço e o pescoço dos nossos filhos ao cutelo dos carrascos. (Muito bem)

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES Complexão Passal. Sem restrição de condor

Sr. Presidente, após o discurso que acabo de proferir, ouvi, no plenário, reclamações contra o emprêgo da palavra bandido, que fiz em referência aos elementos que assaltaram o Hospital das Clínicas, ~~em~~ da Guanabara. [Não conheço nenhuma ^{contra} palavra para qualificar homens que jogam bombas dentro de berçários, que ~~com~~ ^{atacam} tiros ~~em~~ ^{com} os ~~do~~ ^{do} ~~do~~ ^{do} cirúrgicos, que fazem ~~em~~ ^{com} que ~~em~~ ^{com} antes sejam removidos, inclusive, ~~um~~ ^{um} o soro intravenoso ainda pendurado nos braços.

OBRIGADO

Portanto, Sr. Presidente, creio ser parlamentar o emprêgo da palavra usada em referência a homens que ~~assim-praticam~~ ^{assim} ~~agora~~ ^{agora} neste País (Muito bem).

30.1.68 - 13.50 - Eliana/Jair (Concl. Sr. Celestino Filho) 11/1

Daqui fica portanto, Sr. Presidente, o apêlo ao Poder Executivo para que olhe essa parte e procure remeter para a Câmara, ~~XXXXXXXXXX~~ ~~XXXXXXXXXX~~ o mais rápido possível, os projetos de leis complementares.

Só assim poderemos dar aplicação a determinados dispositivos constitucionais que não são auto-aplicáveis. (Muito bem.)

DCN 31 Jan 68 P₃ 454

11/2

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES (Comunicação - Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, os líderes do Governo e seus porta-vozes habituais insistem em declarar que a mobilização militar de quatro Exércitos, que intranquilizou o povo durante o último fim de semana, foi meramente um exercício de rotina.

Essa tentativa de tapar o sol com a peneira não chega sequer a ser mais uma desculpa esfarrapada. O que houve realmente foi o seguinte: na última 5a. feira, à noite, por ordem do Ministro da Guerra, os Comandos da Vila Militar do Rio de Janeiro reuniram a oficialidade para declarar o seguinte: existiria uma conspiração em marcha chefiada pelo Sr. Carlos Lacerda, com apoio talvez das Polícias Militares de Minas e de São Paulo. Em consequência, a partir daquele momento, os oficiais estavam todos ligados à 2a. Seção, tendo por obrigação reportar o estado de espírito dos sargentos, alguma mobilização do povo e de tropas que, acaso, vissem nas ruas, as conversas que escutassem e, sobretudo, as conversas que com eles viessem a ter elementos encarregados de aliciá-los para uma conspiração. Essa desculpa, também esfarrapada (segue Antônio)

Esta desculpa, também esfarrapada, do Comando do I Exército, revela, simplesmente, o seguinte: o que houve ~~xx~~ sexta, sábado e domingo, foi um ensaio-geral de golpe militar. E, por que este ensaio-geral? Porque uma minoria militarista, dentro das Forças Armadas, minoria que se manifesta, ora em uma churrascaria, no Rio de Janeiro, onde 128 oficiais se reúnem; ora pela palavra de alguns generais, apresentando reivindicações militaristas ao Comando reunido; ora nas conspirações palacianas, dentro do governo, baseou-se em uma pesquisa de opinião pública na qual foi verificado o descrédito em que caíram as Forças Armadas, por ela comandadas nos últimos três anos. E partiu para a conclusão de que este descrédito é resultado não do que seria lógico, ou seja, da usurpação dos poderes constitucionais, feita por uma minoria militarista que fracassou política, econômica e socialmente, mas da aliança que esta minoria teve de fazer com o poder civil, durante o seu governo, já de quase quatro anos. Por conseguinte, pretende, simplesmente, o enfeixamento do Poder em mãos militares, o alargamento do fôssco entre ~~xxx~~ civis e militares, entre militares e o povo. E pretende, também, anunciadamente, manter em mãos militares a Presidência da República.

Sr. Presidente, o jornalista ~~Edmundo~~ Edmundo Moniz analisa hoje estas três alternativas~~x~~ que existem no sistema militarista brasileiro. Deixar como está para ver como fica, o que quer dizer: estagnação, a inapetência administrativa do Marechal Costa e Silva, em Petrópolis, como um aposentado em veraneio, a preocupar-se com hortências, com passeios,

(Estevam)

30.1.68 - 13,54 - Es. Ond. - Jair (Concl. o Sr. Márcio Moreira Alves) 13/1

com passeios a pé e com festas de milionários. Segundo, um novo Ato Institucional, que, cedo ou tarde, provocará uma guerra civil e banirá definitivamente do poder essa minoria militarista. E, terceiro, a abertura geral da redemocratização, com eleições diretas, com anistia, com a convocação de uma Constituinte, com liberdade, com reformas e com desenvolvimento.

Essa, a meu ver, é a única alternativa para o Brasil, para um país de 85 milhões de habitantes, onde os oficiais das Forças Armadas, somados, não chegam a 15 mil, a maior parte dos quais não está de acordo com a ditadura militar. Essa é a única alternativa que evitará a guerra civil, o derramamento de sangue e que essa falsa indiferença popular se transforme em rebelião. Porque é preciso que se advirta, que se previna, que se diga que a indiferença popular que assistiu ao ensaio-geral de golpe de Estado, sexta, sábado e domingo, não representa indiferença para o desfile de escolas de samba que pretendem fazer com os tanques do Brasil. É bom que os militaristas não tentem cutucar com vara curta o desespero de um povo que, embora desarmado, não pretende viver para sempre no terror, na miséria e na dominação de ~~grupos~~ grupelhos nacionais e estrangeiros. (Muito bem)

(S/Galvão)

Márcio: Nego que haja injuriado

Fôrças Armadas

13/12/68

BRASÍLIA (O GLOBO) — Na sessão da Câmara em que ia ser decidida a sorte de seu mandato, o Deputado Márcio Alves proferiu um longo discurso, de defesa, cujos pontos principais, em síntese, podem ser assim articulados:

1 — Não se estava julgando um deputado, mas uma prerrogativa essencial do Poder Legislativo: a liberdade que tem o parlamentar de expressar da tribuna a sua opinião, mesmo pregando atos que a Constituição proíbe, como o de tentar abolir a Federação e a República.

2 — Procura-se criar em torno da concessão ou não da licença uma crise institucional. Se pudessemos evitá-la, abrindo mão de seus direitos, o faria. Mas não acredita que valesse alguma coisa o seu sacrifício ou o de outros deputados.

3 — Responsabiliza o Ministro da Justiça pelo processo formado contra

êle e o apresenta como inimigo do Congresso Nacional: "Quer, por força e a todo custo, retirar de junto do coração do Poder Legislativo o preço que acredita ser-lhe devido".

4 — Não injuriou às Fôrças Armadas e ainda que o tivesse feito, nos processos penais de injúria a ação é liminarmente suspensa quando o acusado nega o seu ânimo de injuriar e o acusador aceita a explicação: "Nego aqui e agora, que haja, em qualquer tempo ou lugar, injuriado às Fôrças Armadas. As classes militares sempre mereceram e merecem o meu respeito".

5 — Rende finalmente suas homenagens ao Deputado Djalma Maranhão ("soube recusar as honras para ficar com a sua consciência") e ao Senador Daniel Krieger ("mostrou que estão vivas as tradições de bravura dos gaúchos").



O Sr. Márcio Alves, logo após a votação, ao ser cumprimentado pelo Deputado Rubem Medina (Radiofoto United Press International — O GLOBO)

MINISTERIO DA MARINHA
COMANDO DO 7º DISTRICTO NAVAL
ESTADO-MAIOR - 2ª SEÇÃO

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 0020/16JAN68/ARME-152

Assunto: DIVERSOS
Origem: Informe nº 005/68 - DOPS/DF.
Avaliação: XXXX
Dis. Anterior: SNI/ABSB, 2ª SEÇÃO, RM, GM-2.
Disseminação: M-20, CENIMAR, SUGAMAR - TATOMAR.

Esta Seção tomou conhecimento dos seguintes Informes:

"Consta que camponeses de Pernambuco, sob a liderança de JOÃO LUIZ DA SILVA, Presidente do Sindicato da respectiva categoria em Pernambuco, com auxílio dos indivíduos JOSÉ ROLTA e JOSÉ FIGUEIREDO DA SILVA, dirigentes da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, pretende realizar uma greve no dia 14 de janeiro, em protesto à Política do Governo.

Comenta-se que os parlamentares: HERMÃO ALVES, MARIO COVAS, MARCIO MORAES ALVES, MARTINS RODRIGUES, OSVALDO LIMA FILHO, REINALDO DE CARVALHO e o Senador MARIO MARTINS, irão a partir do dia 16 de janeiro do corrente ano, fazer sucessivos pronunciamentos contra o governo, apontando como bases: Amazonas, Clero, Arrôcho Salarial, Intervenção nos Sindicatos, Afastamento do Sr. TRAVANCAS, Corrupção aos Meios Sindicais.

Os mencionados parlamentares farão uma série de requerimentos e pedidos de informações a diversos Ministros de Estado.

Dom NEWTON CALHEIRO e DOM HELDER CÂMARA estão sendo trabalhados pela esquerda para cargos eletivos. Sabe-se que Dom HELDER não aceitará, tendo em vista que está sua sagração ao cardinalato.

Outro Bispo que está, sendo sondado para cargo eletivo, é Dom MARCO do cinturão ABC.

D. SARAH KUBTISCHEK será lançada, pelo MDB mineiro, ao Senado Federal, ainda, a senhora NEUZA BRIZOLA será lançada pelo MDB do Rio Grande do Sul.

//////

CONFIDENCIAL

ULTIMA HORA 21-3
68. VER ORIGINAL E

MIGUELARRAIS
**Márcio encontra
Arraes tranqüilo
em seu exílio**

BRASÍLIA (UPI) — "Mas o único juiz é o povo brasileiro. A revisão da suspensão de meus direitos políticos não tem sentido, pois seria admitir o julgamento dos que se apoderaram do poder e se arrojam em julgadores". A afirmação foi feita numa entrevista concedida em Argel, pelo Governador cassado Miguel Arraes ao jornalista-Deputado Márcio Moreira Alves, que acaba de regressar de uma viagem à Índia.

O fato de estar no exílio não significa um afastamento da vida política nacional. Ao contrário, o exílio é um recurso extremo a que se recorre para manter e aprofundar os compromissos com o povo acrescentou

Referindo-se ao MDS e à Frente Amplia, frisou o ex-Governador que os objetivos dos dois movimentos são insubstituíveis, na medida em que não refletem as aspirações de todo o povo brasileiro. Reconheceu porém que os dois são, no momento, os únicos caminhos de que dispõem os que permanecerem no Brasil para combater o atual Governo e o movimento politico-militar que ele representa. Cada um deve lutar de acordo com o que amadurece a sua consciência.

O ex-Governador de Pernambuco está lecionando economia numa faculdade de Argel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou não reconhecem, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetua violências e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam a seu repúdio à violência. No entanto, isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a se estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de Parlamentares da ANTA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro. Os militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os alunos e estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se conscientizasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicoteasse este desfile. Este boicote pode passar também - sempre falando de mulheres - às mães, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 recusassem paulistas da guerra dos Embocbas e recusassem a entrada à porta de suas casas àquelas que vilipendiam a Nação, recusassem

3/9/68

necessitam a decisão daqueles que silenciam e, portanto, se de-
 ploram. Dissentir em silêncio pouco adianta. Necessário se tor-
 na agir contra os que abusam das Forças Armadas, salta-se a agi-
 do em seu nome. Certo, Sr. Presidente, que é possível resolver
 esta crise, esta ditadura, este falso entendimento, pelo
 etc. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo o qual-
 quer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só as-
 sim conseguiremos fazer com que este País volte à Democracia.
 Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não con-
 partem com os demands dos seus chefes, sigam o magnífico ex-
 emplo dos 14 oficiais de Cratoús, que tiveram a coragem e a hon-
 ridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e
 arbitrário dos seus superiores.

.....

NOME MÁRCIO MOREIRA ALVES Deputado Cont. No. 1

DATA

RESUMO HISTÓRICO

ENC Nº 102/68
6ª Z. Aê

Na Tribuna da Imprensa do dia 17 Jul 68, na 1ª página estampa a fotografia do Universitário FRANKLIN MARTINS, filho do Senador MÁRIO MARTINS e membro da "Comissão dos 100 mil", falando aos estudantes que se indisciplinaram com o reitor MÔNIZ DE ARAGÃO.

Esse ato de rebeldia, foi gerado pela recusa do reitor em ceder salas para discussão do FORUM DOS ESTUDANTES. Nessa oportunidade falou aos alunos em solidariedade, atacando o Governo, taxando-o de ditador militar.

ULTIMA HORA 21-3
68. VER ORIGINAL E

MIGUELARRAIS
Márcio encontra
Arraes tranqüilo
em seu exílio

BRASÍLIA (UPI) — "Meu único juiz é o povo brasileiro. A revisão da suspensão de meus direitos políticos não tem sentido, pois seria admitir o julgamento 'in casu' que se apoderaram do poder e se arvoraram em 'sacerotes'. A suspensão dos direitos numa esfera constitucional em Argel não é o mesmo caso de Miguel Arraes no Brasil. Portanto, não há como voltar. Não quero voltar ao Brasil. Eu não quero voltar ao Brasil. O fato de estar no exílio não significa uma afastamento da vida política nacional. Ao contrário, o exílio é um recurso extremo a que se recorre para manter e fortalecer as compromissos com o povo brasileiro."

Miguel Arraes, líder da Frente Ampla, falou o texto e afirmou que não acredita nos dois movimentos das instituições da direita, uma não defendem as instituições de 1964 e outro "brasilista", recuperarem porém, que os dois são, no momento, os únicos caminhos os que dependem os que permanecerem no Brasil para construir o atual Governo e o movimento político-militar que ele representa. Cada um deve atuar de acordo com o que entende a sua consciência."

O ex-governador de Pernambuco está na Alemanha econômica numa faculdade de Argel.

CORREIO DA MANHÃ 28-6-68

MÁRCIO

O deputado (MDB-GB) Márcio Moreira Alves disse, também, em discurso, que "ficou provado, quarta-feira, que os líderes da caminhada do Brasil para o futuro não têm o nome de nenhum dos chefes do MDB, e muito menos, da velharia governista". E destacou: Eles se chamam Wladimir Palmeira, Hélio Pelegrino, padre João Batista, Irene Papi. São estudantes, intelectuais, padres, operários, mães. Têm a coragem de contestar um mundo construído sobre injustiças. Têm a coragem de enfrentar a opressão dos privilégios que, no Brasil, escora-se em um regime militarista. Mostraram que quem tiver um mandato popular e quiser respeitá-lo tem de exercê-lo no meio da rua".

"Resta uma pergunta que poderá ser trágica — prosseguiu o deputado Márcio Alves: será que a lição das ruas entrou na cabeça dos chefes militares? Será que não viram que a única maneira que temos de evitar uma guerra civil e abrir mão da mitologia da subversão que criaram? E restabelecermos as eleições diretas, fazermos uma Constituição nova, democrática, reformarmos de alto a baixo a sociedade e esquecer o passado através da anistia? Se não entenderem isto, — estaremos marchando para dias de muita agitação e sangue" — concluiu o sr. Márcio Alves, em nova advertência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto, isso não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a se estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de Parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também - sempre falando de mulheres - às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem paulistas da guerra dos Emboabas e recuassem a entrada à porta de suas casas àquelas que vilipendiam a Nação, recusassem

3/9/68

Confidencial

NB.PRO.CSS.214.5, P. 201

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO MINISTRO

GM-2/BR



1. ASSUNTO Subversão - 1ª de Maio/68
2. ORIGEM DOPS/BR
3. CLASSIF -
4. DIFUSÃO GM-2/RJ, EMAER
5. DIF ANT SNI/ARJ, CIE/DF e 7ª DN

INFORME Nº 005/EMAER.8
16/04/68

INFORME Nº 01 /GM2/BR

(Em 07 FEV 68)

Esta Seção, tomou conhecimento do seguinte Informe:

DO: Agente P-9

AO: Sr. Chefe da Seção de Investigação da DOP

ASSUNTO: Relatório (encaminha)

Cumprindo determinação de V.S., estive conversando demoradamente com meu informante e, sobre a reorganização de elementos de ideologias esquerdistas, relato o seguinte:

" 1ª) - Os círculos: sindicais, estudantis, camponeses e Parlamentares da oposição, ligados às orientações ideológicas do extinto PCB, estão preparando um esquema subterrâneo de agitações sociais em todos os Estados da Federação, cujo início será a partir de Janeiro do próximo ano.

O plano de agitação constará de comícios, atos públicos, assembleias sindicais e outros movimentos de protesto contra o atual governo.

A finalidade precípua de tais agitações, é preparar o espírito da massa popular para o desencadeamento de um forte movimento no transcurso do dia 1ª de maio de 1968, data esta onde serão realizadas passeatas-"monstro" e concentrações nas grandes capitais e Municípios, organizadas por operários, camponeses e estudantes.

Como principais centros de agitações que estão sendo cogitadas, temos: São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Maranhão, Amazonas e outros.

Todos os movimentos de protestos planejados, terão como base as seguintes reivindicações:

continua ...

Confidencial

Confidencial



- a) - Liberdades Sindicais, Criação de uma central única, nos moldes da central única dos trabalhadores do Chile, que é controlada pelos comunistas.
- b) - Anistia ampla para todos aqueles que foram atingidos pela Revolução de 31 de Março. Eleição direta para Presidente, Governadores etc.
- c) - Revogação da Lei de Segurança Nacional, de Imprensa e bem como: Suplicy e Acôrdo Mec-ISAID.
- d) - Revogação das leis do arrôcho salarial e das fusões dos antigos institutos de Previdencias Sociais.
- e) - Entrega do poder ou do Govêrno ao poder civil e criação de mais dois Partidos politicos.
- f) - Protestos contra o FMI e do dominio dos imperialistas americanos.
- g) - Apóio intransigente ao último manifesto dos Bispos e às encíclicas Papais.
- h) - Protesto contra a internacionalização da Amazônia e compra de material de guerra para as Fôrças Armadas, bem como, o domínio do poder militar no govêrno do Paiz.
- i) - Formação de alianças operárias estudantis, camponesas de unidades em todas as frentes de atividades, concitando o pôvo de tôdas as camadas sociais, para a formação de uma frente única de libertação nacional, dentro do esquematizado pela TRI continental de HAVANA e OSLA.

Tôdas as planificações especificadas, obedecem orientações esquematizadas dos comunistas ainda ligados aos círculos sindicais, estudantis, camponeses, parlamentares, clericais, rurais, intelectuais etc, pretendendo levar avante uma campanha de subversão social contra o atual govêrno da República e as nossas instituições. Outrossim, o PCB já está articulando os seus dirigentes e militantes a endossarem todos os movimentos de protestos que se organizarem e forem às praças públicas, sejam MDB, FRENTE AMPLA, BISPOS e etc.

Acontecimentos no dia 1º de Maio, considerado "DIA D":

- 1 - Concentrações, comícios e passeatas monstro, em São Paulo, Porto Alegre, ABC, Guanabara, Niteroi, Recife, Curitiba, Belém do Pará, São Luiz, Campina Grande, João Pessoa, Natal e outra grandes cidades.
- 2 - Levarão Faixas, cartazes e até retratos dos que chamam vítimas da ditadura militar.
- 3 - Será lançado um manifesto do PCB, no dia 1º de Maio, também às confederações e federações sindicais, organismos estudantis e clericais.

As entidades que já se encontram articuladas nos meios sindicais, são:

CONTAG - CONTEG - CNITT - CNTMOP - Federações e Sindi-

Continúa ...

Confidencial

Confidencial

(Continuação do INFORME Nº 01/1978, de 19/02/68)



catos filiados às Confederações acima citadas e ainda dos metalúrgicos, têxteis, gráficos e dezenas de outras entidades do âmbito sindical nacional.

A Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos, tendo como Presidente LAERCIO FIGUEIREDO PEREIRA, também terá participação ativa no decorrer dos acontecimentos de 1º de Maio.

Os principais representantes de entidades de classes que tomarão parte nas manifestações de 1º de Maio, são:

Raimundo Marinho - Mario de Oliveira - José Rotta - Agostinho José Netto - Mínio de Moraes - Alceu Portocarrero - Demístocles Batista - Rui Brito de Oliveira Pedrosa e dezenas de outros.

A parte de arregimentação em relação aos estudantes, estão sendo feitas através da UNE - UBES - UME - FUEC - CACO e outros.

Quanto aos Deputados que participarão do movimento, cito os seguintes:

Marcio Moreira Alves - Martins Rodrigues - Mario Covas - Hermano Alves - Nestor Duarte - Barbosa Lima Sobrinho - Oswaldo Lima Filho - Jamil Haddad - Alberto Rajas - Fabiano Vilanova - Kurts - Aloisio Caldas e Sebastião de tal.

Posso ainda informar a V.S., que são numerosos os Bispos e Padres que darão apoio ao movimento esquematizado.

O ex-Cabo José Anselmo dos Santos, foi designado pela OSLA, para dirigir um organismo de guerrilhas para a América do Sul, com sede em Havana, orientado pelo PCB cubano.

Ainda, alguns elementos que deverão ser observados por participarem dos movimentos, são os seguintes:

Francisco Margarino Tôrres, Av. Presidente Wilson 198 - S. Loja - Guanabara; Agostinho Rios Dirceu Abreu, sede Regional do MDB - Guanabara - Araujo Porto Alegre, antiga sede do ex-PSD. "

Confidencial

MINISTERIO DA AERONAUTICA
GABINETE DO MINISTRO
GM-2/BR

- 1. ASSUNTO Ligações com ALMINO AFONSO.
- 2. ORIGEM D-2/DF.
- 3. CLASSIF B-3.
- 4. DIFUSAO EMAER.
- 5. DIF ANT 11ª RM - D-2/Rio - 7ª DN.



INFORME Nº 045/GM2/BR
(Em, 17 Mai 67)

Esta Seção tomou conhecimento do seguinte Informe:

"Os Deputados MÁRCIO ALVES e HERMANO ALVES mantêm ligações políticas com ALMINO AFONSO, através de "pombos-correio".

.....
--

assinado p. civil V

Confidencial

26.9.67. - 14,28 Estevan-Humberto

26/9/67

30/1

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES (Comunicação sem revisão do ora-
dor) - Sr. Presidente, os jornais de hoje publicam mais uma das costumadas manifestações de indisciplina e rebeldia que, nos últimos tempos, nos estamos acostumando a detectar entre oficiais superiores das Forças Armadas.

O General Comandante da 5a. Região Militar, Clóvis Bandeira Brasil, respondendo a um ofício do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, no qual o advogado protestava contra as prisões sem formalidades legais e, pior, contra a manutenção de presos incommunicáveis, inclusive em face dos seus advogados, diz simplesmente o seguinte:

" A responsabilidade da defesa da Pátria é para mim tão indeclinável, tão peremptória, tão imbatível quanto a de V.Sa. pelo direito à defesa de acusados e, para este fim, para salvaguardá-la de tentativas de comunização por parte de maus brasileiros, conluídos com seus mestores alianígenas, não trepidaremos, eu e meus comandados, em tomarmos todas as medidas que as circunstâncias impuserem. Daí poder reafirmar a V.Sa. que, dentro da Lei e da Constituição, o Inquérito Policial-Militar determinado para a apuração de atividades subversivas no território da 5a. Região Militar será levado a cabo com destemor e desasombro, etc., etc... "

Trata-se simplesmente de um general que, prevalecendo-se das armas que lhe foram entregues pela Nação e esquecendo-se do juramento de fidelidade à Constituição e de defesa da lei que prestou

(S/GALVÃO).

26.9.67 - 11,30 - GALVÃO - RUBEN (Cont. o Sr. Márcio L. Alves) 31/1

declarar de público que não respeita essa Constituição, que não respeita estas leis. A incommunicabilidade quanto a advogados não existe no Brasil. O Superior Tribunal Militar a tem considerado nula em repetidas decisões. O Supremo Tribunal Federal tem feito a mesma coisa. Apesar disto, e dando uma espécie de cobertura de bionho ao notório Coronel Ferdinando de Carvalho, que, quando chefe do IPM sobre o Partido Comunista apontou como comunista alguns dos políticos mais conservadores, para não dizer reacionários neste país, como, por exemplo, o ex-Vice-Governador de Minas, Clóvis Salgado, dando cobertura a este homem passional, que não trepida em usar da sua patente para cometer crimes e ilegalidades. Este General comete também as mesmas ilegalidades e os mesmos crimes.

Creio que não é eficiente mais se perguntar ao Ministro do Exército se o R.D.L. está em vigor. Creio que não é mais útil se perguntar ao Presidente da República se mantém ou não a disciplina nas Forças Armadas, posto que se essas perguntas tivessem a resposta que a Constituição lhes garante e a única compatível, nos termos das leis brasileiras, o General Clóvis Bandeira Brasil não apenas estaria destituído hoje do seu comando, como estaria certamente na prisão.

(Eleonora)

O SA MERCIO MORAES ALVES (Comunicação - sem re-

visão do orador) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez sou obri-
gado a subir a tribuna desta Casa para tratar de crimes, de torturas, cono-
tidos contra presos políticos, ~~as torturas que sofreram os irmãos Ronaldo e Ro-~~
~~gério Duarte, na Guanabara, a partir do dia 4 de abril.~~

As investigações que se processaram em torno do,
caso feitas pela polícia da Guanabara, foram interrompidas no dia 2 de a-
maio, por interferência do SNI.

(Ana Dora)

6/5/68

X

6.5.68 - Vilhegas - 16,04 - Lancy (cont. Mário Moreira Alves)

78/1

Nas investigações que tenho feito sobre torturas, cheguei à conclusão de que existem no Exército, no máximo, 50 oficiais vendidos, covardes, ao ponto de abusarem de prisioneiros indefesos, entregues à sua guarda.

No entanto, como não são punidos, sua existência é uma mancha que atinge a imensa maioria de seus colegas que com este crime não compactuam.

O que o m SNI hoje está fazendo é o mesmo que os Coronéis do interior brasileiro, antigamente, chefes de jagunços, faziam com seus dependentes. O SNI dá garantia de que os criminosos ao seu serviço não serão punidos, não serão sequer interrogados pela polícia.

Este SNI, mantido com o dinheiro do povo, transforma-se com isso em coiteiro de criminosos. Essa transformação, sim, atinge a segurança nacional e não as denúncias das torturas que sofreram, feitas pelas vítimas, os irmãos Duarte, conforme desejou insinuar, na nota oficial que desta tribuna foi lida pelo Líder da Maioria, o General Cunha Garcia, nota esta rapidamente desmontada e desmentida como sendo leviana e mentirosa.

20 out 68

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO SÉTIMO DISTRITO NAVAL
- ESTADO - MAIOR

CONFIDENCIAL

INFORME 248/90UT67/ARME 139.

Assunto: UrB
Origem: Informante
Avaliação: A-2
Disseminação: CENINAR - TATOMAR - SUGAMAR - BRASIMAR - DANGOMAR - 11^oRM
D2/DF - 6^aZA - GM2/DF - DPF/DF - DOPS/DF - SNI/ABSB.
Anexo: Cópia thermofax de convite para conferência.

A UnB deu aumento de 25% a seu funcionalismo em janeiro, porém não vem efetuando o pagamento em virtude de falta de verba.

O descontentamento dos funcionários é geral, face à divulgação de notícia de que o Presidente cancelou o pagamento.

Corre também notícia de que o Reitor se demitiu. Este, entretanto, não se manifesta.

As paredes da UnB apresentam dizeres, principalmente LIBERDADE PARA TODOS, fazendo alusão à pessoa de HONESTINO para cuja defesa por advogado levantam fundos por venda de bonus.

Neste clima, a FEUB convida o Dep MARCIO MOREIRA ALVES para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA".

A conferência foi realizada no auditório DOIS CANDANGOS, às 1030 horas de 06 OUT, aparentemente sem interferência da Reitoria.

O tom da palestra foi o mesmo - se não pior - aos de ARRAES e JULIÃO em 1963.

MARCIO dirigiu-se aos possíveis agentes do SNI presentes, dizendo que falaria a verdade, e esses homens, em sabendo a verdade, dariam apoio às idéias expostas e até poderiam vir a se tornar cidadãos honrados.

Incitou os estudantes a formarem um "SNI" para apurar tudo o que havia por trás e pela frente desses acordos MEC-USAID;

Foi muito aplaudido pela audiência que lotava literalmente o auditório.

As perguntas que foram dirigidas ao conferencista demonstravam apoio às idéias expostas, não havendo uma que demonstrasse reação à sua fala.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

Perguntado de como se poderia livrar, do Poder Militar, o Continente, respondeu que a "fatalidade do poder militar era um fato reconhecido, que esta situação era transitória, não iria durar muito.

Perguntado de que armas se poderia lançar mão pa-
ra combater esses acórdos (MEC-USAID) disse que com greves, passe-
atas, manifestações coletivas; não aconselhava violência agora, pois
a violência poderá ter a sua vez, de acôrdo com o desenrolar da
História.

Disse ainda que a tarefa dos estudantes não é ape-
nas estudar -- como dizem muitos -- mas tomar parte na vida política
do país, conhecer as medidas que se iam tomando, e combater o que
julgassem errado. Bom seria se tudo corresse bem e assim bastaria
aos estudantes estudarem, aos médicos clinicarem, aos engenheiros
construirem, e aos militares fazerem ginástica/.

CONFIDENCIAL

HOJE 10,30 h "Dois Condâneos" MÂRCIO MOREIRA ALVES

"ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA"

O jornalista e deputado MÂRCIO MOREIRA ALVES estará, HOJE, às 10,30 h, no Auditório "Dois Condâneos", a convite da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília-FEUB, para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA."

20 set 67

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 229/20SET67/ARME 117

Assuntos: Atividades de parlamentares
 Origem: Informante
 Avaliação: C-3
 Disseminação: GRYMAR, TATOMAR, SUBANAR, 11ºRM, D2/DF, 6ªSA, GM2/DF
 SNI/ABSB.

Esta Seção tem conhecimento do seguinte informe:

A ala esquerdista extremada do MUD, que congrega jan-
 guistas "frentistas" e comunistas, conta com HERNANDO ALVES, MARCIO
 MOREIRA ALVES e OSWALDO LIMA FILHO.

Os referidos parlamentares - em especial OSWALDO LI-
 MA FILHO e MARCIO MOREIRA ALVES - promovem reuniões em suas respecti-
 vas residências, com o fim de planejar movimentos de agitação nos
 meios estudantis, sindicais e intelectuais; tomam parte nestas reu-
 niões, além de parlamentares, ex-deputados cassados e líderes
 sindicais e estudantis. Foram citados como participantes de tais re-
 uniões DOUFEL DE ANDRADE e sua esposa, COLAGROSSI, MARIO MARTINS, RE-
 NATO ARCHER, PEDRO FERNANDES e ANAURY ERUEL.

O planejamento prevê:

- a) Discursos e pronunciamentos na Câmara, Senado e Assembleias Legislativas, contra a Revolução e os Governos Federal e Estaduais que o apoiam;
- b) Campanha psicológica, através de meios de divul-
 gação, contra o Governo, explorando pontos sensíveis e de penetração
 popular;
- c) Campanha pró suísta e eleições diretas em 1970;
- d) Intensificação dos Movimentos Estudantil, Campes-
 ão e Sindical.

OSWALDO LIMA FILHO prepara uma viagem a Montevideo, com
 o fim de conseguir a adesão de JANGO à "Frente Amplia" e um seu pronun-
 ciamento no qual aconselhe a seus correligionários a adesão em massa
 ao movimento "frentista". Tal tarefa seria facilitada por documento
 de que será portador: uma carta de RENATO ARCHER e credenciais de
 Carlos Lacerda.

13 Nov 67

CONFIDENCIAL

INFORME 299/13NOV67/ARMS 143

Assunto: Deputado MARCIO MOREIRA ALVES
 Origem: Informe 438/67 da 11ªRM
 Avaliação: B-2
 Dis. Anterior: I Ex, 12/DF, SNI/ABSE, DPP, 6ªZA
 Disseminação: CBRIMAR - TATONAR - SUGAMAR

Esta Seção tomou conhecimento do seguinte informe:

*MARCIO MOREIRA ALVES - DEPUTADO FEDERAL - Teve a sua campanha eleitoral financiada pelo PC, através suas OB da zona Sul da GB.

Sua candidatura causou certa cisão naquela área comunista, visto que os mais radicais fariam a campanha do voto nulo, enquanto outros fariam a campanha de seu candidato.

Seu escritório eleitoral funcionava na rua Siqueira Campos nº 143 - Copacabana - RB.

CONFIDENCIAL

ATÉ NA FRANÇA MARCIO ALVES INSULTA O BRASIL E AS FORÇAS ARMADAS

* comunista morto no RGS - Militares -

Há um delito de consciência e impatriotismo sendo julgado, liminarmente, pela Câmara Federal: O praticado pelo Deputado Marcio Moreira Alves que, em discurso pronunciado naquela Casa atingiu a honra e o civismo das Classes Armadas brasileiras. Conceder ou não a licença para que seja ele processado por seu crime?

Pelo crime de procurar atingir com peçonha vermelha a honorabilidade daqueles que asseguram a todos nós o direito de respirar livremente o oxigênio da liberdade.

Dar ou não dar a licença?

À Nação, estarecida, espera. Porque falar-se em "precedente perigoso" e esquecer-se de que o pronunciamento do parlamentar foi, além de muito mais perigoso, impatriótico, esquerdista e desaforado.

No sentido de dirimir quaisquer dúvidas acaso existentes no espírito dos parlamentares que julgam, como dissemos, liminarmente, o destino de Marcio Alves, vamos iniciar, hoje, como prometemos, a publicação de um seu trabalho, editado na França, em julho de 1967, no livro "Espírito". O Brasil passa a conhecer, através de um furo de reportagem do DIÁRIO FLUMINENSE, um impatriota de escol, imerecedor de qualquer piedade democrática.

A REPRESSÃO NO BRASIL

por Marcio Moreira Alves
Não há perseguição religiosa no Brasil. As perseguições políticas, em compensação são gerais, permanentes e democráticas — elas não fazem distinção entre o comunista, o católico ou professor da Universidade e o mísero analfabeto. Todos aqueles que se rebelam contra as injustiças de uma sociedade sub-desenvolvida e, sob certos aspectos, ainda feudal, são portunados por uma ditadura que procura fazer parar o tempo.

Desde há três anos, a imprensa cristã da Europa publica relatos das torturas dos aprisionamentos e dos banimentos infringidos a padres e a leigos brasileiros. Esses informes isolam os sofrimentos de um grupo cristão do conjunto das perseguições políticas e dão uma idéia falsa da realidade que vivemos. Eles fazem crer que os trovões do regime policial se concentram contra aquele grupo. Nada mais falso. Os cristãos perseguidos pagaram por sua visão no papel da Igreja no domínio temporal. Eles foram perseguidos, como os outros por tentarem transformar a estrutura da sociedade brasileira.

Observação: O autor é deputado da oposição de Parlamento brasileiro. Acaba de publicar um livro sobre as torturas do seu país. Torturado e torturados (prefácio de Alceu Amoroso Lima, idade nova, Rio de Janeiro, junho de 1967.)

Os autores das detenções das torturas e dos banimentos não procuraram diferenças ideológicas nas suas vítimas. Eles só viam o líder sindical, o organizador rural, o estudante ou o intelectual que era preciso abater por causa de suas idéias ou de um trabalho que poderia abalar o "status quo" social.

Nesse interim, a esquerda, dividida, presa de uma febre radical, desencadeava em todo o Brasil uma campanha em favor das reformas de base "pela lei ou pela força" esquecendo que sua força — num país onde as massas operárias e camponesas estão desorganizadas, em que as empresas estão nas mãos de capitais estrangeiros ou de seus associados e em que o controle das comunicações está a serviço dos interesses conservadores — era sobretudo a legalidade. A esquerda a esquerda ainda que os

quadros superiores do exército eram, desde a guerra submetidos a um processo de lavagem cerebral pelos americanos, que também lhes forneciam suas armas. Fosse apenas para justificar a sua existência de vez que viviam num país de possibilidades bélicas muito longínquas esses oficiais aderiram a tese da Divisão do mundo em dois blocos e receberam sua aliança incondicional a um deles — o americano aceitando a missão de ser o seu gendarme interno contra a subversão. Eles aproveitaram a ocasião para tomar o poder, pela primeira vez na história do Brasil e quebraram o mito caso a esquerda, de um exército brasileiro nacionalista e apolítico.

Segundo a profecia de uma de suas vítimas, o professor Celso Furtado, uma vez no poder, os militares não puderam exercê-lo com plenitude por falta de homens capazes. Eles se apropriaram, então de certos postos-chaves — a Presidência da República em primeiro lugar — entregando o exercício de fato do governo aos seus aliados da direita, os financeiros e os tecnocratas. Eles reservaram para si principalmente a caixa às bruxas, para o que se sentiam proporcionalmente aptos.

O resultado dessa decisão do trabalho é um regime policial que pratica atrocidades por acessos espasmódicos, paralisa as atividades sindicais e intelectuais e denota por vezes uma estranha vergonha de sua própria ilegitimidade, apelando permanentemente para os juristas das casernas para resguardar-se com novas leis.

Os métodos policiais empregados no Brasil diferem pouco daqueles que já foram empregados alhures para as torturas — eu colhi os relatos de mais de oitenta vítimas — parece que a experiência dos povos da Ar-

gélia foi o modelo em que os militares brasileiros buscaram inspiração. Para a organização de uma rede de espionagem centralizada no Serviço Nacional de Informações, equiparado a Ministério, e com fundos secretos criado por um dos primeiros atos administrativos do Marechal Castelo Branco o modelo adotado foi americano. Aliás a parte mais considerável do equipamento doado pelos Estados Unidos. E' sempre difícil precisar a origem dos "gêios" eletrônicos dos serviços de espionagem, porém posso dar um testemunho

peçoal, vivido numa das partes mais longínquas do Brasil: em setembro de 1965 foi detido em São Luiz do Maranhão, na fronteira do Amazonas. O oficial de informações que me rezou vir as fitas magnéticas dos meus propósitos "subversivos", utilizava um aparelho no qual ainda se lia "voice of América".

O plano geral das perseguições políticas no Brasil é difícil de estabelecer. O golpe de Estado Militar derubou os governadores eleitos em sete dos vinte e dois estados do Brasil, cassou os direitos políticos e os mandatos de perto de mil senadores, deputados, vereadores, prefeitos, de oficiais e de civis. No decurso dos primeiros meses do governo Castelo Branco, as prisões receberam mais de 60.000 detentos. Esse número caiu hoje a algumas dezenas enquanto que as colônias de asilados brasileiros na América Latina e na Europa crescem consideravelmente. As penas infringidas pelos tribunais militares de primeira instância variam de 5 a 10 anos, porém são geralmente reduzidas pelo Tribunal Militar Superior. Raros são os prisioneiros dos primeiros dias ainda nas grades sendo uma notável exceção a do líder comunista Gregório Bezerra, torturado arrastado na cidade de Recife, com o fôlego aberto com uma corda amarrada ao pescoço, apesar dos seus setenta e dois anos.

A aparente brandura, muito brasileira, do regime policial, é frequentemente encortada por sobressaltos de violência. Os militares encarregados de manter a ordem nas cidades consideradas críticas — especialmente Recife, capital do Nordeste miserável, Rio de Janeiro, com a sua revolucionária área suburbana operária, Belo Horizonte centro da juventude católica da esquerda e Porto Alegre, no extremo sul, reduto eleitoral do Sr. Goulart e do seu terrível cunhado Sr. Leonel Brizola — realizam por vezes, operações que chamam "de inquietação" ou "de presença". Eles fazem "batidas contra a oposição descobrem núcleos de conspiradores e agridem na rua a cacete as manifestações de estudantes. Em 22 de setembro de 1966, por exemplo, por ocasião de manifestações que se repetiam um pouco por toda parte, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi invadida pela polícia militar, e 110 estudantes resultaram feridos

Muito mais sinistro foi o caso do sargento do Exército, Manuel Raymundo dos Santos, cujo cadáver foi encontrado num rio de Porto Alegre, em 20 de agosto de 1966, as mãos amarradas às costas com arames. Algumas semanas antes, ele havia conseguido fazer sair uma carta da prisão em que se encontrava denunciando as torturas a que havia sido submetido e, bem assim, os nomes dos seus algozes. Numa frase estranhamente profética, ele declarava: ouvi dizer no DOPS (Divisão da Ordem Política e Social) que eu fui o prisioneiro o mais "tratado" de

todos os que aqui passaram até agora. Que tenho, por tanto a recear mais? Não tenho receio servil. Não me foi ainda preciso mostrar que nem mesmo a morte eu temo, talvez isso aconteça. O futuro dirá".

DOS CRISTAOS SUSPEITOS

As relações do governo militar com o Igreja católica, que conta com a adesão nominal de 90 por cento aos brasileiros, foram sempre muito prudentes. O Marechal Castelo Branco, como bom conservador, tem uma visão piramidal da igreja,

semelhante a de muitos dos membros da hierarquia. Os seus agentes pouparam o clero, e logo nas primeiras semanas do seu governo, ele deu ordem de não prender nenhum padre sem prevenir o seu bispo. Pelo contrário, as organizações leigas, especialmente as da juventude, foram consideradas como francamente "subversivas". Os documentos da S.E.C. procuravam uma exposição organizada pelos militares de Belo Horizonte, entre os das organizações auxiliares do Partido Comunista.

Na Bahia, os rádios do movimento de educação de base (M.E.B.) (organização subordinada diretamente à conferência dos Bispos do Brasil), procuravam numa exposição semelhante, entre as provas da iminente "cubanização" do Brasil, detida pelo golpe de Estado.

Essas relações cerimoniais e cordiais produziram efeitos tanto do lado da igreja como no dos militares. Raros foram os padres que ficaram muito tempo presos. Em compensação as centenas de militares leigos submetidos as piores condições de aprisionamento em abril e junho de 1964, não demoraram em ouvir no rádio que era uma obra de caridade punir aqueles que estão no erro, e de ler na declaração oficial de conferência Nacional dos Bispos, que o golpe de Estado Militar havia salvo o Brasil do comunismo.

A aliança entre os militares e a hierarquia era de se prever.

A América Latina foi evangelizada pelos conquistadores a golpes de "christas" e, desde então a igreja está aliada as classes dominantes. No Brasil, ela sempre foi considerada como um apoio natural da oligarquia que dirige a nação e mereceu talvez, seu qualificado de "apoio do povo" como faziam facilmente os comunistas. Aliás a separação da Igreja e do Estado efetivada pela primeira constituição republicana de 1891, nunca chegou a realizar-se, uma vez que a Igreja depende largamente das subvenções do Estado para as suas obras, e que os governantes apelam para ela nas suas solenidades: um Te Deum é indispensável nas grandes ocasiões.

Foi somente a partir de 1950 que a hierarquia brasileira começou, nitidamente a preocupar-se com as gritantes injustiças sociais que a cercavam. A primeira carta pastoral sobre a urgência de uma reforma

agrária, publicada por um bispo franciscano do interior, Dom Inocêncio Eugêlio, data daquele ano. Desde então, à medida que os governos se interessam por esse gênero de problema, e que o jovem clero e os movimentos da mocidade, assumem posições reformistas e as vezes revolucionárias, face a estrutura social do país os documentos da hierarquia se tornam mais numerosos, mais preciosos, até apoiarem abertamente a reforma agrária e o ensino de base, em 1963. Após o golpe de Estado de 1964, os documentos coletivos se tornam raros e demonstram um notável recuo. A luta da Igreja no temporal só é mantida por uma minoria de bispos; a mais lúcida voz é a de Monsenhor Helder Camara de Recife.

A urbanidade dos militares para com o hierarquia não esconde algumas explosões vocais nem impede certas suspeitas veiculadas em documentos secretos. Uma polémica eclodiu em agosto de 1966, quando os jornais publicaram as súmulas de duas circulares secretas do comandante da 10a Região Militar acerca de Monsenhor Camara.

O General Gouvêa do

Vertical text on the left margin, possibly a page number or reference.

83

JORNAL D. FLUMINENSE
DATA 11/12/68

DIÁRIO FLUMINENSE 11/12-68
Quem é Realmente
F.F.A. - *Carlo*
Márcio Moreira Alves

O "caso" Márcio Moreira Alves, criado devido a um pronunciamento injusto, odioso subversivo e altamente violento daquele parlamentar carioca contra as nossas Forças Armadas vem polarizando a atenção nacional. As autoridades — com muita razão — pretendem que o Congresso lhes conceda licença para processar o deputado, mas os oposicionistas, partido ao qual está filiado Márcio Moreira Alves, continuam a tentar obstar a ação contra êle. através um trabalho de obstrução na mais alta Casa Legislativa. Enquanto isso se sucedem os pronunciamentos de altos próceres políticos, alguns a favor da licença e outros se colocando firmemente contra ela, sob a alegação de que Márcio Moreira Alves não quis, com o seu discurso atingir ou macular a dignidade das Forças Armadas brasileiras.

Resta pois, aos que têm o dever de imparcialidade e a responsabilidade de bem informar a uma coletividade — como é o caso dos órgãos de imprensa — examinar detidamente a questão, estudar os seus diferentes ângulos e as diferentes opiniões políticas a respeito e, principalmente vasculhar a vida pública do principal personagem. Fica pois claro que uma pergunta deve e precisa ser feita, antes de tudo. Quem é Márcio Moreira Alves?

Jovem político, bastante inteligente, sem nenhuma dúvida poder-se-ia justificar a atitude de Márcio Moreira Alves como um repente súbito de rebeldia ou, até quem sabe, um modo infeliz de exprimir os seus reais pensamentos. Convenhamos, que seria aceitável.

Entretanto, e aí é que entra o mais importante, o DIÁRIO FLUMINENSE conseguiu apurar algo de muito grave, que mostra o absoluto desejo daquele parlamentar em realmente ferir as Três Armas.

Exatamente isto é que provaremos, publicando, na íntegra, um artigo, do Sr. Márcio Moreira Alves inserido na revista francesa "ESPRIT", de número 362, correspondente aos meses de julho e agosto de 1967, sob o título "A Repressão no Brasil".

Mais do que simples palavras, esta é a prova que faltava para mostrar que, realmente o Sr. Márcio Moreira Alves é um mau brasileiro, que inclusive — provavelmente a serviço dos comunistas — tenta dar aos povos estrangeiros uma falsa interpretação do nosso país, com mentiras revoltantes.

Justo que se pergunte se todos os congressistas conhecem esta faceta do referido parlamentar, ou se têm em seu poder o livro de sua autoria "Torturado e Torturados", que é também prova conclusiva. Se, não podemos afirmar que os deputados e senadores conhecem este artigo e o livro do Sr. Márcio Moreira Alves, temos a certeza de que o povo não os conhece e justamente pela má informação, poderá estar tendo, de tudo isto uma impressão errada e, das Forças Armadas — que estão a exigir punição rigorosa para o seu "inimigo gratuito" — uma injusta opinião.

A todos êstes é que aconselhamos e pedimos, mesmo que acompanhem diariamente o artigo de Márcio por nós traduzido do francês e que, a partir de hoje, vai publicado em nossa terceira página.

Por êle, e através dêle, nada mais deve nem precisa ser dito. Aos descrentes resta uma prova provada e concludente, indesmentível e irrecorrível do alto grau de subversão de um jovem inteligente e brilhante que, não soube aproveitar êste dom que Deus lhe deu e dêle preferiu fazer uso improdutivo e até grandemente prejudicial ao nosso país. Que cessem as discussões e deixem de imperar os sentimentos pessoais, para dar lugar a razão.

E esta aconselha a que a licença seja concedida e este parlamentar exemplarmente punido, para que não continue a colaborar para uma causa indesejada e a prejudicar um regime queiram ou não democrático, mas que não pode admitir excessos como êste não condizentes com a realidade brasileira e absolutamente incorretos e passionais. Precisamos é de verdadeiros idealistas, e não de corajosos "pré-fabricados" que têm em mente não o bem de toda uma coletividade, mas a vitória de um regime que todos repudiamos.

O Brasil dispensa elementos dêste tipo, e precisa dêles se ver livre para atingir a meta que todos almejamos.

E afinal, quem é um simples Márcio Moreira Alves para tentar denegrir um Exército, uma Marinha e uma Aeronáutica que já deram provas sobejas de seu valor, de sua galhardia e do seu patriotismo e não podem ser atingidas por quem não tem valor e autoridade moral para tanto.

Ponhamos a cabeça no lugar e tratemos de fazer o que é certo, ao invés de dar ouvidos a meia-dúzia de subversivos e inimigos do povo, que tramam em silêncio a sua desgraça e tem o desprante de dêle-se servir para atingir os seus objetivos.

Até na França Márcio Alves Insulta

pação insólita com a Igreja no Nordeste brasileiro. Ele acusava Monsenhor Camara de "agitador" e de sentir "prazer em exibir-se na televisão, com excesso de exibicionismo e gestos de vedete", o "que preocupava o clero e as religiosas" e fazendo com que "na análise pelas organizações comunistas das forças que se opoem a tomada do poder por eles, a igreja católica já é considerada suficientemente desorganizada e madura para ser infiltrada.

A tempestade de manifestos, declarações de solidariedade e de apoio que foram então publicados em favor do Monsenhor Camara só foi estancada com o deslocamento do generoscriptor. Como ele foi promovido a um comando mais importante no Rio de Janeiro, as duas partes saíram ganhando.

Das suspeitas dos militares podemos encontrar um exemplo gritante em um documento do "Deuxieme bureau" do Exército do ar do sul, no processo de um militante da S.E.C. José Luiz Fiori: "pode-se prever que o grande centro subversivo após a revolução parta dos indivíduos ligados à igreja levando-se em conta a liberdade com que podem deslocar-se em todos os setores sociais.

Essa paz armada não favorecerá aqueles que, comprometidos numa ação direta de transformação social, não se beneficiam da proteção de uma rotina. Se é impossível precisar todas as perseguições, de denunciar todas as torturas, prisões e sofrimentos, por outro lado, o escopo dessas atividades repressivas é bem definido e se revelou claramente desde abril de 1964; defender o "statu-quo" social. Esse objetivo era tão evidente que até uma proprietária de terra, semi-analfabeta do Rio Grande do Norte, uma das regiões mais atrasadas do mundo o entendeu. Pelo meado de 1964, a Sra. Emiliana Melo escrevia a um de seus colonos, pai de treze filhos, que se recusava a abandonar as terras lavradas, que a senhora queria transformar em pastos "Se o senhor quer fazer um cercado para o gado na terra em que vocês trabalham, vocês não podem opor-se a vontade do dono. Vocês pensam ter razão invadindo a propriedade de alheia? Deveriam saber que a invasão é contra o Exército. Hoje em dia aqueles que falam em sindicato são detidos incontavelmente".

REPRESSÃO ANTI-SINDICAL

A repressão militar foi exercida principalmente contra os sindicatos rurais e urbanos, as campanhas de ensino de massa e as universidades. Era preciso destruir as organizações operárias que poderiam fazer sombra ao domínio absoluto do capital previsto nos planos econômicos dos seus aliados civis, ao mesmo tempo que era preciso impedir às populações o acesso a compreensão da sua miséria por intermédio da educação de base e arrolhar a elite intelectual, estudantes e professores.

Na defesa da oligarquia, irmão siamesa do liberalismo econômico, os militares agiram com uma perseverança e um método que poderiam parecer nazistas. Uma semana após o golpe de Estado, todas as centrais operárias, a C.G.T., o... P.V.A. (Pacto de Unidade de Ação) o F.M.P. (Frente de Mobilização Popular), cujos estatutos não estariam ainda legalizados, foram dissolvidos. Seus líderes foram aprisionados ou passaram a

clandestinidade. Todos os grandes sindicatos ficavam sob intervenção do Ministério do Trabalho, senão suas direções destituídas e muitas vezes perseguidas. A atividade nas organizações de classe foi considerada criminosa, como se pode depreender da acusação feita contra Ilse Queiroz Barbosa, no processo n. 294 da Justiça Militar do Paraná. "Ela era também secretária do Sindicato dos Empregados em Estradas de Ferro do Paraná e de Santa Catarina, criado em 1963 e filiado à subversiva Federação dos Trabalhadores em Estradas de Ferro". Esse crime foi punido mais severamente do que qualquer outro. Enquanto o secretário geral do P.C. Luiz Carlos Prestes, era condenado pela justiça militar de São Paulo a quatorze anos de cadeia, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria Alimentar Luiz Tenório de Lima, recebida, pelas mesmas razões ideológicas, uma pena de trinta anos.

A organização dos trabalhadores urbanos data, no Brasil, de 1930, e foi inteiramente instalada pela ditadura Vargas, de quem o herdeiro político Sr. Goulart guardou os vícios populistas e o estilo paternalista, transformando os líderes sindicais em quase funcionários, Vargas e Goulart habituaram as organizações operárias a obterem satisfação quase sem esforço, nas ante-cameras do Ministério do Trabalho. Mais depressa do que nas ruas, essa política enfraqueceu a capacidade de resistência dos sindicatos, que não necessitaram de disciplina para fazerem valer seus direitos, e, com o tempo, se revelou um suicídio. Quando comparamos a luta que vem sendo travada há dez anos pelos sindicatos argentinos contra as ditaduras militares daquele país, com o vazio reivindicativo do Brasil desde 1964, compreendemos a que ponto foi desastrosa a submissão do sindicalismo brasileiro do paternalismo de Goulart.

Ao inverso do movimento operário urbano, a organização dos camponeses era inteiramente nova no Brasil. Ela começou em 1958, quando os colonos de uma plantação de cana de açúcar de Pernambuco, profeticamente chamada Galiléia, formaram uma cooperativa para aquisição de caixões mortuários, sua miséria era tal que as mortalhas eram feitas de folhas de jornal. Eles aprenderam a força da

união e entraram em conflito com o proprietário que tentou, com a clássica ajuda da polícia, alijá-los de suas terras. Um advogado socialista, Francisco Julão, acorreu em auxílio das famílias ameaçadas e a primeira liga camponesa nasceu pouco depois.

O rápido sucesso das ligas camponesas não só apavorou todas as forças conservadoras — entre as quais a hierarquia católica, — como demonstrou aos partidos da esquerda uma evidência berrante; era preciso organizar as massas agrárias, que representam mais da metade da população brasileira.

Seguiu-se então uma corrida aos camponês. Era quem formaria mais sindicatos, mesmo que o preparo dos dirigentes fosse sumário. Os cristãos, tendo partido com atraso com relação aos marxistas puderam encabeçar o movimento usando os seus meios de comunicações mais poderosos e livres, a organização estrutural da igreja e, sobretudo, o respeito tradicional das populações místicas

do Nordeste, que só se saíram bem agarrar a vida acreditando em milagres. O surto mais dinâmico dos sindicatos rurais se verificou na região açucareira do Nordeste. A cana de açúcar é uma amante devorante. Nada mais cresce onde ela instala seu interminável manto verde ondulante. Por vezes, ela é plantada entre os trilhos das estradas de ferro particulares das plantações, até as portas das casas senhoriais que só se abrem no tempo da safra. É a monocultura; os proprietários impedem os camponeses de terem uma horta em volta de suas choupanas, para a sua subsistência, como é praxe em todo o resto do Brasil. O resultado é portanto, a penúria e a dependência absoluta do camponês com relação aos barracões (entrepostos, geridos pelos proprietários), onde eles devem comprar o arroz a farinha de mandioca e o feijão preto, por um preço 40 por cento mais caro do que alhures, com os "vales" que recebem a guisa de salário. Para agravar ainda essa situação, a maioria das plantações requer dos camponeses dois ou três dias de trabalho gratuito por semana. O seu salário é de 3 francos por dez a doze horas de trabalho por dia, quando o recebem.

Não é de admirar que essas condições de exploração do homem que, segundo René Dumont, são as piores do mundo, com exceção da parte este do Utav Pradesch nas Índias fomentem, revolucionários. Os sindicatos, as ligas camponesas, assim como outras organizações operárias, cresceram como cogumelos no Nordeste brasileiro, até abril de 1964. Pela primeira vez na história, as massas camponesas auxiliadas pelo governador Miguel Arraes chegaram a conseguir o salário mínimo para a mão de obra da cana de açúcar. Quando receberam esse ordenado, o comércio esgotou o seu estoque de canas. Era a primeira vez que eles tinham com o que comprá-las.

Os conflitos por vezes sangrentos se multiplicaram entre os camponeses, que começavam a tomar consciência dos seus direitos, e os proprietários, que não se estavam dando bem conta da ameaça que pesava sobre seus privilégios. Entretanto, é importante salientar que nenhum proprietário foi morto, ao passo que numerosos camponeses morreram. Começando no Nor-

deste, a sindicalização rural ganhou outras regiões do Brasil. No Estado tradicionalista de Minas Gerais, envoltos de suas altas montanhas, onde floresceu a civilização do ouro no XVIII século, o deputado padre Francisco Lages foi o chefe de um esforço de conscientização conduzido pela S.U.P.R.A. (Superintendência da reforma agrária) de numerosos estudantes e militantes da juventude católica. No catolicismo do Brasil, o Estado de Minas Gerais desempenha um papel semelhante ao da França com relação a Igreja mundial: é, ao mesmo tempo foco das idéias e movimentos de esquerda, e, fortaleza da reação. Não é, portanto, ilógico que as ruas de sua capital, Belo Horizonte se tenham transformado em campo de batalha entre as tendências de esquerda, que foram em torno da ação católica e as de direita, com amparo da congregação Mariana. Em São Paulo, onde a riqueza asfixia com frequência os conflitos sociais, algumas greves e uma união de organização, de-

ram um colorido brasileiro a essa sociedade de fartura.

No extremo sul participaram do Sr. Brizola fundaram o movimento dos agricultores sem terra, designado pela sigla irônica americana de M.A.S.T.E.R. Eles invadiram algumas estancias e recrutaram adeptos entre os peões das criações A frente agrária gaúcha, dirigida pela hierarquia católica, fez frente ao M.A.S.T.E.R. e estabeleceu sua influência na região de colonização alemã e italiana onde a reforma agrária já existia desde o século passado.

De tudo isso, quase nada sobreviveu ao golpe de Estado militar. No Ceará, Estado do Nordeste onde nasceu o Marechal Castelo Branco, o 10º regimento de artilharia empreendeu uma expedição semelhante as que a Legião Estrangeira organizava contra os Tuaregs incursionando pelo interior fechou 26 sindicatos camponeses. Os 105 sindicatos de Pernambuco ficaram sob intervenção; a maioria dos seus dirigentes foram detidos. A tortura e a violência se instalaram nas prisões com uma tal intensidade que muitas vítimas tiveram de ser internadas no hospital judiciário. No menor Estado do Brasil, o Sergipe os inquéritos militares foram conduzidos por um proprietário de cana de açúcar, que era também coronel do Exército. Ele desarticulou a imobilização organizada sob a influência do arcebispo Monsenhor Távora, antigo dirigente da equipe nacional da J.O.C.

Foi também no Sergipe que se pôde avaliar, por um exemplo dramático, a importância política dos sindicatos rurais e julgar da ameaça que representam para as classes dominantes. Em 1962, os camponeses do Vilarejo de Itaporanga da Ajuda resolveram apresentar um candidato às eleições para vereador. Organizaram uma reunião em praça pública, escolheram o presidente do sindicato local e se inscreveram no partido trabalhista, quase inexistente na política local, tradicionalmente dominado pelos partidos conservadores. Esse homem obteve oito vezes mais votos do que todos os demais candidatos reunidos. De um dia para outro os trabalhistas dominaram a

Camara dos Vereadores; o reino dos senhores de terras na administração local tinha terminado. É evidente que um golpe de Estado protetor das estruturas tradicionais do poder não podia tolerar uma tal força política.

O mesmo cenário de violências se repetiu em Minas Gerais. Todos aqueles que trabalhavam em prol da sindicalização rural foram perseguidos. O delegado da S.U.P.R.A. Antonio Lins antigo membro da S.E.C. teve seus direitos políticos cassados por dez anos; muitos dos seus colaboradores foram detidos. Porém a principal vítima dos militares foi o padre Francisco Lage, deputado trabalhista, criador da Comissão Nacional de Sindicalização Rural, condenado pela justiça militar, em outubro de 1965 a 28 anos de reclusão. Em uma carta que me escreveu do seu asilo no México, ele conta que foi detido em 10 de abril de 1964, em Brasília, onde foi passado no espeto, queimado com pontas

de cigarros no seu próprio apartamento por um advogado e um oficial da polícia militar de Minas Gerais. Chegando à prisão, encontrou professores da Universidade de Brasília. Um deles o professor Joffily, o recebeu com estas palavras: "Você está, caro padre Lage, no único lugar, onde um homem honrado poderia encontrar-se hoje no Brasil". Depois explicou porque esperou sua detenção ao invés de proteger-se na clandestinidade "a razão é a seguinte: eu sabia que iriam deter-me e matar centenas de camponeses que se haviam comprometido na luta por ideal evangélico. Seria escandaloso se eles viessem a saber que o padre os abandonou à sua própria sorte no momento mais duro.

O padre Lage ficou vários meses encarcerado sem ser julgado. Libertado finalmente por um arresto de "habeas corpus" pelo Supremo Tribunal, pediu asilo político a Embaixada do México, alguns dias antes do julgamento decisivo que o condenou.

Meu caro patrício:

Não pretendemos convertê-lo à oposição. Caso esteja de acôrdo com a opressão das liberdades políticas, a criação de delito de opinião, o fim da liberdade sindical, de cátedra e estudantil, jogue fóra esta carta. Caso esteja de acôrdo com uma política econômica que favorece interêsses estrangeiros, empobrece a classe média, lança na miséria e na fome os operários e trabalhadores do campo e paralisa o nosso desenvolvimento, não leia adiante.

Se, no entanto, como a maioria dos brasileiros, estiver contra isto tudo, permitimo-nos lembrar-lhe que as eleições parlamentares oferecem a última oportunidade do povo escolher, pelo voto direto, representantes dispostos a correr o risco da oposição total a qualquer forma de ditadura.

O MDB da Guanabara apresenta, em sua chapa de candidatos, homens capazes de exercer seus mandatos como um testemunho de luta democrática e social. Dentre êstes, estamos certos de que o jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES não desiludirá os que lhe derem a confiança do seu voto para deputado federal. Enquanto teve uma coluna no "Correio da Manhã", ofereceu incessante resistência aos demandos do govêrno. As campanhas que fêz, contra a tortura de presos políticos, contra os atentados à inteligência brasileira, contra a entrega de nossas riquezas e destruição dos nossos direitos, foram exemplos de capacidade profissional e, sobretudo, de bravura cívica. Perdendo seu lugar na imprensa, continuou a resistir. A 11 de novembro gritou seu protesto contra o Ato Institucional n.º 2 na porta da reunião da OEA, no Hotel Glória e foi preso.

E' importante que MÁRCIO MOREIRA ALVES, tal como os que na mesma resistência democrática com êle se irmanaram, conquistem uma nova tribuna, a do Congresso Nacional.

Para isto, contamos com o seu apóio, na esperança de um Brasil melhor.

Carlos Heitor Cony

Carlos Heitor Cony

Antônio Callado

Antônio Callado

Hélto de Almeida

Hélto de Almeida

Oswaldo Aranha Filho

Oswaldo Aranha Filho

Otto Maria Carpeaux

Oto Maria Carpeaux

MDB

PARA DEPUTADO FEDERAL

MÁRCIO MOREIRA ALVES**CONTRA A DITADURA!**

Quem resistiu continuará na resistência. MÁRCIO MOREIRA ALVES lançou, no "Correio da Manhã", o primeiro grito contra os Atos Institucionais. Sua luta contra a destruição de todos os nossos direitos, contra as violências da Polícia Política, a entrega de nossas riquezas a estrangeiros, o fim das liberdades sindicais e das conquistas dos trabalhadores não parou um só dia. Quando não teve mais uma coluna de jornal, foi para a rua, protestar contra a Ditadura em frente ao Hotel Glória, na reunião da OEA. Agora é candidato à tribuna da Câmara dos Deputados Federais.

Ainda temos eleições diretas para o Congresso — a 15 de Novembro, resista também votando em MÁRCIO MOREIRA ALVES.

Voluntários podem apresentar-se à
RUA SENADOR DANTAS, 25, sala 301

1966

18.PRO.CSS.214.5, p. 219

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA - GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

PROCESSO

DE

MÁRCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES

MARCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTA À APLICAÇÃO DO ART 4º DO

ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL

MARCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES

- A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
- B - FICHA INDIVIDUAL
- C - INFORMAÇÃO DO S.N.I.
- D - ANEXOS:
 - 1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
 - 2 - ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA E PALESTRAS NA TELEVISÃO
 - 3 - MANIFESTOS E PANFLETOS
 - 4 - RELATÓRIOS
 - 5 - INFORMAÇÕES E INFORMES

DOC
"A"

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Rio de Janeiro, GB

Em 30 de dezembro de 1968

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do Senhor MÁRCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES, Deputado Federal pelo MDB, Seção do Estado da Guanabara, nos termos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos altamente ofensivos ao Governo e às Forças Armadas, inicialmente, em artigos publicados na imprensa e, posteriormente, em discursos na Câmara dos Deputados, de lançamento de manifestos, bem como de articulações e reuniões conspiratórias.

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68 - - - - 2 -

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes de documentação anexa:

3.1 - Discursos pronunciados da tribuna da Câmara dos Deputados.

3.1.1 - Diário do Congresso Nacional

(1) 01 ABR 67

"... o rei está nu. Só não vê quem não quer ou quem tapa de propósito os olhos para poder dormir com a consciência tranquila. Nós estamos sob uma ditadura militar. Estamos mesmo hoje comemorando o terceiro ano de sua implantação. O fato de terem trocado o Marechal I pelo Marechal II, um sisudo e hipócrita por um risonho e falante, em nada muda a realidade".

"... a resistência que em 1964 pudemos oferecer aos desmandos do Marechal I, seria impossível sob o reinado do Marechal II. O Decreto de Segurança Nacional, ou melhor, o Decreto que estabelece a guerra civil no Brasil a tornaria impossível. Não há biombo, não há desculpa, não há cortina, não há véu que, hoje, encubra o totalitarismo."

(2) 03 AGO 67

"Há treze dias que o Marechal Costa e Silva, determinando a aplicação de um Ato Institucional cujo último artigo limitava sua urgência ao dia 15 de março de 1967, preferiu trocar a suprema magistratura da República pela chefia de um bando armado."

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68 - - - 3 - -(3) 31 JAN 68

"... a estagnação, a inapetência administrativa do Marechal Costa e Silva, em Petrópolis, como um aposentado em veraneio, a preocupar-se com hortências, com passeios a pé e com festas de milionários".

(4) 30 MAR 68

"... o que êste regime militar fêz no Brasil foi transformar cada farda em objeto de execração do povo.

Porque? Não porque o grosso das Fôrças Armadas seja composto de traidores, de assassinos, de torturadores; não, mas porque êsse governo firmando seu poder única e exclusivamente nas armas, afastando o povo das decisões que lhe concerne, cerceando a democracia, jugulando a liberdade, esmigalhando a juventude, entregando nossa soberania, fêz também êste crime maior contra uma instituição permanente da República: transformou-a em valhacouto de bandidos."

(5) 09 ABR 68

"... em primeiro lugar, é preciso caracterizar as responsabilidades: quem ordenou os massacres foi o General JAYME PORTELLA, através de circular aos Governadores dos Estados".

"... a responsabilidade global, entretanto, quer da execução quer do planejamento, é da inconsciência da pequena minoria totalitária que, usando as armas do povo, apossou-se do poder e deseja manter a nação sob o

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68 - 4 -

tacão de suas botas. Foi esta minoria que transformou o Exército em capangas e guarda costas do bando de facínoras que arremeteu de sabre, cassetete e pata de cavalo sobre o povo que saía da Candelária".

(6) 03 SET 68

"... são conhecidos, também, no Ministério do Exército, que promove os torturadores, uma vez que no Brasil de hoje torturar um prêso inerme parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar."

"... quando não será o Exército um valha-couto de torturadores? Quando se dará o Governo Federal, a um mínimo de cumprimento do dever, como é para o bem da República e para a tranquilidade do povo?"

(7) 04 SET

"... Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto aos alagoes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicottasse este desfile. Este boicote pode passar também - sempre falando de mulheres - às moças às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68 - 5 -

(8) 04 OUT

"... entramos em um processo acelerado de transformar o Brasil em um Estado de jagunços".

"... ser necessário que o grosso da oficialidade das Forças Armadas verifique o que está fazendo em seu nome êsse bando de aproveitadores dentre os quais existem alguns criminosos".

3.2 - Artigos publicados na Imprensa

3.2.1 - Correio da Manhã - 13 SET 64

"... o Exército de Costa e Silva, pelo punhado de monstros que acoberta, está ameaçado de fixar-se como uma malta de torturadores que violenta a alma da nação".

3.3 - Informações

3.3.1 - Ministério da Marinha, Nº 142 - CONFIDENCIAL - de 24 OUT 67.

Em conferência proferida no dia 14 SET 67, no auditório do DCE de Goiás, utilizou as seguintes expressões:

"O Presidente Costa e Silva sofre de analfabetismo congênito".

"Nêste momento histórico é indispensável a presença do estudante no processo político nacional; em outras situações poderia ser acertada a teoria de que o estudante deve estudar, o dentista arrancar os dentes e o militar fazer ginástica".

"A forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no Brasil, mas já deve ser considerada".

CONTINUAÇÃO DA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 40/SG-1/68 - 6 -

3.3.2 - Ministério da Marinha, Nº 0118 - CONFIDENCIAL -
de 06 JUN 68.

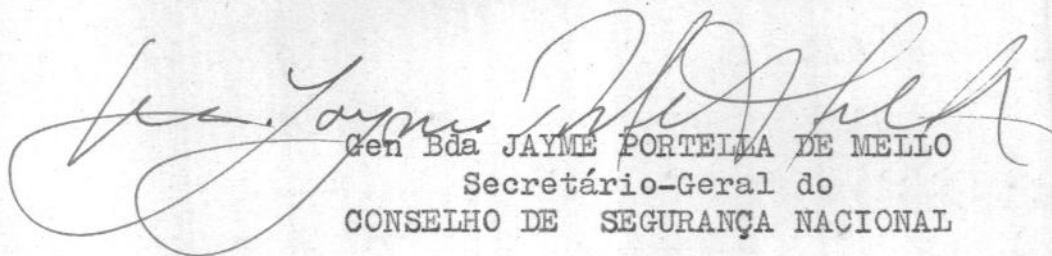
Em conferência proferida no dia 19 ABR 68 ,
para os estudantes de Curitiba, assim se expres-
sou:

" mas é preciso preparar o espírito da massa po-
pular, operária e estudantil, para que isto se-
ja possível, senão acontece como aconteceu há
pouco (referia-se à Guerrilha de Jefferson Car-
din)..."

" ... todos os estudantes e operários devem se
unir, lutar, correr riscos de tais lutas, para
derrubar essa minoria de militares que estão no
poder ..."

4. Nestas condições, peço vênica sugerir, ouvido o CONSE-
LHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º, do Ato
Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo
prazo de 10 anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor
MARCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES consoante dispõe o Art. 4º, do
Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Exce-
lência os meus protestos do mais profundo respeito.


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

DOC
"B"

B - FICHA INDIVIDUAL

NOME: MÁRCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES

NATURALIDADE: ESTADO DA GUANABARA

DATA DO NASCIMENTO: 14 DE JULHO DE 1 936

FIALIAÇÃO: MÁRCIO DE MELLO FRANCO ALVES
BRANCA DE MELLO FRANCO ALVES

PROFISSÃO: JORNALISTA

ESTADO CIVIL: CASADO

NB.PRO.CSS.214. S, p. 231

DOC
"C"

C - INFORMAÇÃO DO S. N. I.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL



1. Nº 006	2. DATA: 23/12/68
3. NOME: MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES	
4. FILIAÇÃO: Márcio Honorato de Melo Franco Alves e Branca Melo Franco Alves	
5. DATA DE NASCIMENTO: 14 de Julho de 1936	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: Rio de Janeiro	
8. PROFISSÃO: Jornalista - Advogado	
9. ESTADO CIVIL: Casado	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Av Vieira Souto, 336 - Aptº 402 QL 1/6 - Casa 1 - BRASÍLIA	

Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

12. EXTRATO DE PRONTUÁRIO

- Jornalista do CM.
- Dep. Fed. - MDB/GB.
- Assinou o chamado "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Participou de manifestação da UNE e UME, de condenação à invasão da República Dominicana.
- Assinou manifesto contra a intervenção dos EUA no Caribe.
- Assinou manifesto pela libertação de ÊNIO DA SILVEIRA.
- Fêz parte do Conselho Consultivo da revista intitulada "Política Externa Independente".
- Foi membro da Comissão Coordenadora do manifesto intitulado "Carta Aberta ao Pres. da República".
- Foi indiciado em IPM instaurado na 10ª RM, em virtude de declarações ofensivas às autoridades, pela TV, em programa do TRE.
- Elogiou o Gov MIGUEL ARRAES e declarou querer a repetição de seu governo no BRASIL.
- Foi prêso, juntamente com outros intelectuais, ao promover agitação em frente ao Hotel Glória, durante a instalação da Conferência da OEA.
- Durante o ano de 1965, escreveu no "Correio da Manhã", única e exclusivamente criticando o Gov. Federal.
- Assinou manifesto reclamando liberdade para / JOEL RUFINO DOS SANTOS.
- Assinou a "Moção dos intelectuais ao Povo Brasileiro".
- Implicado no movimento estudantil.
- Colaborador do jornal comunista "Fôlha da Semana".
- Está intimamente ligado ao "MCD" (Movimento Contra a Ditadura.)
- Cedeu seu automóvel a estudantes para a distribuição de panfletos, durante passeata estudantil.
- Autor do livro "Torturas e Torturados", que é uma violenta manifestação contra os oficiais su



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

periores das FFAA.

- Requeru a presença do Min LIRA TAVARES na Câmara, a fim de pronunciar-se "a respeito de se vícios praticadas em presos políticos, em quartéis da 7ª RM".
- No livro "Palavra de ARRAES", enaltece a figura do líder comunista pernambucano.
- Atacou violentamente o Gov, quando da prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES.
- Instigou estudantes paranaenses a agir contra o Acôrdio MEC-USAID.
- Acusou militares de terem torturado presos acusados de participação nas guerrilhas de MG.
- Fêz violento ataque ao Gov, afirmando que foram consumidas 1250 garrafas de Whisky na estada da comitiva presidencial em BH.
- Proferiu conferência de teor subversivo para estudantes de JOÃO PESSOA/PB.
- Publicou artigo intitulado "GEISEL E LIRA ESCONDEM TORTURADORES".
- Atacou violentamente o Gov Fed, aludindo à prisão dos irmãos RONALDO e ROGÉRIO DUARTE.
- Incitou estudantes do PR à violência e à guerrilha, como única solução para o BRASIL.
- Participou ativamente nas manifestações estudantis ocorridas na W-3 (BRASÍLIA)
- Faz parte do sistema contra revolucionário de orientação comunista.
- Dificultou os trabalhos de triagem, efetuados pela Polícia de BSB, quando da prisão de estudantes.
- Em setembro, atacou violentamente o Gov e as FFAA, concitando o povo a boicotar o desfile militar de 7 de Setembro.
- Participou da Assembléia dos Bancários da GB, onde proferiu violento discurso contra a política salarial do Govêrno e concitando a classe à greve.
- Participou de manifestações estudantis, em BSB e GB.
- Discursou, na Câmara, atacando as autoridades constituídas e apoiando as agitações estudan -



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

- tis.
- Face a pedido de licença para ser processado , os líderes do MDB aconselharam-no a que se man tivesse reservado.
 - O MDB não concordou com o teor do seu discurso ofensivo às FFAA.
 - Afirmou que não mudará um milímetro daquilo que disse em seu discurso de setembro.
 - Viajou à BH, mantendo contatos com trabalhadores grevistas.
 - Tem sido apoiado por D. HELDER CÂMARA.
 - Secretário Geral do "MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR" do MDB.
 - Fêz entrega à Rainha ELIZABETH de uma exposição de motivos sobre a iniciativa do Gov, para processá-lo.
 - No dia 10, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara concedeu licença para processar o epigrafado, por 19 x 12 votos.
 - No dia 12, o Plenário da Câmara dos Deputados negou licença para que o epigrafado fôsse processado.



13. HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

- 1 965 - Abr - Assinou o chamado "Manifesto à Nação", dos intelectuais.
- Mai - Participou de manifestação da UNE e UME, no Calabouço (GB), de condenação à invasão da Rep. Dominicana e contra o envio de Tropas brasileiras àquela República.
 - Assinou o Manifesto intitulado "Intelectuais são Contra a Intervenção dos EUA no Caribe".
 - Jun - Assinou manifesto pela libertação de ENIO DA SILVEIRA.
 - Dirigindo-se a VIOLETA ARRAES, expressou as seguintes idéias: - a legenda de MIGUEL ARRAES é um caminho a ser trilhado no futuro; - o governo de ARRAES em PE, é o que gostaria de ver repetido no BRASIL.
 - Jul - Fêz parte do Conselho Consultivo da revista intitulada "Política Externa Independente", lançamento feito pela Editora Civilização Brasi-

Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont)

leira S/A.

- ago - Tomou parte em Conferência realizada na Fac de Di -
reito da UMG, promovida pelo CA Afonso Pena, fazen-
do violenta crítica ao regime.
- É membro da Comissão Coordenadora do manifesto dos
intelectuais e artistas brasileiros, intitulado "Car-
ta Aberta ao Presidente da República".
- set - Destacou-se, no período de pós-revolução, por suas
críticas e ataques ao Gov Fed.
- No programa "Momento Político", da TV Difusora Ca-
nal 4, de S. LUIZ/MA, cedida pelo TRE/MA ao PTB, fêz
declarações consideradas ofensivas às autoridades do
País, o que motivou sua detenção no 24º BC e poste-
riormente abertura de IPM, que concluiu afirmando ter
o epigrafado sido convocado, pelo PTB daquele Esta-
do, para vitalizar a campanha eleitoral de RENATO AR-
CHER, movimentando a classe estudantil.
- Declarou que levará até a última instância o proces-
so que move contra a autoridade responsável por sua
prisão.
- Foi um dos oradores do Comício Pró-Mar LOTT.
- out - Proferiu palestra na qual teceu críticas desprimor-
sas à Revolução e se referiu ao fechamento do CACO,
como "cerceamento da liberdade estudantil" e "feito
a metralhadoras".
- nov - Foi prêso com outros oito intelectuais, quando pro-
movia agitação em frente ao Hotel Glória, à chegada
do Pres da Rep para inaugurar a Conferência da OEA.
- Nota:- Durante todo o ano de 1965, escreveu no Cor-
reio da Manhã" excedendo-se em críticas ao Gov Fed.
- 1966 mar - Escreveu artigo no jornal "Tribuna Universitária",
órgão oficial do DCE/UMG.
- jul - Assinou manifesto reclamando a liberdade de JOEL RU-
FINO DOS SANTOS.
- out - Assinou a "Moção dos Intelectuais ao Povo Brasilei-
ro", lido em assembléia realizada em solidariedade à
classe estudantil e pela redemocratização do País.
- Foi um dos intelectuais presentes à Assembléia dos
Intelectuais pela Democracia". Temas tratados: "A-
baixo a Ditadura", "Viva a UNE", "Fora com o imperi-
alismo e o entreguismo", "Fim a guerra do Vietnam",
etc.



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (Cont.)

- Promoveu reunião com estudantes do grupo de ANTONIO SERRA (AP).
- 1966 out - Frequentemente visita o Frei ELIZEU, no Convento dos Dominicanos no LEME, para tratar de assuntos políticos da Revista "Paz e Terra".
- Conseguiu a presença de todos os padres dominicanos do LEME, para a "Assembléia dos Intelectuais".
- nov - Distribuiu material de propaganda com o título "MARCIO MOREIRA ALVES - o candidato que o governo não conseguiu impugnar".
- Mantém ligações com Frei "CHICO" de SP, Frei ANDRÉ, de BH e NELSON PARENTE.
- Nota: Foi eleito Dep. Fed. pelo MDB/GB. O TRE rejeitou pedido de impugnação de sua candidatura.
- 1967 jan - É um dos implicados no movimento estudantil de caráter nacional, eclodido em set de 1966.
- fev - É colaborador do jornal comunista "Fôlha da Semana".
- Forneceu quantia em dinheiro ao PCB para obter apoio à sua candidatura.
- Na última passeata dos estudantes, cedeu seu auto para distribuição de panfletos.
- Está intimamente ligado ao "MCD".
- mar - Foi processado, pelo DOPS/GB, por violação das regras de propaganda política.
- mai - Anunciou que a ala radical da oposição - da qual faz parte - proporá ao MDB, a criação de uma Comissão de Mobilização Nacional, que organizará conferências de deputados nos Estados, abordando os temas: "pão, liberdade e luta contra a ação imperialista dos EUA", no Brasil.
- Atacou o acôrdo MEC-USAID.
- jun - Esteve em BH para o lançamento do filme sôbre OTO MARIA CARPÉAUX.
- Autor do livro "Torturas e Torturados", que ataca oficiais superiores das FF AA. Declarou que "o principal responsável pela apreensão do livro é o Gen ERNESTO GEISEL, que é citado em minha obra como o elemento que deu cobertura aos torturadores de PE".



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Anunciou que iria processar o Min Interino da Justiça, HELIO SCARABOTOLO por injúria, calúnia e perdas e danos, devido a apreensão do seu livro "Torturas e Torturados".
- jul - Atacou o chamado "arrôcho salarial".
 - Requereu, na Câmara, pronunciamento do Min do Exército, Gen LYRA TAVARES, "a respeito de sevícias praticadas em presos políticos, nos quartéis da 7ª RM".
- ago - No livro "Palavra de ARRAES", enalteceu a figura do líder comunista pernambucano.
 - Articulou a colocação do nome de JOEL SILVEIRA encabeçando a chapa que concorrerá às eleições no Sindicato dos Jornalistas Profissionais da GB.
 - Participou do "Seminário de Estudos sobre as Transformações Sociais na América Latina, à Luz da Populorum Progressio".
- set - Atacou violentamente o Gov, protestando contra a prisão do jornalista FLÁVIO TAVARES.
 - Elogiou o encontro CL e JG.
- out - Disseminou, entre os estudantes do PARANÁ e nos Diretórios Acadêmicos, discurso que proferiu, na Câmara, contra o Acôrdo MEC-USAID, instigando-os a reagir contra aquele Acôrdo.
 - Fêz conferência para estudantes, em JUIZ DE FORA/MG, contra o Acôrdo MEC-USAID.
 - Acusou diversos militares por torturas aplicadas em elementos prêsos pelo IPM que investigou as guerrilhas de MG.
 - Atacou a estada do govêrno em MG, afirmando que / 1250 garrafas de Whisky foram consumidas pela comitiva presidencial.
- nov - Articulou a criação de uma "Procuradoria do MDB" para acompanhar processos políticos e IPMs.
 - Remeteu telegrama a diversos Sindicatos de Trabalhadores, solicitando subsídios para sua luta contra o "arrôcho salarial".
- dez - Proferiu conferência de teor subversivo e revolucionário para estudantes de JOÃO PESSOA/PB.
- 1968 jan - Publicou artigo intitulado "GEISEL E LYRA ESCONDEM TORTURADORES".



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- mar - Entrevistou, em ARGEL, na qualidade de repórter do CM, o ex-Gov MIGUEL ARRAES.
- abr - Fêz violentos ataques ao Gov, analisando os acontecimentos decorrentes da morte de EDSON LUIZ LIMA SOUTO, na GB.
- mai - Atacou violentamente o Gov. Fed., aludindo à prisão dos irmãos RONALDO e ROGÉRIO DUARTE.
- Pronunciou conferência para estudantes, em FLORIANÓPOLIS, SC, contra o Acôrdio MEC-USAID.
 - Pronunciou conferência no DCE/UFPR incitando os presentes à violência e à guerrilha, como única solução para o BRASIL.
 - Participou ativamente das manifestações estudantis ocorridas na W-3 (BRASÍLIA).
 - Criticou o "Relatório MEIRA MATTOS".
 - Autor do livro "Cristo do Povo".
 - Faz parte do sistema contra-revolucionário de orientação comunista.
 - Condenou a invasão da TCHECOSLOVÁQUIA.
 - Atacou violentamente o Gov. aludindo à invasão da Universidade de BRASÍLIA.
 - Representante da Ação Popular na Câmara dos Deputados.
- ago - Foi relacionado como um dos parlamentares que, durante a prisão do líder estudantil HONESTINO MONTEIRO, em BSB, no dia 29, dificultou os trabalhos de triagem, efetuados pela Polícia.
- 'set - Proferiu discurso, na Câmara dos Deputados, no dia 3, atacando violentamente o Gov. Fed. e as FF AA. Concitou o povo, de forma incisiva e impatriótica, a boicotar o desfile militar, comemorativo do dia 7 de Setembro, pedindo que "cada pai, cada mãe, se comprometesse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas".
- Participou da Assembléia dos Bancários da GB, na Associação dos Empregados no Comércio, onde proferiu discurso, atacando violentamente a política salarial do Gov. Fed., e concitando a classe à greve.



Ficha Individual de MARCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Participou de manifestações estudantis, durante a realização do desfile do Dia da Pátria, em BSB e GO.
- out - No dia 23, discursou, atacando as autoridades constituídas e apoiando as agitações estudantis. Frisou que "é preciso que o clamor que das ruas nasce, que o sangue derramado pela juventude frutifique em uma movimentação que acabe com êsse terrorismo, que acabe com a ilegalidade, que acabe com a lei do trabuco, que acabe com essa lei tremenda e temível que é a da Segurança Nacional, feita para proteger o trabuco e os jagunços, para reimplantar neste País a Democracia". (A Mesa da Câmara censurou parte de seu discurso, antes de sua divulgação pela Imprensa).
- Seus violentos pronunciamentos agravaram a tensão, na Câmara, onde se tratava do problema dos estudantes.
- Em conversa com amigos, disse estar preocupado e apreensivo com seu caso. Disse estar sentindo o impacto das pressões militares, através das lideranças da ARENA. Afirmou que não mudará um milímetro daquilo que foi dito em seu discurso de setembro passado.
- No dia 3, viajou a BELO HORIZONTE/MG, mantendo contatos com trabalhadores grevistas.
- Disse que o episódio do Clube dos Marimbás/GB onde foi impedido o lançamento de seu livro "Cristo do Povo", "colabora para invalidar qualquer tentativa de aproximação do Gov com o povo, do qual o próprio Gov se reconhece isolado".
- Recebeu o apoio da chamada "AÇÃO, JUSTIÇA e PAZ", de D. HELDER CÂMARA, que neste sentido lançou manifesto, em JOÃO PESSOA/PB.
- Em entrevista à Imprensa, declarou que "esta não é uma crise apenas do MDB, mas sim do próprio regime".
- Voltou a proferir discurso de crítica a propósito dos incidentes na Fac de Medicina/RJ, mas o seu pronunciamento foi objeto de exame dos componentes da Mesa, a fim de censurá-lo, no exercício da faculdade regimental que lhes permite eliminar palavras ou expressões consideradas injuriosas ou contrárias à ética parlamentar.



Ficha Individual de MÁRCIO MOREIRA ALVES (CONT.)

- Foi designado Secretário-Geral do "MOVIMENTO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR" do MDB, movimento considerado como substituto da FRENTE AMPLA.
- nov - Em CONGONHAS, disse que "o manifesto dos Capitães é o documento militar de maior importância, que já saiu no BRASIL em qualquer época". Aduziu que o documento mostra que "a jovem oficialidade não é acomodada por êsses velhos que deixaram o Exército / nesse estado, mas que procura um caminho nôvo para sua própria organização".
- Entregou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara a sua defesa, em relação ao pedido do Gov para processá-lo.
- Disse que em nenhum momento teve o propósito de ofender às FF AA e muito menos de atentar contra a ordem democrática. Afirmou que, no discurso que deu margem ao pedido de licença para ser processado, criticou "elementos do Exército", que, no seu entender, abusam da instituição, fazendo-a de "valhacouto de torturadores".
- Por intermédio da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, entregou à Rainha ELIZABETH II, da Inglaterra, quando esta visitou BSB, uma exposição de motivos sobre a iniciativa do Gov Fed. para processá-lo.



DOC

"D"

D - A N E X O S

- 1 - DISCURSOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- 2 - ARTIGOS NA IMPRENSA E PALESTRAS NA TELEVISÃO
- 3 - MANIFESTOS E PANFLETOS
- 4 - RELATÓRIOS
- 5 - INFORMAÇÕES E INFORMES

NB.PRO.CSS.214.S.P.245

ANEXO

1

1. DISCURSOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1.1 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 01 ABR 67
- 1.2 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 18 MAI 67
- 1.3 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 03 AGO 67
- 1.4 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 26 OUT 67
- 1.5 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 31 JAN 68
- 1.6 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 30 MAR 68
- 1.7 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 09 ABR 68
- 1.8 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 31 MAI 68
- 1.9 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 30 AGO 68
- 1.10 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 03 SET 68
- 1.11 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 04 SET 68
- 1.12 - DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL - 04 OUT 68

Diário do Congresso Nacional
(1/4/1967 - Pg 924)

3º Aniversário da Revolu
ção

- Diz que se trocou o
Marechal I pelo Marechal
II

- 1 - Sizado e hipócrita
por outro rizonho e fa-
lante.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Sem revisão do orador) — Senhor
Presidente ... (Palmas prolongadas)
— Agradeço a meus colegas de ban-
cada esta manifestação de aprovação
um Deputado novo, que pela prim
ra vez ocupa a tribuna no
Expediente.

Sr. Presidente, Sr. Depu...
rei está nu. Só não ve...
quer ou quem tapa de propósito os
olhos, para poder dormir com a cons-
ciência tranqüila. Nós estamos sob
uma ditadura militar. Estamos siza-
do, boja, comemorando o terceiro
ano de sua implantação. O fato de
terem trocado o Marechal I pelo Ma-
rechal II, um sizado e hipócrita por
um rizonho e falante, em nada mudi-
a a realidade. Nós, no Congresso
Nacional, somos o blombo, o engano-
so fundo falso de uma falsa democra-
cia, que só de aparências vive. Som-
os, aliás, o último blombo, porque
a imprensa, o penúltimo, já foi
amordaçada pelo decreto de insegu-
rança nacional.

Sr. Presidente, chego a esta Casa
vindo da penúltima trincheira: ve-
nho da imprensa. No momento em
que um grupo de jornalistas plantou
a bandeira da resistência aos des-
mandos do Governo do Marechal I,
denunciou a entrega da economia
nacional, protestou contra a trans-
formação do Brasil em um satélite,
no momento em que denunciámos a
tortura de presos políticos e usamos
a liberdade de imprensa que nos era
concedida, sabíamos estar dando ao
Governo do Marechal I um alibi in-
ternacional.

Em um país de oitenta milhões de
habitantes, onde quarenta milhõe-
são analfabetos, em um país onde o
rádio e a televisão são censurados es-
tritamente, a liberdade concedida a
três ou quatro jornais, cuja tiragem
conjunta não vai a trezentos mil
exemplares, era um preço muito ba-
rato que o Governo do Marechal I
pagava pelo cheque que mostrava in-
ternacionalmente, de uma falsa de-
mocracia. (Muito bem.)

Apesar disso, concordamos em dar
esse alibi. Homens como Alcui Amo-
roso Lima, Carlos Heitor Cony, An-
tônio Callado, o nobre Deputado Her-
mano Alves, o Senador Mário Mar-
tins, Otto Maria Carpeaux, Moacir
Werneck de Castro, Cláudio Malta e
tantos outros sabiam perfeitamente
o que estavam fazendo e o risco que
corriam, de constatar internacio-
nalmente uma ditadura de fato. Mas
acreditamos que a conscientização
que demos a este País, o esforço e o
sacrifício que fizemos para dar voz
ao descontentamento, a fome, a dor,
sofrimento e à dignidade do povo

brasileiro, então enxovalhada, valeu
a pena.

E' portanto, com pleno assentimen-
to que, mais uma vez, colabora-
mos um alibi internacional a um governo
de ditadura militar. Esse alibi está
aqui, com o Congresso aberto e
quando não sei. Mas ele existe e,
por isso, temos de aproveitá-lo para,
usando desta tribuna do Parlamento,
como usamos da tribuna ora amor-
daçada da imprensa, levamos aos
olhos ainda uma falsa de resistência con-
tra a prepotência, o arbitrio o mili-
tarismo, o entreguismo, que impetam
nesse País. (Muito bem.)

Agora, Sr. Presidente, Sr. Depu-
tados, as tenazes da ditadura se re-
cham. A resistência que em 1964 pu-
demos oferecer aos desmandos do
Marechal I, seria impossível sob o
reinado do Marechal II. O Decreto
de Segurança Nacional, ou melhor o
decreto que estabelece a guerra civil
no Brasil a tornaria impossível. Não
há blombo, não há desculpa, não há
cortina, não há véu que hoje, en-
cubra o totalitarismo. De nada ser-
virão as declarações de paternalismo
democrático que membros do Gover-
no possam fazer; de nada servirá se-
quer a habilidade do Sr. Ministro
das Relações Exteriores, político ba-
bil, ninguém o nega, em trazer de re-
torna a sua comitiva de Ponta Del-
gada, o Presidente do partido de Opo-
sição, como se aqui estivéssemos em
uma democracia como aqui onde a
Oposição tem não apenas o direito
mas o dever de fiscalizar as ações
internacionais do Governo.

O mundo inteiro todos os brasilei-
ros sabem há muito tempo, e há
muito tempo não têm dúvidas, do re-
gime que impera no Brasil.

Sr. Presidente, há exatamente três
anos, hoje, um golpe militar foi des-
fechado em nome da democracia, da
propriedade privada e dos interesses
estabelecidos. O que os executivos
desses golpe fizeram com a democra-
cia todos sabem e sabem também
aqueles que ajudaram a desfechá-la,
como, por exemplo os Generais
Olympio Mourão Filho e Pery Bevila-
acqua, que, da tribuna do Superior
Tribunal Militar, denunciaram, ainda
há poucos dias, a tentativa, já exe-
cutada, de implantar no Brasil o mi-
litarismo totalitário. Denunciaram e
foram acompanhados em suas pala-
vras pelo Almirante Saldanha da Ga-
ma um dos mais irreduzíveis adver-
sários que o Sr. João Goulart já teve
pela frente em toda a sua vida sal-
picada de inimigos. Estes três ho-
mens, estes três militares recebem
aquilo que dizemos aqui, que tem
sido dito pela imprensa e em toda
parte, antes que a palavra chegue pe-
los estudantes, pelos jovens e pelas
organizações: a ditadura militar: era
consolidada e implantada. Mas, se o
desprezo pela democracia foi é a re-
conhecido pelos Generais Olympio
Mourão Filho e Pery Bevilaacqua, re-
mor ao privilégio no amor à pro-
priedade privada, no amor ao capi-
talismo liberal denunciado por Paulo
VI em sua Encíclica — que já teve
oportunidade de dizer nesta tribuna,
provavelmente terá o mesmo destino
do grande documento abridor de hor-
rizontes novos do seu antecessor, a
"Mater et Magistra": será apreendida
nas livrarias e nas bibliotecas por co-
rrompetes e entregados de IPMs — na
proteção de brasileiros, na proteção de
privilegios. Eles demonstraram ser-
vilo extraordinário.

O Sr. Hermanno Alves — Formou
V. Exº um aparte?

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES
— Não so com muito prazer, mas com
grande honra.

O Sr. Hermanno Alves — Minho
cabeudo, V. Exº falou na Encíclica
de São Santo João o Papa Paulo VI.
Costaria de levar a V. Exº a noção

que a Franco Press distribuiu aos jornais hoje: o "Wall Street Journal", eficiente porta-voz dos grupos financeiros norte-americanos, afirmou, hoje, em editorial, que a Encíclica do Papa Paulo VI, *Populorum Progressio*, não passa de um marxismo requentado.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Ex.^a o aparte, que ilustra o meu discurso, e, sobretudo, a informação que dá à Casa em primeira mão, pois essa opinião do "Wall Street Journal" será fatalmente rependida pelos encarregados de caçar feiticeiras no Brasil, pelos encarregados de proteger interesses feuzas, pelos encarregados de estagnar a civilização e a sociedade brasileiras.

O Sr. *Hermano Alves* — Em que situação ficara o Presidente Costa e Silva perante os encarregados desses inquéritos policiais-militares por ter aplaudido essa Encíclica?

O Sr. *Mariano Beck* — Quero também, nobre colega, registrar o comentário a respeito da Encíclica, que completa a notícia trazida pelo Deputado *Hermano Alves*. O Cardeal *Henriques*, do Chile, grande figura da Igreja — a imprensa hoje noticia — acaba de declarar, aplaudindo a Encíclica, que, quando se trata de combater a fome e o colonialismo, católicos e marxistas devem dar-se as mãos.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Ex.^a esse aparte que ilustra o meu discurso e informa ainda mais a Casa sobre a verdadeira posição social da Igreja Católica no mundo de hoje.

Mas, dizia eu, no desvêlo da proteção de privilégios, esse Governo chegou ao ponto de acabar, praticamente, com o imposto sobre herança. Chegou ao ponto de tornar hereditária a transmissão de privilégios, estabelecendo, no Brasil, uma situação social apenas comparável com a da Arábia Saudita ou a do Principado do Kuwait, regido por reis e príncipes.

Porém, a hereditariedade de privilégios é apenas um dos crimes menores do Governo do Marechal I. O grande, o perpétuo crime que praticou contra a integridade nacional e a paz entre os brasileiros foi o Decreto número 314, da insegurança nacional.

O Deputado *Hermano Alves*, primeiro companheiro de bancada que veio a esta tribuna na campanha que o M.D.B. desenvolve para mostrar os crimes que à sombra deste decreto podem ser praticados contra a democracia, lembrou que o decreto é baseado em uma filosofia de alienação nacional: é baseado na falsa tese da divisão do mundo entre dois blocos antagônicos, forçosamente liderados por duas superpotências, às quais, obrigatoriamente, os países de potencialidade menor, como o Brasil, teriam de ligar-se na forma de satélites.

Esta filosofia clara é expressa no decreto de insegurança nacional: é a filosofia da alienação da soberania brasileira.

O Deputado *Mata Machado*, que ocupou esta tribuna há alguns dias, fazendo um veemente apelo de volta ao futuro, de prospecção do Brasil, de volta à formulação de um Brasil soberano, livre, e, sobretudo, de um Brasil socialmente justo, demonstrou que outra das bases filosóficas do decreto de insegurança nacional é a desunção nacional, é a submissão do País à tutela forçada de uma pseudo-elite militarista que acirra os ódios entre as classes e promove a divisão, o abismo entre as gerações.

O Deputado *David Lerer*, que também ocupou esta tribuna, demonstrou como este decreto subverte, não apenas a ordem jurídica brasileira, mas até mesmo a ordem jurídica do Império romano, que estabelecia, em caso de dúvida, a favor do réu: *in dubio pro reo*.

No seu Art. 48, o decreto da insegurança nacional, pela primeira vez na História do mundo civilizado, na história da ordenação jurídica das sociedades, estabelece uma pena antes do julgamento. E essa pena é perpétua, porque diz que o homem acusado de subversão, de crime contra a segurança nacional é privado de seu trabalho e privado até o momento em que uma sentença o absolva. Portanto, se alguém é denunciado, dentro deste decreto de insegurança nacional, por um crime qualquer, que lhe dá de três a seis meses de cadeia, nunca mais poderá trabalhar — não tem bem, Srs. Deputados, — porque não haverá sentença que o absolva. E é terminante a proibição do Artigo 48 do decreto de insegurança nacional esse homem estará condenado a morrer de fome. E, não apenas ele. Quebrando outro preceito jurídico memorial, a pena ultrapassa a pessoa do réu, pois também condenados a morrer de fome estarão os seus filhos, estará sua mulher, finalmente a sua família.

Srs. Deputados, analisando atentamente esse decreto, dele pude tirar, apenas, duas conclusões: ele estabelece que todo brasileiro é um subversivo, ou pelo menos um suspeito de subversão. Todos, sem exceção: do MDB e da ARENA. E ele protege os ladrões e assassinos, só. Além de procurar intimidar e amordaçar o Brasil, ele apenas faz isso: proteger ladrões e assassinos. Pelo Art. 25 do decreto de insegurança nacional, é cominada para o crime de roubo a pena de 2 a 6 anos de reclusão. Muito bem: pelo Art. 157 do Código Penal em vigor, a mesma pena é punida com 4 a 10 anos. Portanto, todos os ladrões preferirão ser processados e julgados não na Justiça Civil, mas na Justiça Militar; não pelo Código Penal, mas pelo decreto de insegurança nacional, porque ele os protege. Da mesma forma os assassinos que praticam massacre, esse crime por definição bárbaro. Por definição, não, por concepção, porque definido juridicamente ele não é. Massacre é imaginário, é literário, não é crime jurídico. Nada no decreto é jurídico. No crime de massacre também a pena é de 2 a 6 anos, quando, pelo Código Penal, poderia ser de dezenas e dezenas de anos. Mas, Sr. Presidente como procurei demonstrar em um aparte nesta Casa, o decreto de insegurança nacional baseia-se numa filosofia espúria, fabricada nos desvãos da Escola Superior de Guerra contra a democracia no Brasil. O seu artigo 2º, que define segurança nacional, é quase literalmente a repetição de um parágrafo do livro do General *Golberri do Couto e Silva*, publicado em 1955, chamado "Planejamento Estratégico Nacional". Mas, nesse mesmo livro, nessa biblioteca do pensamento do grupo militar sorbonense, este conceito tem de ser indefinido. A página 48 deste livro, o General *Golberri do Couto e Silva* afirma:

"É claro que há distinção que acima de antagonismos se presta a inúmeras críticas pelo indefinido da caracterização que propõe."

E sob uma caracterização por definição indefinida, que se pretende amordaçar este país. Mas, para tranquilizar, adiante, o General *Golberri do Couto e Silva* assegura:

"De qualquer forma, entre subversão armada e as perturbações da ordem que requereiam apenas mera repressão de caráter policial, a diferenciação não apresenta, em geral, maiores dificuldades."

E sobre essa coisa vaga, amorfa, essa espécie de gelatina mental que querem colar à nossa boca, que esse decreto de insegurança nacional foi redigido. E ele é tão mal redigido, tão impreciso, que ninguém poderia

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(18/5/67)

Carga violenta contra o
Decreto-Lei de Seguran-
ça Nacional.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Encaminhamento de votação — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, estamos apreciando não apenas um pedido desses mais ou menos normais na vida parlamentar, de licença para processar o Deputado, como uma tentativa de processo político. Pelo parecer da Comissão de Justiça fica claro que nesta Casa o que temos de rejeitar é todo um sistema de justiça castrense, que impõe ao Brasil, não a lei, mas o arbítrio daqueles que detêm o poder.

Esse IPM no qual foi indiciado um colega nosso é igual a dezenas de outros em que vários colegas nossos também foram indiciados. Recordo-me do caso do Deputado Edgar Melo Machado, que, juntamente com quase todos os Professores da Universidade de Minas Gerais, tem um processo em curso de julgamento na 4ª Auditoria de Guerra da Minas Gerais. Essas Auditorias, esses coronéis de IPM, que, ao arrojo de todas as leis, e da tradição jurídica do Brasil, pretendem impor a força do quartel e da baioneta a esta Nação, estão hoje acobertados, não apenas pela Lei nº 1.832, na qual se hesitou o Chefe do IPM para incriminar nosso companheiro José Mandelli, mas na Lei de Segurança Nacional, que não permitiria sequer a defesa, que no caso foi apresentada pelo Deputado José Mandelli, que comprovou sobejamente a sua inocência.

Portanto, além de rejeitarmos, como de resto recomenda o parecer da Comissão de Justiça, a licença para processar o Deputado pelo Rio Grande do Sul, é nossa obrigação, pela sobrevivência desta Casa, de votar o decreto-lei de Segurança Nacional, aprovado pela Câmara dos Deputados pelo Alineamento Constitucional, no âmbito das leis de Segurança Nacional. (Muito bem).

Limitação dos Atos Institucionais até 15 de Março de 1967.

<p>O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:</p> <p>(Comunicação. LA) — Sr. Presidente, há treze dias o Ministério da Justiça realizou a constituição do Tribunal no País sob a ameaça das armas e na ausência de liberdades políticas. Há treze dias, com uma simples portaria, o Governo tornou de ser a representação jurídica da sociedade para transformar-se no instrumento de grupos ilegais. Há treze dias que o marechal Costa e Silva, determinando a aplicação de um Ato Institucional cujo último artigo limitava sua vigência ao dia 15 de março de 1967, preferiu trocar a suprema magistratura da República pela chibata de um Exército armado. Ao quebrar a lei e a estrutura jurídica construída disciplinadamente a partir de 1964, abdicou o marechal Costa e Silva da legitimidade que seu mandato poderia ter. A ordem legal, preferiu a lei das selvas. Com isto, demonstrou ao Brasil e ao mundo sua falta de autoridade e, ao revés, o poder de facções escuras, secretas e armadas, que se escondem nos devãos dos quartéis e deixam vir à luz o dia apenas sua vontade de praticar crimes tais como o sequestro ou assassinato de um jornalista e o empastelamento de um jornal.</p> <p>O confinamento do Sr. Helder Fernandes na ilha de Fernando Noronha representa tudo isto, além de alertar contra os direitos da criação humana, proclamados pelas Nações Unidas, e as liberdades individuais e políticas, consagradas nas leis do Brasil. É verdade que, para justificá-lo, o Ministério da Justiça alegou ter sido aquela a maneira encontrada pelo governo para proteger a integridade física do jornalista. Esta alegação estranha nada mais é senão a confissão de ilegalidade na qual o Governo se colocou. Onde já se viu prender a imprensa</p>	<p>futura e deixar livres as que contra ela praticaram o crime de latrocínio previsto no Código Penal Brasileiro? Será a lei penal inaplicável pelo fato de persistirem os membros das Forças Armadas ou a uma facção militar apelidada "linha dura", espécie de transposição para a vida política da Nação do grupo de arruaceiros do antigo clube dos cafagestes? E que Forças Armadas são estas, cujos regulamentos disciplinares não impedem os crimes de seus membros ou cujos chefes são incapazes de aplicá-los. Com que autoridade estes chefes, que se omitem hoje face ao crime, poderão amanhã exigir de seus subordinados a obediência à disciplina e à hierarquia, a lei e a tranquilidade pública?</p> <p>Sr. Presidente, pedindo à presença de grupos terroristas que se aproveitavam da indulgência criada pelo luto conspirado, o marechal Costa e Silva praticou uma violência. O exemplo que deu outras violências gerou, pelas bombas, pelo assalto, pela destruição das instituições sociais de nossa terra. O caminho da ilegalidade escolhido pelo governo resultou na produção outros crimes e ilegalidades ameaçando toda a Nação, a menos que seja corrigido logo, já, pela aplicação da lei a todos, cafagestes ou não, armados ou desarmados. (Muito bem)</p>
--	---

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(26/10/67)

Violentas críticas ao Governo
Federal quando da instalação
do Governo em Belo Horizonte.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, como todos sabem, e a bancada mineira principalmente, o Marechal Costa e Silva encontra-se em Belo Horizonte. Seu programa caracteriza bastante a espécie de Governo que tem. Não estará com as professoras, que há 14 meses não recebem; não estará com os sindicatos, cujas reivindicações são prementes; não estará com os estudantes, posto que o diálogo com os estudantes neste Governo, como no passado, é feito a cassetele no meio da rua.

Estará, no entanto, com os representantes das classes produtoras, com as associações rurais, com as federações da indústria e delas receberá um petítório em 54 itens, apresentando as reivindicações destas classes ao Governo. Um deles é simplesmente o seguinte: "Dedução das importâncias relativas a acórdos trabalhistas do Imposto de Renda".

Gostaria ficasse consignado que este Governo, que é realmente o Governo das classes produtoras, sobretudo no referente à política salarial, que tem

como propósito tornar os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres; este Governo que, por intermédio do Ministro do Trabalho ontem declarou que manterá a qualquer custo essa política salarial de fome, está recebendo das classes produtoras o pedido de descontar do Imposto de Renda que à Nação é devido, os acórdos salariais que acaso façam em benefício dos trabalhadores.

Era esta a comunicação que queria fazer à Casa Sr. Presidente. (Muito bem.)

DCN 30/3/1968 - Pg 949

- Acontecimentos da Guanabara
- Ataques à Militares

Procurar fazer um relato factual, isto quanto é possível ser factual na descrição de um drama e na narração de um conflito.

Todos sabem que, às 19:45 horas de ontem, quando estudantes reunidos no seu restaurante, no prédio do restaurante do Calabouço, que há alguns dias, se encontrava fechado, iniciaram uma passeata de protesto contra este fechamento foram multados pela Polícia Militar do Estado da Guanabara.

Desse movimento resultou a morte de um jovem paranaense, de 13 anos, Edson Luiz Lima Souto, que, no Rio, se encontrava para fazer o Artigo 99, e que, em virtude de sua pobreza, praticamente morava no restaurante, onde fazia pequenos serviços de faxina. Foi baleado na região glútea, o escriturário Olavo de Souza Nascimento; no pé, o fotógrafo José Vital, Telmo Mata Henriques, funcionário da firma 3-M, que se encontrava no escritório dessa firma no primeiro andar de um edifício, foi baleado na boca e se encontra hospitalizado em estado grave. O estudante Benedito Fracão Dutra foi atendido no Hospital do Pronto Socorro, com ferimentos cortantes na testa, provavelmente resultantes de uma queda de respão.

Verificado a morte de Edson Luiz Lima de Souto, seus colegas que a princípio o haviam levado à Santa Casa de Misericórdia, carregaram-no pelas ruas da cidade, desde a Rua Santa Luzia, atravessando a Avenida Graça Aranha, a Rua México, a Avenida Rio Branco e a Cinelândia, o corpo desse mártir da liberdade. Foi assistida a cena profaníssima e macabra. Um grupo de cerca de 200 rapazes e moças carregavam o corpo sobre as cabeças. Traziam ainda a metade de uma faixa, que fora rasgada e que dizia qualquer coisa sobre o restaurante do Calabouço. Percorreram a Cinelândia toda e trouxeram o cadáver para a Assembleia Legislativa, o que não deixa de ser significativo. A Assembleia Legislativa da Guanabara é conhecida no Brasil inteiro sob o triste apelido de "Galota de Ouro". Mas, apesar disso, é a única casa de representação popular que naquele Estado existe, a única onde representados se sentiam os membros daquela corte fúnebre. Entraram na Assembleia, depuseram o cadáver sobre a mesa do porteiro e, quando se esperava naturalmente que a emoção do momento fizesse com que aqueles jovens partissem para outras manifestações, no compreensível protesto de seu pesar, revelaram a sua maturidade e a sua firmeza de luta ao organizarem, de forma absolutamente disciplinada, o velório do companheiro. Um dos seus líderes subiu a uma bancada e disse: "Não podemos fazer o que o Governo e a Polícia querem que façamos. Não podemos sair de novo à rua, agora, protestando, porque lá fora está a mesma Polícia agressiva que, no Calabouço, nos intimidou, para nos matar outra vez. Tem, de velar o nosso companheiro aqui".

Resolvente, assim fizeram. Organizaram uma fileira de jovens de braços dados, no saguão da Assembleia, deixando entre os dois alas um espaço livre que, imediatamente, começou a ser utilizado pelo povo para visitação ao cadáver.

Estes são os fatos. Começam as versões.

O cadáver foi depositado na mesa da Assembleia e, alguns minutos após, chegou ao Gabinete do Presidente — lá e lá — José Bonifácio de Andrada e Silva, o General, Chefe de Polícia, Sr. ...

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES:
(Sem fecho do orador) — Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho trazer o testemunho visual dos acontecimentos da noite de ontem, no meu Estado.

... da Polícia ...
... da Faculdade de Medicina do meu Estado, do qual, como Sr. Deputado, devo estar informado, resultaram 13 feridos por espancamento, dentre os quais meças, propostada-

mente espancadas em suas partes sexuais pelo bando de capangas em que se transformou essa Polícia Militar comandada por oficiais do Exército.

O General Osvaldo Niemeyer começou a dar, para um grupo de Deputados, depois de quais eu, a versão dos fatos. Declarou que havia sabido, há há alguns dias, a intermédio da 3ª Seção do Exército, que se preparavam, no Brasil inteiro, manifestações estudantis contra a Guerra do Vietnam. Estas manifestações ocorreriam por volta do dia 31 de março. Declarou que havia sido surpreendido pelas manifestações do Calabouço, no dia 30, e para lá fora acompanhando o choque da Polícia Militar. Disse que, ao encontrarem-se manifestantes e Polícia Militar, achou-se esta em inferioridade não apenas numérica, como de potência de fogo. E por isso alçou.

Tentou esclarecer o que é a potência de fogo. Perguntou: "General, quer o Senhor dizer que os estudantes estavam armados, tal como a polícia?" Disse ele: "Não". Perguntou: "Quer o Senhor dizer os estudantes tinham armas?" Disse ele: "Não sei". Perguntou: "Ouvir o Senhor tiros partindo dos estudantes, e onde estava?" Disse o General: "Haviam-se entretido, procurando abrigo nas arcadas de um edifício da vizinhança". Prosseguiu dizendo: "Ouvir o Senhor, por parte dos estudantes, tiros?" Disse ele: "Não ouvi estampidos, mas posso garantir ao Sr. Deputado que 99% das chances é que os tiros hajam primeiro partido dos estudantes, porque a polícia militar tem ordem de só disparar para revidar uma agressão a bala". E mais: "Eu vi clarões partindo de onde estavam essas raparigas". Indaguei ainda, para me certificar: "Há policiais feridos a bala?" Respondeu que não. Perguntou: "Esses clarões — na suposição de que o Senhor os tenha realmente visto — não poderiam ser flashes de fotografos?" A esta altura, um pequeno IPM democrático que eu havia estabelecido foi interrompido pelo General, que se apressou em sair da Assembleia, depois de dizer que a Polícia Militar das cercanias do prédio se havia retirado.

A versão da reportagem, das testemunhas oculares, dos estudantes. Realmente, a passeata começara. Tinha por motivo o fechamento do restaurante dos estudantes, há já alguns dias, como consequência de um prolongado vazio de ação por parte do Governo Federal e por parte do Governo do Estado; fechamento que foi a consequência de negociações prolongadas entre estudantes e autoridades, determinado finalmente quando um Brigadeiro do SNI, que procurara o Secretário de Obras do Estado da Guanabara, Engenheiro Paula Soares, meteu no bolso, sem dar resposta, o orçamento de 80 milhões de cruzeiros, feito pelo Secretário de Obras, para as reformas necessárias do restaurante do Calabouço. E meteu no bolso, sem dar resposta, porque o Governo do Estado, que se prontificava a arcar com estas despesas, exigia do Governo Federal apenas uma declaração de que sendo o restaurante dos estudantes — ontem, como hoje — responsabilidade exclusiva do Ministério da Educação e Cultura e, portanto, na União, arcaria esta com a manutenção dele.

Porém, segundo as testemunhas oculares inapreensíveis dos jornalistas, a passeata começou; foi atacada por um choque da Polícia Militar e, em seguida, metralhada.

cusaram a entregar aos médicos do Instituto Médico Legal, porque são médicos da Polícia, o corpo do companheiro morto, para autópsia, e ela teve de ser feita na sala da enfermaria usando-se o presépio legal da autoria da Assembleia da Guanabara. Túpsia do cadáver de Getúlio Vargas, feita no Palácio do Catete.

O povo cerca a Assembleia. Os estudantes, hoje, estão tendo a liberdade de manifestação que ontencustou uma vida; falam ao povo; têm nas ruas da Guanabara.

A notícia que tinha e de que o policiamento daqui a uma hora, quando o enterro sair, deverá ser feito pelo Exército. Que fazer? As medidas iniciais já foram tomadas. Este morto será enterrado por conta do Estado pelo qual morreu. O Governador Negrão de Lima mandou abrir o tradicional inquérito, desta vez, pedindo um representante da Ordem dos Advogados para acompanhá-lo. Anunciou, também, o afastamento da Secretaria de Segurança, General Osvaldo Niemeyer, que teve a petulância e acoragem de, diante de um morto e perante representantes do povo, dizer que a tropa atirara porque estava em potência de fogo inferior e contra ela eram jogadas pedras. O Tenente Alcindo Costa, Comandante do Destacamento que metralhou os estudantes — e segundo testemunhas — autor dos disparos que vitimaram Edson de Lima Soulo, está preso e o inquérito foi metaurado. Chega? Não. O jornalista Paulo Francis, hoje, ao fim do seu artigo no "Correio da Manhã", coloca com grande clareza a realidade. Diz ele:

"O episódio dos estudantes assassinados pela Polícia Militar da Guanabara será certamente explorado pelo mundo oficial, em termos de responsabilidades pessoais dos chamados excessos condenáveis. Não é nada disso que ocorre. Decorre essencialmente a morte do sistema de 1º de abril que colocou o povo na condição de criminoso reprimindo-lhe as manifestações de inconformismo com o ditado policial."

Esta é a verdade. Nos todos fomos criados em uma tradição de respeito e admiração pelas Forças Armadas de nosso País. Quando olhávamos para um Coronel, para um General, fosse mesmo para um Sargento, a idéia que tínhamos era de um cidadão cuja vocação era servir a sua pátria na guerra como na paz, e os grandes nomes que lembramos não eram apenas de guerreiros que se fronteira de nossa pátria defendiam, eram também daqueles que pelo desenvolvimento e pela conquista do Brasil haviam dedicado suas vidas. Lembrávamos de Rondon, do Capitão Vasconcelos de Noronha Barbosa e da campanha de petróleo do Coronel Francisco e das primeiras tentativas de exploração do xisto baiano. Isto acabou. O que este regime militar fez no Brasil foi transformar cada farda em objeto da exploração do povo. Por que? Não porque o grosso das Forças Armadas seja composto de criminosos, de traidores, de assassinos, de torturadores; não, mas porque este Governo Incôgnito se pôs a fazer uma e exclusivamente nas armas, visando o povo nas décadas que lhe couberam cercando e deturpando a idéia de liberdade, enquanto a liberdade entregava-se sob a tutela dos militares. Este regime não é uma instituição permanente da República; transformou-se em valhacouto de bandos de homens que hoje correm, quando vemos um oficial fardado na rua, são nomes infames, são r mes como o do terrível Heitor Ibiapina, como o do comandante do assassinato do Sargento

Mancel Raimundo Soares Coronel Mena Barreto, como o do seu superior na época em que ele era oficial de relações públicas do Ministério do Exército, Coronel Wellington Guimarães; são nomes como o do Coronel Danilo Cunha Melo, o do Coronel Celso, aqui primeiro, e depois um pouco para captar o Governador Mauro Borges; são nomes como Darry Vaque Viana que arrastou pelas ruas de Recife um esportivo, comunista sim, mas homem, criatura humana, Gregório Batista, com uma coroa amar e no pescoço e a cabeça partida a golpes de canivete, são nomes como o do Capitão Lima, que a 14 de abril de 1964 não teve coragem de fazer com que a tropa que ocupava Recife não fosse desarmada nas ruas de Recife de mesmo dia; ou com dois tiros na boca dos jovens estudantes. São nomes como o do Coronel Zambor que implantou o terror na Baixada Fluminense e chegou a petição de formular 23 testemunhas que, pela acusação, iria apresentar a um IPM. São nomes como o do dete aggrá General Carlos Meira Maia promovido ao posto de adunado de 1º de seus colegas mas aplica num aché a Napolé, pelo ato de haver fechado este Congresso com suas tropas. São nomes que também como agora denunciados, o do major da Aeronáutica Luiz Vinhaes, rei de crime de sequestrado contra os meios, portanto contra irresponsáveis penas. Red de haver ajudado a cobertado eu ordenado — não se sabe ainda, porque o processo não veio a lume — de qualquer forma participação da inculcação de varre em duas tribos de índios, cujas terras eram cobigadas por capitalistas. E' isto que este Governo está fazendo. E' isto que tem de ser apagado.

O Sr. Hermanno Alves — Nobre Deputado, quer apresentar a relação de nomes que viram, cita o do Major Hugo, o Major Hugo que torturou, humilhou, envenenou e amastou amastado, pisando-lhe na cara ao Coronel Jefferson Jardim de Alencar Osório que se subleveu em armas contra o presente Governo, na frente de uma tropa do Exército, dando um exemplo dos mais vergonhosos que se viu na história militar do Brasil e que, embora denunciado, não se fez nada com o autor do crime. Quero apresentar também o fato de que o Capitão José Roberto Lamas acabou sendo promovido pelo atual governo que o enviou para Maravilha, nos Estados Unidos, onde, as costas da União e ganhando em dólares, fez um curso de especialização em expressão política, militar, econômica que será promovido de alférez com o que a se enleie sobre as bandeiras.

E, finalmente, quero interromper a infidelidade de todos nós da Guanabara, o nome do Coronel Osvaldo Borges que, há alguns dias, foi metralhado de 14 e 15 de março, no Palácio do Rio, para a chegada do governador. Este nome não é o nome de um homem, mas o nome de um sistema que se tornou uma memória na Universidade de Brasília.

O SR. MÁRCIO MOPPIRA ALVES — Agradeço ao nobre Deputado Hermanno Alves.

Realmente a idéia que del é absolutamente incoerente, de que por este Governo as autoridades e providos dentro das Forças Armadas, na verdade, muito mais importantes. Quis, porém, fazer uma idéia simplificada para demonstrar que a nova era a honra do Brasil e um governo que não tenha a sua aparência.

O Sr. Heitor Nogueira — Nobre Deputado Márcio Moppara Alves, permito-me interromper o discurso de

V. Exa., a fim de comunicar-lhe — à Mesa desta Casa e a todos os nobres colegas — que os estudantes da Universidade de Brasília, em manifestação legítima que lhes é assegurada pela própria Constituição, pretendem, hoje, às 18 horas, fazer pela Avenida W-3 uma passeata de protesto contra os incidentes verificados no Rio de Janeiro. E quero declarar que, segundo me informou a Comissão encarregada de obter autorização junto à Secretaria de Segurança Pública para essa manifestação, a licença não foi concedida, tendo o Chefe de Polícia informado aos membros da comitiva que essa passeata, assim como todas as demais de estudantes, que eventualmente venham a realizar-se no Brasil, serão reprimidas pela polícia. O objetivo de meu comunicado é também avisar à Casa que eu e outros Deputados do Movimento Democrático Brasileiro estamos à frente desses estudantes, hoje, às 18 horas. (Palmas)

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Martins Rodrigues — Permite-me, nobre Deputado. V. Exa. ajudada ainda há pouco, aos nomes de vários oficiais das Forças Armadas responsáveis por torturas e violências, por crimes, enfim, contra a dignidade da pessoa humana. Essa relação que V. Exa. acaba de apresentar é mesmo incompleta. Queriu lembrar a V. Exa. que, por sua própria iniciativa, uma comissão de Deputados esteve em Juiz de Fora para verificar a situação de presos políticos que haviam sofrido espancamentos e torturas em guarnições federais subordinadas à 11ª Região Militar. V. Exa. trouxe a denúncia à tribuna da Câmara, com os nomes dos possíveis responsáveis por esses atentados à pessoa humana. O MDB, por sua presidência, atendendo ainda a uma solicitação de V. Exa., decorrente daquela sua iniciativa, fez uma representação ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, pedindo a S. Exa., como autoridade superior dos militares envolvidos nos acusações, fossem feitas as investigações necessárias para apurar as responsabilidades. Até hoje, nobre Deputado, o Senar Ministro da Guerra não se dignou dar resposta à representação formulada por uma entidade de direito público, como é partido a que pertencemos, o Movimento Democrático Brasileiro. E assim a impunidade vai cobrindo os mais graves crimes contra a dignidade humana, contra a pessoa humana, a título de perseguir corruptos e subversivos. E, destaque, a impunidade vai gerando outros crimes que acabará Deus sabe onde, levando talvez no dia em que isto tudo chegar ao marxismo, a uma explosão verdadeiramente irreprimível.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço o aparte de V. Exa., e complemento apenas com o seguinte: não me espanta que o Ministro da Guerra não haja sequer se dignado a responder a carta do Movimento Democrático Brasileiro. Ela era, realmente, inaudível apenas com um inquérito que apurasse os fatos não denunciadas. Como inquéritos contra torturadores não são feitos por este Governo, uma vez que a tortura, na área, está institucionalizada como um instrumento de segurança deste Governo — e nunca da Nação — realmente o Ministro Iryr Távares não poderia se pôr a inquirir, nem sequer quando era estirada nas grades por um senador, mas pelo General Oscar Pereira.

Tem o aparte o nobre Líder do Governo.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Deputado Márcio Alves, talvez o meu aparte venha um pouco tardio dentro da oração de V. Exa., mas eu não quis interrompê-lo, interessado como estava — e creio que toda a Casa — em conhecer, nos seus de-

talhes, os lamentáveis acontecimentos da Guanabara. Vou, portanto, ao início da oração de V. Exa., quando estava na parte por assim dizer expositiva dos acontecimentos para fazer algumas indagações a V. Exa., que acabou de finalizar a Casa, que foi testemunha presencial daquelas lamentáveis ocorrências.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Do final das ocorrências.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Pergunto, então, para o meu e para o esclarecimento da Casa. V. Exa. disse que a passeata havia se iniciado para reclamar contra as condições do Restaurante do Calabouço. Pergunto: a par daquele cartaz rasgado, a que V. Exa. se referiu, protestando contra essa situação no Calabouço, portavam ou não uma bandeira do Vietcong, ao lado de uma Bandeira brasileira. Pergunto a V. Exa. se tem conhecimento desse fato; se tem conhecimento de que os estudantes, ao passarem pela Alameda da Liberdade, apedrejaram aquele edifício público. Indago ainda a V. Exa. se tem conhecimento, se é verdadeiro ou não que na passeata derrubaram e incendiaram uma camioneta de propriedade do Ministério da Saúde. Eram alguns esclarecimentos que desejava de V. Exa.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Responderei ao nobre Líder do Governo, congratulando-me realmente com a preocupação que S. Exa. demonstra em nome do Governo que representa, não apenas pelas propriedades da Embaixada Americana como possivelmente pela posição política que aquele País assume no Vietnam. Responderei, ponto por ponto.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Peço a V. Exa., Deputado Márcio Alves, que não se precipite. V. Exa. merece o respeito da Casa e do Governo. Nós estamos aqui acreditando, de boa fé, no relato que V. Exa. faz.

O Sr. Mário Casas — É claro.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Fiz, apenas, perguntas para esclarecer-me. Não dou a V. Exa. o direito de interpretar as razões das perguntas. Quem sabe, no debate que vamos travar, mais tarde, o poderá o colega verificar, se tiver comigo a boa fé que estou tendo com V. Exa. a razão das perguntas? Fato, apenas, que não se tem e se tem. Esses fatos, se são verdadeiros ou não.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Acolhendo a solicitação de V. Exa., serei tanto preciso quanto posso.

Sobre o episódio da Bandeira do Vietcong, o nobre Deputado Edgar Bezerra de Melo já deu o seu testemunho visual. Ao que se conhece, nenhuma bandeira vietcong havia sido trazida para o Calabouço. Havia a Bandeira do Restaurante do Calabouço, que foi rasgada na Assembleia Legislativa, composta de uma parte branca e outra vermelha, tendo no centro, como símbolo uma faca e um garfo cruzados.

O Sr. Hermanno Alves — Não a faca e o martelo!

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Não a faca e o martelo como lembra o nobre Deputado Hermanno Alves. Não sei se alguém desta Casa já viu uma bandeira vietcong. Conesso que não vi; mas vi a Bandeira do Restaurante do Calabouço. Quanto à Embaixada Americana, embora que, realmente, contra ela foram lançadas algumas pedras. Compreensível. Essa manifestação de desagrado ocorreu após a morte do estudante Luis Luca Souto, quando, com o corpo de um estudante e seu irmão, os estudantes saíram da Santa Casa de Misericórdia, atravessaram a Santa Luzia, desceram em frente da Maison de France, penetraram na Avenida Presidente Wilson e chegaram à Avenida Rio Branco.

V. Exa. bem conhece o Rio de Janeiro e haverá de verificar que, pelo enunciado do trajeto, o que afirmo pelo menos tem mais chance de

veracidade do que imaginar-se que o estudante morio, junto da Santa Casa de Misericórdia, tenha sido primeiro pastado pela Embaixada Americana para, depois, ir à Santa Casa. Finalmente, quanto à camioneta do Ministério da Saúde, não tenho sobre o assunto qualquer informação. Tive notícia, entretanto, de que o massacre, o multíssimo dos estudantes foi o primeiro da serie de acontecimentos que se desencadearam ao longo da tarde e da noite de ontem, no Rio de Janeiro.

Se acaso foi realmente incendiada essa camioneta, não sei. Talvez — e é realmente reprovável, uma vez que contra a violência não podemos usar a violência — essa camioneta tenha sido incendiada ou por agentes da DOPS, que fazem isso muito, ou pelos estudantes indignados — e já V. Exa. dá a reconhecer que com razão — numa manifestação emocional, que absolutamente não convém com a forma racional, serena e disciplinada com que o grosso dos estudantes se portou junto de seu irmão destruído, na Assembléa da Guanabara.

O Sr. Mariano Beck — Permite-me V. Exa. um asprite?

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Estava mantendo um diálogo com o Líder do Governo. Perguntaria a S. Exa. se desejava apartear-me novamente ou se permitiria que o Deputado Mariano Beck preferisse seu aparte.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Se o nobre Deputado Mariano Beck me permite, tenho apenas mais uma pergunta para fazer, dizendo, entretanto, que V. Exa. quanto à última pergunta mais deu uma interpretação do que um testemunho.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Disse que não sabia.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Perfeito e completo com uma interpretação personalíssima. Mas a última pergunta que desejava fazer é a seguinte, V. Exa. se referiu à constituição de uma Comissão para apurar os fatos ocorridos na Guanabara. Não sei se eu estava desatendo ou se V. Exa. não chegou a declarar. Dai a razão da minha pergunta: o General que era o Chefe-Executivo da Polícia da Guanabara foi demitido pelo Sr. Negão da Lima, por ocasião da instauração desse inquérito?

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Não, Sr. Deputado. Foi afastado do seu cargo.

O Sr. Haroldo Leon Peres — Muito obrigado.

O Sr. Mariano Beck — Nobre Deputado Marcio Moreira Alves, quero também dirigir a V. Exa. uma pergunta semelhante àquela que fez o nobre Deputado Leon Peres. E se os estudantes realmente estivessem portando uma bandeira vietcong, o que havia disso? Qual o crime que estavam praticando? Que justificativa a reação, a chacina violenta da polícia contra esses estudantes? Não vimos há pouco tempo, nos Estados Unidos, uma massa enorme em frente à Casa Branca, protestando contra a crueldade desta guerra? Na verdade, nobre Deputado Marcio Moreira Alves, seja Vietcong comunista ou não, ele transformou-se hoje num símbolo da resistência contra a exploração e contra a interferência de potências estrangeiras na vida de outros países. (Muito bem.)

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Nobre Deputado Mariano Beck, essa é uma pergunta oportuna, mas que a mim não deve ser dirigida, e sim, ao Governo. Realmente em Berlim Ocidental, considerado mostruário do mundo capitalista dentro do mundo socialista, milhares de estudantes, de trabalhadores, enfim de alemães ocidentais, de pessoas que têm resistido à sua vizinhança socialista, protestaram contra a guerra do Vietnã, portando bandeiras vietcongs. Em Estocolmo, manifestações contra

a Guerra do Vietnã e contra a política norte-americana são chefiadas pelo Vice-Primeiro Ministro. A bandeira vietcong tremula no monumento de Abraham Lincoln em Washington, quando das grandes marchas contra a guerra do Vietnã, chefiadas por Martin Luther King, Prémio Nobel da Paz, e por Sir Bertrand Russell, Prémio Nobel de Física e da Paz.

O Sr. Mariano Beck — V. Exa. pode acrescentar que a campanha contra a guerra no Vietnã é chefiada no mundo pelo Papa Paulo VI.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço; mas aqui, no Brasil, não. O que pode ser feito na matriz não pode ser feito na colónia, porque a Polícia colonialista não permite. E em polícia colonialista é que a Polícia Militar no Rio de Janeiro, transformou-se ontem, como se transformam grandes parcelas do Exército Nacional, nesse esquema militarista que para os interesses americanos foi feito neste País. Portanto, respondendo esta pergunta, que não posso responder, ao responsável pelo metralhamento: o Governo Federal, que nomeou o Coronel Oswaldo Fariás para chefiar a Polícia Militar da Guanabara; esse Coronel que, para enfrentar uma passeata de estudantes, mandou as suas tropas embaldadas com ordem de matar.

O Sr. Paulo Campos — Nobre Deputado Marcio Moreira Alves, ainda em torno da pergunta feita pelo Líder da ARENA, sobre se realmente o General Comandante dessa balalha sangrenta, inominável, a preparara, porque sabe que haveria manifestação contra a guerra do Vietnã, disse bem V. Exa. nos próprios Estados Unidos, lugar que lamentavelmente se está constituindo em país-modelo deste pobre País, o Brasil, 100 mil pessoas, recentemente, bicucaram o Pentágono, a casa que quebra e estrangula a paz do mundo hoje. Cem mil. E qual foi a violência que lá se praticou contra os manifestantes? E não foi apenas no Pentágono, nos Estados Unidos. Naquela mesma hora, no mesmo dia, com a mesma finalidade humaníssima de protestar contra essa guerra sem nome que se mantém no Vietnã, realizaram-se manifestações em todos os países desenvolvidos do mundo, e não se teve notícia de violências como essas. O que é grave, Sr. Deputado, é que esse fato, que cobre de dor a família e o coração do Brasil, hoje se vincula a um sistema que investe contra o nosso País. Aqui não estamos com palavras que possam ser interpretadas como demagogia; estamos narrando uma dura realidade que precisa crescer na consciência do povo, para que ele possa realmente defender este Brasil. Hoje o que há são os meios dentro de um presente que nada tem para eles, precisando de compreensão para terem condições de conquistar um futuro onde possam ter alguma coisa.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Mário Pira — Nobre Deputado Marcio Moreira Alves, a minha tristeza nesta instante, é mais profunda ainda, porque, infelizmente — digo eu — pertenço também aos quadros universitários. Sou professor universitário, hoje afastado da cátedra para exercer o mandato, e confesso a V. Exa. que jamais acreditaria que a sanha policial tivesse tamanha desenvoltura. Aquelas que, hoje, tentam defender os responsáveis ou se omitem diante da gravidade do problema, ou não tiveram juventude, ou não têm filhos, como eu tenho, estudando na universidade. Só esses podem fazer isso, só esses podem reviver um nulo sentimento cristão, para defender criminosos, para defender assassinos. Mas, nobre Deputado...

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES — E um sistema criminoso e assassino.

O Sr. Mário Piva — Esse sistema criminoso e assassino que se instalou no País e as cenas sangrentas de ontem do Rio de Janeiro talvez sejam o zênith das comemorações revolucionárias — Uma Revolução sem sangue que se comemora com o sangue de um jovem; uma Revolução que traça todos os princípios, que condenou sem que ninguém tivesse tido direito de defesa. Essas cenas de ontem, no Rio de Janeiro, o assassinio desse rapaz assassinado tão cruel, de um modo implacável, revolucionário. Talvez talvez ocorrido ontem, talvez seja o princípio do fim, nobre Deputado Márcio Moreira Alves. E dizem alguns que seguem o Governo, que o SNI conhece tudo isto. Então, o crime é maior ainda, porque perpetrado deliberadamente. O jovem não foi assassinado por acaso. A polícia se dirigiu ao Calabouço para assassinar aquele ou outro qualquer jovem. Mas aqueles que pretendem defender estes criminosos devem lembrar-se de que amanhã, entre jovens rebeldes pode estar um próprio filho. E' disso que eles se esquecem. E' nisso que eles não pensam. Então, faça-se o que Ayrrely recomendava: "que cresçam os jovens, que amadureçam, que se acordem, e então não haverá mais o problema da juventude". E' isso que eles desejam, que eles querem, para a infelicidade deste País.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Sr. Presidente, não acredito haja alguém que possa defender este sistema de assassinatos. Se alguém houver, certamente não terá filhos, como disse bem o Deputado Mário Piva, e, menos do que filhos ainda, não terá entranhas. Mas não basta punir, como bode espiatório, a mão que apertou o gatilho, a mão do Tenente Alcindo ou de quem quer que tenha disparado as armas. Não basta isso. Não basta apenas afastar esse reincidente da criminalidade, o General Osvaldo Monteiro, do cargo que ocupa, na Secretaria de Segurança da Guanabara, por indicação de confiança exclusiva da Presidência da República. Não basta também mandar à inutilidade do seu pijama e dos seus chinelo o General reformado Dario Coelho, Secretário de Segurança do Estado da Guanabara, nomeado por indicação direta do Marechal Costa e Silva, e que é um mero incapaz, um fôfo de Deus, um homem cuja insensibilidade é tão grande, que ontem, uma hora depois do crime perpetrado, entrava no Palácio da Guanabara aos risos, cumprimentando ativamente os presentes, como se se dirigisse a um biquê. Não basta também livrar meu Estado do tacho da boca do Coronel Ferraz, que já infelicitou Minas Gerais; esse homem que manda a enfrentar jovens desarmados uma tropa embaldada com ordem de disparar.

Nos estamos, talvez, chegando ao princípio do fim. Nós estamos talvez chorando uma morte que pode não ter sido inútil.

Isso é que é preciso focalizar com muita clareza e nitidez.

Os Srs. Deputados da Maioria, que pensam que, pela subserviência, pelo aplaudem e mantêm este Governo, que consentimento, pelo "sim, Senhor" poderão salvar esta Casa e os seus mandatos, devem começar a sentir, subindo-lhes pelo rosto, o sangue deste morto, que lhes dará, talvez, o rubor da coragem de dizer como nós outros: basta. Este morto só não terá sido inútil, se ele fôr o princípio do basta. Basta de transformar as Forças Armadas brasileiras a a glória da morte em valacouto. Basta de aceitar nas fileiras do Exército, da Armada e da Aeronáutica desta Pátria e que, pela liberdade, pela democracia, o levou mil mortos nos campos da Itália, vítimas da democracia, carrasmos do povo, objeto da repugnância do povo do qual saíram e que, uma vez fardados, representaram.

Basta de termos um Marechal substituído por outro Marechal, substituído por outro Marechal, quando São

por um Coronel, nos postos de comando desta Nação e do Governo, que esses so ao povo pertencem, pela sua escolha livre nas urnas; basta de afastarmos a juventude do processo nacional, que para a juventude tem de ser voltado e a juventude tem de beneficiar; basta de vermos em cada cidadão e em cada jovem um suspeito de traição, quando os suspeitos de traição são os velhos encastelados no poder.

Nós, hoje fazemos o réquiem de um jovem morto na Guanabara. Que seja este réquiem também o do regime discricionário, que seja o réquiem da guarda, que seja o réquiem da traição, da hipocrisia, da vileza, de todo o mar de lama moral que pelo Brasil se espalha e é mantido pelas pontas das baionetas, pelo creptar das metralhadoras, pelo torturar dos prisioneiros.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sei que talvez os eternos hipócritas que em todo lugar existem dirão, — e talvez também aqui — quando eu descer da tribuna, que fui imprudente, que fui exaltado, que fui, talvez, emocional. Eu lhes responderei que im, que é de imprudência, que é de exaltação e, sobretudo, de emoção que se faz hoje um mandato popular que tenha um... não pelo povo que o elegeu, quando existe, velado na Assembleia Legislativa de um Estado da Federação, o cadáver de um jovem, assassinado pela liberdade.

A Sr. Júlia Steinbruch — Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(José Bonifácio) — Quero recordar ao orador que dispõe apenas de 4 minutos.

A Sr. Júlia Steinbruch — E, apenas um curto aparte, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Tem o aparte a nobre Deputada Júlia Steinbruch.

A Sr. Júlia Steinbruch — Sobre Deputado Márcio Moreira Alves, queria congratular-me com V. Ex. pelo brilho do desassombroso discurso que está proferindo. E' preciso que toda a Nação saiba que o MDB, embora fruto de uma ditadura espúria, não abriga desilustrados.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Sei disso, nobre Deputada Júlia Steinbruch. Sei também que nas fileiras da Maioria devem contar-se pelos dedos da mão, ou de uma das mãos, talvez até de mão aleitada quem possa defender esses metralhamentos e esses assassinatos.

Mas vou concluir, dentro do tempo que me foi dado pelo Sr. Presidente e pelo Regimento. A lição que temos de tirar do assassinato na Guanabara é que foi ele, não um caso isolado, mas fruto de toda uma manobra de uma política de repressão. Ontem morreu um jovem; outros poderiam ter morrido antes, em repressões semelhantes. Certamente, como anunciou o Deputado Hélio Navarro, uma vez que o propósito governamental é reprimir sempre, e em toda parte, qualquer manifestação dos jovens deste País, outros morrerão, e rogo a Deus que o seu sangue não caia sobre a cabeça dos que pretendem hoje defender a repressão. O sistema é repressivo, mas o povo brasileiro não é um povo reprimido, pelo menos permanentemente.

Olho para as galerias e, pela primeira vez, vejo alguns jovens neste Congresso de atribuições amputadas. Sei que o futuro é nosso, sei que não há de durar muito tempo o opróbrio da minha terra. Sei que não há de ser para sempre a dominação dos oprimidos por um pequeno grupo de opressores que se apossam do poder. Sei que não se poderá por muito tempo calar a voz da juventude, como não se calará por muito tempo a voz dos operários, dos intelectuais, dos trabalhadores do campo e, até mesmo por muito tempo não se calará a voz da maioria dos políticos.

Temos, a partir deste morto, a partir deste crime hediondo, — que é o primeiro, talvez — de lançar os alicerces da democracia brasileira, de construir, no cimento melado de san-

gue, a independência deste País e a sua liberdade. E esta independência, e esta liberdade — eu o sei, e ho a mais absoluta firmeza na minha convicção — será construída exata, e pelos jovens que hoje são chamados na rua. Pois esses jovens, chamados na rua que sejam, dirão sempre, em nós, hoje: Basta de ditadura, basta de morte! Basta de sangue! Viva bem, Palmus. O orador e cumprimentado)

DCN 9/4/968 - Pg 11267

" Ataques ao Gen Portella e às
Forças Armadas."

SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o sangue parou de correr nas ruas, mas a paz não voltou ao Brasil. O sistema de repressão armada contra as aspirações do povo desarmado não apenas continua a existir, como ameaça a Nação com novos massacres. No entanto, cabe nesta trégua uma meditação sobre a violência e o futuro.

O Deputado Jonas Carmo, mentor intelectual de algumas áreas do Governo, começou esta reflexão ao prececer-me na tribuna, pedindo novos Atos Institucionais, novas cassações mais legislação por decreto. Não creio que seja esta a atitude conveniente.

Em primeiro lugar, é preciso caracterizar as responsabilidades: quem ordenou os massacres foi o General Jaime Portella, através de circular aos Governadores dos Estados. Onde houve um governador com coragem e lucidez política para cumprir a Constituição, ou seja, em São Paulo, o sangue da juventude foi poupado e ninguém morreu. Quem executou os massacres foram as Polícias Militares e na Guanabara, oficiais do Exército que a comandavam. A responsabilidade do Governador Negrão de Lima seria grande, caso se pudesse considerar responsável este pobre homem acuada pelo medo, entregue a indecisões, inepto para a crise.

Na verdade, passou ele o Governo ao General Cunha Garcia, Comandante do I Exército, que definiu o esquema de ocupação do Estado pelas tropas. A responsabilidade global, entretanto, quer da execução, quer do planejamento, é da inconsciência da pequena minoria totalitária que, usando as armas do povo, apossou-se do Poder e deseja manter a Nação sob o tacão de suas botas. Foi esta minoria que transformou o Exército em capanga e guarda-costas do bando de facinorosos que arremeteu de sabre, cassete e pata de cavalo sobre o povo que está na Candelária. Foi essa minoria que impopularizou de tal forma as Forças Armadas, que os oficiais têm hoje vergonha de sair a rua lardados, não ser a frente de tropas de repressão. Foi essa minoria que, contra as instituições militares, cartoucos e odios da juventude chacinada e seus pais solitários. Não há quem não saiba que Edson Luis Lima Souto poderia ser seu filho.

Sr. Presidente, é impossível que a maioria dos oficiais das Forças Armadas não compreenda que é preciso dar um basta aos massacres. É impossível não veja que a única maneira de reconstruirmos juntos o antigo prestígio das Forças Armadas é voltarem elas a ser o povo lardado, devolvendo à nossa gente o direito de eleger livremente seus governantes, pacificando a família através da justiça e ajudando o povo a desenvolver o Brasil, em vez de procurar silenciar estas aspirações a tiros de metralhadora no meio das ruas.

Este apelo que faço, como tantos que nestes últimos tempos se fazem ouvir, não é o apelo de fracos, nem de covardes, muito menos de subversivos. É o apelo de um povo que não quer mais derramar o sangue de irmãos, mas exige liberdade e desenvolvimento. É o apelo feito após o massacre da Candelária pelo Dispositivo pelos padres que impediram muitas mortes e disseram ser a ordem o trato da justiça e da paz, não o resultado das armas. É este memorável documento de lucidez de pastores verdadeiros, publicado pela Curia Arquidiocesana do Rio de Janeiro, através de seu Vigário-Geral, Dom José de Castro Pinto, é que peço à Taquígrafia que reproduza nos Anais desta Casa. (Muito bem).

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(31/5/1968)

Diz que o Poder Militar não representa o Congresso nem o Brasil.

O SR. MARCIO MOREIRA ALVES

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a advertência que, desta tribuna, acaba de fazer o Deputado Hermano Alves, só não é ouvida pelos que, na insensibilidade se cercam de uma surdez proposital. Nos últimos dias, verificamos a completa insensibilidade política da maioria, daqueles que se dizem representantes do povo brasileiro. O Brasil é um país que consome história e ainda não chegou a fazê-la. Porém, este consumo se transformará na fabricação da sua própria história, e isso muito brevemente. As estruturas institucionais brasileiras, com o seu Governo de velhos voltados para si mesmos, para seus preconceitos, para seus privilégios e para sua submissão ao domínio estrangeiro, estão inteiramente inadequadas aos anseios de um povo jovem e aos desejos de um país que conhece seu futuro (Muito bem).

Nós, nesta Casa, abdicamos do poder que temos, e que do povo recebemos, de representar as aspirações da Nação. A instituição como tal, o Congresso, está falida. A liderança da maioria não representa a vontade de uma maioria populacional; representa, sim, o cumprimento cego de ordens militares oriundas do Gabinete Militar da Presidência da República e, por isso, por ser meramente um instrumental de repressão, é que desrespeita a instituição, é que a enrova, levando de rabeque os que a sua liderança ainda seguem.

No entanto, é preciso que, desta tribuna, se diga que o Brasil, como poder jovem que toma consciência, que reflete a História e que fará a História, denuncia essas instituições, denuncia esse sistema de opressão velho e submissivo. E já que, pelos métodos institucionais desta Casa, não pode combatê-los, porque a Casa abdica de seu dever de votar e de estar presente, aqueles que o Brasil jovem aqui representam — uma jovem bancada que não tem partido, que tanto é do MDB como da ARENA — adotarão de agora por diante, métodos não

convencionais de luta parlamentar, uma vez que a responsabilidade que temos para com o futuro é muito maior do que a que temos para com as reuniões preteridas, impostas pela vontade do General Jânio Portela através do seu instrumento Ernani Sampaio.

Em consequência, nós, um grupo de jovens Deputados desta Casa, de ambos os partidos, passaremos — enquanto não forem dadas a este País as condições de recuperar não apenas o seu desenvolvimento, não apenas a justiça social, mas, sobretudo, sua independência — a obstruir os trabalhos desta Casa e a denunciar a Nação que liderança instrumental de poder militar não a representa, não representa o Congresso e não pode representar o Brasil. (Muito bem.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(30/8/68)

Diz que no Brasil, em vez de punidos,
são sempre os criminosos promovidos.
Cita e ataca as Fôrças Armadas que
ainda os mantêm em seus quadros.

E hoje tive motivos para me entristecer. Vi o Líder da Maioria na Câmara dos Deputados rugir da sua responsabilidade de assomar a tribuna, e transferi-la para um Deputado em primeiro mandato, Vice-Líder. Vi esse Vice-Líder apresentar à Nação, esboçada pelos crimes cometidos nesta cidade, a justificativa da Polícia, como sendo do Governo. E na voz da Maioria só pude perceber os surrados, os assustados, os enlameados chavões, de que o Governo procuraria apurar as responsabilidades.

Digo, Sr. Presidente, "enlameados chavões" porque há mais de quatro anos repetem-se eles. Em vez de punidos, são sempre os criminosos promovidos. Assim foi com todos os torturadores que comprovadamente foram denunciados e que ainda mantêm os quadros das Fôrças Armadas. Assim foi com os chacinadores do estudante Edson Luis no meu Estado. Assim é hoje com aqueles que dividiram uma Universidade, seguindo um plano pre-estabelecido, obedecendo a ordens de guerra, comandados por um General, para espancar, torturar jovens brasileiros, destruir laboratórios e infectar salas de aula com os gases putrefactos de seu espírito nojento, reproduzido na química dos gases lacrimogênicos.

Quero dizer, Sr. Presidente, neste momento, da vergonha que todos nós, vivemos parlamentares e brasileiros em geral. Resta apenas a juventude responder a violência com a violência em um autodefesa conforme, inclusive, lhe garante o Código de Processo Penal. E resta a nós, que ainda temos um mandato embora constantemente desrespeitado no meio da rua pelos casseteiros dos balcões deste regime militar, promover a responsabilidade dos criminosos. Sabemos bem que o criminoso principal é o Regime, sabemos bem que quem chefiou esta selma das leis e dos processos é o Marechal Costa e Silva. Porém, nos limites das nossas possibilidades judiciais, podemos aplicar a lei de 1965, que define o crime de responsabilidade, assinada pelo Marechal Humberto Castello Branco, e promover, como promoveremos a partir de amanhã, o processo criminal do Chefe de Polícia de Brasília, de seu Chefe de Operações e daqueles que da chacina vergonhosa desta manhã participaram. (Muito bem. Palmas.)

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, fui criado nas tradições do Parlamento. No princípio da minha vida fui repórter parlamentar. Sou membro da oligarquia brasileira dominante há mais de cem anos. Neto, Bisneto, Tetravneto, quin-quavneto de parlamentares. Tenho portanto, além das razões do meu convencimento democrático, formação familiar para prezar esta Casa.

DCD 3/9/68

" Diz que o Ministro do Exército promove os torturadores. Que o País está marchando para o caos. "

SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, um defeito no microfone me impediu hoje para a direita.

Antes de começar o meu discurso, desejaria ler a nota que jornalistas credenciados junto à Câmara dos Deputados lançaram sobre os acontecimentos da Universidade de Brasília:

"Os jornalistas credenciados junto à Câmara dos Deputados, por intermédio de seu comitê de imprensa, condenam, com toda a veemência, a invasão policial-militar da Universidade de Brasília.

Ao se solidarizarem com os universitários brasileiros, a sua justa repulsa aos atos de brutalidade e de agressão à pessoa humana, expressam, sobretudo, a confiança de que os autores do inominável atentado sejam exemplarmente punidos: mandantes e mandatários.

Brasília, 2 de setembro de 1968.

— *Almyr Gajardoni, Presidente*."

Sr. Presidente, longamente preparei para hoje uma análise dos projetos e dos estudos da reforma da Universidade brasileira, feitos pelo Governo brasileiro. Havia preparado o trabalho no pressuposto de que o Governo Federal e a Liderança da Maioria estavam interessados em efetivamente debater e realizar a reforma universitária. As contínuas violências praticadas contra estudantes e contra as universidades tornam inteiramente impossível qualquer debate sobre a reforma do ensino superior. A fotografia que ontem publicou o Jornal do Brasil — a foto de um miliciano arrastando um laboratório da Universidade de Brasília — é o exato retrato da política universitária deste Governo. As atrocidades cometidas quinta-feira, nesta cidade, e a nova invasão da Universidade na noite de ontem, com a prisão de estudantes e professores, inclusive com a detenção, durante algum tempo do filho do Governador

do Ceará, que a Brasília chegara no avião do Ministro das Minas e Energia apenas na véspera, demonstram que este Governo tem como política para o programa do ensino superior exterminar os universitários e destruir a Universidade. Ouço V. Ex. Deputado Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Deputado, o simples fato de não haver a Presidência da República afastado o Diretor do Departamento de Polícia Federal e o Comandante da Polícia Militar de Brasília, sem falar no Ministro da Justiça, o simples fato de essas autoridades continuarem no exercício dos cargos está a demonstrar que o Sr. Presidente da República não quer apurar coisa alguma. Ao contrário, S. Ex.^a, ao que tudo indica, é solidário com o crime monstruoso perpetrado quinta-feira. É preciso assinalar que enquanto V. Ex.^a profere esse discurso enquanto outros Srs. Deputados falam no Grande Expediente e na Ordem do Dia, vemos a cadeira da liderança do Governo inteiramente vazia. Não há líder, nem Vice-Líder, ninguém, e este País caminha sabe Deus para onde.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES

— Nobre Deputado Chagas Rodrigues, saudamos, como um aparecimento raro e talvez avissareiro, a presença no Plenário do nobre Líder Ernani Sátiro. Na sexta-feira passada, a Liderança do Governo, em face do clamor de todas as classes, das mães, das esposas, da Associação Comercial, dos mestres, para não dizer já da Ordem dos Advogados, dos estudantes e dos políticos, que, contra a brutalidade cometida na Universidade, se levantava, deixou naquela cadeira um Vice-Líder completamente desinformado, em desrespeito, não à Oposição, mas à Maioria do seu próprio Partido, que, pelos microfones e pelos manifestos externos com coragem e alívio o seu protesto contra aqueles atos de vandalismo. Creio que o fato de o Sr. Líder da ARENA ter estado no Congresso durante duas horas de sessão e aqui haver aparecido apenas à porta do Plenário e dele rapidamente se retirado, sem sequer dar ao seu companheiro, no exercício da liderança de plenário, as informações das conversas que tivera no Palácio do Planalto, demonstram não somente o desprezo do Executivo para com esta Casa e para com a sua própria Liderança nesta Casa, que, indo ao Palácio do Planalto para informar-se, sequer conseguiu avistar-se com o Presidente da República, limitando seus contatos ao Chefe da Casa Militar, Jaime Portela.

Mas a Nação reclama, para sua tranquilidade, a adoção de providências concretas e urgente. Ninguém mais está disposto a aceitar as meras declarações oficiais de que, sobre o massacre de Brasília, será aberto rigoroso inquérito — e abro aqui um parêntesis para saudar a nova ausência do Líder Ernani Sátiro do plenário...

Todos conhecemos a espécie de rigoroso inquérito que este Governo abre sobre os criminosos que em suas fileiras se abrigam. O IPM, aberto em Pernambuco pelo General Antônio Carlos Muricy, sobre torturas de presos políticos, concluiu que havia torturados, mas não apurou os torturadores.

Seus nomes, e bem verdade, são conhecidos no Brasil inteiro. São conhecidos, também, no Ministério do Exército, que promove os torturadores, uma vez que no Brasil de hoje torturar um preso inerte parece ser motivo de promoção na outrora honrada e gloriosa carreira militar.

Mas, no inquérito do IPM, os que quebraram as costelas e as vértebras de Waldyr Ximenes não foram apontados, nem aqueles que torturaram e

seviçaram centenas de outros prisioneiros...

No Rio de Janeiro, como disse o Deputado Hermanno Alves, apurou-se que Edson Luis de Lima Souto fôra fuzilado pela Polícia Militar, apuraram-se os nomes dos fuzilantes, mas não se tomou nenhuma providência para puni-los.

Quando ficou demonstrada a tortura dos irmãos Ronaldo e Rogério Duarte, apressou-se o então general comandante da Vila Militar a negá-la. Posteriormente, um inquérito foi realizado por ordem do Ministro do Exército, quando já os nomes de alguns dos torturadores e os números das viaturas utilizadas eram conhecidos da Polícia. Que resultou de "rigoroso inquérito", se é que houve? Simplesmente o envio ao Senado Federal de uma mensagem nomeando para Embaixador nas Guianas o General José Horácio da Cunha Garcia, que tão afoitamente se preocupava em tacnar de mentirosos os que apontavam as torturas e negar a sua própria existência. Se punição houve — e parece que o Coronel Goulart Câmara realmente foi punido com uma prisão domiciliar de trinta dias — foi ela guardada no sigilo dos documentos secretos do Exército Nacional.

Portanto, o que nesses quatro anos nós aprendemos a esperar dos "rigorosos inquéritos" é que eles garantam apenas a rigorosa impunidade dos criminosos que servem ao Governo. (Muito bem.) E mais: aprendemos também a saber que fazer passeatas, fazer greves, participar de congressos da UME ou da UNE é ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, mas jogar bombas, assaltar bancos, matar soldados é ser encaminhado à justiça civil. Este foi o tratamento que, por serem extremistas de direita, os terroristas aprisionados em São Paulo tiveram por parte deste mesmo Governo.

O Sr. Cid Carvalho — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Um momento só, nobre Deputado Cid Carvalho.

Mas o desvêlo do Governo para com os terroristas que com seus ideais comungam é de tal ordem, que chegou a ordenar que os terroristas presos em São Paulo saíssem do DOPS e das prisões com um capuz na cabeça, para que não fossem fotografados e para que a imprensa não apontasse ao povo as suas fisionomias.

Ouço V. Ex.^a, nobre Deputado Cid Carvalho, com muito gosto.

O Sr. Cid Carvalho — Nobre Deputado Márcio Moreira Alves, V. Ex.^a pôde presenciar, por ocasião da invasão da Tcheco-Eslováquia, a irrupção de revolta contra aquela atitude despótica, por parte de diversos membros da ARENA. Naquele momento, todos nós, que compomos a bancada da Oposição, viemos à tribuna para denunciar aquela atitude, e denunciamos porque, coerentemente, nos achamos, no plano interno, engajados também numa luta contra o despotismo e pela restauração democrática neste País. V. Ex.^a deve ter ouvido, em cochichos, diversas lamúrias de companheiros da ARENA sobre o quadro atual da vida brasileira. Ainda há pouco subia comigo no elevador um parlamentar da ARENA, que, apavorado, me dizia: "O País está marchando para o caos. Há um plano premeditado de marcha para a ditadura". Mas o que até, nobre Deputado, temos o direito de exigir é que os companheiros, aqui, dessa Bancada ausente, sintam que têm o dever de lutar pela própria sobrevivência e que a lamúria não há de ser a contribuição que eles pos-

sem dar para que o País saia desse processo obscuro e realmente revoltante que atravessa neste momento. É verdade que diversos parlamentares da ARENA não aceitaram a mera condição do silêncio e da lamúria. Mas preciso muito mais.

É preciso que o clamor de todos os setores — e V. Ex^a ia nos setores intelectuais, de jornalistas, de professores — é preciso que o clamor, nesta Casa, ultrapasse, de muito, os limites de uma reacção.

A ARENA, como um conjunto, pelos seus Parlamentares, está desafiada: ela que se senbuzou tanto pela posição brutal a Tonco-Lesiovaquia, ao invadir a Tcheco-Lesiovaquia, tem de se senbuzar mais e muito mais, quando aqui, ineavelmente e tão perto de nos, um processo muito mais brutal é usado, ao que naquele longínquo rincão da Europa. Era o aparte que queria dar a V. Ex^a.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Agradeço a V. Ex^a, nobre Deputado Cid Carvalho.

Quero dizer que, realmente, vi, com grande alegria e esperança, inúmeros Parlamentares da ARENA se manifestarem contra o vandalismo, o crime oficializado na Universidade de Brasília. Nesse plenário mesmo vejo dois nobres Deputados com os quais tive a honra de assinar, juntamente com outros membros da Comissão de Educação e Cultura, nesta Casa, um documento de protesto. Agora, é certo, como ressaltou V. Ex^a, que aqueles que não se pronunciaram hoje têm a estrita obrigação, não apenas para com os mandatos que cumprem, mas para com os filhos e os netos que têm, de também lançarem seu protesto. A Câmara inteira já disse "pasta" a esses crimes oficiais. Nesta Casa só tinham coragem de defendê-los os líderes e vice-líderes da bancada governista. Hoje nem eles têm essa coragem. Preferem fugir do plenário, preferem crerem vazia a cadeira da liderança.

Mas, embora sem ter na Casa a presença do líder do Governo, creio indispensável apresentar a essa liderança algumas perguntas claras, concretas e objetivas: — 1^a) Foram ou não as autoridades do Departamento de Polícia Federal que tomaram a iniciativa de invadir o campus da Universidade de Brasília? 2^a) Tiveram ou não essas autoridades a cobertura de oficiais da Polícia Militar e do Exército? 3^a) Foram ou não as tropas de assalto comandadas pelos Generais Cupertino Bretas Durão e Dionísio do Nascimento? 4^a) — Está ou não o Departamento de Polícia Federal subordinado ao Ministério da Justiça? 5^a) — Pode o Ministro da Justiça recusar-se, impunemente, a assumir a responsabilidade por ato praticado pelos seus inferiores hierárquicos? Em caso afirmativo, pretende o Governo punir, e, se o pretende, quando os responsáveis directos e os mandantes do massacre? 6^a) — Quem são os responsáveis pelas notas oficiais publicadas a 30 de agosto em nome do Departamento de Polícia Federal, na imprensa falada e escrita, e que contém, além de inumeráveis mentiras sobre fatos, insultos ao Reitor da Universidade de Brasília e a parlamentares? 7^a) — Sente-se o Governo solidário com o teor dessas notas? Se não estiver com elas solidário, quais as medidas e quando pretende tomá-las para punir os responsáveis por essa tentativa de ludibriar a opinião pública e por injúria a autoridade do Exército e a membros do Congresso Nacional? 8^a) — Pretende o Governo, no caso de instaurar o tradicional "rêgime inquérito", adotar a norma geral de Direito Administrativo que manda afastar de seus cargos as autoridades sob suspeita, enquanto o inquérito não for concluído?

E, finalmente, a última pergunta, a que todos fazem nesta Casa, nas ruas, por toda parte: quando será estancada a hemorragia da Nação? Quando parará os tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma boia, arrebrandando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do Governo? Quando teremos, como país, ao ver os nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão carregados em uma padiola, esbordados ou metralhados? Quando poderemos ter confiança naqueles que devem executar e cumprir as leis? Quando não será a polícia um bando de facinoras? Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores? Quando se dará o Governo Federal, a um mínimo de cumprimento de dever, como é para o bem da República e para tranquilidade do povo?

O Sr. Mariano Beck — A presença de V. Ex^a nesta tribuna, tratando dos crimes cometidos na Universidade de Brasília, enche-nos a oportunidade de transcrever nos Anais desta Câmara um manifesto ontem divulgado pelo "Correio Braziliense", de mães e esposas de Brasília, que se constitui, sem dúvida alguma, num dos mais dramáticos documentos que se possa ler em torno desses dolorosos acontecimentos. Para que conste, nobre Deputado, dos Anais da Câmara, peço licença a V. Ex^a para lê-lo neste instante.

O SR. MÁRCIO MOREIRA ALVES — Com o maior prazer.

O Sr. Mariano Beck —

"As Mães e Esposas de Brasília sentem chegada a hora de tornar público a sua aflição e o seu repúdio pelas cenas de selvajaria e inominável violência que mais uma vez ensanguentaram a Universidade de Brasília. Além das costumeiras prisões, foi gravemente atingido a tiros o estudante Waldemar Alves da Silva, terceiranista do Curso de Engenharia Mecânica.

O que nós Mães e Esposas sempre desejamos é somente ver nossos filhos e maridos estudando e trabalhando em paz e segurança, dentro de um Brasil capaz de atender aos reclamos de uma juventude idealista e inteligente. No entanto o que vemos neste grave instante nacional é justamente o oposto, isto é, todas as formas de brutalidade e violência utilizadas contra jovens desarmados em massacres que contrariam nossas mais caras tradições.

Desespertos, para a pacificação dos espíritos, a abolição definitiva de qualquer forma de agressão contra nossos filhos e esposas a eliminação do estado de insegurança que também nos atinge — denunciado ao País em Manifesto pelos próprios Professores da UnB aos quais somos muito gratos — e a realização de um inquérito minucioso para a apuração das responsabilidades. Nossa luta é pela construção de um Brasil melhor mais humano e mais justo.

Brasília 31 de agosto de 1963.
Ana Laura Machado, Lida Gomes Covas, Cléa Carvalho, Neusa do Carmo Velloso Alves, Neusa Alves Brunillo, Hyde Campolina de Magalhães, Talita Paixão, Iracy Marinho, Yeda Mata Machado, Vivil Sanches de Mendonça, Maria Elizabeth Manso Cabra, Nely Martins, Zilda Martins Rodrigues, Cláudia de Oliveira, Hilda Portela Ribeiro, Bertha Henkin, Altair Mello, Neusa Franca Himense Papi de Guimarães, Sophia Pilla, Yvonne Jean, Maria do Carmo Chagas Rodrigues,

Magda Brun, Maria do C. Dias Carneiro, Ana Maria Boni, Maria Pontes, Maria Helena Alves, Sylvia Ortof Pereira Lima, Aida Habelo Cunha, Alice Gomes De Nardo, Maria de Lourdes de Carvalho, Nair do Carmo, Daiba Nipomuceno Maria, Amália Portella, Ruth Lucena, Junia Rezende Passos Fiorenço, Cessy P. N. Iemos, Nina Zanaboni, Márcia de Sousa Almeida, Myriam Bastos Andrade, Maria Helena Calmon dos Reis, Maria Cecília A. Vasconcelos, Geny Franco, Antonieta Garfalo, Leticia Silva, Zuleia Miranda, Eline Mochel Mattos, Gilda Oliveira, Ailche Santos Gomes, Hilda Lopes, Ana Coeino, Opheina Raposo, Laura Cardoso Souto, Leda Mendes, Maria Lúcia Albuquerque, Leoa Viana de Sousa, Alexandrina da Silva Meireles, Lucimar Braga, Zimar Lima Cavalcanti, Maria Stella Meireles de Almeida, Maria Viana, Maria da Conceição Cavalcanti, Theodora Von Ulrich, Joana Cesar Nobrega, Maria Helena da Fonseca, Carmelita Maria de Jesus, Yolanda Maciel, Dinah Oliveira, Maria Luiza Guimaraes, Maria Lúcia de Oliveira Castro, Clomar Job, Margarithe Oliveira, Diva Paulicce Gomes, Maria Luiza Roque Gramacho, Maria Luiza Barreto da Rocha, Maria de Souza Santos, Maria Antonia Fabrini, Yoianda Henilj, Maria Moreira, Yvone de Albuquerque, Olívia Mendonça de Souza, Blanche dos Santos Costallat, Maria da Conceição Rodrigues, Aduatina Pereira de Oliveira, Alice Azambuja Brito Velho, Barbara Jardim Nunes, Clelia Maria Nardelli, Olga Bezerra, Nice Bresolin, Maria da Glória Martins Costa Beck, Iraci Mota Pereira, Lourdes de Castro Bahia Freire, Maria F. de Carvalho, Nancy Costa Brito Garcia, Maria Luiza Fagundes, Iolanda Bezerra Neto, Ieda Sonira Macarini, Dirce Ferreira de Figueiredo, Cléa Carpi da Rocha, Ofélia Ortiz, Judith B. Machado, Luiza Carmen Portinho, Maria Curado Caiado, Lucy Millet, Rosa Maria Benedetti Albanez, Z. Almeida Reis, Tanira Dornelles Brea, Suely Pereira Cunha, Suzy Botelho, Rosalina Corrêa Montanha, Yolanda Sousa Ribeiro, Maria Conceição Sabino Diniz, Ligia Caldas Pereira, Yolanda Silveira Monteiro, Ruth Botelho Viana, Suzana Miranda Pereira, Regina Andrade Pontes, Terézinha Aguiar de Oliveira, Silvia Barroso Martins, Rosalina Amaral, Maria Rochael Garcia, Lina Tamega Peixoto Del-Peloso, Maria Werneck de Castro, Maria Lúcia Carneiro Machado, Norma Tinoco Duarte, Prudência P. Estivallet Soares, Maria Andrade Carneiro, Nicia Castello Branco Caldas Pereira, Mariuza Araujo, Maria Yvone Lobo, Lídia Buarque Pullen, Maria Luiza Centeno Brown, Nadir Mendes Garcia, Marcelina Souza Fontes, Edna de Medeiros, Francisca Panza Colubov, Maria Luiza Macieira de Souza, Márcia de Almeida Drummond, Sinhazinha Castello Branco, Maria Lynn Andrade Borges, Elza Motta Nardelli, Célia de Lara Maia, Maria Delith Balaban, Egle Lacerda, Bertina Cardoso Del Fiaco, Bertina Tamm Rabelo, Maria Amélia Xavier de Almeida e Silva, Maria Leite Aviani, Eva Setti, Iolanda Assumpção Brown, Isabel Parente, Maria L. Almeida, Maria Luiza Xavier de Almeida, Marciana Ramos Verani, Geni N. Romiriaz, Ivaniza Colimbrá Guedes, Inete Gomes Calza, Elizabeth Williams, Magnólia P. Pereira, Maria Mercedes do Nascimento, Emma Bianco Barroso.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

4.09.1968

Prega o boicote à Parada de 7 de Setembro. Pede que cessem todos os contatos entre civis e militares.

OBS: Publicado já tendo sido retiradas algumas expressões ofensivas.

○ SR. MARCIO MOREIRA ALVES:

(Comunicação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos reconhecem, ou dizem reconhecer, que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este País sob o regime de opressão. Creio haver chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote: as mães brasileiras já se manifestaram; todas as classes sociais clamam o seu repúdio à violência. No entanto isso não basta. É preciso se estabelecer, sobretudo por parte das mulheres, como já se começou a estabelecer nesta Casa por parte de mulheres de parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem juntos com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Poranto, que cada um boicotasse este desfile. Este boicote pode passar também — sempre falando de mulheres — às mães, àquelas que dançam com os cadetes e namoram os jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje no Brasil, com que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da guerra dos Emboadas e recusassem a entrada à porta de sua casa àquelas que vilipendiam a Nação, recusassem aceitar aquelas que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome.

Creio Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta "democracia" este falso entendimento, pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre civis e militares, deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este País volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos, que não compactuam com os desmandos dos seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Cratéis, que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores. (Muito bem.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

(4/10/1968)

Tece pesadas críticas às
Fôrças Armadas, alega que
o Brasil está se transfor-
mando em um estado de ja-
gunços. Que no seio das
FFAA, existe um bando de
aproveitadores e até cri-
minosos".

O SR. MARCIO MOREIRA
ALVES:

(Comunicação. — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, faltando, ontem, aos que compõem o que já chamou de "o meu partido", ou seja, aquelas instituições que o povo brasileiro aprendera a considerar como apolíticas e defensoras das leis e das fronteiras, o Marechal Costa e Silva disse que "tudo o que fui o que sou devo ao Exército". Em seguida, homenageou, pela referência, acusações de subversão que a toda a mocidade atingem, acusações de terrorismo intelectual e acusações de demagogia aos que denunciam a miséria a fome e a doença, que são a triste herança da maioria do povo brasileiro. Finalizou, considerando já intoleráveis as provocações irresponsáveis que são dirigidas contra as Fôrças Armadas, que ele considera uma parcela das classes produtoras, e não, como as consideravam Caxias, Rondon e Horta Barbosa, operários da construção e do desenvolvimento da paz no Brasil.

E' lastimável que um Presidente da República considere dever ao Exército e não à Nação o cargo que ocupa. E' lastimável, mas verdadeiro. Sem dúvida, se ao povo brasileiro tivesse sido dada a oportunidade de escolher, em eleições livres e diretas, o seu Presidente, não seria ele hoje, o Marechal Costa e Silva, ou qualquer outro dos que do povo retiraram este dever sagrado.

Mas a observação é ainda mais trágica, quando vemos o que estes homens fizeram, ao longo de quatro anos, pelo patrimônio nacional que era o respeito e o amor dos brasileiros às Fôrças Armadas, que eles agora chamam o seu partido. Em primeiro lugar, em vez de restaurarem, como era devido, destruíram a disciplina. Vemos, inúmeras e frequentes vezes, generais coronéis, e até capitães, tenentes e mesmo sargentos da Força Pública, desrespeitarem as ordens, as autoridades, a Constituição, as leis e, inclusive, o direito natural. Como ficam impunes os crimes que praticam, a disciplina é rompida e entramos em um processo acelerado de transformar o Brasil em um Estado de jagunços. Em segundo lugar, destruíram ainda estes homens a confiança que todos tínhamos em nossos soldados, como preservadores da soberania nacional.

Foi um Governo militar, o do Marechal Castelo Branco, que transferiu as fronteiras do Brasil, do seu sentido geográfico e histórico, para um sentido de fronteiras ideológicas internacionais, que deveriam ser traçadas segundo os interesses da nação líder do Continente em que vivemos, ou seja, dos Estados Unidos.

Hoje, nas Fôrças Armadas, homens como Pery Bevilacqua são, talvez, exceções gloriosas de um passado que se tornou remoto. Na verdade, as acusações que fazemos, todos, dessas deturpações e deformações das funções históricas das Fôrças Armadas brasileiras, revelam um amor e um respeito muito maior a essas instituições do que os demonstrados por alguns militares que, aproveitando-se da sua condição de militares, falaram em nome de todos os seus colegas que operosamente permanecem nos quartéis, para, em nome desses operários, conquistar e usufruir o poder, conquistar e usufruir às vezes com requintes de luxo e de prazer os cargos públicos desta Nação.

Na verdade, essa pequena minoria de aproveitadores e que destrói o conceito histórico das Fôrças Armadas perante o povo, é que cria um fossô entre civis e militares para seu próprio benefício, em detrimento de toda a Nação.

Acredito serem necessárias essas denúncias. E, — muito mais importante — ser necessário que o processo de oficialidade das Fôrças Armadas verifique e que está fazendo em seu nome esse bando de aproveitadores, dentre os quais existem alguns camponeses. Pois só retomaremos o desenvolvimento e conquistaremos a paz necessária a esse desenvolvimento, quando deixarem de usar e abusarem as Fôrças Armadas, para lançá-las contra o povo, e, acreditando no povo, as Fôrças Armadas estabelecerem o direito de autogovernar-se. (Muito bem)

2. ARTIGOS PUBLICADOS NA IMPRENSA E PALESTRAS NA TELEVISÃO

- 2.1 - "OS DESONRADOS" - CORREIO DA MANHÃ - 06 SET 64
- 2.2 - "COSTA E SILVA" - CORREIO DA MANHÃ - 13 SET 64
- 2.3 - "O PROCESSO " - CORREIO DA MANHÃ - 20 NOV 64
- 2.4 - "O EXÉRCITO " - CORREIO DA MANHÃ - 22 NOV 64
- 2.5 - "MORTOS SEM SEPULTURA" - CORREIO DA MANHÃ -
14 JAN 65
- 2.6 - PALESTRA NA TELEVISÃO (HORÁRIO DO T.R.E.)
- 2.7 - PALESTRA NA TELEVISÃO (HORÁRIO DO T.R.E.)

mingo, 6 de Setembro de 1964



Os desonrados

Marcio Moreira Alves

Nos últimos meses da Guerra as tropas de ocupação prenderam 23 poloneses que, de suas bases londrinas, se haviam juntado ao maquis dos arredores de Paris. Como tantos outros, foram fuzilados para o esquecimento, mas deles se guardou a lembrança das caras barbudas e dos nomes complicados, usados pela Gestapo em um cartaz de contrapropaganda. Um desses homens, que Aragon chamou, no poema que dedicou-lhe, amou-reuz de vivre à en mourir, escreveu à mulher uma carta de despedida. Dizia que se casasse, tivesse filho, fosse feliz e pensasse nele de vez em quando, pois que morria sem ter em si ódio ao povo alemão. Este homem, ao morrer, quis deixar bem patente que se sacrificava na luta contra uma idéia e não contra um povo. Também contra uma idéia, e não contra a classe militar é que temos hoje o dever de levantarmo-nos — contra a abominação que é torturar presos indefesos.

Os recados, os pedaços de papel rabiscados que nos chegam das prisões, especialmente os que atravessam a Cortina de Flagelos de Pernambuco e Bahia, têm o mesmo tom de simplicidade e pungência das mensagens deixadas pelos

que, na Europa hitlerista, fizeram a oferta de suas vidas à liberdade. "A meus pais. Estou sendo levado numa camioneta do Exército. Não sei para onde vou. Seu filho, Fernando", diz um dos que foram raptados oficialmente do quartel do 19 BC, Salvador, na noite de 23 de agosto. Este rapaz foi transportado no jipe EB 21-12707, enquanto outros presos eram levados na camioneta da Petrobrás Ecope-B-0-16. "Querida, chegou a ordem para soltar o pessoal. Hoje à noite eles foram levados para lugar ignorado. Só não fui porque estou doente. Amanhã devo ir para o Hospital do Exército. Depois, não sei para onde vou. Se você não me descobrir, vá embora para o Rio. Quando a coisa melhorar eu escrevo para você. Sem mais, abraços do seu Tião."

As cartas seguem pelos misteriosos caminhos que a solidariedade dos oprimidos tecem. Chegam rôtas e sujas, com suas mensagens singelas. Cada vez que as leio, sinto um arrepiamento, uma estranha sensação de sonho, de impos-

sível fantástico intruindo-se em minha rotina. Será esta terra de torturas e seqüestros a terra minha, a terra de nossas raízes mais fundas, ou, como diria o exilado voluntário Vinícius de Moraes, a pátria minha, pátria amada, tão pobrezinha?

Dez presos que tiveram habeas-corpus do Superior Tribunal Militar (nº 27.020) foram seqüestrados pelos gauleiters da Bahia. Fizemos com que assinassem os alvarás de soltura e levariam-nos para esconderijos ignorados. Os seguintes recusaram-se a assinar a legitimação de seus seqüestros e apanharam multas. Continuam encarcerados. Apenas o sr. Milton de Carvalho e Silva foi solto. Tantas torturas sofreu que está pesando quarenta e três quilos. Foi recolhido ao Hospital do Exército, onde não quiseram ficar com o incômodo de seu cadáver. Foi devolvido à família para morrer em casa. Sempre há uma certa humanidade no comodismo dos carrascos.

Outro preso, de nome Os-

waldo, trabalhador de Petrópolis, na Bahia, leia, do que parece, delatou de segredos terríveis. Para que os confessasse, arrancaram-lhe as unhas e tantos bôlos levou que passou dois meses aleijado, as mãos transformadas em garras. Os companheiros de cela chegavam-lhe à boca a comida e os cigarros, acompanhavam-no quando tinha de satisfazer suas necessidades.

Amanhã, Sete de Setembro, trinta e cinco mil homens das Forças Armadas brasileiras desfilarão em homenagem à Independência. Haverá discursos e patrióticas ordens do dia. Os generais polirão suas medalhas, lustrarão suas botas, passarão o uniforme de gala. Alguns, terão mesmo pregadas no peito as fitas conquistadas, em campos da Itália, na luta contra a tirania. Mas os passos dos soldados e a voz dos comandantes soarão sem autoridade. Enquanto acobertarem com sua complacência e silêncio torturadores que usam fardes iguais às suas, não terão autoridade. Enquanto permitirem que o fanatismo sirva de escudo e desculpa ao sadismo contra homens indefesos, estarão desonrados. E, desonrados, não podem falar em nome do Brasil.

Costa e Silva

Márcio Moreira Alves

O general Costa e Silva tem todo o direito de considerar-me um subversivo, cripto-comunista ou comunista de verdade, da mesma forma como encaro com o maior ceticismo os resultados históricos do movimento militar que chefiou e mantém. Estamos em campos opostos. Ele prefere erguer o jugo sob o qual, junto com os oprimidos, passo. Mas, mesmo entre adversários, mesmo entre inimigos, há um terreno comum de entendimento — a salvaguarda da condigão humana, o limite que nos separa das béstias. Em nome deste tênue ponto de identidade lhe faço hoje um apelo, que não lhe dirigiria se estivesse em jogo minha liberdade e pessoa.

Tenho tentado, inutilmente, acordar a consciência do presidente Castelo Branco, e de vários membros de seu governo, para o problema das torturas a que são submetidos os presos, nos quatro cantos do Brasil. Nada consegui. São fariseus. Não ouvem, não falam, não vêem.

O general Costa e Silva detém o poder de fato: manda nas baionetas. E tem-se revelado um ferrabrás, sem papas na língua e com alguns indícios de sensibilidade humana. Creio estar nêla a última instância, a derradeira possibilidade de livrarmos nossa terra desta mancha vil que é a tortura de indefesos. Os militares que, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Rio

Grande, Pernambuco e Bahia, sujaram as mãos no sangue dos inermes, desonram não apenas suas corporações, desonram a todos os brasileiros.

As Forças Armadas, pela Constituição da República, são instituições nacionais permanentes. Seus membros passam, elas ficam. Mas têm o aspecto moral que seus componentes lhe dão. O Exército de Benjamim Constant recusou-se a ser capitão-do-mato à cata de negros fugidos, e nós nos lembramos dele. O Exército de Costa e Silva, pelo punhado de monstros que acoberta, está ameaçado de fixar-se como uma malta de torturadores que violenta a alma da Nação. As gerações futuras também dele se lembrarão, mas por motivos opostos.

Trago hoje uma ficha: Manuel Alves de Oliveira, nascido em Sergipe a 21 de outubro de 1934. Morava na Rua 19, quadra 9, casa 1, em Guadalupe. Sua inscrição teve o número 6.630 e a matrícula 6.525. Foi admitido a 9 de março de 1960 e servia no 1º GCan 90 Ae. Manuel Alves de Oliveira morreu a 8 de maio de 1964, no Hospital do Exército, em Triagem, em consequência das torturas a que foi submetido. Deixou uma viúva, Norma, de

24 anos de idade, e três filhos varões, o mais velho de oito anos, o menor de cinco.

Trago ao general Costa e Silva este cadáver. Falo em seu nome e, tenho certeza, no dos homens e mulheres que neste País conservam íntegra sua consciência. E' com esta responsabilidade de porta-voz, que me pesa sobre noites de vigília, que o procuro.

Pondere, general Costa e Silva, que lhe cabe a guarda da dignidade do Exército. Lembre-se, ainda, de que o senhor é um homem que já passou dos sessenta e, embora eu lhe deseje, como a todos os homens, uma longa vida, dia virá em que será chamado a prestar contas de seus atos a uma justiça perante a qual são iguais o general vitorioso e o mais humilde dos anônimos que, sob sua responsabilidade, foram torturados e trucidados. Dize-me que o senhor é cristão, como cristãs se julgam as senhoras da CAMDE, envoltas agora em estranho silêncio, quando antes tanto vociferavam em nome de Deus. Pois a um cristão recorde que o sangue de Cristo redime igualmente o comunista e o capitalista, o subversivo e o revolucionário, tornando-os a todos sagrados,

no que têm de centelha divina. Esta essência divina do homem é a atingida pelos processos da perversidade que contra os presos são usados.

E' imprescindível que se acabe com a tortura no Brasil. Isso, não podemos esperar da polícia do sr. Lacerda, que oficializou a Invernada de Olaria, nem da iniciativa do coronel Gustavo Borges, responsável pelos assassinatos do rio da Guarda, marcado para sempre com o estigma que separa os vis do resto dos homens. Não podemos esperá-lo do mudo marechal Castelo Branco, nem dos civis de seu ministério, que não têm poder real e se acumpliciam no medo. Talvez até mesmo o senhor já esteja por demais prisioneiro de seus preconceitos e insensibilidade para fazer alguma coisa, mas representa ainda a esperança final.

E' imprescindível que se nomeie já — logo, agora, hoje, — uma comissão isenta, na qual figure pelo menos um médico, que entre nos quartéis com plenos poderes para investigar a verdade. Que dessas investigações resulte um relatório sobre o qual se basearão as medidas administrativas necessárias para a um tempo acabar com as torturas e punir os torturadores. E' isso basta e essa punição que a consciência nacional e a honra das Forças Armadas exigem.

"CORREIO DA MANHÃ"

20 NOV. 1964

O processo

Márcio Moreira Alves

O deputado-coronel Costa Cavalcanti, que tem a discutível honra de representar na Câmara a "linha dura", de preferência ao povo de Pernambuco, distribuiu as acusações oficiais ao governador Mauro Borges. Garante que a fantástica enxurrada de fatos desconexos que divulgou foram tirados do IPM sobre a subversão no Estado de Goiás, inquirido que motivou o assalto ora armado contra a legalidade.

Custa crer que consequências tão graves para o Brasil possam ter origem em um documento tão irresponsável. Custa crer que homens que juraram obedecer à lei possam encampar tamanho bestialógico. Mas o mais inacreditável é que os doutos bacharéis da UDN — mesmo na fase de enterro de terceira classe que o partido vem tendo desde que resolveu jogar na vala comum os ideais que no passado dizia defender — considerem seriamente este enredo de folhetim como um documento de valor jurídico e até o defendam. Se, como políticos, essa defesa não os constrange, deveriam ao menos refreá-los os estudos de Direito que fizeram e transmitiram a gerações de estudantes, hoje perplexos com o perjúrio de seus antigos mestres.

O processo contra o governador Mauro Borges revive uma das maiores infâmias da história do Di-

reito — a lei dos suspeitos, sob a qual, durante o terror da revolução, qualquer cidadão francês poderia ser mandado para a guilhotina desde que não conseguisse provar sua inocência quando acusado por outro, mesmo que contra ele nenhuma prova fosse apresentada. O IPM dirigido por um ex-membro do Clube da Lanterna, coronel Cunha Melo, não apresenta fatos ou documentos para lastrear suas conclusões. Baseia-se quase inteiramente em testemunhos. E, mesmo que depoimentos pessoais e gratuitos pudessem fazer prova, temos as declarações de uma freira, madre Maria Redentora, assegurando que a confissão de João Batista Zacariotti foi arrancada sob torturas. Este Zacariotti é a testemunha-chave do coronel-torturador, juntamente com Pawel Gutko. Gutko, como já publicamos, trabalhou há dois anos em São Paulo, de onde saiu para curar-se da psicose que corroía seu cérebro. Isto está provado por depoimentos espontâneos, feitos em cartório, de seu antigos colegas e das donas do apartamento onde morava.

Entre as "provas" de subversão arroladas contra Mauro Borges há uma que considero particularmente

ridícula — a de que o Instituto de Cultura encenara uma peça teatral de autor marxista. O presidente Castelo Branco, caso haja frequentado teatro sério, nos intervalos das comédias chifrins de importação que aprecia, não poderá deixar de ter visto peças de Bertold Brecht e Sartre, dois dos maiores teatrólogos do século, que são, com o perdão da palavra, comunistas. Comunistas no duro.

Tenho o hábito de, tendo de adotar publicamente uma opinião, procurar colocar-me na posição de quem a contradita e de tentar raciocinar como um adversário o faria. O pior encargo do jornalista é ter todos os dias de julgar, para milhares de leitores, os homens e seus atos. Pois bem, apesar de minuciosamente cioso desta responsabilidade, não consigo compreender como gente de boa fé possa aceitar as conclusões do IPM de Goiás como válidas. Portanto, sou obrigado a concluir que o marechal Castelo Branco e alguns de seus ministros são cúmplices conscientes de uma engrenagem de calúnias destinada a assassinar o que no Brasil resta de legalidade.

Apontam o caso de Dianópolis como grave. Mauro Borges mandou sua polícia acabar com as inva-

sões de terras naquele município e prendeu Tarzan de Castro — que fora seu oficial de gabinete e agora é apontado como seu agente. Em uma época em que invasões de terra eram oficialmente toleradas, prender os invasores não me parece demonstração de propósitos subversivos.

Acusam ainda colaboradores do governador de comunistas porque foram atingidos pelo Ato Institucional, manobrado pelos grupos militares que hoje acusam Mauro Borges. Onde as provas de sua comunização? Será comunista o padre Rui Rodrigues, protegido e filho espiritual de Dom Alano, bispo de Porto Nacional, que em protesto contra a injustiça perpetrada devolveu ao presidente da República a Ordem do Cruzeiro do Sul que dele mesmo recebera? E as notícias da Agência "Tass"? Foram divulgadas em Goiás 13 notas que aquela agência distribuiu, contra mais de mil distribuídas pelo Serviço de Informações dos Estados Unidos.

O processo contra Mauro Borges é o processo da calúnia e da mentira. A linha totalitária quer dar o golpe. O espírito legalista das Forças Armadas indica que não terá poder para concretizar este crime, mas, se o tiver, que dê logo o seu golpe, mas que poupe a vergonha e a inteligência do País da palhaçada com que nos afronta hoje.

"CORREIO DA MANHÃ"
22 NOV. 1964

O Exército

Márcio Moreira Alves

O Exército nacional sempre foi o porto seguro para as populações aterrorizadas pelas lutas da política regional. A chegada da tropa federal aos sertões e cidades conflagradas era saudada com alegria e alívio. O uniforme verde oliva representava a garantia da ordem pública, a imparcialidade e o respeito às leis. Em época de eleições raro era o município brasileiro que não oficiava, com a devida antecedência, pedindo que sua tranquilidade fosse assegurada pelos soldados do poder central. O policiamento que faziam servia menos para impedir as desavenças dos partidos em conflito, pois que eles tratavam, com a simples notícia da vinda de tropas, de guardar-se uma paz cautelosa, que para reunir em festa o povo paisano e o povo fardado. O soldado do Exército era sempre acolhido como um irmão, ao contrário do da Polícia, olhado com medo e chamado de megalha ou macaco.

O grande e talvez irremediável mal que os oficiais totalitários da chamada "linha dura" estão causando ao Brasil está na destruição desta identidade do povo com o seu Exército. Em Pernambuco, em Minas, na Guanabara, no Rio Grande e agora mais agudamente em Goiás, os irmãos soldados estão transformando-se nos repre-

sentantes de uma tropa inimiga de ocupação. Tenho amigos oficiais, que durante toda a vida sentiram orgulho da farda que vestiam, que hoje evitam o mais possível andar fardados.

Contam-me, com a revolta de quem sofre uma injustiça, pois individualmente são os mesmos de antes, que vêm na cara de seus companheiros de viagem em transportes coletivos ou o medo ou uma hostilidade quase transformada em ódio.

As tropas do Exército mandadas para Anápolis foram recebidas fria quando não hostilmente. Nas ruas — algumas vezes, eram acompanhadas por vaia, e nos lugares públicos sua proximidade era evitada. Em Goiânia repetiu-se o mesmo clima. Dirão os totalitários — é apenas um Estado, pequeno e governado por um subversivo. Esta argumentação só serviria para atirar areia aos olhos de quem quer ser convencido de uma baleia. Goiás tem população escassa, é verdade, e dizem que Mauro Borges é subversivo. Dizem, mas não provam. E o povo goiano está, em sua esmagadora maioria, convencido de que

o homem que sufragou nas urnas é vítima de uma tocaia abjeta, erguida sobre mentiras e calúnias.

O grave, no entanto, é que o sentimento popular de repulsa ao Exército tem deitado raízes em todo o território nacional. Muitos dos encarregados de IPMs agiram com brutalidade, desmandaram-se em arbítrio e violências, outros pavoneiam-se pelas cidades onde servem como se a vida de todos dependesse apenas de seus caprichos, metem-se em tudo, invadindo acintosamente áreas de deliberação que não são suas. É bem verdade que algumas das intervenções que o Exército tem feito em setores fora de sua alcada beneficiaram o povo, como, por exemplo, quando impediu que alguns usineiros nordestinos deixassem de pagar o salário-mínimo a seus trabalhadores. Esses acertos, infelizmente, são raros, porque, o mais das vezes, as intervenções têm caráter inquisitorial, policial e repressivo, seu objetivo não é reprimir abusos e sim cometê-los.

Contou-me o deputado Pedro Aleixo que corria antigamente, que o jurista Pontes de Miranda guarda-

va um alemão escondido no porão de sua casa. Sempre que tinha de opinar sobre uma questão complicada, levantava um alçapão e mandava o alemão traduzir algum grosso tratado, de onde obtinha uma solução brilhante. O Chico Campos, diz, é o alemão do Costa e Silva. Sempre que o general conversa com ele, a oposição fica em polvorosa, inventando hipóteses como esta da reedição do Ato Institucional.

Podem ser que o ato n.º 2 não esteja em gestação, como assegura o líder do governo. Mas o fato é que a inconformidade de muitos oficiais superiores com a ordem jurídica e suas constantes consultas ao liberticida-mor do país não tranquilizam ninguém e são mais um fator de mobilização das antipatias do povo contra o seu Exército. Isto é péssimo para o Brasil. Do mesmo modo como uma tropa de ocupação não pode manter-se indefinidamente no território ocupado, principalmente se nele recruta seus homens, um povo não pode viver em conflito com suas forças armadas. E é este conflito que os totalitários estão incentivando. É este conflito que temos de evitar pelo único caminho possível — a reintegração dos militares no espírito legalista e pacífico que era o seu e é o da imensa maioria dos brasileiros.

14 JAN. 1965

Mortos sem sepultura

Marcio Moreira Alves

Existem no Recife vinte e dois mortos sem sepultura. São os mais antigos presos políticos do País. Em sua maioria perderam a liberdade nos primeiros dias do movimento de abril. Não foram julgados. A Auditoria Militar, segundo informações de advogados, tem ordens do Comando da 7a. Região Militar para não revogar as prisões preventivas que contra eles expediu, já lá se vão nove meses. E mesmo essas ordens de prisão foram expedidas ilegalmente, pois contrariam o artigo 149 do Código de Justiça Militar, que exige para a decretação da prisão preventiva a anexação de depoimentos de duas testemunhas ou a confissão do indiciado. Tomaram como base "legal" apenas as suspeitas do sinistramente famoso coronel Ibiapina.

Há uma estranha coincidência ligando essa gente: a maioria denunciou ao general Ernesto Geisel, quando da inspeção que empreendeu ao Nordeste com a finalidade de acobertar os torturadores do IV Exército e apaziguar a opinião pública, torturas que sofreram ou presenciaram. Boa parte repetiu as denúncias para a comissão civil nomeada para investigar o assunto. Outros contaram-me o que sofreram, quando com eles me avistei no velho prédio da Detenção de Recife. E o

caso, por exemplo, do engenheiro Ivo Valença, que levou cheques elétricos, passou horas em um pau-de-arara e, pendurado pelos pés, foi diversas vezes mergulhado em um tonel de água suja, até quase arrebitar o fôlego. Ubiraci Barbosa, advogado, é outro dos presos perpétuos. Foi um dos fregueses da câmara frigorífica do quartel da intendência, de onde saía tão enregelado que não sentia os cigarros que seus algozes apagavam em suas mãos. Só notava as queimaduras no dia seguinte.

São os seguintes os presos de Recife: Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, verdadeira batata quente nas mãos dos revolucionários, que, não tendo elementos para condená-lo legalmente, também não ousam soltá-lo. Arraes está virando santo milagreiro no sertão, onde sua vida anda contada nas feiras pelos cantadores de ABC. Prêso e silencioso em sua cela do quartel dos Bombeiros, deixa o tempo, as dificuldades da lavoura canavieira implantada onde tem escassas condições de aproveitamento econômico, e a prepotência dos senhores de terra trabalhar a favor de sua legenda. Francisco Julião,

contra quem existia uma ordem de prisão preventiva civil já revogada, está no mesmo quartel.

Dentre os prisioneiros da Casa de Detenção, edifício que é uma mancha em nossas pretensões de civilização, tal seu estado de sujeira e precariedade, estão Gregório Bezerra, o líder comunista que foi espancado pelo coronel Vilhoq Vianna diante das câmaras da TV-Jornal do Comércio, Gilberto Azevedo e Cicero Targino, deputados que tiveram seus mandatos cassados, Jarbas de Holanda, ex-vereador e estudante de Direito, Clodomir Moraes, o advogado que foi torturado na Invernada de Olaria quando prêso contrabandando armas, sua companheira, Célia Lima, o comerciante José Leite Filho, Ivo Valença, Ubiraci Barbosa, José Campelo Filho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Natal, que, prêso em Recife, contou-me haver sido transportado para o Rio Grande do Norte, onde foi espancado, Apollon Frazeres, engenheiro eletrônico que montava uma rede de telecomunicações em Pernambuco e teve o azar de contar entre seus alunos com um major do serviço secreto a quem des-

tratava, e a professora Maria Celeste, professora gramática e das Ligas Camponesas de Vitória do Santo Antão.

No quartel da Polícia Militar, no Derby, estão quatro camponeses, indiciados no IPM do Campo: Osias Ferreira, Adauto da Silva, Valdeniro Cândido e José Luís dos Santos.

Finalmente, existem os trapos de gente largados no Manicômio Judiciário da Tamarineira, três homens que ficaram completamente loucos em virtude das torturas sofridas: Edival Freitas, Rivadávia Oliveira e o camponês Antônio Lopes de Albuquerque, que tem medo de luz e passa os dias repetindo que quer voltar para junto de sua mulher e filhos, em Vitória do Santo Antão. Quando vê um homem fardado, põe-se a berrear e procura esconder-se pelos cantos.

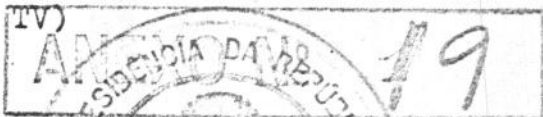
Até quando os que se dizem democratas e apóiam este governo que protege torturadores ficarão cegos, surdos e mudos? Em que artigo ou parágrafo de lei poderá o professor Milton Campos enquadrar esses presos sem julgamento, a fim de tranquilizar sua consciência jurídica?

E quando surgirá a onda de respeito humano que fará com que os brasileiros marchem com Deus e pela Liberdade, desses mortos sem sepultura?

S

FK

PALESTRA DO CANDIDATO A DEP FED MÁRCIO MOREIRA ALVES (JORNALISTA), DO
MDB, EM 04.11.66 - HORÁRIO: 1600 HORAS (REDE DE TV)



Normalmente vocês deveriam estar vendo meu nome em piscapisca na televisão. Acontece que além de enfrentar uma série de imagens e imaginações de informações vagas que os órgãos oficiais de informação apresentaram ao TRE, eu tenho também entre as minhas dificuldades, de enfrentar um filho de seis anos, que é um garoto linda-dura. Mas, entrando mais sério, nós fomos impugnados, somos um grupo da oposição verdadeira, junto com alguns outros, poucos é verdade, que dessas impugnações escaparam, talvez por discúria do SNI e DOPS. Somos 11, um grupo de 11 que o Gov nos forçou que se formasse, porque eramos 12, um foi afastado por uma preliminar legal. Candidatos a deputados federais impugnados são os jornalistas HERMANO ALVES, MARIO PEDROSA, PAULO SILVEIRA, eu MÁRCIO MOREIRA ALVES e o advogado JOSÉ FREJÁT. Entre os estaduais, também impugnados, estão o universitário FERNANDO BARROS, (vocês, talvez, tenham tido a oportunidade de vê-lo, cortado na TV, há 2 ou 3 dias), FABIANO VILA NOVA, também jornalista e meu companheiro do CORREIO DA MANHÃ, jornalista ANTONIO HOLANDA CAVALCANTE, o ex-sargento ANTONIO SENA PIRES, os deputados PAULO RIBEIRO e SINVAL SAMPAIO. Somos todos acusados de comunista e o meu caso particular, tenho maior dossiê dessa série fantástica de acusações. Esse dossiê é grande porque o SNI gastou o dinheiro da nação para fotografar, em PARIS, os originais de um livro que eu escrevi sobre torturas de presos políticos; são 260 fotografias. É o livro mais caro do BRASIL. Consta de depoimentos de presos políticos, portanto, imagina-se que este Gov considera comunista quem é contra tortura de presos políticos. Também é comunista, diz o Gov, quem pede a libertação de escritores, presos por delito de opinião. Quem pede e quem reclama o direito dos estudantes de participarem da vida pública nacional. Comunista, diz o Gov, são aqueles que pedem, em manifesto, democracia e desenvolvimento. E também entre as acusações de comunista que o Gov apresenta, está a fantástica acusação de ser comunista por ter participado, na frente do HOTEL GLÓRIA, de uma manifestação contra a ditadura, durante a reunião da OEA. São essas as acusações. Mas a fantasmagórica ainda, é de ter sido visto no restaurante da MAISON DE FRANCE, conversando com o adido cultural da RÚSSIA. Ora, eu poderia ter conversado com qualquer adido cultural, menos no dia em que o SNI diz que estive lá: 12 de maio, feriado, o dia que o restaurante estava fechado. Tôdas essas acusações têm um sentido muito claro: o Gov quer cassar hoje o eleito de amanhã. E já conseguiu em parte o seu intento, com a campanha terrorista que anda fazendo, ameaçando cassações e impugnações, pretende desmoralizar o voto e as eleições. E conseguiu bastante ao paralizar a nossa cam-

- 2 -

panha. Meu escritório que é na rua Sen DANTAS, 25, no HOTEL "AMBASSADOR," cujo telefone é: 32-8181, tem estado, no entanto, perturbado, por tudo isso. Cada dia que passa é uma notícia nova, mas se quiserem nos tirar da luta pela democracia, pelo desenvolvimento, pela liberdade e contra o entreguismo, terão que nos cassar, como terão que cassar todo o povo brasileiro que repudia esse Gov, que faz tantas concessões aos estrangeiros e, principalmente, aos ESTADOS UNIDOS, como jamais se viu na história do mundo e em um país que não perdeu uma guerra. Este, é o Gov do acôrdo de garantia e investimentos e somos contra êle. É o Gov que transformou a constituição em farrapos e pretende substituí-la por um papelucho qualquer, fabricado nos porões do palácio, do seu PALÁCIO DO PLANALTO. E, por isso, somos contra e, por isso, continuaremos na luta, enquanto Deus nos der fôrças, cassados ou não!. bôa-tarde.

T R E Cadeia de Televisão

Esta é a primeira e a última vez que me verei aqui neste programa do TRE a noite, venho com um passado de luta na Imprensa como outros jornalistas que desde o primeiro momento também resistiram e também tiveram a honra de fazer do seu protesto a voz dos que calavam e a voz dos que não podiam falar. Eu hoje sou candidato a Dep Fed, sabemos perfeitamente bem que esta é uma eleição consentida, a nossa liberdade também é consentida. Sabemos que o Congresso já esta com as suas atribuições extremamente reduzidas, sabemos que talvez essas atribuições sejam reduzidas ainda mais, mais mesmo assim numa eleição consentida, com a nossa liberdade consentida, cada vez menos, estamos na campanha eleitoral e é uma campanha de oposição, oposição não as pessoas que ocupam o Gov, mais ao próprio Gov, qualquer nacionalista, qualquer homem que preza a sua liberdade teria 20, 30 mais razões para se opor a este Gov, nos sabemos que participamos das eleições, únicas diretas que nos resta, quando nós, não mais podemos escolher o Gov do Estado o PR, nós talvez estejamos fazendo o jogo daqueles que privaram o povo do seu direito de escolha dos governadores, do PR, enfim do executivo que enfechem todos os direitos e poderes em suas mãos, mais este é um risco de luta e é um risco que nós tomamos sentindo a dificuldade. Pelo último IBOPE, 70% do eleitorado da GB não sabe se quer o nome dos candidatos, muitos não sabem se vai haver eleição, eu também não sei, mais vamos que haja, temos que participar. Sentimos no povo uma frieza, uma discrensa, medo, essa discrensa talvez seja a discrensa dos politicos, daqueles que sobraram, talvez seja até justa mais não justifica que se discreia da politica, a politica é a nossa vida, a responsabilidade que nós temos pelo destino da Nação, por tudo que está acontecendo, inclusive por este Gov que não tem ninguém a seu favor, nem mesmo o Estado de SP, jornal que ontem dizia que este Gov tem um saldo negativa em face ao Gov GOULART, faz com que você que me vê pela primeira e última vez, a noite, não precise apenas votar, mais participar, lutar, estar presente onde a oposição esta presente, onde nós estamos, na rua, onde estão presentes os estudantes e nós não podemos esquecer a realidade, a realidade é esta que houve 110 feridos na Praia Vermelha. Isto demonstra o que? Que o BRASIL está num momento de crise, de intranquilidade, está num momento a beira de verter o sangue dos seus filhos e nos temos que evitar isto, temos que tranquilizar o país, temos que promover a paz e isto so sera possivel com a sua participação, na oposição como todos os outros, não se tem mais direito de ficar em casa, de votar apenas, tem-se apenas o direito de fazer com que os direitos que nos restem salvaguardem os direitos a reconquista dos direitos que nos foram tomados. Por isso, eu, candidato, jornalista com um passado de luta, faço questão de dizer votar em mim ou num homem como MARIO MARTINS, paladino da luta pela redemocratização, não é suficiente e que a Nação ponha em suas mãos a tranquilidade e a paz e promova as cinco coisas indispensaveis a tranquilidade.

Abolição dos Atos Institucionais

A anistia

A revogação da lei SUPLICÍ

As eleições diretas para Pres e Gov

A convocação de uma Assembléia Constituinte.

Só assim nos reconquistaremos a nossa soberania, só assim nos reconquistaremos a liberdade e apagaremos esses dois anos de fracassos, de erros, esses dois anos que lançaram na oposição o país inteiro.

Fala do candidato a Dep Fed MÁRCIO MOREIRA SALES/MDB

ALVES



3 - MANIFESTOS E PANFLETOS

3.1 - "MANIFESTO À NAÇÃO", SUBSCRITO EM ABR 65 POR
INTELECTUAIS, ARTISTAS, ETC

3.2 - PANFLETO UTILIZADO NA CAMPANHA ELEITORAL

3.3 - PANFLETO UTILIZADO NA CAMPANHA ELEITORAL

DOCUMENTO Nº1 ANEXO



Manifesto

à

Nação

Enquanto não se restabelecer a legalidade democrática, dentro do princípio da independência e da harmonia dos Podêres, com o respeito às decisões dos Tribunais e dos Juizes, à soberania dos órgãos legislativos e à integridade de cada pessoa e cada família, o Brasil não conseguirá fixar os seus objetivos e lançar-se à sua conquista, com a coragem e a paciência que os grandes problemas do país estão a exigir.

Não pode a Nação viver em clima de intolerância e de opressão, perdendo a clara visão das suas responsabilidades presentes e das suas possibilidades futuras.

Conclamamos o povo e tôdas as forças políticas para a plena restauração do regime federativo, das liberdades democráticas e dos direitos individuais, tais como expressos na Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Esperando que todos os brasileiros, de todos os setores sociais e de todos os pontos do país, trabalhem nesse sentido, encaramos como imperativos da hora atual:

- a garantia irrestrita dos direitos de opinião, associação, reunião e propaganda;
- a reintegração, na plenitude dos seus direitos civis e políticos, de todos os cidadãos, sem restrições nem discriminações;
- a cessação dos inquéritos policiais-militares de natureza política;
- a libertação dos presos políticos;
- a realização das eleições municipais, estaduais e federais em 1965 e 1966;
- a proscricção de tôdas as manobras prorrogacionistas ou intervencionais;
- a suspensão das intervenções nos sindicatos de trabalhadores e nas associações e diretórios de estudantes;
- o respeito à liberdade de cátedra e à autonomia universitária.

Condenamos tôdas as tentativas de restrições aos direitos individuais e de suspensão das liberdades públicas; a delação, a violência e a tortura; o obscurantismo, o terror cultural e tôda sorte de discriminações políticas, culturais, religiosas, ideológicas e raciais.

Rejeitamos as decisões de política econômica e financeira que — com o sacrifício do povo pelo aumento do custo da vida e pela compressão salarial — se baseiem na alienação da riqueza nacional,

alterem o estatuto das empresas de propriedade estatal ou acarretem o enfraquecimento, das entidades de economia mista; e as que, a pretexto de estímulo aos investimentos estrangeiros, causem prejuízo à iniciativa privada tipicamente nacional.

E denunciamos como contrária aos legítimos interesses nacionais todas as medidas que estão levando à progressiva transferência para o exterior dos centros de decisão sobre a economia, as finanças, o planejamento e a política internacional do Brasil.

Desta maneira, na busca de soluções democráticas para a grave crise política nacional, resolvemos lançar o Movimento Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, dirigindo esta conclamação a todos os brasileiros, para que dêem a sua adesão, individual ou coletiva, aos seguintes objetivos de reintegração do país no império da lei, na ordem democrática e na plena vigência da Constituição Federal de 1946:

1. A defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e políticas;
2. A luta pela realização das eleições de 1965 e 1966 como condição necessária à redemocratização do país;
3. A convocação de uma Conferência Nacional pela Democracia e Desenvolvimento, com vistas à fixação dos objetivos brasileiros, em termos de respeito à soberania nacional e às características e peculiaridades de nossa formação cultural, para a garantia de que caberá ao Brasil e ao seu povo governarem-se sem tutelas internas ou externas.

Alceu Amoroso Lima — escritor; Alfredo Ceschiatti — escultor; Alfredo Marques Viana — editor; Aloisio Magalhães — pintor; Anísio Teixeira — educador; Antônio Callado — jornalista; Antônio Figueira Filho — estudante; Antônio J. Chediak — professor; Augusto Rodrigues — pintor; Augusto Vilas-Boas — jornalista; Ayres da Mata Machado — professor; Barbosa Lima Sobrinho — escritor; Bayard Demaria Boiteaux — professor; Berilo Dantas — jornalista; Bolivar de Freitas — professor; Cândido de Oliveira Neto — advogado; Carlos Diegues — cineasta; Carlos Heitor Cony — escritor; Carlos Ribeiro — editor; Celina Naraiah Telles, viúva Ladário Telles; Cicero Sandroni — editor; Cláudio Mello e Sousa — jornalista; Danton Jobim — jornalista; Darwin Brandão — jornalista; Dias Gomes — teatrólogo; Domar Campos — economista; Durval Lôbo — urbanista; Edgar Mata Machado — professor; Edmundo Muniz — jornalista; Edson Cabral — jornalista; Eduardo Augusto Viana — estudante; Eduardo

Friero — escritor; Eduardo Portella — escritor; Edu Lobo — compositor; Fernando de Azevedo — sociólogo; Fernando Barbosa Lima — produtor de TV; Fernando de Barros — estudante; Fernando Leite Mendes — jornalista; Ferreira Gullar — escritor; Flávio Rangel — teatrólogo; Flávio Tavares — jornalista; Florestan Fernandes — sociólogo; Fortuna — caricaturista; Glauco de Oliveira Campelo — arquiteto; Hélio de Almeida — engenheiro; Hermanno Alves — jornalista; Italo Campofiorito — arquiteto; Jaime Tionno — físico; João Batista Mesquita — estudante; João Carlos Alvim Corrêa — advogado; João Carlos Meirelles — advogado; João Cruz Costa — professor; João Filgueiras Lima — arquiteto; João do Valle — compositor; Joaquim Pedro de Andrade — cineasta; Joel Silveira — jornalista; Jorge R. Salles — estudante; José Gregori — advogado; José Gonçalves Fontes — jornalista; José Honório Rodrigues — historiador; Josemar Dantas — jornalista; José Louzeiro — escritor; José Mauro — jornalista; José Teixeira — estudante; Limeira Tejo — escritor; Luis Alberto Barreto Leite — jornalista; Luis Carlos Barreto — cineasta; Luisa Barreto Leite — atriz; M. Cavalcanti Proença — escritor; Marcelo de Alencar — advogado; Márcio Moreira Alves — jornalista; Marcus Pereira — publicatário; Mário Carneiro — cineasta; Mario Magalhães — médico; Mário Martins — jornalista; Mário Mazzei Guimarães — jornalista; Mário Pedrosa — escritor; Mauricio Roberto — arquiteto; Mauro Lins e Silva — médico; Millor Fernandes — escritor; Moacyr Werneck de Castro — jornalista; Nadja Andrade — professora; Nelson Pereira dos Santos — cineasta; Nelson Róssi — professor; Newton Carlos — jornalista; Oduvaldo Viana Filho — teatrólogo; Oscar Niemayer — arquiteto; Osiris Lopes Filho — estudante; Oswaldo Gusmão — advogado; Otto Maria Carpeaux — escritor; Paulo Duarte — professor; Paulo Francis — jornalista; Paulo Ribeiro — advogado; Raymundo Magalhães Júnior — escritor; Reinaldo Jardim — jornalista; Roberto Faria — cineasta; Roberto Lyra — professor; Ronaldo Chaer do Nascimento — estudante; Rui Guerra — cineasta; Sabino Barroso — arquiteto; Sérgio Buarque de Holanda — historiador; Sérgio Cabral — jornalista; Sérgio Tostes — estudante; Tarcísio de Holanda — jornalista; Thereza Cesário Alvim — jornalista; Wilson Rahal — jornalista.

ADESÕES PODEM SER ENDEREÇADAS A AVENIDA MARECHAL FLORIANO, 143, SALA 1002.

MDB

PARA DEPUTADO FEDERAL

MÁRCIO MOREIRA ALVES

CONTRA A DITADURA!

Quem resistiu continuará na resistência. MÁRCIO MOREIRA ALVES lançou, no "Correio da Manhã" o primeiro grito contra os Atos Institucionais. Sua luta contra a destruição de todos os nossos direitos, contra as violências da Polícia Política, a entrega de nossas riquezas a estrangeiros, o fim das liberdades sindicais e das conquistas dos trabalhadores não parou um só dia. Quando não teve mais uma coluna de jornal, foi para a rua, protestar contra a Ditadura em frente ao Hotel Glória, na reunião da OEA. Agora é candidato à tribuna da Câmara dos Deputados Federais.

Ainda temos eleições diretas para o Congresso — a 15 de Novembro, resista também votando em MÁRCIO MOREIRA ALVES.

Voluntários podem apresentar-se à
RUA SENADOR DANTAS, 25, sala 301

1966

ANEXO Nº 16

M. D. B.



Para Deputado Federal

MÁRCIO MOREIRA ALVES

O CANDIDATO QUE O GOVERNO NÃO CONSEGUIU IMPUGNAR.

DESDE ABRIL DE 1964, PELAS COLUNAS DO "CORREIO DA MANHÃ", MÁRCIO NÃO PAROU UM SÓ DIA DE COMBATER O FIM DA LIBERDADE E DA SOBERANIA DO BRASIL.

4 - RELATÓRIOS

4.1 - RELATÓRIO DO ENCARREGADO DO IPM INSTAURADO EM
S. LUIZ DO MARANHÃO

RELATÓRIO

Examinando-se atentamente os documentos de presente IPM, verifica-se que:

A. Histórico dos principais fatos:

- O jornalista MÁRCIO EMMANUEL MOREIRA ALVES, de Correto da, Maranhã, preferiu na noite de 17 de setembro uma conferência para a Faculdade de Ciências Econômicas Maranhense, tendo se realizado no auditório da Academia de Comércio; o convite foi formulado pela Comissão Executiva do PTB Estadual. O tema principal foi a participação de estudante brasileiro no processo político-nacional.
 - No dia 19 de setembro, no programa "momento político", da TV Difusora Canal 4 - cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral ao PTB, o jornalista MÁRCIO fez as afirmações constantes das fls 26 a 30.
 - No dia 19 Set. poucos momentos depois daquele programa, participou de uma entrevista na mesma emissora, conhecido como "Fatos em Foco", de caráter comercial, onde fez considerações ofensivas às Forças Armadas, tendo sido o programa retirado / de ar por duas vezes pelo próprio diretor da TV.
 - Essa entrevista, ligada ao pronunciamento anterior, causou mal estar e revolta no pessoal militar e na população civil, em sua maioria integrada no movimento revolucionário de Março de 1964, pois que o Maranhão assistia aos preparativos de uma eleição democrática no Estado, em confronto com os conceitos emitidos pelo jornalista.
 - No dia 20 de setembro, cerca de 0800 horas, o Cmt da Gu. de São Luiz enviou um Oficial para entrar em contato com o jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES, a fim de preveni-lo contra o tipo de pregação que ele mesmo vinha utilizando na sua estada em SÃO / LUÍZ, tendo o jornalista recebido agressivamente o emissário, sendo então detido para averiguações em sindicância que foi aberta imediatamente.
- Tendo o Cmt da 10a RM chegado a São Luiz em fim de jornada de 20 Set, tentou imediatamente, digo, tomou imediatamente conhecimento dos fatos acima e, havendo suspeita de crime previsto no CPM, avoou a sindicância e a transformou em IPM, de que fui encarregado.
- Imediatamente foram ouvidas as testemunhas e o indiciado, que foi liberado logo após ter prestado declarações, aproximadamente às 0300 horas de dia 21, não tendo sofrido coação.

SECRETO

(Cont. do Relatório sobre MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES).

B. Conclusões parciais:

- O jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES foi convidado pelo PTB Maranhense para fazer cobertura eleitoral de seu candidato no Maranhão. Isso se depreende: 1ª) da publicação de fls. 12, que é praticamente uma nota oficial do órgão do PTB das declarações de MÁRCIO MOREIRA ALVES, de fls. 16 (segunda testemunha); 3ª) das manifestações em defesa dos temas defendidos pelo PTB, frequentes durante a estada daquele jornalista em São Luiz.
- A difusão de notícias sobre o petróleo do Maranhão foi apenas um pretexto e, se tal fato foi citado pelo jornalista uma única vez na entrevista "Fatos em Foco", se deve ao fato de / que o entrevistador insistiu saber o motivo da estada do entrevistado em São Luiz.
- A presença do jornalista MÁRCIO MOREIRA ALVES no programa político distribuído ao PTB foi aleatória, pois somente houve / convite para a participação do referido jornalista no programa "momento político" no dia 19, isto é, pouco antes do programa, e vários dias após a chegada de MÁRCIO ALVES a São Luiz.
- O que está suficientemente caracterizado é que o jornalista / MÁRCIO ALVES, a pretexto de realizar cobertura do problema do petróleo maranhense, foi convocado pelo PTB daquele estado para vitalizar, digo, vitalizar a campanha de seu candidato RE NATO ARCHER, movimentando a classe estudantil. O fato de reconhecer o indiciado, (fls. 16), ter partido o convite do PTB / Maranhense, logo no dia imediato ao de sua chegada a São Luiz, e a tônica demonstrada nas suas exposições, quando frequentemente se revela um apologista do engajamento da juventude na atividade política, não deixam dúvidas sobre as ligações estudantis do indiciado. Ele próprio confessa no depoimento de / fls. 16 o seu interesse pela politização da classe estudantil, bem como o teor de sua conferência na Faculdade de Ciências Econômicas, fls. 16, indica um regular grau de propagação para o assunto, mostrando que o jornalista MÁRCIO ALVES absolutamente não foi apanhado de surpresa.

C. Conclusão

- Embora as atitudes e declarações do jornalista MÁRCIO EMANUEL MOREIRA ALVES não cheguem a caracterizar nitidamente os aspectos previstos como crime, no CPM, art 187, 188 e 189, a verdade é que indicam um perfeito entrosamento com o setor radical de esquerda do PTB, atuando de preferência e com especial de-

SECRETO

N8. PRO. CSS. 214. 5, p. 287

(Cont. do Relatório sobre MÁRCIO EMMANUEL MORAIRA ALVES)

-senvolvimento nas hostes estudantis, revelando implicações mais profundas com a Ação Popular e a UNE. Pelas razões acima, sou de parecer seja o presente inquérito arquivado nesta RM, e que, outrossim, sejam enviadas cópias dos depoimentos e do relatório ao Sr Enc. do IPM que investiga, em todo o território nacional, as atividades da UNE.

Fortaleza, 19 de outubro de 1965.

as)

HUGO HORTÊNCIO DE AGUIAR - Ten Cel
Encado I P M

SECRETO

5 - INFORMAÇÕES OU INFORMES

- 5.1 - M.MARINHA - Informe nº 229/20 SET 67/ARME 137
- 5.2 - M.MARINHA - Informe nº 248/09 OUT 67/ARME 139
- 5.3 - M.MARINHA - Informe nº 299/13 NOV 67/ARME 143
- 5.4 - M.MARINHA - Informação 142/24 OUT 67/ARME 142
- 5.5 - M.MARINHA - Informação 0118/06 JUN 68/ARME 159
- 5.6 - M.MARINHA - Informação 0697, de 18 DEZ 68
- 5.7 - M.AERONÁUTICA - Conjunto de Informes sem número

20 set 67

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 222/203ET67/ARNE 137

Assuntos: Atividades de parlamentares
 Origem: Informante
 Avaliação: C-3
 Disseminação: CENIKAR, TATOKAR, SUBANAR, LIORRE, DZ/DT, GISA, GMZ/DT, SNI/ARNE.

Esta Seção tem o conhecimento do seguinte informe:

A ala esquerdista extremada do MDB, que congrega/jun-
 guistas "frentistas" e comunistas, conta com HENRIKHO ALVES, MARCIO
 MOREIRA ALVES e OSWALDO LIMA FILHO.

Os referidos parlamentares - em especial OSWALDO LI-
 MA FILHO e MARCIO MOREIRA ALVES - promover reuniões em suas respecti-
 vas residências, com o fim de planejar movimentos de agitação nos
 meios estudantis, sindicais e intelectuais; tomar parte nestas reu-
 niões, além de parlamentares, ex-deputados cassados e líderes
 sindicais e estudantis. Foram citados como participantes de tais re-
 uniões DOUCEL DE ANDRADE e sua esposa, COLAGROSSI, MARIO MARTINS, RE-
 NATO ARCHER, PEDRO FERNANDES e AMAURY ERUEL.

O planejamento prevê:

- a) Discursos e pronunciamentos na Câmara, Senado e Assembleias Legislativas, contra a Revolução e os Governos Federal e Estaduais que o apoiam;
- b) Campanha psicológica, através os meios de divul-
 gação, contra o Governo, explorando pontos sensíveis e de penetração
 popular;
- c) Campanha pró anistia e eleições diretas em 1970;
- d) Intensificação dos Movimentos Estudantil, Campes-
 ão e Sindical.

OSWALDO LIMA FILHO prepara uma viagem a Montevideo, com
 o fim de conseguir a adesão de JANGO à "Frente Ampla" e um seu pronun-
 ciamento no qual aconselhe a seus correligionários a adesão em massa
 ao movimento "frentista". Tal tarefa seria facilitada por documentos
 de que será portador: uma carta de RENATO ARCHER e credenciais de JK
 e Carlos Lacerda.

9 Out 68

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO SÉTIMO DISTRITO NAVAL
- ESTADO-MAIOR

CONFIDENCIAL

INFORME 248/9OUT67/ARME 139.

Assunto: UnB
 Origem: Informante
 Avaliação: A-2
 Disseminação: CENIMAR - TATOMAR - SUGAMAR - BRASIMAR - DANGOMAR - 11^{ARM}
 D2/DF - 6^{ZA} - GM2/DF - DPF/DF - DOPS/DF - SNI/ABCB.
 Anexo: Cópia thermofax de convite para conferência.

A UnB deu aumento de 25% a seu funcionalismo em janeiro, porém não vem efetuando o pagamento em virtude de falta de verba.

O descontentamento dos funcionários é geral, face à divulgação de notícia de que o Presidente cancelou o pagamento.

Corre também notícia de que o Reitor se demitiu. Este, entretanto, não se manifesta.

As paredes da UnB apresentam dizeres, principalmente LIBERDADE PARA TODOS, fazendo alusão à pessoa de HONESTINO para cuja defesa por advogado levantam fundos por venda de bonus.

Neste clima, a FEUB convida o Dep MARCIO MOREIRA ALVES, para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA".

A conferência foi realizada no auditório DOIS CANDANGOS, às 1030 horas de 06 OUT, aparentemente sem interferência da Reitoria.

O tema da palestra foi o mesmo - se não pior - aos de ARRABES e JULIANO em 1963.

MARCIO dirigiu-se aos possíveis agentes do SNI presentes, dizendo quealaria a verdade, e êsses homens, em sabendo a verdade, dariam apoio às idéias expostas e até poderiam vir a se tornar cidadãos honrados.

Incitou os estudantes a formarem um "SNI" para apurar tudo o que havia por trás e pela frente dêsses acordos MEC-USAID;

Foi muito aplaudido pela audiência que lotava literalmente o auditório.

As perguntas que foram dirigidas ao conferencista demonstravam apoio às idéias expostas, não havendo uma que demonstrasse reação à sua fala.

CONFIDENCIAL

~~CONFIDENCIAL~~

Perguntado de como se poderia livrar, do Poder Militar, o Continente, respondeu que a "fatalidade do poder militar era um fato reconhecido, que esta situação era transitória, não iria durar muito.

Perguntado de que armas se poderia lançar mão para combater esses acordos (MEC-USAID) disse que com greves, massas, manifestações coletivas; não aconselhava violência agora, pois a violência poderá ter a sua vez, de acordo com o desenrolar da História.

Disse ainda que a tarefa dos estudantes não é apenas estudar - como dizem muitos - mas tomar parte na vida política do país, conhecer as medidas que se iam tomando, e combater o que julgassem errado. Bom seria se tudo corresse bem e assim bastaria aos estudantes estudarem, aos médicos clinicarem, aos engenheiros construir, e aos militares fazerem ginástica.

~~CONFIDENCIAL~~

HOJE 10,30 h "Dois Candangos" MÁRCIO MOREIRA ALVES

"ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA"

O jornalista e deputado MÁRCIO MOREIRA ALVES estará, HOJE, às 10,30 h, no Auditório "Dois Candangos", a convite da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília-FEUB, para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC-USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA."

13 Nov 67

CONFIDENCIAL

INFORME 299/13NOV67/ARME 143

Assunto: Deputado MARCIO MOREIRA ALVES
Origem: Informe 438/67 da 11ª RM
Avaliação: E-2
Dis. Anterior: I Ex, 12/DX, SNI/ARSM, DPF, 6ª ZA
Disseminação: GENINAR - TATOYAR - SUGAMAR

Esta Seção tomou conhecimento do seguinte informe:

*MARCIO MOREIRA ALVES - DEPUTADO FEDERAL - Teve a sua campanha eleitoral financiada pelo PC, através suas CN da zona Sul da GB.

Sua candidatura causou certa cisão naquela área comunista, visto que os mais radicais fariam a campanha do voto nulo, enquanto outros fariam a campanha de seu candidato.

Seu escritório eleitoral funcionava na rua Siqueira Campos nº 143 - Copacabana - GB.

CONFIDENCIAL

14 Set 67



MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO SÉTIMO DISTRITO NAVAL
ESTADO - MAIOR

INFORMAÇÃO 142/24OUT67/ARME 142 **CONFIDENCIAL**

Assunto: Conferência de MARCIO MOREIRA ALVES no DCE/GO.
Origem: SNI/ARJ através informação 626/67 do CENIMAR
Dis. Anterior: BME, MMAer, APSEB, Ch SNI.
Disseminação: TATOMAR - ~~SUSANAR~~

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"Realizou-se em 14 de setembro de 1967, a partir das 20 horas, a conferência do Dep MARCIO MOREIRA ALVES no auditório do DCE de GOIÁS, dentro do programa da Semana de Realidades sobre o tema "Acôrdos MEC-USAID".

O conferencista, em síntese, disse que:

- Os acôrdos para reformulação do ensino no BRASIL envolvem estudos da realidade política e cultural do País e que a comissão paritéria preficista pelos acôrdos MEC-USAID, constituída de estrangeiros norte-americanos e brasileiros por êles selecionados, não podem atender os interêsses nacionais;
- Os membros das comissões paritérias quase todos fizeram cursos nos EUA e possuem identidade de propósitos com os americanos. Os membros brasileiros têm ainda a vantagem de falar português sem sotaque;
- O Governo possui o SNI que provàvelmente estaria presente à reunião mas, o que se necessitava, é de organizar um outro SNI para defender os interêsses nacionais. Os estudantes devem se organizar e manter um serviço de informações nas escolas;
- O ensino brasileiro está todo errado e a prova disso é o Governo que temos;
- O Presidente COSTA E SILVA sofre de analfabetismo congênito;
- Neste momento histórico é indispensável a presença do estudante no processo político nacional? em outra situação poderia ser acertada a teoria de que o estudante deve estudar, o dentista arrancar os dentes e o militar fazer ginástica;
- há necessidade de se organizar para a rebelião inevitável. Sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria de Focismo", publicada no nº 14 da Revista da Civilização Brasileira.
- tôda ação violenta eclodindo em diversos pontos, derruba uma estrutura política;
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimentamos outras formas violentas não cruentas;
- as formas violentas não cruentas aconselháveis no momento, são: greve, passeata, boicote, não trabalhar etc..;
- as lideranças eliminadas pela ação policial, serão facilmente renovadas e para melhor, haja o exemplo do Presidente do DCE, CARLOS DE GAUBE EVANGELISTA. Não se pode ficar esperando o Messias ou um milagroso que lidere a luta de peito aberto impenetrável às balas;
- já esteve prêso; mas hoje para prendê-lo, terão que brigar com um tal de BATISTA RAMOS;
- a Lei de Segurança Nacional não prevê medidas punitivas para estrangeiros, ela só enquadra brasileiros;
- é remota a possibilidade dos americanos estarem comprando terras no BRASIL para ocupação ou anexação territorial em favor dos EUA, pois, o americano é prático e não iria comprar uma vaca quando adquirir o leite tão barato;
- o contrabando ou comércio de madeiras de lei, como mogno e jacarandá, é o principal objetivo dos americanos no Norte de GOIÁS; através dêle, obtêm maior percentual de lucro do que com o petróleo do Kmweit;
- o Presidente CASTELO BRANCO bateu o rêcorde mundial de serviços em favor dos interêsses americanos, superando até o Presidente JOHNSON;
- as verbas para as Fôrças Armadas, Educação e Saúde são, respectivamente de 23%, 7% e 3%. Poderia, pela informação, ser chamada de subversivo pelo SNI, mas se há subversão, é com os números de Sr. HÉLIO BELTRÃO, que fez o orçamento;

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

- os estudantes deverão imediatamente, em favor dos camponeses, procurar efetivar a aplicação da lei regulamentada pelo Presidente CASTELO BRANCO, (Marechal primeiro) sobre os direitos do trabalhador rural, exigir salário mínimo, férias, etc;

- o Dep FRANCISCO JULIANO disse que é fácil agitar, o que é difícil é organizar. Confessou-se um agitador e que esperava que os estudantes fôsse organizadores; e que há mais de 500 formas de organização;

- referiu-se sempre ao Presidente CASTELO BRANCO como Marechal Primeiro e, ao Presidente COSTA E SILVA como Marechal Segundo.

Das palavras usadas pelo Deputado MARCIO MOREIRA ALVES, tem-se a impressão de que foi ele o autor intelectual de "SEMANA DE REALIDADES" pregou a violência contra a ordem legal vigente. Com repetidas ironias procurou ridicularizar o SML, as Forças Armadas, o Governo e a Revolução. Evidenciou, com suas teses, ser marxista.

A sessão foi presidida pelo Sr. CARLOS (CHARLES) EVANGELISTA, que, ao final, concitou os presentes a se organizarem e lutarem pela independência do BRASIL. As perguntas da assistência foram todas para ampliar as teses do deputado, não tendo havido uma só contestação. O conferencista foi muito aplaudido. O auditório do DCE estava completamente lotado. Aproximadamente 300 pessoas assistiram à conferência do deputado MARCIO MOREIRA ALVES".

CONFIDENCIAL

19 Abr 68



CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 7º DISTRICTO NAVAL
ESTADO-MAIOR - 2ª SEÇÃO

INFORMAÇÃO 0118/6JUN68/ARME 159

Assunto: Conferência do Dep MARCIO MOREIRA ALVES
Origem: III Ex. (através da Inf 374/68 do CIE/ADF)
Dis. Anterior: 11ª RM, 6ªZA, 7ªDN, SNI/ABSB, SNI/ARJ;
Disseminação: CENIMAR - SUGAMAR.

Esta Seção tomou conhecimento da seguinte informação:

"Realizou-se no dia 19 Abr do corrente uma conferência proferida pelo Dep Fed MARCIO MOREIRA ALVES para os estudantes de Curitiba. O local escolhido foi o anfiteatro situado entre a Casa da Estudante Universitária e o Diretório Central dos Estudantes, próximo à Reitoria da UFP.

Iniciou-se cerca das 20.45 horas, com um comparecimento de cerca de 300 pessoas, em sua grande maioria, estudantes universitários. O tema principal da Conferência seria o "Acôrdio MEC-USAID" mas seria também abordado o problema de países subdesenvolvidos e outros.

A mesa estava composta dos seguintes elementos:

- VITORIO SOROTIUK (Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, comunista atuante e indiciado em dois IPM, no Paraná, por atividades subversivas).
- JUAREZ TAVARES (Assistente da Cadeira de Direito Penal, da Faculdade de Direito da UFP e elemento de idéias esquerdistas).
- LAMARTINE CORREIA DE OLIVEIRA LYRA (Catedrático de Direito Civil da Faculdade de Direito da UFP), também esquerdista.
- JURANDIR DE TAL (Presidente do DCE e agitador dos últimos movimentos estudantis, naquela Capital).
- STENIO SALES JACOB (Presidente da extinta União Paranaense dos Estudantes e agitador no meio estudantil).
- MARCIO MOREIRA ALVES (Dep Fed e conferencista, digo, conferencista, autor do Livro "Tortura e Torturados").
- SINVAL MARTINS (Dep Est. secretário do MDB).
- ALIENCAR FURTADO (Dep Est, do MDB).

Sobre a problemática do tema "Acôrdio MEC-USAID" pouco ou quase nada foi proferido pelo conferencista: o que houve, em última análise, foi, tanto por parte dos componentes da Mesa, como dos elementos que fizeram as perguntas, ataques diretos ou indiretos ao Governo e às Forças Armadas.

As perguntas de alguns estudantes eram, às vezes, tão comprometedoras que causavam aos membros da Mesa um certo reboliço e rápida consulta entre eles.

Respondendo a uma pergunta, disse MARCIO MOREIRA ALVES, após traduzir (térmo que usou) a dita indagação em... "Você quer dizer se é só com guerra de guerrilha que podemos redemocratizar o País?" Divagou sobre alguns pontos e continuou: "...mas é preciso preparar o espírito, digo, o espírito da massa popular, operária e estudantil, para que isto seja possível, senão, acontece como aconteceu há pouco (referia-se à guerrilha de JEFFERSON CARDIN), isto porque a guerrilha depende das condições etno-geográficas, combinadas com a disposição popular de apoiar..." Em outro trecho, diz mais ainda MARCIO MOREIRA ALVES que "todos os

O destinatário é responsável pela manutenção do Sigilo deste documento (Art. 62, Dec. 60417/67 - RSAS)

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

estudantes e operários devem se unir, lutar, correr riscos de tais lutas, para derrubar essa minoria de militares que estão no poder, pois a grande maioria, dos quais conhece muitos, só pensa em trabalhar... mas não estão contentes com a situação e, infelizmente, não podem reagir, não podem reclamar pois se o fizerem, perdem o emprêgo e suas famílias ficarão na miséria..."

Em todo o seu pronunciamento o dito Dep Fed usou de uma dialética jocosa e ridicularizante, em suas assertivas, as quais quase sempre provocaram o riso da assistência, quando o referendo se manifestava em relação aos militares ou ao governo, chegando a certa altura a afirmar: "... não é possível, são homens que chamam até um documento papal (POPULORUM PROGRESSIO) de subversiva...", e concluiu mostrando o despreparo do governo.

Explicou ainda que "democracia era a que existia em 1963... há necessidade de fazer voltar a conscientização democrática do povo, por meio de protestos, passeatas e diálogos como o que ali faziam..."

Juarez Tavares endossou as palavras do conferencista e apontou VITORIO SOROTIUK como um exemplo das perseguições, e cujo único crime é lutar pelos direitos de todos...

Lamartine Correa atacou o governo federal, ~~re~~ ridicularizou a abertura da BR-qualquer coisa (BR-277), recentemente inaugurada pelo Exm^a. Sr. Presidente da República e criticou o fato de um militar ter sido encarregado do problema estudantil, "fato que bem demonstra o modo de agir, o "status quo" deste governo, de tudo dominar ao seu modo, após o golpe de 64..."

Tanto Lamartine, como Moreira Alves, por diversas vezes, falaram em redemocratizar o país em bases idênticas a 1963.

Os deputados estaduais Sinval Martins e Alencar Furtado foram ~~duramente~~ duramente criticados, pela inércia do MDB em se constituir em oposição, no Paraná, após o que prometeram, em forma categórica, que dali para diante, não só se colocavam à disposição dos estudantes, como apoiariam toda e qualquer manifestação que se fizesse, em qualquer tempo e local.

A conferência do Dep Marcio Moreira Alves foi patrocinada pelo Centro Acadêmico Hugo Simas (centro de agitação subversiva atuante), pela extinta União Paranaense dos Estudantes e pelo Diretório Central dos Estudantes, órgão infiltrado por estudantes subversivos.

Consta que serão programadas outras conferências do mesmo jaez, e que seriam convidados os deputados MARIO COVAS e senador MARIO MARTINS como conferencistas".

O destinatário é responsável pela manutenção do Sigilo deste documento (Art. 62, Dec. 60417/67 - RSAS)

CONFIDENCIAL

Handwritten signature and stamp

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

~~INFORMAÇÃO~~/INFORMAÇÃO/~~EXCLUSIVA~~

ORIGEM: ~~XXX~~
REFERENCIA: ~~XXX~~
DISSEMINAÇÃO: CSM - CEMA - CSN - CENTIMAR

AVALIACAO	
CONFIANCA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICACAO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINACAO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

MARCIO EMANUEL MOREIRA ALVES

Jornalista, Advogado, Deputado Federal MDB/GR.

Nascimento: 14/7/1935.

Residências: RIO DE JANEIRO (1966)
Av. Vieira Souto nº 336/402.

BRASILIA (1968)
Quadra L-1-6 - Casa 1
Telefone 2-5403.

Escritório: RIO DE JANEIRO (1966)
Av. Marechal Floriano nº 143/1.002

- Foi o primeiro jornalista a escrever contra os Atos Institucionais de 1964. Foi assessor de SANTIAGO DANTAS no Ministério da Fazenda.

1964 - Seguem, em anexo, artigos escritos, pelo marginado, e publicados no jornal "CORREIO DA MANHA" dos dias 13/9, 20/11, 22/11, 24/12 do ano de 1964 e 14/1 e 9/3/1965.

1/5/1965 - Esteve em palestra com BORIS KOSTRYTSIN, Conselheiro Cultural da Embaixada da URSS no restaurante da "MAISON DE FRANCE".

10/5/1965 - Usou da palavra em uma manifestação sobre "AUTO-DETERMINACAO DOS POVOS" realizada na sede da ex-UNE.

Handwritten signature
 HENANDO PESSOA DA COSTA PARANÁ

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
 CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18/12 /1968 Nº 0697

ORIGEM: XXX
 REFERENCIA: XXX
 DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
 (Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

- ✓ 13/5/1965 - Compareceu ao restaurante do CALABOUÇO juntamente com outros intelectuais, a fim de insuflar os estudantes contra o envio de tropas a República Dominicana.
- ✓ 4/8/1965 - Segue, em anexo, artigo escrito pelo marginado e publicado no "CORREIO DA MANHÃ".
- 21/9/1965 - Foi preso, em São Luiz de Maranhão, por ter proferido em um programa de TV críticas contundentes ao Presidente da República e as Forças Armadas.
- 18/11/1965 - Foi preso, juntamente com outros intelectuais, na porta do Hotel Glória onde se realizava a Conferência da OEA. Estes intelectuais estavam perturbando a ordem pública, com protestos e ameaças ostensivas a viva voz e por cartazes, ao Governo e as Forças Armadas.
- 14/9/1966 - Segue, em anexo, material de propaganda eleitoral do marginado, apreendido pelo DOPS/GR, no interior de um automóvel de propriedade do Sr. CARLOS HEITOR COFFY.
- 29/12/1966 - Foi diplomado como deputado federal pelo MDB/GR.
- 24/4/1967 - Juntamente com HERMANO ALVES mantém ligações políticas com ALMIRANTE ALFONSO, através "pombo-correio" (A-1).
- 29/5/1967 - Escreveu artigo no jornal da F.E.U.B. criticando os acõs dos MEC-USAID.
- 31/5/1967 - Foi o autor do livro "TORTURA e TORTURADOS" onde tece as veras críticas e ataques à MARINHA DE GUERRA. Este livro foi apreendido pelo DOPS.

CONFIDENCIAL
 GRAU DE SIGILO

Handwritten signature/initials

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 18/12 /1968 Nº 0697

INTERNE/INFORMAÇÃO/EXBUSA

ORIGEM: XXX
REFERENCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	<u>XX</u>
VERACIDADE	<u>XX</u>

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem-----País/área a que se refere-----

31/8/1967 - A revista francesa "ESPRIT", editada em Paris por um grupo da esquerda intelectual, publicou em seu número de JUL/AGO/67 artigos sobre o Brasil escritos por JEAN MARIE DOMENACH, Diretor da revista em questão, e por MÂRCIO ROBEIRA ALVES. Estes dois artigos são altamente subversivos contendo em seu texto vários ataques ao Governo Brasileiro, como também, aplausos e apologia aos movimentos subversivos que vêm se desenvolvendo no Brasil (A-1).

29/9/1967 - O marginado em 14/9/1967 proferiu uma conferência no Auditório do DCE de Goiás sobre o tema "Ecôrdo MEC-USAID", entre outras declarações destacam-se as seguintes:

- há necessidade de se organizar para a rebelião inevitável. Sobre a forma de luta, aconselhou a leitura do artigo "Teoria do Focismo", publicada no nº 14 da Revista da Civilização Brasileira.
- toda ação violenta eclodindo em diversos pontos, derruba uma estrutura política.
- a forma cruenta de luta ainda não é aconselhável no BRASIL, mas já deve ser considerada. Ainda não experimentadas outras formas violentas não cruentas.
- as formas violentas não cruentas aconselháveis no momento, são: greve, passeatas, boicote, não trabalhar etc...
- o Deputado FRANCISCO JULIÃO disse que é fácil agitar, o

G. ...
FERNANDO PESSI DA NOVA
CF. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

DATA / 18 / 12 / 1968 Nº 0697

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

~~XXXXXX~~/INFORMAÇÃO/~~XXXXXX~~

ORIGEM: ~~XXX~~
REFERENCIA: ~~XXX~~
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo receptor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR ~~XXX~~

PARA ADIDOS - País de origem ----- País/área a que se refere -----

que é difícil é organizar. Confessou-se um agitador e que esperava que os estudantes fosse organizadores; e que há mais de 500 formas de organização;

-Pelas palavras usadas pelo Deputado MARCIO MOREIRA ALVES, tem-se a impressão de que foi ele o autor intelectual da "SEMANA DE REALIDADES". Pregou a violência contra a ordem legal vigente. Com repetidas ironias procurou ridicularizar o SHI, as Forças Armadas, o Governo e a Revolução. Evidenciou, com suas teses, ser marxista.

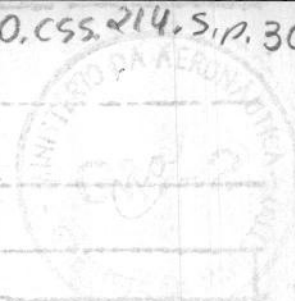
26/9/1967 - Segue, em anexo, trecho de discurso pronunciado pelo mencionado na Câmara de Deputados.

✓ 29/9/1967 - Teve a sua campanha eleitoral financiada pelo PCB, através suas OB da zona sul da GR (R-2).

Seu escritório eleitoral funcionava na rua Siqueira Campos nº 143 - Copacabana. (R-2).

✓ 8/1/1968 - Reune-se, juntamente, com HERMANO ALVES e OSWALDO LIMA - FILHO na fazenda do ex-governador MAURO BORGES, ao que tudo indica estão articulando um movimento que conta com a participação de cassado civis e militares (S-A)

✓ 21/1/1968 - Mantém contato em Argel com MIGUEL ANRAIS (cópia de nota da "ULTIMA HORA", em anexo).



NOME:

MARCIO MOREIRA

OBS:

DATA	HISTÓRICO
09 Set 67	- Realiza juntamente com outros elementos, visita para desconhecimento do governo, a través conferências e palestras. Data 9/9/67
19 Abr 67 B-3	- Carta que mantém ligações políticas com ALVINO AROUSO, através "nomes-correio". Ref.: 939.1/641
27 JUN 67 B-3	- Discursos na reunião de posse do novo Presidente do Directorio Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia onde falou contra o governo federal e o imperialismo norte americano usando chavões esquerdistas. Ref.: 312.7/2499-2498
29 Ago 67 INFO	- Juntamente com o Deputado HERMILIO ALVES, envia os padres WALDIR e EDUARDO ao Núcleo Bandeirante, a fim de reunir os "cantantes" para realizar uma passeata em Brasília. Ref.: 312.6/2812
20 Set 67 C-3	- A ala esquerdista extremada do MDB, que congrega janguista "frentistas" e comunistas, conta com seu apoio. - Promove reuniões em sua residência, com o fim de planejar movimentos de luta dos meios estudantis, sindicais, e intelectuais. Em uma parte nestas reuniões, além de parlamentares, ex-deputados cassados e líderes sindicais e estudantis. - Foram citados como participantes de tais reuniões DOUHL DE ANDRADE e sua esposa, ODACROSSI, MARIO MARTINS, RENATO ARCHER, PEDRO F. BRANDES, e AMARY KRUEL. - O planejamento prevê: a) discursos e pronunciamentos na Câmara, Senado e Assembleias Legislativas, contra a Revolução e os Governos Federal e Estaduais que o apoiam; b) campanha psicológica, através os meios de divulgação, contra o Governo, explorando pontos sensíveis e de penetração popular; c) campanha pró anistia e eleições diretas em 1970; e d) intensificação dos Movimentos Estudantil, Camponês e Sindical. Ref.: 715.1/344
06 out 67 A-3	- Foi convidado pela FFLU para proferir uma conferência sobre o tema "ACORDOS MEC/USAID E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA", fazendo-o nessa data, no Auditorio Dais Saudades, às 10:30 horas. - Durante a conferência, circulou-se nos corredores agentes de SAI presentes, dizendo que falaria a verdade e que eles poderiam vir a apoiar suas ideias e a lutar de estômago e coragem com um "SIN" para superar a situação atual. - Respondeu a uma pergunta sobre como o candidato poderia se retirar do poder militar, dizendo que isso não era uma tarefa fácil.

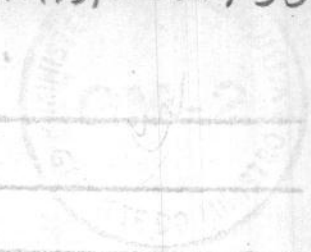
- continua -

01 - 2

NOME: _____ /OBS: _____

PROFISSÃO: _____

RESIDÊNCIA: _____



DATA	HISTÓRICO
16 Out 67	<p>Diz-se que a tarefa dos estudantes não é só estudar, mas sim a de tomar parte na vida política do país, para que tudo corresse bem, bastaria os médicos, clínicos, os engenheiros, construtores e os militares fazerem ginástica. Ref.: 713.1/363 a 363</p>
08 Nov 67	<p>U-3 - Pertence à ala esquerdista extremada do MDB que congrega "januistas, leonistas e comunistas." - de sua residência: ... com o fim de planejar movimentos de ... tipos estudantil, sindical e intelectual. Tomam parte nessas reuniões parias outros, políticos cassados e líderes sindicais e estudantes. Ref.: 312.9/3039.</p>
05 Abr 68	<p>- INFO - Nessa data, juntamente com outros parlamentares, reuniu-se na residência do Sr. GODINHO em Brasília, onde foram debatidos assuntos sobre o AIO do Cavero, de criação da Frente Ampla, a criação de novo movimento com outra sigla, prosseguimento da plataforma da Frente Ampla, etc. REF.: P-944/246-245.</p>
11 Abr 68	<p>INFO - Em reunião com outros parlamentares disse que a Frente Ampla seria transformada num dos nomes AIO: FRENTE NOVAMENTE DE AÇÃO DEMOCRÁTICA ou FRENTE DE AÇÃO POPULAR. REF.: P-944/249.</p>
18 Mai 68	<p>B-2 - Juntamente com outros Deputados de Oposição, lançará um Manifesto que conterá mais de 10.000 assinaturas, no qual são preconizadas ideias de implantação de um regime socialista e a fusão de todas as oposições (clero, operário-estudante-camponês-intelectual). REF.: P-312.14/4444-4483.</p>
27 Jul 68 B-2	<p>- Elemento principal do chamado "Grupo Ideológico do MDB" que está trabalhando um manifesto nacional a ser lançado, cuja finalidade é atrair operários, estudantes e trabalhadores rurais, para lutarem contra o sistema político do Brasil. Objetiva também unir os oposicionistas para o vazio deixado pela "Frente Ampla". A técnica do manifesto, consiste em dizer que "o MDB vai preconizar a implantação no Brasil, de um regime socialista" sem tentar violência e fundir todas as oposições: estudantes, clero, trabalhadores, intelectuais, etc. Ref.: P-312.14/4445-4444.</p>
30 Mar 68	<p>INFO - Nessa data compareceu a Assembleia do MDB, realizada para tomada de medidas contra a morte do estudante Edson Luiz. REF.: P-312.14/4445 a 96.</p>